Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano

Plano de Desenvolvimento Institucional

2022-2026

FACULDADE
EESAP

CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO - EESAP

.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2022-2026

GUARABIRA – PB
2022

FACULDADE EESAP

Sumário

I. PERFIL E GESTÃO INSTITUCIONAL 4

1. PERFIL INSTITUCIONAL 4

1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO 4

1.1.1 MANTIDA 4

1.1.2 MANTENEDORA 5

1.2 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 5

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EESAP NO CENÁRIO EDUCACIONAL 9

1.4 MISSÃO 20

1.5 VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS 21

1.6 METAS 22

1.7 OBJETIVOS 23

1.8 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO 24

2 POLÍTICAS DE GESTÃO 27

2.1 CORPO DOCENTE 27

2.1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE 29

2.1.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE ATUALIZADO 29

2.1.3 PROGRAMA DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO DOCENTE – PIQ 30

2.1.4 REGULAMENTO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE/TUTORES 31

2.1.5 PLANO DE CARREIRA DOCENTE 36

2.1.6 PARTICIPAÇÃO DOCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E NA GESTÃO DA IES 47

2.1.6.1 COORDENAÇÕES DE CURSOS 47

2.1.6.2 COLEGIADOS DE CURSO 48

2.1.6.3 NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES 48

2.1.6.4 PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS SUPERIORES 50

2.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 50

2.2.1 PLANO DE CARREIRA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 51

2.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 55

2.3 POLÍTICA DE PROVISÃO DE PESSOAS 57

2.3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 57

2.3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE 58

2.3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE 59

2.3.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES 59

2.4 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS 60

2.4.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 60
2.4.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE 61
2.5 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL 61
2.6 PROCEDIMENTO DE DEMISSÃO 62
2.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO 62
3 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA ... 62
3.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA 63
3.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA 65
***II – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL* 66**
1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA 66
1.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO 66
1.1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO 67
1.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 69
1.2.1 PERFIL DO EGRESSO 69
1.2.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS 72
1.2.3 PRINCÍPIOS METODÓLOGICOS 75
1.2.3.1 APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS 77
1.2.3.2 METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM 78
2. POLÍTICAS DE ENSINO 79
2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS 81
2.4. TEMAS TRANSVERSAIS 83
2.4.1. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 84
2.4.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 86
2.4.3. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA 87
2.4.4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL 88
3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO 89
4. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 92
4.1. MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 93
4.1.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA 95
4.1.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS CURSOS EAD 97
4.1.3 SEMANA DE FORMAÇÃO GERAL 98
4.1.4 COMPOSIÇÃO DE NOTAS 99
4.1.5 MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 100
4.1.6 VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA 100
4.2 FORMAS DE COMUNICAÇÃO 101
4.3 MATERIAL DIDÁTICO 103

4.3.1 DIRETRIZES PARA A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO 103
4.4 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM 106
4.5 ORGANIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 107
4.5.1 PROFESSOR CONTEUDISTA 108
4.5.2 PROFESSOR TITULAR 108
4.5.3 TUTORIA PRESENCIAL E A DISTANCIA 109
4.5.3.1 TUTORIA A DISTANCIA 111
4.5.3.2 TUTORIA PRESENCIAL 112
4.6 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD 113
5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 115
6 POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 118
6.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 119
7. MODELO DA ESTRUTURA CURRICULAR 122
7.1. PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 123
7.2. MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR 130
8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 130
8.1. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO 134
8.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 136
8.3. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO 136
8.4. CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO 139
8.5. EXAME FINAL 140
8.6. DEPENDÊNCIA NAS DISCIPLINAS 140
8.7. CUMPRIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS 141
8.8. PROVA DE SEGUNDA CHAMADA 141
8.9. REVISÃO DE PROVAS 141
8.10. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO TRABALHO E OUTROS MEIOS 142
9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC 143
10. POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO 145
10.1. REPRESENTAÇÕES 146
10.2. AULAS E MATERIAL DE APOIO 147
10.3. PERFIL DO CORPO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO 147
10.4. NORMAS DE INGRESSO DISCENTE 148
10.5. DURAÇÃO DO CURSO 148
10.6. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA 149
10.7. FREQÜÊNCIA 149
10.8. FORMAS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS 149
11. APLICAÇÃO DE PERCENTUAL EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS 150

12. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 152
12.1 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO 155
12.1.1 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA VISUAL 156
12.1.2 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA AUDITIVA 156
13 POLÍTICA DE NORMATIZAÇÃO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR DA EESAP - (LEI 11.788/2008) 157
13.1 OBJETIVO DO ESTÁGIO 158
13.2 MODALIDADE DE ESTAGIO 159
13.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 159
13.4 ESTÁGIO EXTRACURRICULAR 162
13.5 DIRETRIZES BÁSICAS 162
13.6 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR 163
13.7 NORMATIZAÇAO DO ESTÁGIO CURRICULAR 163
13.8 CAMPO DE ESTÁGIO 164
13.9 DURAÇÃO DO ESTÁGIO 165
13.10 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO 165
13.11 LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O ESTÁGIO NA EESAP 165
13.12 PLANO COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS 166
14 CORPO DISCENTE 166
14.1 FORMAS DE ACESSO 167
14.1.1 PROCESSO SELETIVO 167
14.1.2 ENEM 170
14.1.3 MATRÍCULA 170
14.1.4 REGIME ACADÊMICO ESPECIAL 171
14.1.5 TRANSFERÊNCIA E DIPLOMADOS 171
14.2 POLÍTICA DE ATENDIMENDO AO DISCENTE 172
14.2.1 PROGRAMA DE NIVELAMENTO 172
14.2.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO 173
14.2.3 MONITORIA 177
14.2.4 CENTRO DE INTEGRAÇÃO INSTITUIÇÃO-EMPRESA (CIIE) 178
14.2.5 BOLSAS ACADÊMICAS 179
14.2.6 BOLSAS PARA FUNCIONÁRIOS 179
14.2.7 BOLSAS-CONVÊNIO 179
14.2.8 PROUNI E FIES 180
14.2.9 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS, TÉCNICOS E ARTÍSTICOS 180
14.2.10 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÃO DISCENTE 180
14.2.11 APOIO E INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES 180

14.3 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO 181
14.3.1 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA VOLTADOS PARA O EGRESSO 182
14.4 RELAÇÕES DA IES COM O SETOR PÚBLICO, O SETOR PRODUTIVO E O MERCADO DE TRABALHO 182
III – EXPANSÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA IES 184
1 CURSOS DE GRADUAÇÃO EXISTENTES 184
2 EXPANSÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO 184
3 EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA 184
4 EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA – PRESENCIAL E EAD 185
5 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA 185
6 CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA 186
IV – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 187
1 INFRAESTRUTURA 187
1.1 SALAS DE AULA 189
1.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E COORDENAÇÕES DE CURSOS 189
1.3 SECRETARIA ACADÊMICA 189
1.4 ÁREAS DE CONVIVÊNCIA 190
1.5 SALAS PARA DOCENTES 190
1.6 AUDITÓRIOS 190
1.7 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA 190
1.7.1 CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 191
1.8 BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO 191
1.8.1 ACERVO COM O TOTAL DE TÍTULOS E EXEMPLARES 192
1.8.2 BASES DE DADOS E PERIÓDICOS 192
1.8.3 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO 194
1.8.4 INFORMATIZAÇÃO E CONSULTA AO ACERVO 195
1.8.5 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO 196
1.8.6 BIBLIOTECÁRIA E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 196
1.8.7 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA 196
1.8.8 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA DISPONÍVEL 197
1.8.9 BIBLIOTECA DOS POLOS 197
1.8.10 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS 197
1.8.11 BIBLIOTECA VIRTUAL 198
1.9 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS 199
2 INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 199
2.1 ESTRUTURA DA SEDE 199

2.2 ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DA TUTORIA 200
2.3 ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA EAD 200
2.4 SUPORTE TECNOLÓGICO 200
2.5 INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL 203
2.6 RECURSOS HUMANOS DO POLO 203
3. EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI. 204
3.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES 204
3.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DE RECURSOS HUMANOS 204
3.3 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 206
3.4 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 206
V – AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL 208
1 AUTOAVALIAÇÃO E DESEMPENHO INSTITUCIONAL 208
1. 1 PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 209

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 MANTIDA

A **ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO - EESAP**, com limite territorial de atuação presencial circunscrito ao município de Guarabira, estado da Paraíba, é uma Instituição de Ensino Superior de direito privado – particular em sentido estrito. Tem como mantenedora o **CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS EIRELI,** sendo orientada por este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por seu Regimento Geral, pelas normas baixadas por seu Conselho Superior – CONSUP, pela legislação pertinente ao Ensino Superior e por demais instrumentos legais aplicáveis que estejam em vigor ou que venham a emanar dos organismos e autoridades constituídas.

A EESAP foi credenciada para atuar na educação presencial por meio da Portaria 886, de 25 de julho de 2017, publicada no DOU em 26 de julho de 2017. Posteriormente passou por processo de transferência de mantença, o que se deu por meio da Portaria 485, de 12 de julho de 2018, publicada no DOU em 13 de julho de 2018.

Em constante processo de crescimento Institucional, a EESAP iniciou suas atividades acadêmicas em 2017 e na oportunidade sua sede estava localizada à rua José Antônio Uchoa, nº 44, Centro, Guarabira/PB. Em 2019, com o avanço da oferta dos cursos e aumento do número de aluno, a EESAP passou a funcionar em dois endereços, sendo a sede no endereço já citado e a partir de então na Unidade Shopping, no endereço rua Otacílio Lira Cabral, 1300, Conj. Clovis Bezerra, Guarabira/PB. Desde 2019 o Conselho de Administração Superior já direcionava o estabelecimento de uma sede única, sendo esse processo concretizado em 2022 com a inauguração da ampliação da estrutura da Unidade Shopping, que passou a ser a Unidade Sede e única da EESAP. Prospectando o contínuo crescimento institucional, a ampliação não parou e

novas estruturas estão previstas para 2023. A IES funciona com sede em Guarabira na Rua Otacílio Lira Cabral, 1300, Conjunto Clovis Bezerra, Guarabira, PB, CEP: 58200-000.

1.1.2 MANTENEDORA

A mantenedora, Pessoa Jurídica denominada **CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS EIRELI,** está sediada na cidade de João Pessoa, sendo uma entidade de Direito Privado, constituída como uma empresa individual de responsabilidade civil limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 14.255.311/0001-06, com descrição de atividade na área de Educação Superior, amparada pelo dispositivo no inciso II do Art. 19º e no inciso I do Art. 20º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), instituída com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Avenida Epitácio Pessoa, 494, Torre.

1.2 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Educacional Três Marias, objetivando exercer suas atividades na área de ensino e cultura, foi idealizado por um grupo de educadores, com experiência na educação básica e, em especial na superior que, após várias pesquisas junto aos diversos setores representativos da comunidade local, resolveu-se criar uma entidade destinada a viabilizar e tornar realidade os anseios da população abrangida.

Com esse pensamento surgiu Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano. Instituição de Ensino Superior, cujos objetivos sociais constantes em seu Contrato Social visam a prestação de serviços educacionais em nível superior, de especialização e aperfeiçoamento, através de cursos regulares nos diversos níveis de ensino, de treinamento e de desenvolvimento, por ela organizados e mantidos, bem como difundir a cultura, de acordo com as normas legais vigentes e as exigências dos sistemas de ensino Estadual e Federal.

Sabe-se que numa economia de mercado a palavra oportunidade reveste-se em termos concretos na medida e proporção com que o

empreendedor estabelece a análise das forças que atuam contra e a favor na fase inicial da criação de uma organização.

A realidade desse mercado geralmente é competitiva, visto que só sobrevivem as organizações que estejam verdadeiramente voltadas para o cliente maior - a sociedade – vivendo visceralmente a sua relação de negócios com qualidade técnica, comprometimento, responsabilidade, ética e probidade dentre outros valores.

Em 2017, por meio da Portaria 886, de 25 de julho de 2017, publicada no DOU em 26 de julho de 2017, a IES foi credenciada para oferta de educação presencial, contando com a autorização de três cursos superiores, a saber: Bacharelado em Administração, Educação Física e Enfermagem, todos autorizados pela Portaria 793, de 26 de julho de 2017 e publicada no DOU em 03 de agosto de 2017. Efetivamente, as atividades da IES iniciaram ainda no segundo semestre de 2017, com o ingresso dos primeiros alunos no curso de Enfermagem. Posteriormente, a IES passou por transferência de mantença, a qual seu pela expedição da Portaria 485, de 12 de julho de 2018, publicada no DOU em 13 de julho de 2018.

No âmbito do ensino presencial, a IES ampliou a oferta dos cursos de graduação a partir do ano de 2018 quando foram autorizados os seguintes cursos: Bacharelado em Psicologia, autorizado pela Portaria 903, de 24 de dezembro de 2018, publicada no DOU em 26 de dezembro de 2018; Bacharelado em Direito, autorizado pela Portaria 125, de 20 de março de 2019, publicada no DOU em 22 de março de 2019; Bacharelado em Ciências Contábeis e Engenharia Civil, ambos autorizados pela Portaria 209, de 29 de abril de 2019, publicada no DOU em 30 de abril de 2019; Bacharelado em Farmácia, autorizado pela Portaria 243, de 29 de maio de 2019, publicada no DOU em 31 de maio de 2019; Bacharelado em Nutrição, autorizado pela Portaria 428, de 10 de setembro de 2019, publicada no DOU em 11 de setembro de 2019; Bacharelado em Fisioterapia, autorizado pela Portaria 2010, de 30 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2021; Bacharelado em Odontologia, autorizado pela Portaria 2012, de 30 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, a IES possui atualmente o total de 11 cursos presenciais que atendem a população de Guarabira e região. Considerando esse cenário de crescimento, o PDI foi elaborado na perspectiva da construção de uma instituiçao superior, voltada para atuação no ensino e na extensão nas área de ciências biológicas e saúde, engenharia e ciências exatas, ciências sociais aplicadas, vislumbrando ainda para os próximos anos passar a atuar também na área das ciêncicas humanas e educaçao.

O PDI consolida o planejamento estratégico do desenvolvimento acadêmico da instituição, reafirmando os principais compromissos com a educação, os quais nortearam sua fundação e orientam as ações acadêmicas e pedagógicas que dizem respeito à individualidade da instituição. Dentre os princípios que a orientam, podemos destacar:

- O compromisso com o desenvolvimento, a produção e a democratização do conhecimento;
- A adequação ao desenvolvimento econômico e social do país;
- O comprometimento com a democracia;
- Respeito à ética;
- A busca de ensino de qualidade.
- Empregabilidade;
- Responsabilidade Social;
- Compromisso com o desenvolvimento do país;
- Inserção dos cursos na realidade social.

Além dos compromissos gerais estabelecidos nestes princípios, a EESAP busca desenvolver elementos próprios que a diferenciem e que contribuam para a formação de um perfil institucional único, fundado nas seguintes características:

- Compromisso com as inovações tecnológicas, pedagógicas, metodológicas e científicas;
- Compromisso com a educação continuada, notadamente no incentivo aos professores, alunos, egressos e funcionários técnico-administrativos, por meio da oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento profissional;

- Atenção à qualidade acadêmica de seus cursos e à formação profissional de seus alunos, expressa na seleção do corpo docente, nas instalações e serviços oferecidos, na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, na gestão dos currículos, entre outros.

A ESSAP coloca-se numa postura de permanente abertura e aperfeiçoamento, estando atenta às grandes questões mundiais da educação, levando-as em conta, mas sem perder de vista a realidade onde se insere. Dessa forma, a IES se compromete com a busca da excelência no ensino e na extensão, cujo perfil se consolida ao longo do tempo, por meio de compromissos e ações, tendo na divulgação do conhecimento sua maior ferramenta. Tão importante quanto a expansão do conhecimento é se ter em mente que uma instituição de ensino superior é um espaço de debate, de abertura para novos conceitos, de crítica e fomento para uma formação contínua.

É com base nestes princípios que a EESAP orienta suas ações e políticas levando em conta o contexto social, econômico e cultural em que está inserida, tendo em vista estes condicionantes no processo de construção de um conhecimento plenamente inserido e relevante em termos de formação profissional. É assim que a IES promove a formação de seus alunos para a inserção no sistema produtivo nacional e mundial, instrumentalizando-os, por meio da preparação para o exercício de uma profissão, para a cidadania e para a inclusão social.

A partir dessas considerações é que se estruturam as várias categorias de ensino que compreendem as áreas de atuação com as quais a EESAP se compromete a trabalhar, são elas: educação profissional, por meio da oferta de cursos técnicos de nível médio previstos na vigência deste PDI; cursos tecnólogos, bacharelado e licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu*; extensão e educação continuada.

A educação continuada constitui-se num dos pilares de sustentação da IES e se realiza por meio de diversas atividades, como a formação e capacitação de professores em municípios menos favorecidos economicamente, acompanhamento de egressos e oferta de cursos de extensão. Outro pilar importante é a responsabilidade social, a qual se traduz na concessão de bolsas

de estudos a estudantes carentes, no desenvolvimento de atividades de extensão que beneficiam a comunidade em geral e no compromisso com o desenvolvimento cultual e científico das regiões mais carentes do país.

Portanto, acredita-se que a IES vem demonstrando um perfil institucional de qualidade acadêmica, o qual se consolida por meio das múltiplas ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos. A seguir, contextualizamos o cenário que educacional da EESAP.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EESAP NO CENÁRIO EDUCACIONAL

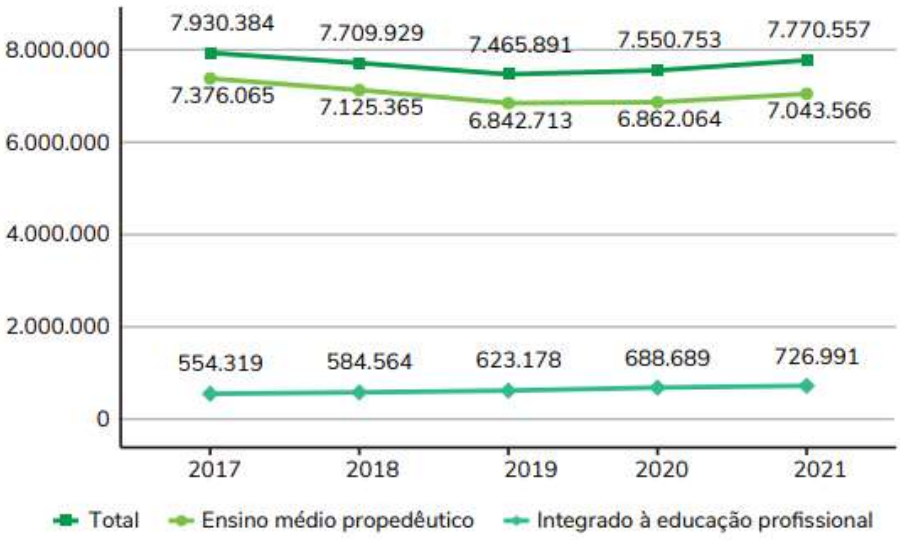
O século XX trouxe grande desenvolvimento econômico, também vivenciado no início do século XXI, mas não foi capaz de fazer com que a educação no Brasil também desse um salto qualitativo. Ela continuou presa aos seus históricos problemas de formação. Há 100 anos, a economia e o grau de educação do país estavam igualmente atrasados em relação a boa parcela dos países do mundo, o que demonstrava seu fraco desenvolvimento, mesmo se comparado aos seus vizinhos latino-americanos.

Assim, enquanto na França e nos Estados Unidos no século XIX, praticamente todas as crianças estavam ocupando os bancos escolares, no Brasil o contingente de analfabetos formava uma massa de quase 90% da população. Também em relação aos seus vizinhos mais modestos, sua situação era alarmante. Se, por volta de 1900, 54% da população uruguaia com mais de 10 anos sabia ler e escrever, em 1930 apenas 30% dos brasileiros estavam alfabetizados.

O grande atraso educacional do país pode ser medido pelo grande número de trabalhadores sem uma qualificação profissional mínima, decorrente do lento processo de desenvolvimento na área educacional, que inclui a precariedade da educação básica, a pobreza de grande parte da população que acaba ficando sem acesso às diversas formas de qualificação, e que coloca os jovens, prematuramente, em trabalhos sem qualificação. Com isso, há que se ter consciência de que o país ainda precisa superar muitos obstáculos para alcançar um sistema educacional capaz de suprir as necessidades básicas nesse campo.

A criação tardia das universidades e dos cursos de pós-graduação é um reflexo do lento processo de construção do seu sistema educacional. O contingente de profissionais com curso superior no Brasil fica muito a desejar em relação aos índices encontrados nos países mais desenvolvidos. Em estudo recente, os dados apontam um aumento de 486% na quantidade de doutores no Brasil e um aumento de 379% na quantidade de mestres, mas ainda assim o Brasil apresentou uma das três piores médias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)[1].

No tocante ao Ensino Médio, dados do censo de 2021 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foram registradas 7,8 milhões de matrículas no ensino médio em 2021, aumentando 2,9% no último ano. Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observada nos últimos dois anos (acréscimo de 4,1% de 2019 a 2021). Tais dados mostram a necessidade dos investimentos a serem feitos na área de educação pelo setor público, mas também pelo setor privado.



De acordo com dados do Censo (2020) da Educação Superior, o número de ingressantes na Educação Superior parte de um total de 2.346.695, em 2011, e alcança o número de 3.765.475, em 2020 (crescimento de 60,5% no período). O crescimento da categoria pública apresenta quedas nos anos de 2013, 2015,

[1] CGEE. *Mestres e doutores 2015*: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

2019 e 2020. Nesse último ano, o número de ingressantes diminui 5,8% em relação ao ano anterior. A tendência ascendente dessa evolução é determinada, em grande medida, pela categoria privada, na qual o crescimento é de 74,5%. Na categoria pública, há crescimento de 7,4%, com aumento de 11,8% na categoria estadual e de 11,0% na federal, e queda de 41,4% na categoria municipal.

Dessa forma, evidencia-se que a criação e manutenção da EESAP se fez dentro de uma área de grande importância para o país, a educação, pois a deficiência na formação educacional da população acaba por afetar a distribuição de renda, fazendo com que grande parte dessa população viva de trabalhos mal remunerados, fazendo bicos, ou mesmo sem trabalho algum, situando-se assim abaixo da linha da pobreza. Afeta também o crescimento individual, perpetuando um ciclo vicioso que coloca o país em desvantagem na competitividade com as economias com as quais disputa o mercado global.

O Brasil é um país de contrastes e em todas as áreas se observa uma disparidade elevada entre as regiões que o compõe. No Sul e no Sudeste, em geral, encontram-se os patamares mais elevados para todos os indicadores sociais, seguidos do Centro-Oeste, enquanto no Norte e no Nordeste esses patamares estão bem atrás. Em parte se explica tal disparidade devido a fatores históricos da formação brasileira, os quais vieram a gerar as diferenças sociais, econômicas e políticas encontradas. Assim, os altos e baixos da economia e da política nacional acabam por explicar o seu intrincado contexto atual, onde questões como emprego, renda, educação, qualidade de vida, são pontuais para se entender o modo com as IES se inserem e se envolvem na ampla rede de relações que formam o país.

Em face da atual instabilidade gerada pela crise global, conhecidamente abrigada pelas transformações no conceito de trabalhabilidade e nas tendências mercadológicas, a Educação sustenta um papel privilegiado dentre as políticas públicas, na medida em que fomenta a continuidade das ações governamentais de inovação, ciência e tecnologia e aumenta a competitividade dos produtos gerados pelo Estado para o bem-estar público. A utilização intensiva do conhecimento e da informação tornam-se mais importantes do que a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia.

Para que atue acertadamente no mercado, essa mudança de paradigma exige um novo perfil de indivíduo, com capacidades e competências mínimas para a participação produtiva no século XXI. A estrutura educacional profissional tem mudado rapidamente para atender as mudanças do mercado de trabalho e para suprir as lacunas criadas pela falta de mão de obra devidamente capacitada.

O setor privado vem se expandindo a cada ano em todos os tipos de instituições de educação superior. Em 2020, o CENSO da Educação Superior divulgou os dados de 2019 da educação, revelando que na rede privada a educação superior representava 75,8% das matriculas no Brasil, o que representa 6,5 milhões de estudantes, essa métrica, segundo o CENSO da Educação Superior, equivale a 3 alunos matriculados em rede privada de ensino a cada 4 alunos matriculados em cursos de graduação de nível superior.

Paralelamente a esse processo, o ensino médio continuou se expandindo rapidamente, o que ocasionou forte pressão para o acesso às vagas para o ensino superior e o aumento da oferta, provocando um processo de crescimento da rede privada de ensino superior. É dentro desse quadro de instabilidade econômica que o setor educacional no Brasil veio se desenvolvendo, notadamente o setor privado que, embora orientando-se pelas políticas educacionais estabelecidas em âmbito federal, tem de definir suas diretrizes e metas de acordo com a observação acurada dos contextos onde se insere, tanto no contexto local como nacional, procurando uma permanente atualização com a realidade econômica, social e política, cujas transformações acabam por alterar a realidade do mercado de trabalho, fazendo surgir demandas antes inexistentes. Nos últimos 15 anos tem ocorrido recordes no setor da produção agrícola, exportação, o país investiu significativamente em infraestrutura de estradas, desenvolvimento de portos e aeroportos e tecnologia em geral.

A cidade de Guarabira, sede da EESAP, desponta como um grande polo educacional, atraindo alunos de várias regiões. As vagas nas instituições públicas da cidade conseguem atender apenas a uma parcela pequena da demanda por formação educacional da região. O município está localizado no Piemonte da Borborema, na microrregião que recebe o seu nome: Microrregião de Guarabira. Com uma área de 149,50 quilômetros quadrados, o município

ocupa o 115º lugar em extensão territorial no Estado e possui uma posição geográfica invejável, pois fica a apenas 98 quilômetros de distância de João Pessoa, 100 quilômetros de Campina Grande, 199 quilômetros do Recife, 145 quilômetros de Natal e a 230 quilômetros de Caruaru. Guarabira limita-se ao norte com o município de Pirpirituba, ao sul com Mulungu e Alagoinha, a leste com Araçagi, a oeste com Pilõezinhos e Cuitegi. A sede do município fica a 97 metros de altitude do nível do mar, tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo 06° 51'17" de latitude e 35° 29'24" de longitude.

No caso da EESAP, é importante salientar que sua ação não se restringe a apenas em nível local, mas em toda região do brejo e agreste paraibano e pretende se estender ao contexto regional com a educação a distância que está em franco desenvolvimento no país e com planos de se expandir cada vez mais, dada a grande carência de ensino superior em cidades brasileiras localizadas longe dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, as regiões norte e nordeste, serão por excelência, os locais de atuação da EESAP. Por serem historicamente as regiões menos desenvolvidas do país, serão prioritárias para implantar as atividades educacionais em nível de excelência.

A atuação regional da EESAP também se dá pela potencial que a IES vem demonstrando de absorver uma demanda educacional reprimida nas cidades vizinhas. O município de Guarabira tem um comércio muito dinâmico, estando geograficamente localizado em uma região em que polariza cerca de 30 cidades, todas tendo um forte vínculo com o município, que conta com grandes redes de lojas vindas da capital estadual, bem como de outros grandes centros do País, contando inclusive com um Shopping Center. Visando a este fortalecimento do comércio, em 2011 uma grande exposição começou a fazer parte do calendário de negócios da região: a ExpoBrejo que traz todas as tendências de negócios e a capacidade do comércio de Guarabira e Região. Outro grande atrativo da Região é evento denominado Caminhos do Frio que engloba várias cidades circunvizinhas de Guarabira.

Outro fator importante em Guarabira é o setor de prestação de serviços, o que facilita a vida da população do brejo paraibano: em Guarabira tudo se encontra, como lembra Alves[2]. Segundo o autor, a vocação comercial de

[2] ALVES, Ednaldo. *Guarabira, um olhar sobre o passado*. Solânea: Gráfica Fabrício, 2007.

Guarabira vem desde o início do século XX, onde a proximidade com aa linha férrea possibilitava o tráfego de pessoas, transporte de mercadorias e o escoamento da safra algodoeira. Relatos mostram que, até a década de 1930, depois da capital, era a cidade mais forte do estado, superando Campina Grande, que somente duas décadas seguintes ganhou pujança e liderança, alcançando um significativo progresso a ponto de hoje ser a segunda maior cidade do Estado da Paraíba.

Além da economia baseada no comércio, o setor industrial tem apresentado significativo desenvolvimento nos últimos anos, com um Distrito Industrial em fase de expansão, e com espaço e isenção fiscal para instalações de novas empresas. Podemos destacar as indústrias de: móveis de madeira (há um grande número de micromarcenarias em regime informal) e tubulares; indústria de aguardente das marcas Maribondo, Pinga do Norte e jureminha; A Ráfia, indústria de sacos de *nylon*; fabrica de chuteiras e calçados de couro Rogério; quatro cerâmicas instaladas no Distrito de Cachoeira e no Conjunto Alda Pimentel, com a produção de filtros, telhas e tijolos; indústrias de pré-moldados; setor têxtil (as empresas âncoras são a Ricol, Vince e a Rotas, fabricantes de fardamentos militares); Aquavita, fundada em 2008 pelo Grupo Guaraves e que figura entre as mais conceituadas produtoras de ração animal do Brasil e que é a 3ª maior do país, atendendo a região Nordeste; abatedouro industrial, com abate de 80.000 aves por dia; fábricas de massas Frei Damião e Pão de Mel; além das distribuidoras das principais bebidas do Brasil.

Outro setor em franco desenvolvimento é o da construção civil, que vem apresentando grande expansão, sendo considerado o quarto maior da Paraíba, principalmente com a construção de prédios, sobretudo os de 3 a 9 andares.

A agricultura ainda é predominantemente de subsistência. A pecuária supre o consumo local. A Região do Brejo de Guarabira supriu a demanda do Brasil por urucum (açafrão com finalidade realçadora da tonalidade em alimentos e cosméticos) até a década de 1990. Houve safras em que foram produzidas até 1.200 toneladas da semente. Em 2010, produzia 100 toneladas por safra. As secas que assolaram a região dizimaram grande parte dos urucueiros. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) desenvolveu novas espécies de sementes com alto teor de bixina e foram

plantadas em outros estados com terras mais férteis e com clima chuvoso regular. A avicultura se destaca como a atividade econômica que mais cresceu nos últimos dez anos. A empresa Guaraves, com sede em Guarabira, é a maior do Nordeste, exportando seus produtos inclusive para a Ásia, África e Oriente Médio.

A Festa da Luz, que ocorre todo mês de janeiro, traz milhares de pessoas de outras cidades e Estados, com atrações de renome nacional, artistas da terra e espaços temáticos, como o Pilõezinhos e o Cuitegi, onde os participantes ficam da tarde até a noite se divertindo e comendo pratos típicos da região. O turismo guarabirense se baseia, principalmente, no turismo religioso. O Memorial Frei Damião representa o ponto alto, propiciando, à cidade, um alto número de fiéis visitantes em todas as épocas, porém principalmente nas romarias. O memorial conta com um museu sobre o frade. No seu caminho, os visitantes ainda passam pela via-sacra e pelo Cruzeiro.

Destaque também para a imponente e secular Catedral de Nossa Senhora da Luz, do alto de suas escadarias, mostra-se de uma beleza ímpar sendo considerada o marco zero da cidade de Guarabira. Há na cidade também o Centro de Documentação e um Museu no centro da cidade, ambos estabelecidos em prédios históricos. Também há o Monumento do Novo Milênio, que leva vários turistas a apreciar as suas formas modernas. Inspirado nos caminhos de Santiago de Compostela, os Caminhos de Padre Ibiapina tentam resgatar os lugares em que o padre mestre passou durante suas peregrinações no nordeste entre 1856 e 1863. Todas as rotas partem do memorial Frei Damião até o Santuário de Padre Ibiapina em Solânea, local onde o padre se encontra sepultado.

O município apresenta-se também como polo de saúde na Região do brejo, com um diversificado setor de especialidades médicas. Conta com várias clínicas, laboratórios, postos de saúde e grandes hospitais. Na rede pública municipal conta-se com 19 Unidades Básicas de Saúde, 1 Centro de Atenção Psicossocial II, 1 Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, 1 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, 1 Serviço de Atendimento Domiciliar, 11 Academias da Saúde e 3 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Na rede

estadual, o município é atendido por 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), 1 Hospital Regional de Guarabira e 1 Hemocentro.

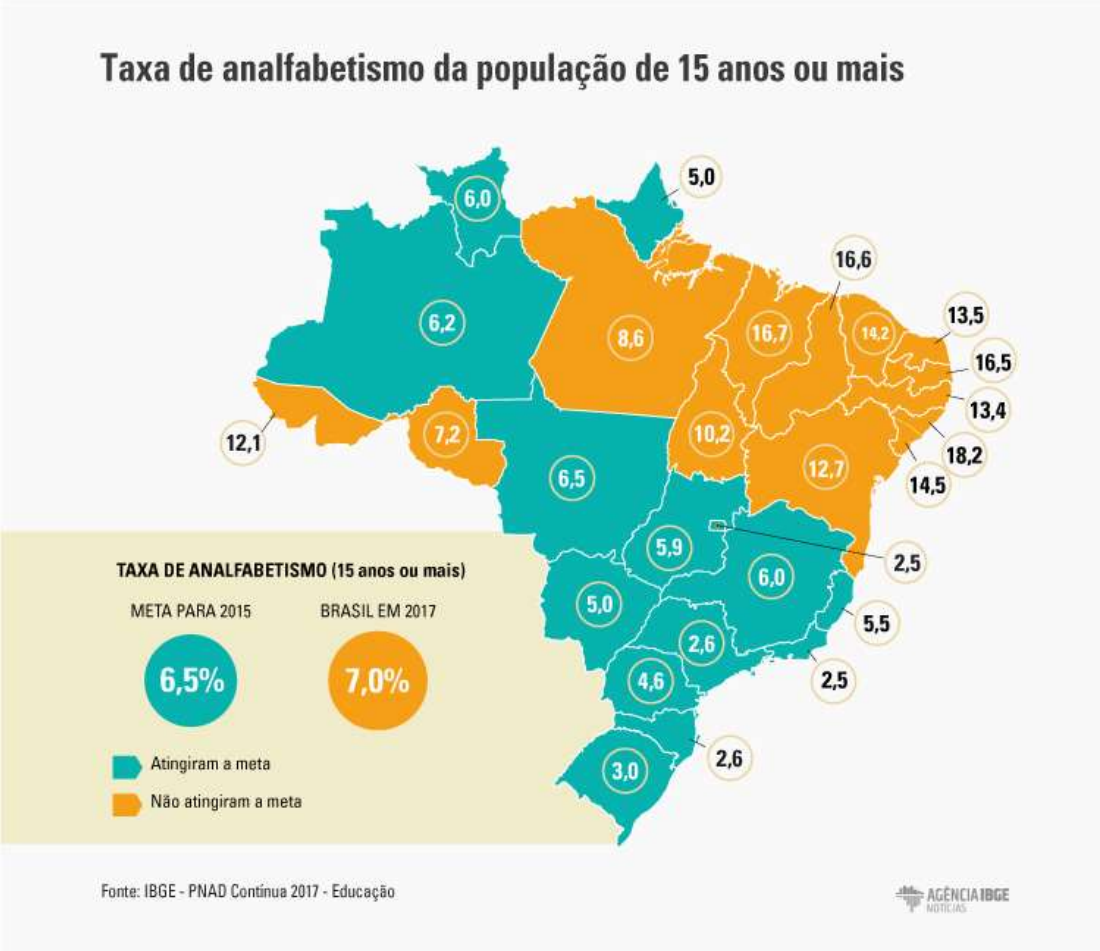
Dessa forma, acreditamos que há um público-alvo potencial capaz de ser atendido pela oferta educacional da EESAP, tanto por meio da educação presencial como através da educação a distância. A partir dos dados apresentados em seguida, percebe-se que nos próximos anos haverá cerca de meio milhão de novos egressos do ensino médio em busca de uma oportunidade de formação.

Informações mais recentes do censo da educação superior referentes ao ano de 2020 divulgadas pelo INEP indicam um total de 8,6 milhões de alunos matriculados no ensino superior, número este que envolve as modalidades presencial e a distância[3]. O setor privado vem se expandindo a cada ano em todos os tipos de instituições de educação superior. Em 2020, o CENSO da Educação Superior divulgou os dados de 2019 da educação, revelando que na rede privada a educação superior representa 75,8% das matriculas no Brasil, o que representa 6,5 milhões de estudantes, essa métrica, segundo o CENSO da Educação Superior, equivale a 3 alunos matriculados em rede privada de ensino a cada 4 alunos matriculados em cursos de graduação de nível superior.

Pode-se notar que a educação está intimamente ligada às questões de geração de trabalho e renda, visto que o nível de formação do trabalhador influencia diretamente no seu tipo de ocupação, na sua qualidade de vida e também na produtividade das empresas. A qualificação profissional, portanto, é um dos meios de se produzir uma melhoria substancial no nível de vida da população, que poderá assumir postos de trabalhos antes vedados por uma baixa escolaridade. De maneira mais ampla, verifica-se uma evolução na situação educacional do país. O analfabetismo vem diminuindo, mas ainda assim, permanece alto nas regiões mais pobres do país. A imagem abaixo mostra índices relativos ao analfabetismo, de acordo com os estados brasileiros.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2018*. Brasília: INEP, 2019.

Figura 1: Taxa de analfabetismo no Brasil.



Fonte: IBGE, 2018[4].

Para a população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo prevista para 2015 era de 6,5%, mas o ano de 2017 apresentou um percentual de 7%. Embora o índice tenha caído em relação aos anos anteriores, percebe-se uma melhor aquém da meta estabelecida. O Nordeste e o Norte, de acordo com as informações divulgadas ainda possuem índices piores que as regiões sul e sudeste, onde também se concentram um maior número de cursos e instituições de ensino superior.

[4] ANALFABETISMO cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. *Agência IBGE Notícias*. 18 maio 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015. Acesso em: 6 jun. 2019.

O quadro a seguir apresenta a série histórica do aumento dos cursos de graduação no país.

Quadro 2: Número de Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino e por Grau Acadêmico – Brasil – 2008-2018

Ano	Cursos de Graduação										
	Total Geral	Modalidade de Ensino/Grau Acadêmico									
		Presencial					A distância				
		Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Bacharelado/ Licenciatura	Total	Bach.	Licenc.	Tecnológico	Bach./ Licenc.
2008	**25.366**	24.719	12.937	6.200	4.355	1.227	647	138	344	162	3
2009	**28.671**	27.827	15.663	6.697	4.491	976	844	157	485	200	2
2010	**29.507**	28.577	16.401	7.401	4.775	n.a.	930	185	521	224	n.a.
2011	**30.420**	29.376	16.832	7.352	5.192	n.a.	1.044	199	559	286	n.a.
2012	**31.866**	30.718	17.486	7.613	5.619	n.a.	1.148	217	581	350	n.a.
2013	**32.049**	30.791	17.665	7.328	5.798	n.a.	1.258	240	592	426	n.a.
2014	**32.878**	31.513	18.319	7.261	5.933	n.a.	1.365	290	595	480	n.a.
2015	**33.501**	32.028	18.938	7.004	6.086	n.a.	1.473	316	625	532	n.a.
2016	**34.366**	32.704	19.795	6.693	6.216	n.a.	1.662	387	663	612	n.a.
2017	**35.380**	33.272	20.578	6.501	6.193	n.a.	2.108	525	771	812	n.a.
2018	**37.962**	34.785	21.882	6.419	6.484	n.a.	3.177	855	996	1.326	n.a.

Fonte: BRASIL, 2019[5].

A partir das informações apontadas, percebe-se um aumento gradativo da oferta de cursos de graduação, mas esse patamar ainda não permite afirmar que existam vagas nas instituições para todos os egressos do Ensino Médio. Assim, a expansão da oferta de ensino superior pelo setor privado vem contribuindo significativamente para a ampliação do acesso a níveis mais altos de formação educacional. No quadro a seguir apresentamos os dados referentes ao número de matrícula, com ênfase nas regiões norte e nordeste para o ensino presencial.

[5] BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2018*. Brasília: INEP, 2019.

Quadro 3: Número de Matrículas de Graduação Presencial, por Categoria Administrativa (Pública e Privada), 2011 – 2020.

TABELA 11

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2011-2020

ANO	TOTAL GERAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
		PÚBLICA				PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2011	6.739.689	1.773.315	1.032.936	619.354	121.025	4.966.374
2012	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
2013	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
2015	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623
2017	8.286.663	2.045.356	1.306.351	641.865	97.140	6.241.307
2018	8.450.755	2.077.481	1.324.984	660.854	91.643	6.373.274
2019	8.603.824	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678
2020	8.680.354	1.956.352	1.254.080	623.729	78.543	6.724.002

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

Fonte: BRASIL, 2020[6].

Como se pode observar nos dados, houve avanço no ensino superior teve com significativo aumento no número de matrículas. O grande responsável por isso foi o setor privado, que hoje responde pela maior parte do número de vagas no ensino superior. Além do aumento no número de ingressantes, muitas mudanças significativas ocorridas no ensino superior aconteceram. Uma delas foi a modificação das classes que estão acessando esse tipo de ensino.

Se anteriormente o público das IES particulares estava situado nas classes A e B, a expansão das instituições de ensino superior a partir de 2000 ocasionou uma inversão nessa situação, ou seja, o aumento da oferta de cursos possibilitou também à classe C a oportunidade de usufruir da qualificação

[6] BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2020*. Brasília: INEP, 2020.

profissional em nível superior, e as previsões são de que esses índices melhores ainda mais com o avançar da próxima década.

Outra mudança ocorrida no âmbito da educação superior foi o aumento da procura por cursos tecnológicos, em detrimento dos tradicionais cursos de bacharelado e licenciatura. Em 2000, segundo a revista Exame, existia no Brasil 1 milhão de alunos matriculados em cursos tecnológicos, e a previsão de crescimento era contínua.

Tais demandas fazem-se sentir também no munícipio de Guarabira, o qual vem se constituindo como polo de educação na região do Brejo, atendendo alunos do ensino fundamental até a pós-graduação em ensino superior, situação que atrai estudantes de todo o Estado da Paraíba, bem como de outros estados da federação. Na rede municipal de educação, que atende da creche ao Ensino Fundamental completo, a cidade conta com 14 creches, 11 escolas de Ensino Fundamental na zona rural, 18 escolas de Ensino Fundamental na zona urbana, 1 Centro Integrado de Educação e Cultura, englobando uma creche, uma escola com quadra poliesportiva e duas piscinas, sendo uma semiolímpica.

Portanto, a EESAP se propõem a ofertar cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes áreas, conforme apresentamos na caracterização da instituição. Os cursos são projetados de forma a qualificar profissionais capacitados para atender as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, levando em consideração as particularidades regionais do Brasil, bem como, os anseios pessoais dos seus egressos.

Assim, trabalhando com todos os referenciais necessários, buscando atingir níveis de inserção locais e regionais, bem como tratando a educação como um dos componentes essenciais que forma a base do desenvolvimento de um país, a EESAP, procura se adequar de forma a corresponder às expectativas dos alunos, do mercado de trabalho e da sociedade, esta última a maior beneficiada com a expansão do ensino, pois qualificação significa, em última instância, impulso para uma melhor qualidade de vida para todos.

1.4 MISSÃO

A missão da EESAP traduz-se num projeto de ensino capaz de oferecer acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos de forma democrática, compreendendo o espaço universitário como um ambiente de transformação social e de difusão de valores humanos - como o pluralismo cultural e o pensamento livre - levando em conta que na atual sociedade informacional, as questões da homogeneização e do consequente empobrecimento da diversidade cultural têm sido permanentemente colocadas em pauta.

A IES entende que o ensino superior deve primar pelo multiculturalismo, estando atento aos fatores locais e globais, fomentando isso desde o ensino técnico de nível médio. Assim, ela busca um permanente diálogo com os sistemas produtivos, com as transformações tecnológicas e com as necessidades profissionais. Incentiva a formação permanente que pressupõem constante aperfeiçoamento e atualização, exigindo uma educação que, prezando a prática profissional, faz do egresso o sujeito de sua própria formação e ascensão profissional.

Pautado pelas questões acima expostas, a EESAP tem como missão:

- *Produzir, organizar e expandir conhecimentos por meio de atividades de ensino e extensão, formando profissionais diferenciados, que atuem de forma autônoma, capazes de atender a demanda do mercado em que estão inseridos, com ética e espírito empreendedor, empregando as inovações tecnológicas e desenvolvendo habilidades técnico-comportamentais para o exercício profissional de excelência.*

1.5 VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

A IES possui como visão:

- *Pretende ser reconhecida regionalmente enquanto instituição de ensino superior por meio da oferta qualificada de cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação lato sensu, com vistas à formação de profissionais e especialistas do mais alto nível.*

Os ***valores*** definidos para a IES por sua vez se expressam no compromisso ético com a responsabilidade social, o respeito, a inclusão, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental e no respeito às diversidades.

1.6 METAS

A EESAP tem como meta o cumprimento de sua missão e seus objetivos, bem como, a implantação integral de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, fixado para o período de 2018 a 2022 e consolidado numa política de criação, implantação e avaliação de suas ações prioritárias abaixo descritas.

Quadro 4: Metas prioritárias para o desenvolvimento institucional

METAS	CRONOGRAMA DE AÇÕES
Fortalecer a identidade da Instituição perante a Comunidade	Permanente
Aprimorar os documentos institucionais (Regimento Geral, PDI/PPI, Projetos Pedagógicos e Regulamentos internos)	2022 - 2026
Apoiar a implantação e a consolidação de Programas de Pós-Graduação	Permanente
Promover investimento, atualização, inovação, padronização e expansão da biblioteca.	2022 - 2026
Ofertar programas de bolsas aos discentes	2022 - 2026
Apoiar a qualificação/capacitação Docente e Técnico-administrativa	2022 - 2026
Intensificar o desenvolvimento e utilização de TIC's na oferta educacional	2022 - 2026
Atualizar os laboratórios	Anualmente, de acordo com previsão orçamentária
Ampliar a oferta de novos cursos	Após pesquisa de mercado
Fortalecer as políticas de inclusão, necessidades especiais educacionais e acessibilidade	2022 - 2026
Reconhecer os cursos autorizados	Protocolo entre metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo.
Ofertar percentual de carga-horária EAD nos cursos presenciais	2022 - 2026
Fomentar mecanismos de interação com a sociedade	2022 - 2026
Procedimentos para a Avaliação Institucional	Semestralmente
Divulgação dos relatórios da CPA	Até 31 de março de cada ano

Reforma e expansão da estrutura física da IES	Anualmente, de acordo com previsão orçamentária e necessidades detectadas
Solicitar o Recredenciamento da IES	Dentro do período de vigência do ato de Credenciamento
Implantar oferta na modalidade educação a distância	Até 2023
Projetar o controle orçamentário da IES	Anualmente
Processo seletivo	Semestralmente
Aplicar políticas de acompanhamento dos egressos	Permanentemente
Ofertar mecanismos de nivelamento aos alunos	Permanentemente
Oferta cursos técnicos de nível médio	A partir de 2023

1.7 OBJETIVOS

Para dar conta da sua missão institucional e atingir as metas propostas na visão institucional, a EESAP tem como objetivos:

I - formar profissionais, através da oferta do ensino técnico de nível médio, de graduação, extensão, tecnológica, pós-graduação e outras, capazes de atuar de forma ativa e reflexiva, a partir de visões generalistas, espírito investigativo, crítico, aptos a dominas competências e habilidades de sua respectiva área de atuação;

II - formar profissionais aptos a gerenciar o seu próprio conhecimento permanentemente e de forma autônoma;

III - criar condições para uma educação verdadeiramente permanente e continuada, com alcance desde os seus agentes educacionais até seus educandos;

IV - utilizar suas atividades de extensão como mecanismo propiciador para o enriquecimento e a inovação do processo educativo com vistas à ampliação dos saberes nas várias áreas do conhecimento;

V - estimular a produção científica e intelectual do corpo docente por meio do fomento à divulgação e publicação dos seus trabalhos em eventos e periódicos nacionais e internacionais, bem como incentivar a busca contínua por uma melhor titulação;

VI - promoção da Extensão de seus serviços e cursos à comunidade em geral, atuando com responsabilidade social;

VII - produzir e/ou contribuir para a publicação qualificada de periódicos, livros e demais produções de interesse da comunidade acadêmica e da IES;
VIII - promover a formação continuada do seu corpo técnico e docente, de modo a contribuir para o entrosamento entre a qualificação acadêmica e a responsabilidade social assumida pela Instituição;
IX - difundir o saber através de projetos de responsabilidade social e, assim, contribuir para a socialização e democratização do conhecimento;
X - desenvolver e aplicar projetos de inovação que visem o alargamento das fronteiras e a diversificação de saberes, de modo a combater a fragmentação e ao mesmo ampliar o diálogo entre os diferentes conhecimentos;
XI - desenvolver coerentemente uma sistemática de avaliação das ações da IES como um todo e promover o acompanhamento contínuo destas, por meio de parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento da missão institucional;
XII - garantir a melhoria da qualidade acadêmica, privilegiando a qualificação formal e social dos sujeitos através do desenvolvimento das ações políticas, acadêmicas e administrativas pertinentes à missão institucional;
XIII - promover o cumprimento de suas ações, modernizando os processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional de recursos humanos, físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão;
XIV - propiciar o intercâmbio com instituições congêneres e com organizações diversas, que contribuam para o enriquecimento mútuo por meio da troca de saberes e experiências.

1.8 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A responsabilidade social é um dos vetores que orienta as políticas e ações da EESAP. Ao entender a educação como um direito de todo cidadão, a instituição abre a possibilidade de utilizá-la na fundamentação de sua política de responsabilidade social, fazendo a fusão da formação técnica, ética e humana e da oferta de um ensino de qualidade a todos, com princípios como a inclusão social e a diversidade étnica e cultural, sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.

A IES compreende que o conceito de responsabilidade social deve considerar uma forma de participação mais direta nas ações comunitárias da região em que se insere, aliando a isso outras atitudes, como o investimento no bem-estar de seus funcionários, incentivos à preservação do meio ambiente e fomento às ações que visem à redução dos abismos econômicos e sociais existentes nos níveis regional e nacional. É para atuar também nesses canais, e não apenas na profissionalização de seus alunos, que as instituições de ensino superior têm sido permanentemente convocadas.

A EESAP, buscando corresponder a essas expectativas, propicia a abertura de um espaço para o diálogo, a crítica e a reflexão, incentivando a prática da democracia em todas as instâncias da sociedade; com isso, o conhecimento produzido extravasa o seu ambiente e chega à comunidade externa.

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra. A Instituição prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região. Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a Instituição tem como responsabilidade, entre outras:

- atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;

- identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Autoavaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei do SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social. A Instituição desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes através da oferta de Bolsas Acadêmicas. Esta oferta das Bolsas Acadêmicas objetiva:

- possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estudos a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho.

Além dos elementos apontados acima, nosso Plano de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais reforça nosso compromisso pelo cumprimento de nossas responsabilidades sociais.

Criado em agosto de 2022 para implementação em 2023, o projeto social – As Marias – é uma iniciativa da EESAP que visa acolher meninas em situação de vulnerabilidade social da cidade de Guarabira e Região. O projeto tem como objetivo firmar parcerias com o Ministério Público, Conselho Tutelar, escolas, serviços de saúde e empresas privadas e organizações não-governamentais para ofertar serviços de saúde, orientação educacional, cultura, lazer e orientação legal. O projeto envolverá toda a comunidade acadêmica, alunos, professores e colaboradores, para atuarem de forma direta ou indireta na assistência dessas meninas, As Marias.

2 POLÍTICAS DE GESTÃO

Tendo como referência sua missão, a EESAP, estabelece como objetivo principal da política de gestão de pessoas, proporcionar a devida clareza dos papéis, direitos e deveres dos colaboradores, de forma a obter altos índices de produtividade e qualidade nos serviços prestados, apoiando-se numa política que procura estabelecer a melhor relação entre colaboradores e a Instituição.

O Conselho Superior - CONSUP, em conjunto como a Diretoria Geral, tem a responsabilidade de assegurar que a IES tenha uma Gestão de Pessoas efetiva, por meio da aprovação e controle das políticas pertinentes, bem como das movimentações funcionais, admissão, demissão, transferências, promoções, aumentos de salários, licenças, férias, orçamento de pessoal e outros procedimentos relacionados ao quadro de colaboradores.

Dessa forma, a gestão da IES é desenvolvida de forma participativa, com base na estrutura organizacional constante em nosso Regimento Geral. O PPI e o PDI da Instituição estão em consonância com os preceitos de uma organização pautada na gestão participativa e nos órgãos colegiados.

2.1 CORPO DOCENTE

O regime de trabalho e a qualificação do corpo docente da EESAP seguem a diretrizes estabelecidas no plano de carreira, as diretrizes do Ministério da Educação, bem como, os dispositivos legais estabelecidos pela legislação trabalhista. Dessa forma, o corpo docente será composto por professores especialistas, mestres e doutores, contratados em tempo integral, parcial e horistas.

Uma instituição cujo objetivo é desenvolver toda a potencialidade de seus alunos, tornando-os criativos e competentes, deve necessariamente investir de modo consistente em seu corpo docente, para que os mesmos possam causar impacto positivo nos alunos.

Assim, a instituição procura desenvolver atividades para que seu corpo docente possa se envolver de modo efetivo na filosofia educacional da IES, através de seminários, cursos de capacitação e qualificação, reuniões semanais das equipes didáticas e outras atividades que orientem suas práticas docentes e seu comportamento na sala de aula. Além disso, deverá fornecer o respaldo necessário para que o docente esteja capacitado, técnica e pedagogicamente, para desenvolver com segurança suas atividades junto aos alunos.

O acompanhamento do planejamento pedagógico do docente visa promover a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, discutir e analisar, em conjunto com os docentes e coordenação, os indicadores da avaliação institucional para a definição de ações pedagógicas, contatos com os docentes sobre a necessidade de apoio pedagógico e assessorar as fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina. Também é feito através do plano de ensino, apresentado ao coordenador do curso no início de cada período, entregue e apresentado aos discentes no primeiro dia de aula pelo próprio docente, para que esses tenham conhecimento da ementa, do conteúdo programático, das principais referências, da metodologia e também do sistema de avaliação a ser usado, com explicitação do valor atribuído a cada atividade.

O plano de ensino é avaliado pelo coordenador do curso e também pelo respectivo NDE. A partir da apresentação do plano de ensino, os próprios alunos avaliam sua execução em sala de aula, dispondo de canais apropriados para manifestar seu parecer, como avaliação escrita semestralmente, contato direto

com o coordenador de curso, participação no colegiado, através de representação e pôr fim a CPA.

2.1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

A EESAP adota como política instituconal o estímulo à difusão da produção acadêmica dos docentes, por meio da construção de condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades institucionais, bem como possibilitando a participação dos docentes em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Para tanto, a IES se compromente a organizar as atividades acadêmicas de modo que os docentes possam se fazer presentes nestas. Além disso, a depender da dotação orçamentária anual, poderá ser concedido auxílio financeiro para viabilizar a participação dos docentes.

Internamente a IES promove eventos acadêmicos, constituindo em uma oportunidade para os docentes socializarem suas atividades, bem como relatos de experiência de ações exitosas no âmbito do ensino e da extensão. Dentre as atividades que permitem a difusão da produção acadêmica docente a EESAP oferta a Jornada Acadêmica Integrada – JAI, que ocorre anulamente com publicações científicas e emissão de anais, publicação semestral da revista institucional, que tem por título, Sociedade em Debate, publicação de e-books e grupos de estudos que fomentam a pesquisa para publicações diversas.

2.1.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE ATUALIZADO

A qualidade do ensino, naturalmente, resulta da combinação de um conjunto de elementos intimamente relacionados dentre os quais se destacam, sobretudo, as características e preparação dos discentes e docentes, a natureza dos programas e métodos de ensino, a adequação das instalações físicas e dos equipamentos, o clima institucional das relações humanas em que se desenvolve o processo de ensino envolvendo valores, atitudes e motivações em que tem lugar o processo de ensino/aprendizagem.

Nesta perspectiva, acredita-se que profissionais mais capacitados, tendem a produzir melhores resultados. Logo, instituições de ensino superior com corpo docente mais qualificado, tendem a obter melhor desempenho na relação de ensino e aprendizagem, consequentemente, melhor desempenho de seus acadêmicos. A qualificação do docente é compreendida como sendo um conjunto que envolve titulação acadêmica, experiência técnica profissional e experiência na docência.

2.1.3 PROGRAMA DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO DOCENTE – PIQ

A política de qualificação docente da EESAP valoriza a educação continuada dos professores e tutores, contribuindo para um melhor desenvolvimento profissional e tem os seguintes objetivos:

- Ampliar a formação dos professores e tutores de modo permanente aprofundando os conhecimentos específicos, o conhecimento pedagógico e a prática docente.
- Qualificar o corpo docente e tutorial nas modalidades de cursos de doutorado, mestrado, especialização e outras formas cabíveis.
- Conceder bolsas parciais aos professores para cursarem os cursos de pós-graduação – em nível de especialização, mantidos pela instituição sem prejuízo da carga didática do professor, de acordo com os critérios estabelecidos nos programas.
- Apoiar a participação de professores, tutores e técnicos que vierem a integrar grupos de estudos.
- Incentivar a participação de professores integrantes do corpo docente nos programas de cursos de pós-graduação – especialização e mestrado - de acordo com a disponibilidade orçamentária, e as nelas definidas nos planos anuais de qualificação docente, considerando os limites dos cursos de vocação autossustentáveis.
- Conceder ajuda de custo para participação em eventos e outras atividades vinculadas às funções desempenhadas pelo docente e

ou técnico na instituição, considerando a disponibilidade orçamentária, o e desempenho nas atividades didáticas / técnicas desenvolvidas.

Na busca da consecução dos objetivos relativos à qualificação do corpo docente e tutorial, a instituição oferece os seguintes incentivos:

1. Bolsas-auxílio parciais para os cursos de doutorado, mestrado, especialização *lato sensu* e graduação, em instituições brasileiras, que cobrem mensalidades dos alunos, obedecendo a critérios previamente estabelecidos;
2. Bolsas integrais ou parciais em graduação e pós-graduação ofertados pela EESAP.
3. Concessão de auxílio mediante pagamento de inscrições, transporte, hospedagem e alimentação, para que os seus professores participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim, mediante análise;
4. Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional com gratuidade parcial ou integral, aos seus professores, podendo ser do interesse dos mesmos ou da instituição.
5. Divulgação e /ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais inéditos de seu pessoal docente;
6. Licença, para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais, devendo multiplicar os conhecimentos adquiridos, através de palestras, semanas culturais, reuniões.

2.1.4 REGULAMENTO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE/TUTORES

TÍTULO I
DA CAPACITAÇÃO DOCENTE/TUTORES

CAPÍTULO I
DOS CURSOS, PROGRAMAS E ATIVIDADES

Art. 1.º A Instituição de Ensino Superior viabiliza a capacitação de docentes/tutores integrantes de seu quadro funcional e de recém-formados para posterior absorção, através de sua participação nas seguintes modalidades de aperfeiçoamento acadêmico-profissional:

i. cursos de aperfeiçoamento e especialização;
ii. cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado;
iii. outras formas de qualificação docente e tutorial, não enquadradas nas categorias anteriores.

§ 1.º A participação de que trata este artigo pode ensejar o afastamento integral ou parcial do docente/tutor, no que se refere às suas obrigações.

§ 2.º Os afastamentos de que trata o § 1.º, quando remunerados, não podem exceder o teto financeiro anual fixado pela Mantenedora.

CAPÍTULO II

DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

Art. 2.º A capacitação, através dos cursos, programas e atividades de que trata o art. 1.º pode se desenvolver na Instituição de Ensino Superior, ou em outras instituições do País e do Exterior.

CAPÍTULO III

DO AFASTAMENTO

Art. 3.º O afastamento previsto no § 1.º do art. 1.º tem duração variável, a depender da natureza da capacitação e sujeito as deliberações do CONSELHO SUPERIOR, conforme os seguintes prazos:

a) até 06 (seis) meses, para cursos de aperfeiçoamento e especialização;
b) até 30 (trinta) meses, para cursos de mestrado;
c) até 48 (quarenta e oito) meses, para cursos de doutorado;
d) até 12 (doze) meses, para programas de pós-doutorado.

Art. 4.º Os prazos estabelecidos no art. 3.º podem ser prorrogados com a aprovação do CONSELHO SUPERIOR, devendo ser ouvidos a Coordenação do Curso a que estiver vinculado o docente/tutor.

Parágrafo Único: Será exclusiva do CONSELHO SUPERIOR da EESAP, a competência para o estabelecimento do prazo prorrogado.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 5.º Compete ao Conselho Superior da EESAP a supervisão do Programa de Capacitação Docente, nas modalidades compreendidas nas alíneas a, b, e c do art. 1.º da presente norma.

Art. 6.º Compete à Coordenação de Curso a que estiver vinculado o docente/tutor a supervisão do Programa de Capacitação Docente/tutor, nas modalidades compreendidas na alínea d do art. 1.º da presente norma.

TÍTULO II

DOS PROJETOS ANUAL E PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE/TUTOR

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO

Art. 7.º Compete ao CONSELHO SUPERIOR da EESAP, aprovação dos Projetos Anual e Plurianual de Capacitação Docente/tutor, elaborados pelo Conselho Pedagógico.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO DOS POSTULANTES

Art. 8º Para elaborar os Projetos, o Conselho Superior da Instituição deve considerar:

a) o mínimo de 02 (dois) anos de serviço do docente/tutor na Instituição;
b) o valor do desempenho acadêmico do docente/tutor;
c) o projeto de estudo do docente/tutor;
d) o impacto da realização dos estudos a serem realizados pelo docente/tutor, na área a que estiver vinculado o docente/tutor e na Instituição;
e) a compatibilização do projeto de estudos do docente/tutor com os interesses institucionais;
f) a elevação dos Índices de Qualificação do Corpo Docente;
g) o credenciamento e/ou recomendação, pela CAPES, dos cursos de mestrado ou doutorado.

§ 1.º O Conselho Superior do Instituto deve observar as determinações da CAPES, quanto ao tempo de serviço, no caso de candidatos à bolsa.

§ 2.º Os critérios fixados no *caput* deste artigo não se encontram hierarquizados, apresentando todo o mesmo nível de importância.

§ 3.º Para indicação de recém-formados, o Conselho Superior da Instituição deve considerar o desempenho escolar do postulante, bem como os requisitos previstos nas alíneas b a g do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III

DA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 9º. O Conselho Superior da Instituição deve aprovar as propostas de capacitação, conforme a disponibilidade orçamentária

Art. 10. As Coordenações de Curso devem apresentar ao Conselho Superior da Instituição, visando a compatibilização prevista no art. 7.º, os seus Projetos Anual e Plurianual.

Art. 11. O Conselho Superior da Instituição deverá compatibilizar os Projetos Anual e Plurianual de Capacitação Docente/tutor até 30 (trinta) de setembro de cada ano.

TÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS ANUAL E PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO

CAPÍTULO I

DA PREPARAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS POSTULANTES

Art. 12. Cada Coordenação de Curso estimulará seus respectivos docentes/tutores a se engajar em atividades de capacitação voltadas para as linhas básicas de interesse da Instituição.

Art. 13. Para consecução das finalidades previstas no art. 12, se necessário, pode ser concedida carga horária destinada à preparação do postulante ao ingresso em programa de pós-graduação.

Parágrafo Único: A preparação a que se refere o *caput* deste artigo deve ter como finalidade:

a) habilitá-lo na proficiência em leitura técnica e científica em idiomas estrangeiros;
b) atualizá-lo sobre conhecimentos fundamentais na área de interesse;
c) liberá-lo para frequentar, como aluno especial, disciplinas oferecidas por programas de pós-graduação.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DO AFASTAMENTO

Art. 14. O docente/tutor indicado, na forma e para os efeitos destas Normas, somente tem viabilizado o seu afastamento pelo Conselho Superior da Instituição após apresentar:

a) documento comprobatório de sua aceitação por parte da instituição responsável pelo curso ou programa;
b) escala de férias, relativa ao período de afastamento, aprovada pela Coordenação do Curso a que estiver vinculado;
c) projeto de estudos, com cronograma de execução.

Parágrafo Único: O afastamento é considerado autorizado e efetivado depois de apresentados os documentos exigidos, assinado o Contrato

de Afastamento e expedida o competente comunicado pelo Conselho Superior da Instituição.

CAPÍTULO III

DA PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO

Art. 15. A prorrogação do afastamento, prevista no art. 4.º, deve ser solicitada pelo interessado à Coordenação do Curso a que estiver vinculado, para fins de elaboração de parecer ao Conselho Superior da Instituição.

Parágrafo Único: O pedido de prorrogação deverá estar instruído com a seguinte documentação:

a) solicitação oficial, com as razões do pedido e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do afastamento;
b) apresentação do projeto de estudos para o período de prorrogação.

Art. 16. Satisfeitas as condições previstas no artigo anterior, caberá à Coordenação do Curso a que estiver vinculado o docente/tutor o encaminhamento do pedido ao Conselho Superior da Instituição, juntamente com o seu parecer, o qual deve conter a análise do mérito, conveniência, duração da prorrogação solicitada e compromisso de continuar assumindo as atividades do docente afastado.

Parágrafo Único: A prorrogação do afastamento é considerada autorizada e efetivada somente após a assinatura do aditamento ao Contrato de Afastamento e a expedição do correspondente comunicado pelo Conselho Superior da Instituição.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Art. 17. Para fins de observância dos artigos 5.º e 6.º do presente Projeto de Capacitação, caberá ao afastado a apresentação à Coordenação do Curso a que estiver vinculado, conforme a capacitação realizada, de relatórios trimestrais de atividades, com a documentação comprobatória de seu rendimento.

Parágrafo Único: Os relatórios de que trata o presente artigo, devem ser entregues até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fim do trimestre, exceto para o último relatório do ano, cujo prazo final de entrega é 10 (dez) de dezembro.

Art. 18. Ao término do curso ou programa, o docente/tutor deve apresentar Relatório Final, acompanhado de cópia do certificado de conclusão do curso, cópia da Ata de Defesa de Dissertação ou Tese, juntamente com 03 (três) exemplares da Monografia, Dissertação ou Tese, conforme a natureza da capacitação realizada.

Parágrafo Único: Aplica-se o mesmo dispositivo aos recém-formados que serão aproveitados para o quadro docente/tutor da Instituição, na forma deste Projeto de Capacitação.

Art. 19. O não-cumprimento do disposto nos artigos 17 e 18 ou a apresentação de rendimento insatisfatório no curso ou programa, pode implicar na suspensão dos benefícios previstos nestas Normas, inclusive do benefício de concessão de afastamento.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. De acordo com o previsto nos termos do art. 14 do Plano de Carreira do Pessoal Docente/tutor, a concessão de qualquer afastamento para efeitos de capacitação previsto nestas normas importa no compromisso, por parte do docente/tutor ou do recém-graduado a ser integrado no quadro docente/tutor, de realizar atividades letivas na EESAP por tempo mínimo igual ao do afastamento concedido, sob pena de indenização à Instituição por todas as despesas proporcionadas, constantes no Contrato de Afastamento.

Parágrafo Único: para efeitos de contagem de tempo de vínculo com a Instituição a que se refere o *caput* deste artigo, serão somados, se for o caso, o tempo das prorrogações concedidas durante o período de afastamento.

Art. 21. Os recém-formados, indicados para cursarem programas de pós-graduação, não têm direito a qualquer forma de remuneração pela Instituição.

Art. 22. Os casos omissos nesta norma serão resolvidos pelo Conselho Superior da Instituição.

2.1.5 PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Juntamente com o PLANO DE QUALIFICAÇAO DOCENTE – PIQ, a EESAP tem como proposta, a implantação do Plano de Carreira Docente – PCD, que regula as condições de seleção, admissão e progresso na carreira dos membros do corpo docente.

De acordo com o Plano de Carreira, o corpo docente da EESAP, será organizado em suas categorias gerais: professores efetivos e professores colaboradores (horistas). A carreira docente será estruturada em quatro classes principais de acordo com o título maior do docente: graduado, especialista, mestre ou doutor. Cada uma das classes, identificadas respectivamente por: Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular.

A progressão entre as classes dá-se por processo de avaliação de mérito e produtividade instruídos segundo as regras e normas baixadas pelo Conselho

Superior – CONSUP e pelo Conselho de Ensino e Extensão – CONSE. A progressão terá como requisito mínimo à obtenção do título correspondente à classe pretendida, e a existência de vaga na classe, conforme pode se ver diretamente no Plano de Carreira Docente apresentado abaixo:

PLANO DE CARREIRA DOCENTE

CAPÍTULO I
DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º. Este Plano de Carreira Docente regula as condições de admissão, os direitos e vantagens em decorrência da movimentação na carreira do corpo docente do Centro Educacional Três Marias EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com atuação na área educacional, inscrita no CNPJ nº. 14.255.311/0001-06, localizada na Av. Epitácio Pessoa, 494,, João Pessoa-PB, Mantenedora da Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano - EESAP, a partir de agora apenas nomeadas como Mantenedora e Mantida, respectivamente.

Art. 2º. As relações de trabalho entre o corpo docente e a Mantenedora são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º. Os cargos ou funções do corpo docente da Mantenedora são acessíveis a todos quantos satisfaçam os requisitos estabelecidos neste Plano de Carreira Docente.

Art. 4º Entende-se como atividades do corpo docente aquelas que são adequadas ao sistema indissociável do ensino e extensão, bem sejam exercidas em uma Unidade de Ensino Superior, com o objetivo de ampliar e transmitir o saber.

Parágrafo único. São também consideradas como atividades do corpo docente aquelas inerentes à administração escolar e universitária, privativas de docentes de nível superior.

CAPÍTULO I
DO CORPO DOCENTE

Art. 5º. O Corpo Docente de cada Curso será constituído pelo pessoal que nele exerça atividades de ensino e extensão.

Parágrafo único. O Pessoal Docente será distribuído e lotado em Coordenações, constituídos de disciplinas afins, as quais passarão a caracterizar os respectivos cargos e/ou funções.

Art. 6º. O Corpo Docente integrará o Quadro de Pessoal da Mantida, fixado por Portaria da Direção Geral.

Art. 7º. A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta pública, são condições fundamentais para o ingresso e permanência no corpo docente da Mantenedora.

Art. 8º. A admissão de Pessoal Docente far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora e a seleção de candidatos será feita com observância dos critérios estabelecidos no Regimento da Mantida e neste Plano de Carreira Docente.

CAPÍTULO II
DA CLASSIFICAÇÃO E FIXAÇÃO DOS CARGOS

Art. 9º. A Carreira do Pessoal Docente, integrante do corpo docente da Mantenedora, será constituída por 3 (três) Categorias e 8 (oito) níveis.
§ 1º. As categorias de professor são constituídas de classe única em 8 (oito) níveis.
§ 2º. O Corpo Docente será formado por:
I - Professor Titular:
- ser portador de título de Doutor;
II - Professor Adjunto:
- ser portador do Título de Mestre;
III - Professor Assistente:
- ser portador de título de Pós-Graduação *lato sensu*.

Art. 10. A Mantenedora fixará anualmente, por Departamento, o número de cargos do corpo docente, no Regime de Tempo Parcial - TP (12 horas a 20 horas semanais) e o Regime de Tempo Integral - TI (40 horas semanais).

Parágrafo único. A Mantenedora poderá, na medida de sua conveniência, contratar professores em regime de Tempo Hora (TH).

CAPÍTULO III
DO INGRESSO E ACESSO

Art. 11. O corpo Docente será contratado de acordo com as normas constantes neste Capítulo pela Mantenedora, por indicação do Diretor Geral, obedecendo a este Plano de Carreira Docente.
§ 1º Caberá às Coordenações comprovar a necessidade da contratação de Docentes, fazendo o exame das credenciais dos interessados em conjunto com o Diretor Geral.
§ 2º A contratação de professor será feita mediante a indicação das Coordenações ao Diretor Geral após análise do Currículo Lattes, respeitada a legislação vigente, ou quando necessário, através de Prova escrita, de Títulos e Didática.

Art. 12. O professor contratado será enquadrado de acordo com sua titulação, conforme previsto no Art. 9º §2º.

Art. 13. A ascensão à categoria mais elevada se dará por meio dos critérios de merecimento, enquanto que a mudança de nível se dará por merecimento e antiguidade.
§ 1º O acesso de uma categoria para outra se dá por merecimento, após obtenção de título de pós-graduação *stricto sensu* correspondente à classe pleiteada, realizado no Brasil com reconhecimento do Ministério da Educação ou, quando realizado no exterior, devidamente revalidado nos termos da legislação vigente.
§ 2º No ato de solicitação de mudança de categoria o docente deverá entre requerimento próprio (Anexo II) à Direção Geral, acompanhado de cópia autenticada do diploma e histórico escolar do título apresentado.
§ 3º A passagem de um nível para outro dentro da mesma categoria se dá por tempo de serviço efetivo na Carreira Docente no mesmo estabelecimento de ensino, em caráter permanente a cada três (3) anos de interstício, mediante resultado positivo em

avaliação de desempenho realizada quando da solicitação de mudança de nível pelo docente.
§ 4º O docente deverá atingir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação geral da tabela constante no Anexo IV para ter acesso à mudança de nível pleiteada.
§ 5º No ato de solicitação da mudança de nível o docente deverá entregar requerimento próprio (Anexo III) à Direção Geral, acompanhado da Ficha de Avaliação para Mudança de Nível (Anexo V) e memorial descritivo das atividades desenvolvidas nos últimos cinco (5) anos devidamente comprovado.

Art. 14. A admissão do pessoal docente será feita conforme a disponibilidade de vagas existentes no quadro de professores.

CAPÍTULO IV
DA ACUMULAÇÃO

Art. 15. É vedado ao membro do corpo docente da Mantenedora manter com ela dupla vinculação contratual para essa função.

Art. 16. O cumprimento de mais de uma função, por membro do corpo docente da Mantenedora, deverá ser compatibilizado dentro do regime de trabalho docente.

CAPÍTULO V
DO AFASTAMENTO

Art. 17. Além dos casos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ocorrer o afastamento do ocupante de cargo do Magistério, com direitos e vantagens estabelecidos neste Plano de Carreira Docente, para:
I - aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras e comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente na Mantida.
II - exercer cargos administrativos na Mantida.
§ 1º O pedido de afastamento deverá ser encaminhado por meio da Coordenação competente, em requerimento dirigido ao Diretor Geral, com a exposição de motivos e a programação a que se destina.
§ 2º O Docente somente poderá afastar-se ou permanecer afastado, para a realização de Curso de Aperfeiçoamento na área específica ou afim à disciplina que leciona ou em atividades de interesse do Curso.
§ 3º O afastamento do ocupante de cargo de docente previsto nos itens I e II deste artigo, se dará mediante proposta da Coordenação respectiva, após pronunciamento do Conselho Pedagógico e com posterior análise do Diretor Geral, cabendo a este a decisão final, após o que deverá expedir a Portaria competente no caso de deferimento.

Art. 18. Os docentes licenciados nos termos do inciso I do art. 17 deverão firmar antecipadamente o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos à Mantida, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora acrescidas de atualização monetária.
Parágrafo único. Durante o período do Curso ou estágio e ao final do mesmo, fica o docente obrigado a remeter à Coordenação no qual está lotado relatório semestral das atividades, com visto do Coordenador do Curso, bem como a comprovação de frequência mensal emitida pela Instituição.

CAPÍTULO VI
DO REGIME DE TRABALHO E SALÁRIO

Art. 19. O Pessoal Docente de Ensino Superior da Mantida está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:
I - regime de TP - Tempo Parcial, de 12 (doze) a 20 (vinte) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em sala de aula que requeiram no máximo 75% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso;
II - regime TI - Tempo Integral, com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em salas de aula, que requeiram no máximo 50% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime, diretores, coordenadores de curso e professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso;
III - regime TH – Tempo Hora, Professores contratados apenas para atividades docentes conforme as necessidades dos cursos mantidos pela Mantida.
§ 1º As horas de trabalho não utilizadas em sala de aula do Docente “TI” e “TP”, serão distribuídas em assistência aos alunos, projetos de ensino, projetos de extensão, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão a se desenvolverem na Mantida ou em local que for determinado pela Diretoria.
§ 2º A hora-aula, para efeito de salário, compreende as atividades de preparação e correção de provas e exames.
§ 3º As atividades de extensão e assessoria referidas no parágrafo primeiro, poderão ser remuneradas complementarmente, a cargo do Conselho Diretor.
§ 4º As atividades previstas no § 1º, serão desenvolvidas preferencial na Mantida, respeitada a natureza e a especificidade da atividade.

Art. 20. A Tabela Salarial, para o pessoal docente, será fixada com base no valor de hora-aula, estabelecido na legislação pertinente e na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Categoria, observados, ainda, os seus critérios de cálculo.
Parágrafo único. A progressão da tabela de salários dos docentes é estruturada tomando como base o nível anterior do cargo, aplicando-se o percentual de 3% (três por cento) entre os níveis salariais.

Art. 21. O salário inicial de cada categoria (Assistente, Adjunto e Titular) da Carreira Docente será calculado com base no valor da hora-aula definida em Convenção Coletiva de Trabalho, acrescido dos incentivos remuneratórios por tempo de serviço a que o professor fizer jus, nos termos do presente Plano de Carreira Docente.

Art. 22. É permitida a flexibilização da quantidade de horas/aula ministradas, dentro do regime de trabalho do docente, a critério do Diretor, quando o Professor ocupar os seguintes cargos ou funções:
I - Direção ou Vice Direção;
II - Coordenação de Curso.

Art. 23. Os Docentes designados para funções administrativas de Diretor Geral e Vice-Diretor receberão salário de acordo com a categoria e nível em que ocupam quando da designação, acrescidas respectivamente da função gratificada, por portaria especifica da Entidade Mantenedora.
Parágrafo único. Os Docentes designados para os cargos de Coordenadores de Curso e Chefes de Departamentos receberão salário de acordo com a categoria e nível em que ocupam quando da designação, acrescidas respectivamente da função gratificada, definida por portaria específica da Entidade Mantenedora.

Art. 24. Os valores remuneratórios do Corpo Docente são periodicamente reajustados, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 25. Ao Professor compete:
I - elaborar o Plano de Ensino e Extensão das disciplinas de que é responsável;
II - supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade;
III - rever ou reelaborar mensalmente, o Plano de Ensino e Extensão das disciplinas de que é responsável;
IV - adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de ensino e extensão;
V - ministrar aulas considerando a indissociabilidade do ensino e da extensão;
VI - apresentar projetos de extensão, de forma indissociada das atividades de ensino;
VII - exercer outras atribuições inerentes às suas competências ou determinadas pelos órgãos ou autoridades superiores, de acordo com este Plano de Carreira Docente, no âmbito de sua atuação;
VIII - manter e zelar pela disciplina do corpo discente, no exercício de suas funções;
IX - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento acadêmico, julgar e registrar os resultados apresentados pelos alunos, nos termos das normas aprovadas e da Legislação;
X - entregar à Coordenação de Curso os resultados das avaliações do aproveitamento acadêmico e demais trabalhos escolares, nos prazos fixados;
XI - observar e fazer cumprir o regime disciplinar da Instituição;
XII - participar de Reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertence e de Comissões para as quais for designado, ocorridas dentro do horário de trabalho;
XIII - cumprir e fazer cumprir o presente Plano de Carreira Docente, o Regimento da Mantida bem como a legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII
DOS DIREITOS E VANTAGENS

Art. 26. Além do salário do cargo, o membro do corpo docente da Mantenedora poderá receber as seguintes vantagens pecuniárias:
I - diárias;
II - ajuda de custo;
III - adicional de insalubridade e/ou periculosidade de acordo com a legislação vigente;
IV - pró-labore.

Parágrafo único. Também é assegurado ao professor:
I - reconhecimento como competente em sua área de atuação;
II - acesso ao seu aprimoramento profissional;
III - infraestrutura adequada ao exercício profissional;
IV - salário compatível com sua qualificação.

CAPÍTULO IX
DA IMPLANTAÇÃO DO PCCS E ENQUADRAMENTO DO CORPO DOCENTE

Art. 27. Por ocasião da implantação do PCCS, o corpo docente será divido em três grupos (Grupo A, B e C) organizados conforme o tempo de serviço na instituição, sendo o grupo A composto pelos docentes com mais de cinco anos de tempo de serviço; o grupo B composto pelos docentes com três a cinco anos de tempo de serviço; e o grupo C composto pelos docentes com até 2 anos e 11 meses de tempo de serviço. Os

docentes serão enquadrados na categoria correspondente à titulação e no nível correspondente ao atual salário.

§1º O Grupo A será enquadrado no PCCS no prazo de até 2 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.
§2º O Grupo B será enquadrado no PCCS no prazo de até 4 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.
§3º O Grupo C será enquadrado no PCCS no prazo de até 6 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. O controle de frequência do Docente será exercido pela Coordenação sob a supervisão do Diretor Geral.

Art. 29. Haverá a seguinte hierarquia para efeito de pedido de reconsideração de recurso e representação do corpo docente da Mantenedora:
I - Coordenador do Curso;
II - Diretor Geral;
III - Conselho Superior.

Art. 30. Em caso de não acolhimento do recurso ou representação, o interessado poderá recorrer à instância imediatamente superior.

Art. 31. Os direitos, deveres e penalidades disciplinares do Corpo Docente estão estabelecidos no Regimento.

Art. 32. O Conselho Superior disporá sobre as normas regulamentares relativas aos Professores Visitantes, Colaboradores e Associados.

Art. 33. O regime de tempo integral com dedicação exclusiva será regulamentado pelo Conselho Superior.

Art. 34. Para todos os efeitos, cabe à Instituição Mantenedora, a decisão final sobre medidas que importem em alteração de curso ou orçamento.

Art. 35. Este Plano de Carreira Docente entrará em vigor na data de sua homologação.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE CATEGORIA

À Direção Geral desta IES _____, Professor(a) do Curso de _____ desta IES, tendo concluído a pós-graduação stricto sensu em nível de _____ vem, com o devido respeito, requerer mudança de categoria funcional, de acordo

com o Plano de Carreira Docente vigente. Encontra-se em anexo, cópia autenticada do diploma e do histórico do título correspondente.

Nestes termos, pede deferimento.

Guarabira (PB), _____ de _____ de _____.

_____
Professor(a)

.....
DIREÇÃO GERAL: ( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO
JUSTIFICATIVA: _____
_____
_____
_____
Local:_____
Data: _____
Assinatura e carimbo: _____

ANEXO II

REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE NÍVEL

À Direção Geral desta IES_____, Professor(a) do Curso de _____ desta IES, tendo decorrido cinco anos desde a última mudança de nível, com o devido respeito, requerer nova mudança de nível dentro da mesma categoria funcional, de acordo com o Plano de Carreira Docente vigente. Encontra-se em anexo, memorial descritivo com cópia de toda a documentação comprobatória e Ficha de Avaliação para Mudança de Nível devidamente preenchida.

Nestes termos, pede deferimento.

Guarabira (PB), _____ de _____ de _____.

_____
Professor(a)

.....

DIREÇÃO GERAL: ( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: _____

_____

_____

_____

Local:_____

Data: _____

Assinatura e carimbo: _____

ANEXO III

TABELA DE AVALIAÇÃO PARA MUDANÇA DE NÍVEL

FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO ACADÊMICA		
ATIVIDADE	**VALOR POR ATIVIDADE**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos regionais/estaduais, com carga-horária mínima de 40 horas.	0,5	1
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos nacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	1	2
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos internacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	2	4
Orientação Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação na própria IES.	0,1	2
Participação, como convidado, em bancas de Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação em outra IES.	0,2	2
Orientações de trabalho de conclusão de curso de Especialização ou MBA.	0,3	3
Coordenação da CPA (por ano).	1	2
Membro da CPA (por ano).	0,5	2
Participação no Núcleo Docente Estruturante (por ano).	0,5	2
Membro do Conselho (CONSUP e congêneres).	0,5	2
Organização de Eventos Internos da IES (congressos, encontros, seminários, jornadas científicas e congêneres).	0,2	2
Aprovação de projeto com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento externo. (por projeto)	1	4
Participação como palestrante em congressos, jornadas, seminários e eventos científicos de outras Instituições.	0,2	2
Participação em Conselhos Científicos, Comitê Editorial de Periódicos Científicos ou Comitê de Ética (por ano).	1,0	4
TOTAL		**36**

PRODUÇÃO CIENTÍFICA		
ATIVIDADE	**VALOR POR ATIVIDADE**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Trabalho publicado em Anais de eventos internos da IES.	0,2	2
Artigo publicado em Anais de eventos regionais ou nacionais de outra IES.	0,3	3
Artigo publicado em Periódicos Qualis A1.	14	28
Artigo publicado em Periódicos Qualis A2.	12	24
Artigo publicado em Periódicos Qualis B1.	10	20

Artigo publicado em Periódicos Qualis B2.	8	16
Artigo publicado em Periódicos Qualis B3.	6	12
Artigo publicado em Periódicos Qualis B4.	4	8
Artigo publicado em Periódicos Qualis B5.	2	4
Artigo publicado em Periódicos Qualis C.	1	2
Artigo publicado em Outros Periódicos, não qualificados no Qualis.	0,5	1
Autor de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	15	30
Capítulo de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	5	10
Organizador de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	10	20
TOTAL		**180**
TOTAL GERAL		**216**

ANEXO IV

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MERECIMENTO PARA MUDANÇA DE NÍVEL

DOCENTE:		
ENDEREÇO:		
CONTATOS (TELEFONES/EMAIL):		
RG:	**CPF:**	**DATA DE ADMISSÃO:**
CLASSE E NÍVEL ATUAL:	**CLASSE E NÍVEL REQUERIDO:**	**DATA DA ÚLTIMA PROGRESSÃO:**

FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO ACADÊMICA

ATIVIDADE	VALOR POR ATIVIDADE	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO ATINGIDA
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos regionais/estaduais, com carga-horária mínima de 40 horas.	0,5	1	
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos nacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	1	2	
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos internacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	2	4	
Orientação Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação na própria IES.	0,1	2	
Participação, como convidado, em bancas de Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação em outra IES.	0,2	2	
Orientações de trabalho de conclusão de curso de Especialização ou MBA.	0,3	3	
Coordenação da CPA (por ano).	1	2	
Membro da CPA (por ano).	0,5	2	

Participação no Núcleo Docente Estruturante (por ano).	0,5	2	
Membro do Conselho (CONSUP e congêneres).	0,5	2	
Organização de Eventos Internos da IES (congressos, encontros, seminários, jornadas científicas e congêneres).	0,2	2	
Aprovação de projeto com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento externo. (por projeto)	1	4	
Participação como palestrante em congressos, jornadas, seminários e eventos científicos de outras Instituições.	0,2	2	
Participação em Conselhos Científicos, Comitê Editorial de Periódicos Científicos ou Comitê de Ética (por ano).	1,0	4	
TOTAL		**36**	

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

ATIVIDADE	VALOR POR ATIVIDADE	PONTUAÇÃO MÁXIMA	PONTUAÇÃO ATINGIDA
Trabalho publicado em Anais de eventos internos da IES.	0,2	2	
Artigo publicado em Anais de eventos regionais ou nacionais de outra IES.	0,3	3	
Artigo publicado em Periódicos Qualis A1.	14	28	
Artigo publicado em Periódicos Qualis A2.	12	24	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B1.	10	20	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B2.	8	16	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B3.	6	12	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B4.	4	8	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B5.	2	4	
Artigo publicado em Periódicos Qualis C.	1	2	
Artigo publicado em Outros Periódicos, não qualificados no Qualis.	0,5	1	
Autor de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	15	30	
Capítulo de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	5	10	
Organizador de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	10	20	
TOTAL		**180**	
TOTAL GERAL		**216**	

Obs: A ficha deve vir preenchida com todas as informações solicitadas no cabeçalho, bem como acompanhada de memorial descritivo dos últimos cinco anos com cópias comprobatórias anexadas.

Local: _____ Data de requerimento: _____ / _____ / _____.

Assinatura do Requerente:

_____

AVALIAÇÃO

Local: _____ Data da avaliação: _____ / _____ / _____.

Assinatura do(s) Avaliador(es):

_____

_____

2.1.6 PARTICIPAÇÃO DOCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E NA GESTÃO DA IES

Os docentes da EESAP têm participação em diversos órgãos da gestão IES, colaborando para o seu desenvolvimento institucional. Sua atuação ocorre no âmbito do curso nas coordenações e nos núcleos docentes estruturantes, mas também pertencem aos quadros do colegiado e tem representação no Conselho de Ensino e Extensão.

2.1.6.1 COORDENAÇÕES DE CURSOS

Às coordenações de cursos, importantes instâncias de gestão de processos respondem pelos aspectos administrativos e pedagógicos de sua área ou setor. É por meio delas que se consolidam as políticas de ensino-aprendizagem da instituição, cabendo-lhes conhecer todas as questões pedagógicas que dizem respeito aos cursos, procurando implementar melhorias nas práticas administrativas que venham a otimizar os recursos disponíveis no intuito de facilitar as práticas pedagógicas.

A Coordenação é responsável pela administração, planejamento pedagógico, seleção de professores, avaliação curricular e implantação de novas ações e estratégias. Possui horário exclusivo para atendimento ao corpo docente e discente. Sobre as coordenações de curso, o regimento assim se refere:

> Art. 26. São atribuições do Coordenador do Curso:
> I - coordenar as atividades didáticas e de planejamento do Curso;
> II - aprovar a regulamentação do estágio curricular, bem como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
> III - acompanhar e supervisionar a execução dos planos de ensino das disciplinas e propor ao Colegiado as alterações, quando for o caso;
> IV - colaborar na aplicação, no âmbito do Curso, do sistema de avaliação do desempenho institucional;
> V - convocar e presidir as reuniões do Colegiado, quando se tratar de curso de graduação;

VI - fomentar a interdisciplinaridade curricular;
VII - propor ao Diretor Acadêmico a aquisição de obras de interesse do Curso;
VIII - assessorar a Diretoria Acadêmica em assuntos referentes ao Curso;
IX - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria ou pelos órgãos competentes;
X - revisar os diários, planos de ensino e vista-los antes de encaminhá-los à secretaria acadêmica.
XI - elaboração dos respectivos horários de aula;
XII - Indicar a contratação de professores.

2.1.6.2 COLEGIADOS DE CURSO

O Colegiado de Curso tem por finalidade planejar e avaliar as atividades pedagógicas dos cursos, sendo presidido pelo coordenador e constituído pelos professores das disciplinas específicas, por um representante do corpo de tutores quando se tratar de curso EaD, e também por um representante discente indicado pelos seus pares, para mandato de um ano, sem direito à recondução. O Colegiado reúne-se ordinariamente duas vezes durante o semestre letivo, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente.

O regimento da IES assim se refere ao colegiado:

Art. 24. Compete ao Colegiado de Cursos de graduação:
I - aprovar definição e alterações curriculares do curso, proposto pelo Coordenador;
II - avaliar e encaminhar propostas de integração com a comunidade;
III - estabelecer o sistema de avaliação do aproveitamento dos acadêmicos em consonância com o Regimento da IES;
IV - emitir parecer sobre a regulamentação do estágio curricular, bem como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, e outras atividades propostas pelo Coordenador;
V - emitir parecer, quando solicitado, sobre aproveitamento de estudos, adaptações e outras situações encaminhadas pela coordenação ou direção;
VI - apoiar o Coordenador do Curso em suas funções e atribuições, contribuindo com sugestões e melhorias para o bom andamento do curso;
VII - analisar e emitir parecer sobre recursos solicitados pelos discentes.

2.1.6.3 NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES

O NDE é constituído por professores pertencentes ao corpo docente do curso, com liderança acadêmica e presença efetiva no seu desenvolvimento, percebidas na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição. Conforme registra a Resolução CONAES 1/2010, o NDE atende aos seguintes requisitos em sua composição:

- ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação stricto sensu
- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

De acordo com a CONAES 1/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante, bem como o seu regulamento específico aprovado pelo CONSUP, estão previstas as seguintes atribuições para o NDE do curso:

- elaborar o projeto pedagógico do curso, definindo sua concepção e seus fundamentos;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso e contribuir para a consolidação deste perfil profissional;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, quando necessário, encaminhando para aprovação no colegiado de cursos;
- supervisionar as formas de autoavaliação e acompanhamento do curso definidas pelos órgãos colegiados;

- analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares definidos para o curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; acompanhar o trabalho efetivo discente;

2.1.6.4 PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS SUPERIORES

Conforme Regimento Geral, em seu art. 8, ao corpo docente é garantido o direito à representação no Conselho de Ensino e Extensão.

2.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sem o trabalho de suporte realizado pelo seu corpo administrativo, seria impossível a realização de um ensino de qualidade. Assim, a IES procura instrumentalizar seus funcionários por meio de adequado suporte material e técnico, visando ao perfeito atendimento das necessidades do corpo docente e discente.

À parte as especificidades de cada setor, a contratação do corpo técnico assenta-se na escolha de profissionais qualificados, que se enquadrem em dois quesitos principais: formação educacional compatível com as exigências do cargo e experiência profissional comprovada nas funções de sua responsabilidade.

Também serão desenvolvidos treinamentos específicos para as áreas de atuação do corpo administrativo, constituídos de palestras, cursos de curta duração, incentivo à formação de grupos para a participação no trabalho interno da instituição - como segurança do trabalho e programas de ginástica laboral - com vistas à melhoria das condições de trabalho, as quais refletem diretamente no atendimento ao discente e ao docente e ao público em geral que procura a instituição.

O Corpo Técnico Administrativo da EESAP dará suporte para a realização das atividades acadêmicas e será composto por profissionais experientes nas

diversas áreas de conhecimentos que integrarão o Plano de Carreira do Pessoal Técnico Administrativo.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo regula as condições de seleção, admissão e progresso dos membros que compõem a área administrativa da instituição e que dão o sustento e apoio ao sistema administrativo da IES. De acordo com o Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo, o quadro funcional da EESAP constituir-se-á das seguintes categorias gerais: auxiliares; assistentes e técnicos de nível médio; analistas e técnicos de nível superior; supervisores, gerentes e orientadores acadêmicos.

2.2.1 PLANO DE CARREIRA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS
ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO - EESAP

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - PCTA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo regula as condições de admissão, os direitos e vantagens em decorrência da movimentação na carreira do corpo técnico-administrativo do CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com atuação na área educacional, inscrita no CNPJ nº. 14.255.311/0001-06, localizada na Av. epitácio Pessoa, 494, Torre, João Pessoa, Paraíba, Mantenedora do Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano - EESAP, a partir de agora apenas nomeadas como Mantenedora e Mantida, respectivamente.

Art. 2º. As relações de trabalho entre o corpo técnico-administrativo e a Mantenedora são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º. A Instituição conta com um corpo técnico-administrativo de qualidade. Privilegiar-se-á a contratação de profissionais que já contem com experiência na área acadêmico-administrativa. O quadro técnico-administrativo mínimo para o funcionamento da Instituição é disposto da seguinte forma:
I - 01 Bibliotecário (a);
II - 01 Auxiliar de Biblioteca
III - Auxiliares Administrativos em número suficiente para as atividades acadêmico-administrativas;
IV - Auxiliares Administrativos em número suficiente para as atividades de suporte acadêmico-financeiro;
V - Secretária Acadêmica;
VI - Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 4º. O presente Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA tem por finalidade assegurar a continuidade das ações administrativas e financeiras da Instituição, bem como os serviços prestados com maior eficácia e eficiência.
§ 1º O pessoal Técnico-Administrativo é composto pelos membros não-docentes, que desempenham suas atividades nos diversos setores administrativos da Instituição.
§ 2º A simples mudança de setor administrativo não acarretará redução salarial ao membro do pessoal Técnico-Administrativo.

Art. 5º. O Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA tem como objetivos a eficácia e a eficiência da administração, a valorização e a profissionalização de seus integrantes, cabendo a mantenedora assegurar e garantir:
I - Ingresso por concurso de provas e/ou títulos, conforme o que dispuser o respectivo edital;
II - Aprimoramento profissional permanente e contínuo, inclusive com direito à licença periódica remunerada;
III - Valorização baseada na habilitação, na titulação, no desempenho e no tempo de serviço;
IV - Qualificação e profissionalização para progressão funcional;
V - Remuneração profissional condigna e justa;
VI - Incentivo funcional; e
VII - Condições adequadas de trabalho.

CAPÍTULO II
DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS

Art. 6º. Para os efeitos deste PCTA:
I - Carreira é movimentação do pessoal técnico-administrativo dentro de posições na estrutura e escalonamento de remuneração, com denominação própria e número certo;
II - Nível é a posição do emprego do pessoal técnico-administrativo, de acordo com a formação e/ou habilitação, representado por algarismos romanos I, II, III, IV e V;
III - Referência é a posição do pessoal técnico-administrativo dentro de um nível representado pelas letras A, B, C, D, E e F.

Art. 7º. O Plano de Carreira, Cargos e Salários do pessoal Técnico-Administrativo - PCTA, consiste em quadro único e estrutura-se da seguinte forma:
I - Agente Administrativo I, com formação até o ensino médio completo;
II - Agente Administrativo II, com formação de ensino superior;
VI - Agente Administrativo III, com formação de pós-graduação lato sensu (especialização);
VII - Agente Administrativo IV, com formação de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado;
VIII - Agente Administrativo V, com formação de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado.

Art. 8º. A capacitação do pessoal técnico-administrativo é tarefa permanente, tendo como fundamento a associação da teoria com a prática, mediante cursos de aprimoramento em serviço, inclusive a profissionalização de que trata o inciso IV do artigo 5º deste Regulamento.
Parágrafo único. Cursos e/ou programas, reconhecidos e/ou credenciados, poderão ser utilizados para efeito de progressão ou incentivo funcional, desde que pertinentes à respectiva área de formação profissional e/ou atuação funcional.

Art. 9º. Consideram-se atribuições específicas do Agente Administrativo às relacionadas com infraestrutura, multimeios, suporte e assessoramento, de acordo com a complexidade, responsabilidade e necessidade do setor de sua lotação.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

SEÇÃO I
DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL

Art. 10º. A movimentação funcional do pessoal técnico-administrativo dar-se-á mediante:
I - Progressão vertical; e
II - Progressão horizontal.

SUBSEÇÃO I
DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 11. A progressão vertical é a passagem do membro do pessoal técnico-administrativo de um nível para outro, em virtude de habilitação específica adquirida mediante conclusão de curso que implique em aumento da titulação acadêmica do funcionário.
§1º. A mudança de nível implica em aumento de 5% (cinco por cento) para conclusão de curso superior de graduação, 10% (dez por cento) para conclusão de curso de Especialização, 15% (quinze por cento) para conclusão de curso de Mestrado, 25% (vinte e cinco por cento) para conclusão de curso de Doutorado, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação ou revalidados em instituição nacional quando obtido em outros países.
§2º. O membro do pessoal técnico-administrativo, após a progressão permanecerá na mesma referência em que se encontrava no nível anterior.

Art. 12. A progressão vertical não será concedida quando:
I - O título tiver sido usado para qualquer benefício funcional;
II - O membro do pessoal técnico-administrativo estiver:
a) Em licença para mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal;
b) Em licença para tratar de interesse particular ou afastado, a qualquer título, com ou sem ônus, para a Instituição de Ensino.

Art. 13. No caso de falecimento de membro do pessoal técnico-administrativo, este será considerado posicionado no nível e/ou na referência a que fazia jus, mesmo que a mesma ainda não tenha sido administrativamente deferida.

Art. 14. O membro do pessoal técnico-administrativo em gozo de licença gestante, licença paternidade, licença para tratamento de sua saúde, concorrerá igualmente à movimentação funcional prevista nos artigo 12 deste Regulamento.

SUBSEÇÃO II
DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 16. A progressão horizontal caracteriza-se pela mudança da referência de enquadramento do funcionário (A, B, C, D, E e F), que ocorrerá a cada quinquênio de efetivo trabalho na instituição.

Art. 17. Ao passar da referência inicial “A” para qualquer das outras referências indicadas pelas letras “B, C, D, E e F”, o membro do pessoal técnico-administrativo terá seu vencimento acrescido de 2% (dois por cento), 4% (quatro por cento), 6% (seis por cento), 8% (oito por cento) e 10% (dez por cento) respectivamente, calculado sobre o valor da referência “A”.

SEÇÃO III
DA GRATIFICAÇÃO DO INCENTIVO FUNCIONAL

Art. 18. Fica instituída para o membro do pessoal técnico-administrativo uma Gratificação de Incentivo Funcional (GIF), a ser concedida mediante comprovação de conclusão de curso com programas voltados para o aprimoramento profissional, ministrados por esta Instituição ou por outras IES devidamente credenciadas e em cursos devidamente autorizados e/ou reconhecidos.
§ 1º - Entende-se por aprimoramento profissional a conclusão de cursos de atualização, treinamento, aperfeiçoamento e de pós-graduação na área de atuação do membro do pessoal técnico-administrativo.
§ 2º - Para a concessão da gratificação do que trata o caput deste artigo, só serão considerados os cursos com duração mínima de 40 (quarenta) horas, oferecidos na modalidade presencial, semipresencial ou não-presencial, concluídos com aproveitamento e com certificação.
§ 3º - Em relação aos cursos presenciais, será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da respectiva carga horária total.
§ 4º - Para efeito de concessão da gratificação de incentivo funcional (GIF), não poderá ser utilizado título de que tenha resultado concessão de outros benefícios.

Art. 19. A gratificação de incentivo funcional (GIF) será calculada sobre o vencimento básico à razão de 3% (três por cento) para curso de duração total igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) horas.
§1º. A carga-horária estipulada para a concessão poderá ser cumprida pelo funcionário em um ou mais cursos ligados à sua área de atuação na IES dentro do intervalo de um ano entre a data de início e término do curso, ou entre a data de realização do primeiro e do último curso, desde que respeitado o limite mínimo para cada curso, conforme previsto artigo 13, §2º;
§2º. A GIF será acrescida à remuneração do funcionário pelo prazo de um ano a contar da apresentação dos comprovantes do cumprimento da carga-horária estipulada;
§3º. A concessão da GIF será renovada anualmente e condicionada à apresentação de novos comprovantes de cumprimento da carga-horária pelo candidato.

SEÇÃO III
DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 20 - Ao membro do pessoal técnico-administrativo é assegurado o direito de se licenciar para desempenho de mandato sindical, com todos os direitos e vantagens do cargo.
§ 1º - Somente poderá ser licenciado membro do pessoal técnico-administrativo eleito para cargo ou função diretiva ou executiva da entidade de classe representativa da categoria.
§ 2º - Para o desempenho de mandato classista, fica assegurado o afastamento de, no máximo, 1 (um) membro do pessoal técnico-administrativo.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os quantitativos dos cargos do pessoal Técnico-Administrativo serão definidos pela Instituição, mediante aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 22. A jornada de trabalho dos membros do pessoal técnico-administrativo é de 44 (quarenta) horas semanais.

Art. 23. Os casos omissos são resolvidos pela Diretoria, observadas as normas legais, estatutárias e regimentais em vigor.

Art. 24. Este Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA entra em vigor quando homologado pelo Ministério do Trabalho.

2.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I
DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 1º. A ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO - EESAP, através de sua Mantenedora, o Centro Educacional Três Marias EIRELI, mantém, em caráter permanente, o Programa Institucional de Capacitação/Qualificação do Corpo Técnico Administrativo, através de recursos próprios ou não, visando o aperfeiçoamento e a capacitação da equipe técnico-administrativa da Instituição.

Art. 2º. A Direção Geral da IES, juntamente com a Mantenedora, aprovará anualmente os recursos financeiros que serão destinados para o Programa Institucional de Capacitação/Qualificação do Corpo Técnico Administrativo.

Art. 3º. Este Programa tem a finalidade de possibilitar treinamentos, cursos e participação em congressos ou eventos profissionais, científicos e tecnológicos aos membros da equipe técnico-administrativa da IES.

CAPÍTULO II
DA CONCESSÃO

Art. 4º. Serão concedidos recursos para participação em eventos vinculados à área de atuação do colaborador, desde que promovidos por entidades de reconhecido valor, estas indicadas pela Direção Geral e com aprovação pela Mantenedora.

§ 1º. Os recursos variam de acordo com o evento a que se destinam, podendo ser parcial ou totalmente custeado, incluindo taxa de inscrição, viagem, hospedagem e alimentação;

§ 2º. O valor a ser liberado será definido considerando a importância da participação para a Instituição, o desempenho do colaborador e a disponibilidade de verba no Programa.

§ 3º. A solicitação deverá ser feita à Direção Geral da IES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do evento, através de carta ou outro documento, incluindo justificativa da participação e a previsão das despesas;

§ 4º. A Instituição notificará o contemplado sobre o deferimento ou não do pedido e do valor da verba com que será beneficiado.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

Art. 5º. São critérios relevantes na análise dos pedidos:
I – a justificativa e necessidade de participação no evento;
II – os recursos financeiros disponíveis no Programa;

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES

Art. 6º. Ao final do evento, o colaborador deverá apresentar à IES uma declaração de aproveitamento ou participação, acompanhada de um breve relato, bem como sua aplicabilidade aos processos da Instituição.

Art. 7º. Na eventual produção científica e intelectual publicada, que resultar da participação do colaborador no evento deverá constar, explicitamente, o vínculo do mesmo com a Instituição e um exemplar desta produção deverá ser encaminhado à Direção Geral da IES, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Se houver, durante o evento ou até 90 (noventa) dias após a conclusão do mesmo, rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do colaborador ou por justa causa, ou desistência sem justificação ou ainda o não cumprimento das obrigações firmadas junto à Instituição, ficará o colaborador sujeito a devolução do valor investido.

Art. 9º. Os programas de treinamentos específicos para grupos de colaboradores da Instituição, dentro ou não de suas dependências, poderão ser custeados com a dotação dos recursos deste Programa.

Art. 10. Este Programa entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

2.3 POLÍTICA DE PROVISÃO DE PESSOAS

O processo de recrutamento e seleção será realizado pela unidade solicitante, seguindo as orientações da Área de Gestão de Pessoas. A provisão da vaga deve seguir o PDI e a dotação orçamentária para o período. As situações que não se enquadrem nesta orientação serão analisadas e aprovadas pelo Conselho Superior.

2.3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Na busca de pessoas para preenchimento das vagas é dada a prioridade ao recrutamento interno, sendo este o instrumento de abertura de oportunidades profissionais para todos os colaboradores; não sendo possível, utilizar-se das fontes externas, através de indicações, anúncios em jornais e revistas ou agências de colocação, sem antes verificar todas as possibilidades internas. As pessoas selecionadas devem ser as mais capacitadas para o exercício da função, considerando-se o conhecimento, as habilidades, empatia, relacionamento interpessoal e o potencial de desenvolvimento. Não pode ser fator restritivo para preenchimento da vaga a raça, o sexo, cor, religião, credo, deficiência física.

A contratação de pessoas que venham exercer simultaneamente funções administrativas e estratégicas em outras instituições de ensino será vetada ou aprovada em condições especiais, em virtude da confidencialidade de informações. Define-se ainda que a contratação de ex-colaboradores pode ser realizada mediante a análise individual do motivo de demissão e aprovação da Diretoria Acadêmica ou Geral.

A integração dos colaboradores na empresa é realizada pelo superior imediato dos mesmos ou pessoa habilitada, por ele indicada. Cabendo à Área de Gestão de Pessoas a coordenação e controle. No processo de integração deve ficar claro ao novo colaborador a história da EESAP, os valores e crenças, assim como sua missão e visão, as atribuições e responsabilidades do cargo que irá ocupar. Também as perspectivas de crescimento e carreira, as

atribuições e responsabilidades dos diretores e funcionários na estrutura organizacional, a política educacional, os serviços e compromissos com a comunidade e a proposta de ensino.

A admissão e o início das atividades das pessoas na instituição, só se efetiva, com o cumprimento de todas as etapas do processo de admissional e da entrega dos documentos e registro exigidos por lei.

2.3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE

No processo de seleção dos docentes, leva-se em consideração a formação acadêmica somada à experiência profissional não acadêmica, verificada na prova de títulos, que se baseia no Currículo Lattes dos candidatos, onde são considerados os seguintes quesitos: atividades de orientação; produção acadêmica; atividades de extensão; atividades de qualificação e atividades administrativas em instituições de ensino.

Nossa IES valoriza os seguintes aspectos:

- Comprovação Curricular;
- Apresentar seu curriculum no sistema Lattes;
- Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- Professores com experiência docente e não-docente;
- Professores com experiência docente em cursos superiores;
- Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Professores comprometidos com a educação permanente;
- Professores com potencial para somar as atividades de extensão às atividades docentes;
- Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita.

2.3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE

No processo de seleção dos tutores, leva-se em consideração a formação acadêmica somada à experiência profissional em educação a distância, verificada na prova de títulos, que se baseia no Currículo Lattes dos candidatos, onde são considerados os seguintes quesitos: titulação, formação e experiência em educação a distância.

Nossa IES valoriza os seguintes aspectos:

- Comprovação Curricular;
- Apresentar seu curriculum no sistema Lattes;
- Tutores com aderência para acompanhar as disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- Tutores com experiência docente e não-docente;
- Tutores com experiência em cursos superiores;
- Tutores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Tutores comprometidos com a educação permanente;
- Tutores com potencial para somar as atividades de extensão às atividades docentes;
- Tutores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- Tutores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita.

2.3.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES

No tocante à necessidade de substituição eventual de professores, destaca-se que buscaremos profissionais que tenham perfil com aderência às disciplinas que serão ministradas e disponibilidade para esse acúmulo temporário. Casos de licenças e outros afastamentos são previstos e solucionados quando dos planejamentos semestrais dos coordenadores. Quando não se encontra disponibilidade para tais substituições eventuais na IES busca-se no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto.

2.4 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

A avaliação de desempenho é fundamental para a manutenção, melhoria e qualificação dos docentes e do corpo técnico administrativo e será realizada periodicamente. Os resultados da avaliação de desempenho serão instrumentos que nortearão as decisões para a carreira, desenvolvimento, treinamento e orientação profissional dos colaboradores.

2.4.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os colaboradores administrativos são avaliados periodicamente pela chefia imediata, através de entrevista, onde são analisados e orientados os comportamentos, as metas do período, que podem ser mudanças de comportamento e condutas ou tarefas específicas. Os períodos serão definidos pelo setor de gestão de pessoas e aprovados pela Diretoria Geral.

A avaliação de desempenho é entendida como um momento para que o colaborador e seu superior imediato realizem uma troca de expectativas e estabelecem objetivos e metas na busca do melhor desempenho. É também o momento do superior imediato orientar o funcionário quanto ao seu desenvolvimento profissional e receber o retorno de sua atuação enquanto superior.

Em decorrência do processo de avaliação, também serão desenvolvidos treinamentos específicos para as áreas de atuação do corpo administrativo, constituídos de palestras, cursos de curta duração, incentivo à formação de grupos para a participação no trabalho interno da instituição - como segurança do trabalho e programas de ginástica laboral - com vistas à melhoria das condições de trabalho, as quais refletem diretamente no atendimento ao discente e ao docente e ao público em geral que procura a instituição.

2.4.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O acompanhamento do planejamento pedagógico do docente visa promover a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, discutir e analisar, em conjunto com os docentes e coordenação, os indicadores da avaliação institucional para a definição de ações pedagógicas, contatos com os docentes sobre a necessidade de apoio pedagógico e assessorar as fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina. Também é feito através do plano de ensino, apresentado ao coordenador do curso no início de cada período, entregue e apresentado aos discentes no primeiro dia de aula pelo próprio docente, para que esses tenham conhecimento da ementa, do conteúdo programático, das principais referências, da metodologia e também do sistema de avaliação a ser usado, com explicitação do valor atribuído a cada atividade.

O plano de ensino é avaliado pelo coordenador do curso e também pelo respectivo NDE. A partir da apresentação do plano de ensino, os próprios alunos avaliam sua execução em sala de aula, dispondo de canais apropriados para manifestar seu parecer, como avaliação escrita semestralmente, contato direto com o coordenador de curso, participação no colegiado, através de representação e pôr fim a CPA.

2.5 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

As relações dos colaboradores são orientadas pelos valores e crenças, e pela missão da instituição. Estes valores são vividos na instituição dentro de um espírito de trabalho em equipe, aliado à hierarquia e disciplina, com confiança, honestidade e cooperação, proporcionando um ambiente de harmonia, qualidade e produtividade na realização dos objetivos.

O relacionamento com clientes e comunidade é pautado pela intenção de bem servir, levando-se em conta a honestidade, atenção, empatia e profissionalismo, conduzindo a instituição à concretização de seus compromissos.

2.6 PROCEDIMENTO DE DEMISSÃO

Antes de efetivar a demissão dos profissionais em exercício na EESAP, serão esgotadas todas as possibilidades e manutenção, serão, porém evitadas as demissões quando o perfil do funcionário caracterizar o não alinhamento com os valores, missão, visão e compromissos da instituição,

Na cessação do vínculo trabalhista, o colaborador tem a garantia de receber todos os direitos previstos em lei. Tem como obrigação, antes de sair da instituição, concluir suas tarefas, preparar substituto e repassar o trabalho. Quando isso não for possível, cabe ao chefe imediato, coordenador ou diretora, condução e repasse das tarefas ao novo funcionário.

2.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política salarial adotada pela EESAP será baseada na estruturação de cargos, no plano de carreira e na remuneração média do mercado. Visando a busca da excelência nos serviços educacionais, com os melhores profissionais.

Para a manutenção da política salarial será realizada, periodicamente, uma pesquisa de salários junto ao mercado de trabalho. O aumento de salário, as promoções e transferências dos docentes e técnicos administrativos serão consequências diretas do seu desempenho, resultado e méritos.

O preenchimento do quadro de docentes é definido conforme padrão de exigência do Ministério de Educação e necessidades da instituição, considerando-se a titulação e a carga horária exigida. Novos cargos são criados em função da criação de novas áreas e cursos na instituição ou surgimento de novas tarefas e responsabilidades, inclusive desdobramento de cargos.

3 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A EESAP considera necessário o desenvolvimento de canais eficientes para a comunicação interna e externa. Rede de comunicação estará em

constante atualização, expandindo-se e modificando-se, de acordo com o crescimento qualitativo e quantitativo da IES.

Para sua comunidade interna – professores, alunos e funcionários – serão criados meios que ofereçam com clareza e objetividade todas as informações relevantes para a realização de suas atividades. Será usado o site institucional, os informativos eletrônicos e impressos, murais estrategicamente posicionados e canais comunicativos próprios da estrutura de Educação a Distância.

No âmbito externo, a EESAP utilizar-se-á de três recursos fundamentais, que pretendem dar conta da divulgação de suas atividades e da criação de uma imagem externa positiva, que são as mídias, a publicidade e a realização de eventos diversos. Além disso, existe o setor de acompanhamento de egressos, cuja finalidade é propiciar maior eficiência na divulgação de atividades de cunho cultural, social, acadêmico, dentre outras, como também, para identificar como se encontra o seu egresso em termos de posicionamento no mercado de trabalho, a fim de efetuar as mudanças prementes que melhor atendam as expectativas de seu aluno, conforme o feedback por ele transmitido.

3.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Os canais de comunicação interna utilizados são:

- **Revista Científica** – Edição semestral da Revista eletrônica, Sociedade em Debate, que publica artigos de professores, alunos e da comunidade, visando divulgar novos conhecimentos na área acadêmica.
- **Jornal Semanal** – Para comunicação interna entre os técnicos administrativos, coordenadores de cursos e gestão acadêmica que versa sobre a dinâmica do dia a dia da IES e dos seus cursos.
- **Informativo** – Trata-se de um informativo na base do sistema educacional da EESAP, EducaSystem, que pode ser direcionado ao público geral ou específico, dependendo da informação que se deseja repassar.
- **Internet** – O site da IES pode ser facilmente acessado e procura informar com objetividade e rapidez os assuntos de interesse de todo o seu público, interno e externo.

- **Intranet** – Canal de comunicação exclusivamente interna, disponibilizando informações, assim como agendas de telefone, e-mail de professores, coordenadores e profissionais dos vários setores da instituição. A intranet poderá ser acessada por professores e funcionários da IES.
- **E-mail** – Este canal de comunicação é muito utilizado para a comunicação entre alunos, professores e funcionários.
- **Murais** – Estrategicamente instalados na entrada de cada um dos campi, oferecem informações sobre eventos, cursos, palestras, seminários, e as oportunidades de estágios e empregos disponibilizadas. Em cada sala de aula também existirão murais para comunicações mais simples e dirigidas (avisos)
- **Manuais** – A EESAP disponibilizará para o seu corpo docente e discente alguns manuais que visam esclarecer, através da exposição de normas e regulamentos, direitos e deveres, e também orientações, aos membros da sua comunidade acadêmica:
    - *Manual do Candidato* – Disponibilizado para os vestibulandos, esclarece sobre os procedimentos relativos ao processo seletivo da IES. (somente em versão eletrônica)
    - *Manual do Aluno* – Esclarece aos alunos sobre setores, órgãos e programas institucionais, direitos e deveres, que orientam sua vida acadêmica.
    - *Manual do Professor* – Orienta os professores sobre os processos acadêmicos da instituição.
    - *Manual dos Coordenadores* – Orienta os professores coordenadores sobre sua atuação na organização e direção dos cursos.

Informações pontuais podem ser comunicadas por meio de material impresso, tais como *folders*, cartazes, manuais, folhetos e informativos diversos, conforme a necessidade.

No tocante à comunicação interna entre os profissionais da IES, enfatiza-se a necessidade do cumprimento da ética e do sigilo profissional. O acesso ou restrição formal ou informal a informações operacionais e estratégicas é considerado uma prática normal na instituição, porém a divulgação não autorizada pelo colaborador ensejará a responsabilização do mesmo, podendo, em alguns casos, acarretar demissões e indenização à EESAP.

3.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA

Os canais de comunicação externa que serão mais utilizados:

- **Mídias e publicidade** – São mais utilizadas durante as campanhas vestibulares, utilizar-se-á Rádio, TV, Jornais, Mobiliário Urbano (mídias em ponto de ônibus), Internet (próprias e portais), distribuição de material impresso, folder eletrônico, revistas, que são criados internamente.
- **Eventos** – A EESAP participa da realização de eventos de cunho social e cultural, como forma de fazer-se presente junto à sua comunidade externa, fortalecendo sua imagem positiva.
- **Assessoria de Imprensa** - A Assessoria de Imprensa nas IES tem-se mostrado uma das formas mais eficientes de comunicação entre instituição e comunidade, por meio das matérias veiculadas nos meios de comunicação, dos quais os mais utilizados são a mídia impressa, a Internet e a televisão. Também contribui para que sejam divulgadas ações de interesse da comunidade regional e nacional, relativas às políticas educacionais e às propostas desenvolvidas pela IES. Cursos, seminários, palestras, entrevistas e ações desenvolvidas fomentam reflexões acerca do papel das IES e dos conteúdos a ela relacionados, mostrando que sua função não é apenas formar profissionais técnicos, mas promover debates acerca da educação, da importância de uma qualificação adequada e da inserção no mercado de trabalho. Mostra-se para o público o que acontece na comunidade acadêmica, e a instituição, assim, tem a possibilidade de se colocar diante da sociedade.
- **Ouvidoria:** A ouvidoria agilizará processos de comunicação interna, fazendo o papel de intermediária no diálogo entre funcionários, alunos, professores, órgãos e setores da IES, visando a resolução sensata de pequenos problemas que possam surgir no dia-a-dia.

1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A EESAP concebe o ensino como fundamental na construção e transformação dos múltiplos elementos que formam a complexa realidade brasileira, pois quanto maior as chances de acesso ao conhecimento, mais significativas serão as modificações na sociedade, principalmente no que diz respeito à redução das desigualdades sociais existentes.

Assim, o setor educacional privado, onde se insere a instituição, colabora com um projeto nacional que tem a educação como uma estratégia para inclusão, crescimento econômico e mobilidade social, através da oferta de um ensino de qualidade que visa, entre outras coisas, a qualificação dos seus alunos para a inserção no mercado de trabalho.

1.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

A EESAP atua na área de educação superior presencial e a distância, além de promover atividades de extensão desenvolvidas isoladamente, em parceria ou por meio de convênios, atendendo sempre aos dispositivos do Regimento da Instituição.

No tocante às modalidades de ensino, tem como proposta oferecer:

- Cursos técnicos de nível médio, presenciais e a distância;
- Cursos de Graduação – bacharelado e licenciatura - presenciais e a distância;
- Cursos de Extensão, Capacitação e/ou Aperfeiçoamento;
- Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* (MBA e Especialização), presencais e a distância.

O Ensino Superior desenvolvido pela EESAP tem como foco a formação de carreiras profissionais, segundo as necessidades do mercado e de acordo com as exigências legais vigentes. Também se orienta pelos aspectos considerados necessários para a formação humanística de seus alunos, visto

que sua missão se traduz numa formação não apenas profissional, mas para a cidadania e a diversidade, fundados num conhecimento sólido da realidade contemporânea.

Seus currículos são devidamente planejados, constituídos de disciplinas pertinentes, que conjugam prática e teoria, dentro de uma concepção que orienta para a extensão e para a formação continuada. Todas as disciplinas são semestralmente atualizadas antes do início das aulas, com revisão de ementas, objetivos, conteúdo programático, metodologia, recursos didático-pedagógicos, descrição de atividades, bibliografia e método de avaliação.

A articulação existente entre os planos de ensino, projetos pedagógicos e o plano de desenvolvimento institucional, procura proporcionar o adequado cumprimento dos propósitos da instituição perante seu corpo docente, corpo discente, colaboradores internos e comunidade.

1.1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A oferta de cursos técnicos de nível médio por IES da rede privada vinculadas aos sistema federal de ensino foi regulamenta pela Portaria 1.718, de 8 de outubro de 2019, permitindo que instituições regulamente credenciadas para a oferta de cursos de graduação ampliassem seu leque de cursos adentrando no mercados do cursos técnicos.

Nesse cenário, ficou definido que as IES poderão propor a oferta, mediante ato autorizado emitido pela SETEC/MEC, de cursos técnicos na forma subsequente concomitante, conforme tabela e correlação apresentada no Anexo I da referida portaria. Posteriormente, o Ministério da Educação emitiu a Portaria 62, de 24 de janeiro de 2020, a qual trata dos procedimentos associados à oferta desses cursos pelas IES.

A partir dessa prerrogativa legal, a EESAP analisou o cenário da oferta de cursos técnicos na região em que atua, tendo sido possível detectar a necessidade de atendimento a uma demanda populacional carente desse tipo de formação. Dessa maneira, fundamentando-se nas normativas legais já citadas, bem como nas determinações da LDB, lei 9394/96, acerca da educação

profissional e tecnológica, a EESAP decidiu ofertar cursos técnicos na área de sua abrangência geográfica.

Para tanto, foram constituídas comissões de docentes para a elaboração dos planos de cursos, os quais atendem integralmente às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme a Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012, bem como cumprem com as determinações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Assim, a EESAP coloca à disposição do mercado a oferta de cursos técnicos com alto padrão de qualidade, a partir de propostas pedagógicas elaboradas por docentes com experiência na área de atuação dos cursos, além de contar com toda a infraestrutura disponível paras as atividades teórico-práticas.

Dessa maneira, a implantação dos cursos técnicos de nível médio devem tomar como pressupostos os seguintes princípios:

- Trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da formação humana e como princípios educativos que permitem a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural do processo de produção da existência e de objetivação da vida humana;
- Sólida formação científico-humanística e na articulação do binômio teoria-prática na sua atuação profissional;
- Formação do sujeito histórico, ético, social e ambientalmente comprometido, capaz de contribuir para a transformação da realidade transformar;
- Contextualização e interdisciplinaridade do conhecimento como princípios pedagógicos que conduzem à aprendizagem significativa;
- A pesquisa como princípio educativo promovendo a construção da autonomia intelectual;
- Investigação voltada à solução de problemas na área da habilitação;
- Articulação das esferas do ensino e da extensão;
- Perspectiva sociointeracionista da aprendizagem como subsídio para a práxis pedagógica;
- Articulação dos conteúdos ministrados de modo a possibilitar o aprofundamento das especificidades de seu respectivo campo de conhecimento e, ao mesmo tempo, propiciar o encontro de saberes, procedimentos e atitudes de outros campos do conhecimento, sem perder de vista os objetivos e os fundamentos teórico-metodológicos contemplados em cada componente;

- Incorporação de práticas didático-pedagógicas que valorizem a autonomia do profissional em formação, a postura crítica e a emancipação do estudante, fazendo repercutir, na sua formação global, os preceitos da cidadania, como o respeito à diversidade, com vistas à permanente consolidação de uma sociedade democrática.

Por fim, ressalta-se que a implantação dos cursos técnicos leva em consideração o princípio da verticalização, ou seja, serão ofertados cursos técnicos que possuem correlação com os cursos de graduação e modalidades ofertadas, conforme previsto no Anexo da Portaria 1.178/2019. Isso implica em dizer que os cursos técnicos utilizarão da infraestrutura e corpo docente/tutorial já existentes, bem como se aplica aos cursos técnicos os princípios metodológicos e curriculares apontados no PDI, conforme previsão em cada plano de curso, adequando-se a aplicação destes à realidade do ensino técnico de nível médio.

1.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.2.1 PERFIL DO EGRESSO

Toda a estrutura da EESAP constitui-se em torno da perspectiva de formar profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho e junto à sociedade. O egresso representa o produto final de um criterioso processo de formação educacional para o trabalho, a cidadania e a responsabilidade social, refletindo, por meio de sua atuação, a qualidade, a identidade e as inovações da instituição no fiel cumprimento de sua missão, no decorrer de sua trajetória educacional.

O perfil pretendido fundamenta-se na concepção de um egresso como agente essencial na transformação do mundo, com sólida formação humanística e técnica, portador de um conjunto de habilidades profissionais que permita várias possibilidades de atuação, de modo integrado, sistêmico e estratégico, dentro de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar, seja como empreendedor do seu próprio negócio, ou desempenhando com competência

seu trabalho com e a serviço de empresas ou do serviço público ou do terceiro setor. Enfim, um profissional atento às novas perspectivas do mercado e da sociedade como um todo, atualizado com seu momento histórico, capaz de compreender as novas configurações do poder, das relações sociais e das alianças econômicas, que geram direitos e inter-ordenamentos jurídicos, como no caso do MERCOSUL e de fenômenos consequentes da globalização.

Assim, a IES assume um compromisso de qualidade com a formação do profissional e do ser humano em todos os seus cursos, sejam eles de nível técnico, bacharelado, licenciatura ou de pós-graduação, tanto presenciais quanto a distância. Essa diversidade conduz a especificidades quanto ao perfil desejado para cada curso, mas de forma geral, os programas curriculares da EESAP, orientam-se por uma proposta que permita ao educando a utilização do raciocínio lógico e analítico, conjugado a uma postura crítica no exercício da sua profissão e para a cidadania.

Dessa forma, consolida-se através das disciplinas de sua matriz, habilidades e competências essenciais ao futuro profissional, como:

- Conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação;
- Conhecimento geral das áreas de atuação correlatas e/ou paralelas, dentro de uma perspectiva multidisciplinar;
- Conhecimento de, no mínimo, um idioma estrangeiro;
- Experiência em extensão;
- Capacidade para desenvolver projetos;
- Capacidade para desenvolver trabalho em equipe;
- Interesse pela educação continuada – graduação, pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*;
- Preocupação com a cidadania, a ética e a responsabilidade social, incluído aqui a atenção ao meio ambiente;
- Profissional criativo, inovador, crítico e reflexivo;
- Familiaridade com a manipulação das novas tecnologias;
- Capacidade analítica e lógica para o desempenho de suas funções.
- Capacidade de interpretar cenários e situações nos âmbitos macro e micro;
- Organizar o pensamento e reproduzi-lo dentro dos padrões linguísticos;

- Efetuar planejamento estratégico nas áreas afins da sua atuação;
- Desenvolver novos produtos e/ou serviços ou aprimorar os existentes;
- Conhecer e observar a legislação pertinente, especificamente àquelas relacionadas a cada área de atuação;
- Ser um agente de mudança, identificando novos paradigmas a serem assumidos, promovendo a modernização e humanização de cada ação executada de modo a promover a evolução da sociedade;

Quanto à atuação profissional, os egressos da EESAP estarão aptos para desenvolverem suas atividades na:

- Área de planejamento estratégico, criando e implantando meios para o desenvolvimento privado, público ou do terceiro setor;
- Terceiro setor, desenvolvendo projetos de responsabilidade social e captação de recursos para os mesmos;
- Na indústria, no desenvolvimento de novos produtos; estratégias de logística e distribuição;
- No setor de serviços, planejando e implementando novos procedimentos para gerenciamento de ações, bem como operacionalizando atividades específicas de seu campo de trabalho;
- Nas organizações em geral, desenvolvendo e gerindo projetos em todos os níveis;
- Implantação de empreendimento próprios ou de terceiros.

Com base nessas características a IES entende que atenderá plenamente as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho e da sociedade, respondendo adequadamente aos múltiplos aspectos contextuais que formam a realidade onde ela se insere. Além disso, é de responsabilidade da secretária acadêmica a função de acompanhar o banco de dados sobre o posicionamento dos seus egressos no mercado de trabalho, por intermédio do processo de coleta, processamento e análise de informações, as quais subsidiarão as decisões do nível estratégico da organização, em termos de aperfeiçoamento contínuo dos currículos dos cursos oferecidos. Trata-se de uma medida cuja motivação reside no fato da EESAP ter como objetivo institucionalizar decisões

que sejam tomadas com base no monitoramento e compreensão das mudanças ocorridas no ambiente externo da IES, onde o alunado representa o seu principal foco e a razão maior de sua existência.

1.2.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

O conceito de homem como sujeito histórico não pode prescindir do nexo com a educação, pois ela é o recurso que as sociedades possuem para que a produção cultural da humanidade não se perca, passando de geração em geração. Desse modo, a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação do seu caráter histórico. A EESAP organiza os pressupostos teóricos e metodológicos dos cursos de graduação apoiada na concepção de homem histórico, que transcende a natureza e se constrói na relação com os demais seres humanos.

Assim, os cursos exigem um compromisso para além da mera informação e organização curricular, visto que formarão profissionais que devem atuar sobre o processo intelectual, político e social e moral de diferentes grupos sociais. A formação científica dos alunos, mediada pelas relações e experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos cursos, visa contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, norteada por princípios histórico-humanos de liberdade.

O profissional atual não pode ser indiferente ao seu contexto, assim sendo, os cursos organizam seus conteúdos a partir de princípios norteadores que visam um profissional ético, político, técnico-cientificamente capacitado, comprometido com uma proposta democrática de educação e apto a interferir nos processos sociais e promover, ainda que com limites estruturais, mudanças urgentes e necessárias. A preocupação central é construir um referencial teórico-prático, cientificamente consistente, que permita aos profissionais adquirir o instrumental necessário à sua atuação competente e comprometida com os espaços em que atuará e com a sociedade em que vive. Dessa forma, os conteúdos selecionados têm como objetivo primeiro, a apropriação de todos os conhecimentos necessários ao desenvolvimento competente da ação do profissional em seus diferentes espaços de atuação.

Os conteúdos dos cursos são selecionados e efetivados a partir da sua relevância social, considerando as referências da produção da área envolvida, e das demandas do campo profissional. São formalizadas e fixadas através de ementários, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos. Assim a definição e a seleção dos conteúdos das disciplinas dos cursos são efetuadas pelos docentes, através do NDE, de acordo com as ementas propostas pelos respectivos colegiados, acompanhados pelos Coordenadores. No caso dos cursos técnicos, a definição dos conteúdos é realizada pela equipe de elaboração dos planos de curso.

Os objetivos a seguir pretendem expressar, de maneira inequívoca, a direção a ser seguida, não unicamente pelos docentes, mas por todos os segmentos que atuam direta ou indiretamente nos cursos de graduação e Pós-Graduação:

- **Formar um profissional reflexivo** - é fundamental que os cursos formem profissionais que saibam analisar e atuar cientificamente nos espaços em que estão exercendo seu trabalho, sem perder o foco da natureza e da especificidade de sua formação. Para formar um profissional reflexivo comprometido com a concepção ora explicitada, é preciso construir e cultivar o hábito de estudar, de investigar, de ser crítico e de ser criativo;
- **Formar o profissional integral** - a função, propiciada nos cursos de graduação, deverá garantir a indissociabilidade entre forma e conteúdo, permitindo a formação de um profissional que domina, além dos conteúdos, as melhores formas de aplicá-los, conhecendo, para tanto, as determinações dos aspectos sociais;
- **Formar para a diversidade cultural** – todos os profissionais deverão objetivar o alargamento da relação do sujeito com o objeto do conhecimento, para além do conteúdo das disciplinas escolares tradicionais, incluindo todas as dimensões da produção cultural, ou seja, devem encontrar formas de organização do trabalho que possibilitem o desenvolvimento de práticas e conteúdos usualmente esquecidos ou minimizados nos currículos, sem, no entanto, se descurar do provimento

dos conhecimentos básicos indispensáveis à formação humana. Também deverão promover a convivência de grupos heterogêneos de educandos, visando à superação de preconceitos e discriminações;

- **Formar profissionais que fomentem a cidadania e o respeito mútuo** - na organização de seu trabalho, nosso profissional é formado para fomentar relações de colaboração e respeito, posto que, na formação da cidadania, a natureza dialógica do processo profissional é, não apenas o meio para a apropriação do saber que emancipa o indivíduo, mas também um fim a ser buscado pelo cultivo de formas civilizadas de convivência e troca de experiências entre sujeitos. Entendendo a diversidade como representação do que é plenamente humano, propõe-se um trabalho baseado no princípio da solidariedade e da cooperação;
- **Formar um profissional politécnico, flexível e capaz de tomar decisões** - as rápidas mudanças observadas em vários âmbitos da sociedade: economia, política, indústria, cultura, tecnologia, etc., imprimem marcas específicas à organização do trabalho profissional que, atualmente, deve, entre outras competências, ser capaz de promover mudanças sempre que necessário para o atendimento dos objetivos previstos. A politecnia é condição indispensável a este novo perfil do profissional, que deve pensar alternativas atuais, possíveis, por meio da garantia de uma sólida fundamentação teórica, calcada em princípios científicos que se integram à formação técnico-metodológica;
- **Formar um profissional ético** - a preocupação com a construção de uma sociedade formada por pessoas criativas e corajosas, desejosas de uma cultura elaborada, capaz de elevar as pessoas ao mais alto grau de saber intelectual, cultural e estético, em detrimento de um modelo social e educacional equivocado e limitado, cujas marcas da corrupção intelectual e moral criaram a cultura do oportunismo, implica num trabalho sério e coerente que forje, no profissional, os pressupostos de uma ação pautada pela ética;
- **Formar para a autonomia** - é imprescindível que o profissional forme-se como sujeito que saber lidar com as idéias (principalmente com a diversidade de idéias, conhecimentos, valores e atitudes), sendo capaz

de refletir sobre o objeto de sua ação e adequar as melhores formas de agir para atingir os melhores resultados, sempre apreciando o saber como um bem cultural valioso. Desse modo, a formação para a autonomia implica na tarefa de levar nossos alunos - por meio de uma ampla e sólida formação, a querer aprender sempre, dispondo para tanto, dos meios necessários para este feito;

- **Articular teoria e prática** - os cursos de graduação, para além de qualquer consideração pragmática ou metafísica, devem tomar como pressuposto inerente a todas as disciplinas que compõem o currículo, a necessária indissociabilidade entre teoria e prática, compreendendo que a prática é o critério de verdade da teoria e que, concomitantemente, é a teoria que orienta e ilumina a prática, permitindo uma visão de totalidade sobre o objeto estudado. Não obstante, para evitar concepções reducionistas quanto às relações existentes entre teoria e prática, é preciso entender que não se trata de uma relação direta e imediata. Na história da ciência, temos exemplos de teorias que surgiram para continuar ou negar uma teoria já existente, ou seja, para satisfazer diretamente exigências teóricas. Somente em última instância e como parte do processo histórico-social é que a teoria tem na prática seu fundamento, finalidade e critério de verdade. Exatamente porque a relação entre ambas é de unidade, e não de identidade, a teoria possui uma autonomia relativa. Por outro lado, a atitude transformadora do homem diante da realidade impõe que ele a conheça.

1.2.3 PRINCÍPIOS METODÓLOGICOS

Uma instituição de ensino superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura pelo saber e do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora no desenvolvimento e na solução dos problemas nacionais. Além disso, ela precisa ter como função básica a crítica social, fazendo da sala de aula um local para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, transformando seus alunos e professores em agentes de mudança. Deve também assumir um papel direto e

ativo na condução de projetos que realmente transformem o espaço social no qual ela se insere, promovendo o seu desenvolvimento.

Assim, a concepção metodológica dos cursos desenvolve-se com base numa filosofia educacional de valorização do indivíduo enquanto cidadão e profissional, procurando integrar os conhecimentos técnicos com os humanísticos, de forma inter e multidisciplinar, e com flexibilidade suficiente para absorver todas as mudanças que ocorrem no contexto social e profissional, mantendo a IES num contínuo processo de atualização do ensino.

A EESAP estabelece sua concepção pedagógica levando em consideração várias características, dentre as quais destacam-se:

- Corpo de professores engajados na filosofia da instituição e comprometidos com a realização dos projetos pedagógicos dos diversos cursos;
- Promoção da qualificação do seu corpo docente;
- Avaliação Docente e Institucional permanente, por meio de procedimentos de avaliação de desempenho dos docentes e da instituição como um todo. Dessa forma, a comunidade ESSAP procura identificar seus pontos fortes e trabalhar suas deficiências com vistas a alcançar a excelência educacional;
- Sintonia dos cursos com as necessidades e oportunidades do mercado;
- Biblioteca com acervo atualizado e acesso à base de dados informatizada disponível na internet;
- Sistema de Apoio Pedagógico presencial e virtual, este último por meio do atendimento telefônico, mídias sociais, sistema acadêmico e site, ofertado aos docentes e discentes;
- Implantação de práticas pedagógicas que venham a melhorar os processos de ensino-aprendizagem;
- Incentivo à continuidade de estudos e à responsabilidade social.

Tanto na educação a distância quanto presencial, é proposta da EESAP que haja uma ação docente voltada para o ensino com pesquisa, onde o professor procura conscientizar os alunos sobre a necessidade de constante atualização do seu conhecimento e de que esse processo não acaba e não é

restrito à escola, mas antes, que o ensino com pesquisa é parte de um processo que deverá ser contínuo por parte do aluno, na busca da sua autonomia como agente do próprio conhecimento, dentro de uma sociedade e de um mercado de trabalho em constante mudança, onde o conhecimento de hoje pode ser obsoleto amanhã.

O processo é desenvolvido em grupos ou individualmente, porém sempre buscando uma relação dialógica ao privilegiar conhecimentos que venham a interferir diretamente na realidade social, profissional e humana desse aluno, o qual deverá desenvolvê-lo de maneira crítica. Os alunos deverão identificar facilmente a aplicação direta entre a teoria e a prática.

1.2.3.1 APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

A política de ensino da IES é elaborada e homologada, a partir de discussões e proposições das diferentes coordenações de curso e do Direção Acadêmica conforme previsto no Regimento Geral. Trata-se, então, de um processo contínuo de reflexão, construção, aplicação e revisão de objetivos, finalidades e metas que possibilitem a construção de uma política voltada à formação de sujeitos críticos. Uma política de ensino não pode prescindir de uma metodologia apropriada e, sendo assim, a IES desenvolve projetos que garantam uma Aprendizagem Baseada em Problemas.

Essa metodologia apresenta como características principais o fato de ser centrada no aluno, se desenvolver em pequenos grupos tutoriais, apresentar problemas em contexto real, possuir processos ativos, cooperativos, integrados e interdisciplinares e orientada para a aprendizagem do adulto. Os estudos acerca desta metodologia têm se enriquecido com os conhecimentos sobre a gênese do processo cognitivo, da aprendizagem do adulto e da fisiologia da memória, ressaltando-se a importância da experiência prévia e da participação ativa como pontos fundamentais para a motivação e aquisição de conhecimentos.

A aprendizagem baseada em problemas estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões, mesmo que contrárias às suas e induz o aluno a assumir um papel ativo e

responsável pelo seu aprendizado. Esta metodologia objetiva, ainda, conscientizar o aluno do que ele sabe e do que precisa aprender e motiva-o a ir buscar as informações relevantes.

1.2.3.2 METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem. A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e

experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão. Nessa perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a auto avaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Destacam-se, como metodologia de ensino-aprendizagem, as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, pesquisa bibliográfica e a gameficação, utilização dos laboratórios virtuais, entre outros.

Além disso, é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais.

Além das tradicionais práticas amplamente conhecidas, a IES adota, quando possível, no âmbito dos seus cursos, algumas alternativas didáticas - pedagógicas, tais como: utilização de recursos audiovisuais e multimídia em sala de aula; utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet, aplicativos, software, dentre outros.

2. POLÍTICAS DE ENSINO

Os cursos de graduação da EESAP são concebidos de forma que sejam administrados por coordenações de curso que atuem como gestores de processos, onde a busca de eficiência (durante o processo) e eficácia (resultados) constituem-se em valores imprescindíveis para melhor atender os maiores beneficiários do sistema educacional: o aluno e a sociedade em que está inserido. Para atingir esses objetivos, as políticas de ensino são concebidas pela Diretoria Acadêmica, contando com a assessoria e parceria das coordenações e colegiados de curso, tendo como base de apoio os serviços desenvolvidos pela Secretaria Acadêmica e demais órgãos institucionais.

A política de ensino da EESAP representa uma diretriz para todas as unidades de ensino que constituem o seu sistema educacional e são essencialmente marcadas pela preocupação de propiciar qualidade superior em seus cursos. Nesse sentido, as políticas de ensino expressam um processo de aquisição, produção e disseminação do conhecimento a que todos devem partilhar e ter acesso, estando voltadas para um ensino articulado a extensão. Mediante essa articulação pode-se levar o conhecimento produzido da academia para a comunidade e o conhecimento produzido na comunidade para academia, processo importante para os avanços no campo do aprimoramento, da formação consistente e da formação da cidadania.

Assim, a IES oferece uma educação baseada no equilíbrio teoria/prática e na busca permanente da melhoria e do atendimento às necessidades da comunidade em que está inserida, cumprindo sua missão diante de sua comunidade e o seu papel perante uma sociedade regional e enfrentando os desafios que permeiam todas as atividades desse novo milênio.

A Instituição incorpora aos seus cursos os seguintes princípios:

- A construção coletiva expressa na intenção e prática de cada segmento institucional, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;
- A interação recíproca com a sociedade caracterizada pela educação e desenvolvimento socioeconômico sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;
- A construção permanente da qualidade de ensino: entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação, indagando continuamente sobre o tipo de sociedade que temos e queremos, a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção, e sobre o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho;
- O ensino articulado à extensão voltada para seus aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da extensão, socializando o saber, e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem;

- O desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento como atividade humana processualmente construída na produção da vida material; e
- A unidade entre teoria e prática, por meio do desenvolvimento, por parte de professores e alunos em atividades em diferentes contextos do processo ensino/aprendizagem.

2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Constituem-se as práticas num conjunto de atividades que vêm a dar maior solidez à formação do aluno da EESAP. São elaboradas com base nas especificidades de cada curso, respeitando os objetivos das disciplinas formadoras e procurando acrescentar novas perspectivas ao processo de ensino-aprendizagem.

Todas as práticas pedagógicas são sugeridas e discutidas a cada início de semestre letivo. Embora haja uma orientação geral quanto às metodologias a serem adotadas, a IES possibilitará aos professores desenvolverem novas técnicas e atividades de ensino, referentes tanto as atividades dentro como extraclasse. Tendo em vista que a prática pedagógica dentro da instituição é pensada como parte de um processo de avaliação permanente, sua efetivação passa pela crítica e aprovação de professores e coordenadores de curso, visando estabelecer a importância da atividade para a formação dos alunos.

Além das atividades curriculares tradicionais, como pesquisas, exercícios e trabalhos práticos, os seminários, as excursões, os estágios e as provas escritas, a IES incentiva, em acordo com seus objetivos educacionais de oferecer um ensino diferenciado e de qualidade, a criação de práticas que venham a estabelecer alcance e impacto maior na formação dos alunos, propondo novas formas de pensar a profissão, o contexto social, político e cultural. Tais práticas estão descritas nos subitens a seguir.

2.2 PROPOSTAS DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Serão planejadas durante a realização das semanas pedagógicas, e visam integrar os alunos no desenvolvimento de um tema gerador, proposto por várias disciplinas de um mesmo semestre. Procura-se por meio dessas propostas estabelecer relações entre alunos, professores e coordenadores dos vários cursos. Assim, a EESAP pensa a interdisciplinaridade a partir do pressupostos de Japiassu[7] e Fazenda[8], para os quais é necessário evitar a fragmentação do conhecimento, problematizando o lugar cultural em que a instituição está inserida e as particularidades do corpo docente e discente.

Dessa forma, as atividades interdisciplinares acontecem por meio da integração do conhecimento de diferentes campos do saber e se expressam em momentos como as jornadas, simpósios, workshops, oficinas, semanas das profissões, avaliação conjunta de disciplinas, além dos momentos em sala de aula proporcionados pelos docentes. As atividades ocorrem individualmente por curso e também entre os cursos ofertados pela IES.

A prática pedagógica dos Cursos da IES busca o desenvolvimento de competências e a capacidade de integração destas competências. Dessa maneira a avaliação dos conteúdos, a partir das disciplinas, será agregada à avaliação dos projetos integradores. Os projetos integradores têm significância idêntica aos resultados das demais disciplinas, inclusive para a obtenção da certificação de qualificação profissional, o que promove o desenvolvimento das competências e integração dos conhecimentos. A prática pedagógica destes cursos prevê que as avaliações dos projetos integradores sejam realizadas por professores especializados nas diversas áreas do conhecimento, relacionados aos respectivos cursos e também em bancas avaliadoras multidisciplinares.

Os projetos integradores possibilitam a visão crítica e integrada dos conhecimentos, buscando a constante inovação, criatividade, adaptação e identificação de oportunidades e alternativas na gestão das organizações. O modelo de integração de conhecimentos permite o desenvolvimento de

[7] JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
[8] FAZENDA, I. Interdisciplinaridade – Transdisciplinaridade. In: FAZEDA, I. (org). *O que é interdisciplinaridade*?. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

competências a partir da aprendizagem pessoal e não somente o ensino unilateral. Os projetos integradores procuram estabelecer a ambientação da aprendizagem, estimulando a resolução de problemas organizacionais, capacitando e ampliando as alternativas para gestão e melhoria das práticas organizacionais.

2.3 REUNIÕES PEDAGÓGICAS

A cada início de semestre letivo será realizada uma semana acadêmico-pedagógica, durante a qual são discutidas questões relativas às práticas pedagógicas e as formas de condução dos cursos. Os docentes contam ainda com acompanhamento e orientações regulares quanto à elaboração de ementas das disciplinas, programas, referências básicas e complementares. Também são realizadas reuniões com professores de disciplinas afins, no intuito de evitar duplicidade de conteúdo e para trabalhar a questão da interdisciplinaridade.

Os docentes que apresentam dificuldades acadêmicas durante o semestre e/ou os que não foram bem avaliados pelos estudantes são orientados pelas coordenações dos cursos sobre os melhores encaminhamentos didádico-pedagógicos para que o problema seja resolvido.

2.4. TEMAS TRANSVERSAIS

As atividades e ações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente, fazem parte do rol de práticas de responsabilidade social da Instituição. Amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana.

Nosso compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que serão incorporadas às atividades acadêmicas Temas Transversais sobre questões como: O desenvolvimento

tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, Direitos humanos, Ética e Cidadania, Direitos dos PCDs, Relações Étnico-Raciais, dentre outros temas. Isso não significa que serão criadas novas áreas ou disciplinas nos cursos. Os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais serão incorporados aos cursos existentes e no trabalho educativo da Instituição. Os temas serão discutidos sobre o aspecto das problemáticas sociais na IES e na Comunidade.

Planejamos a realização de eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas. Planejamos a realização de feiras científicas, eventos culturais, entre outros que surgirão em conformidade com o envolvimento da IES com a comunidade e suas demandas abordando os temas.

2.4.1. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A sociedade contemporânea exige uma formação profissional ampla de todos os indivíduos independentemente do nível de formação. Quando se trata do ensino superior, é preciso ter em mente de que se trata de um período de formação de sujeitos que irão intervir diretamente na realidade que os circunda por meio da profissão escolhida. Assim, tendo em vista a realidade atual em que se prega o respeito ao outro, às diferenças de todas as ordens, faz-se necessário o empenho das mais diferentes áreas em prol da educação em direitos humanos, caracterizada pelo uso de práticas educativas fundadas nos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação dos Direitos Humanos na vida de cidadãos enquanto sujeitos dotados de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

A EESAP trata a questão da Educação em Direitos Humanos de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade. De forma transversal, permeia toda a prática educativa, exigindo de todo o corpo de profissionais da IES um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de todo o percurso formativo do aluno, de maneira que seus objetivos e conteúdos devam estar inseridos em diferentes momentos de disciplinas diversas, sendo

trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos. Na disciplinaridade, possibilita cursar disciplina relacionada à temática dos Direitos Humanos, conforme o PPC de cada curso.

O tema da Educação em Direitos Humanos recebe especial atenção da IES, desenvolvendo sua prática pedagógica de maneira integrada por meio de programas educacionais que se materializarão em práticas como:

- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos das Diretrizes Nacionais para a Educação dos Direitos Humanos;
- Estímulo às ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os diferentes segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública;
- Valorização da compreensão integrada dos direitos humanos em suas múltiplas e complexas relações;
- Inclusão de pessoas em condições de vulnerabilidade social nos programas de bolsas da IES;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática dos Direitos Humanos;
- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;
- Realização de palestras e cursos de extensão com a temática dos direitos humanos, na sua integralidade ou nos seus componentes como os direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, nas formas individuais, coletivas ou difusas.

2.4.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental surge no cenário mundial como uma dimensão da educação necessária à formação de cidadãos conscientes da sua responsabilidade com o futuro da vida no planeta. Nesse sentido, deve ser vista como uma atividade intencional promovida em diferentes níveis do processo de escolarização que possibilita o desenvolvimento individual em sintonia com o meio ambiente e os outros seres humanos. Por meio da Educação Ambiental é possível promover a construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para a sustentabilidade e, dessa forma, tomando o meio ambiente como um bem como a todos os seres humanos. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática da Educação Ambiental, conforme definição no PPC de cada curso, e/ou de forma transversal.

Dada a especificidade e importância da Educação Ambiental no processo formativo dos indivíduos, deve ser trabalhada com enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo. Desse modo, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, de maneira integrada aos programas educacionais desenvolvidos, que se materializará em ações práticas como:

- Inclusão do tema da Educação Ambiental e Sustentabilidade nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos da Instituição como forma subsidiária de tratá-los;
- Oferecimento de formação complementar na área da Educação Ambiental e Sustentabilidade para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental;
- Valorização da compreensão do meio ambiente integrado em suas múltiplas e complexas relações;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática da Educação Ambiental e Sustentabilidade;

- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;
- A disponibilização de disciplina obrigatória que aborde temas sobre Educação Ambiental, de acordo com o perfil do curso;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões pertinentes à temática ambiental, ao fortalecimento da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.4.3. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A realidade brasileira é plural em muitos aspectos, como resultado do processo de ocupação do território nacional. Assim, o povo brasileiro é formado a partir da interação entre diversas matrizes sociais e culturais, sobretudo a europeia e a africana. Desse modo, a educação das relações étnico-raciais responde a uma necessidade real de discutir e conscientizar a população para a promoção de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática em questão, conforme o PPC de cada curso.

Por meio dessas práticas torna-se possível preparar o cidadão para a não propagação do preconceito da discriminação étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam o respeito aos direitos legais e valorização da identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Nesse sentido, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, que se materializará em ações práticas como:

- Valorização da oralidade, corporeidade e da arte;
- Utilização das datas significativas para cada cultura como momentos de reflexão, discussão e promoção da educação das relações étnico-raciais;
- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;

- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;
- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos do estudo das Relações Étnico-Raciais (nas quais estão incluídas questões indígenas), do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões voltadas para o diálogo com segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

2.4.4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade é tema recorrente em todas as esferas da sociedade, tornando-se um assunto cada vez mais constante no cotidiano das pessoas. Preservar o meio ambiente é premissa básica para a promoção do desenvolvimento sustentável. As práticas de sustentabilidade compreendem “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Gestão Acadêmica. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática em questão, conforme o PPC de cada curso.

Diante destas novas mudanças, a Instituição, ora em processo de Credenciamento Institucional perante o Ministério da Educação, assume sua responsabilidade como sujeito proativo na sociedade, tendo como diretrizes básicas para promoção da sustentabilidade, dentre outras:

> I - Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito de sua atuação;

II - Melhorar a qualidade dos gastos através da eliminação de desperdícios, dar preferência por materiais e matérias-primas de origem local e, através de inovações tecnológicas, prover a melhoria contínua da gestão dos processos acadêmicos;

III - Incentivar a implementação de projetos de eficiência energética;

IV - Estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais;

V – Gerir e destinar corretamente os resíduos de materiais pós-consumo;

VI - Melhorar a qualidade de vida no ambiente acadêmico;

3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é um processo que articula o ensino de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre as Instituições de ensino superior e sociedade. A atividade de extensão é de fundamental importância para a integração entre a Instituição e a comunidade regional. Além de ser uma atividade capaz de imprimir um rumo mais produtivo à sociedade regional, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da comunidade em que está inserida.

Através dos programas de extensão, a partir das disciplinas de graduação, ligando teoria e prática, o professor e o aluno da Instituição fazem intervenções na comunidade, ao trazer a realidade social para a sala de aula, promovendo a interação e realimentando o processo ensino-aprendizagem. É a forma de diálogo entre a Instituição e a população promovendo a democratização do saber produzido. Sendo assim, as estratégias contidas no PDI para a extensão, estão em consonância com o disposto no PPI.

A EESAP define sua Extensão como um processo educativo, cultural e científico que, visando construir uma relação transformadora entre instituição e sociedade. Realiza-se no sentido da solidariedade, justiça social, democracia, valorização da cultura e da preservação do meio ambiente, produzindo saberes científicos, tecnológicos e culturais a serem oferecidos à comunidade, e que resultam da observação da realidade regional e nacional, nas quais a IES se insere.

Como espaço para várias manifestações do conhecimento, a extensão caracteriza-se pela sua multi e interdisciplinaridade, no sentido em que integra esforços e conhecimentos para acolher a realidade social e devolver, por meio da reflexão, respostas às suas necessidades mais urgentes. Dessa forma, a instituição se transforma pela práxis adquirida na ação e a sociedade pelo conhecimento que lhe é oferecido.

Embasada nesses princípios, a EESAP, por meio de sua Direção acadêmica, procurará desenvolver seus projetos e programas de extensão nas áreas de Educação, Cultura, Tecnologia, Direitos Humanos, Meio Ambiente, saúde e Trabalho, abarcando assim variadas formas de responder às necessidades de sua comunidade interna e externa, com as seguintes ações:

- Disseminação de conhecimento por meio de cursos, conferências, seminários e palestras abertas tanto ao público interno quanto externo;
- Prestação de serviços como: assistências, assessorias e consultorias prestadas à sociedade;
- Difusão cultural, que se concretiza na realização de eventos ou produtos artísticos e culturais.

Como objetivos principais, a Extensão na EESAP busca:

- Articular o ensino de acordo com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade estudantil com seus interesses e necessidades sociais;
- Contribuir para o fortalecimento das relações do ensino superior com a comunidade;
- Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural priorizando especificidades regionais;
- Incentivar a prática acadêmica de forma que contribua para o desenvolvimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida;
- Estabelecer mecanismos de integração entre o saber científico e o senso comum, visando à geração de novos conhecimentos;
- Melhorar o processo de democratização do conhecimento acadêmico;
- Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Instituição bem como para a sistematização do conhecimento produzido.

A extensão na IES é realizada por meio de programas (conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo

definido e prazo determinado) que articulam projetos e ensino na forma de cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica. Essas atividades podem ser propostas por alunos, professores, coordenadores, funcionários, por outros setores e por pessoas da comunidade, físicas ou jurídicas, e são aprovadas desde que se configurem como pertinentes à formação acadêmica, profissional e cultural dos alunos, professores e funcionários da instituição, bem como às necessidades da comunidade.

As atividades de extensão da EESAP podem ser definidas como:

- **Cursos:** ações pedagógicas, teóricas ou práticas, com carga horária estabelecida e processo de avaliação;
- **Cursos livres:** propostas de lazer, educativas, artísticas ou recreativas, oferecidas tanto ao público interno como externo;
- **Eventos:** ações que apresentam conhecimentos ou produtos culturais, científicos e tecnológicos, desenvolvidos pela IES, como congressos, seminários, palestras, ciclo de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, campanhas, entre outros;
- **Produção acadêmica:** produção de publicações para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, feitas a partir das ações de extensão, como por exemplo, livros, manuais e relatórios;
- **Prestação de serviços:** atividades realizadas em benefício da comunidade, na forma de assistência técnica ou cultural, abordando diversos assuntos de interesse da comunidade, permanentes ou eventuais.

Por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão estará presente dentro da estrutura curricular, com um percentual de 10% da carga horária total dos cursos, possibilitando que o discente tenha contato contínuo com a comunidade, dentro de sua área e áreas afins, considerando a interdisciplinaridade. A implentação desta portaria será feita a partir do primeiro semestre de 2023, conforme organização curricular de cada curso. A distribuição da carga horária de extensão elaborada pelos Núcleos Docentes do Curso (NDE) e aprovado pelos Colegiados com validação da Direção Acadêmica. Para fins de

regulamentação, o Conselho de Ensino e Extensão – CONSE, definiu em resolução interna, externa ao PDI, as diretrizes que a Faculdade EESAP adotou como base para a execução da curricularização da extensão. Na Resolução Interna constam as práticas que serão executadas para a implementação e adequação dos cursos a partir de 2023.

4. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A proposta da EESAP é oferecer cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, habilitando profissionais para as exigências do mercado de trabalho, desde os cursos técnicos de nível médio até os cursos de pós-graduação lato sensu.

O desenho pedagógico dos cursos oferecidos é estruturado num sistema de redes de aprendizagem, onde as aulas transformam-se em pontos de encontro de uma ampla teia de comunicação, na qual interagem professores, alunos e tutores, que compartilham seus diferentes saberes e experiências, construídos dentro das especificidades culturais de cada região.

O modelo supõe que o processo de ensino-aprendizagem compreende uma relação de mão dupla. De um lado estão os subsídios oferecidos pela IES e, do outro, a atuação dos alunos como sujeitos da construção do seu próprio conhecimento, por meio de autoaprendizagem.

O modelo compreende educação presencial e a distância e inclui:

- **Aulas e Vídeoaulas** - que são acompanhadas pelos tutores locais e disponibilizas para que os alunos possam rever para reforçar o conteúdo e sanar tirar dúvidas. As aulas serão acompanhadas pelos tutores presenciais que assistirão juntamente com os alunos.
- **Material didático** – O material didático dos alunos é composto por um livro para cada disciplina ou módulos dos cursos e exercícios disponibilizados no ambiente virtual d aprendizagem.
- **Atividades supervisionadas** - que são os momentos presenciais nos polos regionais em que alunos e tutores se reúnem para

orientação e realização das atividades indicadas nos livros texto e nas aulas pelos professores autores;

- **Ambiente virtual de aprendizagem -** Os alunos da EESAP terão acesso a uma plataforma de aprendizagem, que armazenará e fará o gerenciamento das atividades acadêmicas que realizarão durante o curso. Além da plataforma, aos alunos terão acesso ao portal de gerenciamento e controle acadêmico, desenvolvido para gerenciar a vida a acadêmica nos mais variados aspectos. Compreendendo desde informações sobre a situação da sua matrícula até o andamento do processo de emissão dos diplomas e certificados. Todos os serviços de secretaria, financeiro, orientações de trabalho de conclusão de curso e Estágios.
- **Tutoria –** A tutoria dos cursos a distância da EESAP será composta por professores, formados nas áreas de conhecimento dos cursos nos quais trabalham. Os tutores presenciais contam com o suporte dos tutores a distâncias e dos professores responsáveis pelas disciplinas.

4.1. MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Modelo Pedagógico de uma Instituição define as características básicas dos cursos a serem oferecidos e a maneira a qual eles serão oferecidos. Os Modelos Pedagógicos são propostas educacionais elaboradas a partir de estudos de educadores nos campos da Filosofia da Educação, da Psicopedagogia e da Sociopedagogia. São conceitos, metodologias que visam a acompanhar e apoiar as práticas pedagógicas dos professores seja eles presenciais ou à distância.

A seguir será apresentado o Modelo Pedagógico da EESAP, incluindo a descrição detalhada das atividades que farão parte de cada disciplina e consequentemente comporão a matriz curricular do curso oferecido na modalidade a distância.

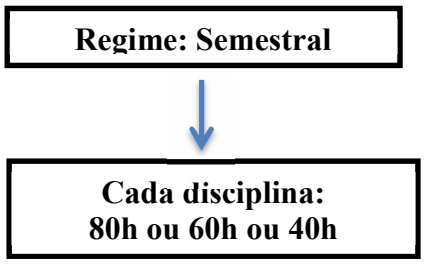


Figura 2

A figura 1 ilustra genericamente o modelo adotado pela EESAP. O modelo pedagógico da EESAP prevê a distribuição dos conteúdos de cada semestre letivo em 20 semanas, com disciplinas de 40, 60 e 80 horas e acontecem a cada 3 semanas.

Do quinto ao oitavo semestre, foram inseridas nas matrizes dos cursos algumas disciplinas de 40 horas. As disciplinas de 40 horas serão lançadas juntas no ambiente virtual de aprendizagem e o aluno tem 3 semanas para cumprir com todas as atividades, sendo que as mesmas representam exatamente a metade das atividades das disciplinas de 80 horas, isto é, serão três vídeos de 30 minutos (um por semana), um material didático de 3 unidades, com um número de páginas compatível à carga horária, atividades objetivas nas semanas 1 e 3 da disciplina e um fórum de discussão na segunda semana.

Conforme a figura 2, cada semestre letivo é composto por disciplinas de 40, 60 ou 80 horas, que são apresentadas na matriz curricular de cada semestre, com suas respectivas horas. As atividades pedagógicas que comporão cada uma das disciplinas são apresentadas na figura 3, por semanas.

1	2	3	4	5	6	7
Integração	DISCIPLINA (1 de 80 horas ou 60 horas ou 2 de 40 horas)			DISCIPLINA (1 de 80 horas ou 60 horas ou 2 de 40 horas)		

8	9	10	11	12	13	14
PROVAS	DISCIPLINA (1 de 80 horas ou 60 horas ou 2 de 40 horas)			DISCIPLINA (1 de 80 horas ou 60 horas ou 2 de 40 horas)		

15	16	17	18	19	20

PROVAS	FORMAÇAO GERAL	DISCIPLINA (1 de 80 horas ou 60 horas ou 2 de 40 horas)	PROVAS E FG

Figura 3

O Modelo Pedagógico da EESAP é composto de 20 semanas letivas, conforme a figura anterior (Figura 2). Todo início de semestre existe uma semana de integração para os ingressantes. Será organizada na IES uma série de atividades durante a semana para que o aluno se familiarize com a metodologia. Os tutores presenciais farão apresentações do Ambiente Virtual de Aprendizagem, do modelo pedagógico, calendários, direitos e deveres dos alunos, etc.

Para os alunos que já estiverem cursando, a coordenação de curso juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) irão propor palestras e seminários com profissionais atuantes do mercado de trabalho do administrador. Além das disciplinas ocorrem outras atividades que juntamente com os conteúdos específicos das disciplinas formam o oferecimento do semestre letivo, como avaliações, e Semana de Formação Geral, que serão descritas na sequência.

4.1.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Para que seja cumprida a carga horária, cada disciplina apresenta atividades diversificadas que em conjunto com o material didático cumprem a ementa conforme será apresentada posteriormente juntamente com as bibliografias básicas e complementares. Cada disciplina tem a duração de 3 semanas conforme a Figura 4. As atividades são:

a. **Aula gravada pelo Professor e disponibilizada no AVA-** Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esta aula terá a duração de aproximadamente 1 hora e na primeira semana, será sobre o conteúdo da Unidade I do material Didático. Na segunda semana, sobre a unidade 2 do material didático e na terceira semana, da Unidade 3 do material didático.

b. **Fórum** - Os Fóruns constituem atividades assíncronas que tem por objetivo levar o aluno a construção de um conceito que atinja desde a reflexão do tema abordado até a concepção do conhecimento adquirido, pautado principalmente na aplicação dos conceitos na prática. Na atividade de Fórum, o aluno tem a oportunidade debater com os demais colegas sobre o tema em questão e contribuir significativamente com seus conhecimentos. Para cada disciplina, 1 tema de discussão será debatido, sendo sempre na segunda semana de cada disciplina. Os Fóruns tem caráter avaliativo.
c. As **atividades objetivas** têm por objetivo viabilizar a aprendizagem significativa dos conceitos trabalhados nas disciplinas. São atividades objetivas de múltipla escolha e ocorrerão na primeira e terceira semanas de cada disciplina. As atividades objetivas possuem caráter avaliativo.
d. **Material Didático** - Todos os alunos têm direito ao material didático que será disponibilizado no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, em formato eletrônico, podendo ser impresso e também visualizado em diferentes dispositivos que suportam o formato PDF. Neste material, o aluno encontra os fundamentos teóricos e conceituais que lhe darão a base para todas as atividades que compõe o modelo pedagógico e principalmente a construção de seu conhecimento.

DISCIPLINA		
1	**2**	**3**
vídeo	vídeo	vídeo
MD	MD	MD
A.O	Forum	A.O
M.E	M.E	M.E

Figura 4

A Figura 3 explicita as atividades de cada uma das três semanas que compõe as disciplinas que estão sendo oferecidas. Cada disciplina terá vídeos, Material Didático (MD), Fórum, Atividades Objetivas (A.O), Materiais Extras. Os vídeos são gravados pelos docentes que produziram os materiais didáticos e são disponibilizados no AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.1.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS CURSOS EAD

A avaliação da aprendizagem é composta por atividades, que semanalmente os alunos são submetidos. Estas atividades juntamente com as provas presenciais obrigatórias compõe a nota do aluno. As atividades que compõe esta média final do aluno são: atividades objetivas, fóruns, além das provas presenciais obrigatórias.

Prova presencial: esta prova contempla conhecimentos específicos e acontece nas semanas 8, 15 e 20 de cada semestre letivo, conforme a figura 5. Na semana 8 ocorrerão as provas presenciais obrigatórias das disciplinas 1 e 2 do semestre corrente, na semana 15, das disciplinas 3 e 4 e na semana 20 ocorrerá as obrigatórias da disciplina 5 e também da Formação Geral.

Esta prova tem por objetivo permitir ao aluno demonstrar que os conhecimentos e as habilidades necessárias para cada disciplina foram adquiridos no decorrer do oferecimento das mesmas. Os conteúdos específicos são de suma importância para a aplicabilidade dos conceitos na prática, sendo este um objetivo da EESAP junto aos seus alunos e futuros profissionais, visando um desempenho competente no mercado de trabalho.

O período de realização destas provas ocorrem conforme calendário acadêmico. É obrigatória, sem consulta e deve ser realizada no Polo de apoio presencial.

Na semana de avaliações presenciais, as turmas serão divididas em salas de até 50 alunos onde um tutor presencial aplicará as provas. Os ensalamentos serão previamente divulgados aos alunos através de mensagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem e também através de avisos em mural na Faculdade.

AVALIAÇÃO	Disciplinas da segunda à sétima semana letiva	Semana 8
	Disciplinas da nona à décima quarta semana letiva	Semana 15
	Disciplinas da décima sétima à décima nona semana letiva	Semana 20
	FG	

Figura 5

4.1.3 SEMANA DE FORMAÇÃO GERAL

A Semana de Formação Geral, conforme a figura 3, será realizada na semana 16 do semestre letivo corrente. Esta semana de Formação Geral a cada semestre letivo, tem por objetivo o desenvolvimento de atividades interdisciplinares integrando os saberes e práticas das disciplinas do semestre.

Durante esta semana são planejadas palestras que tratam de temas direcionadas à futura atuação profissional, como também de conhecimentos gerais, associadas aos conteúdos oferecidos nas disciplinas, proferidas por profissionais atuantes no mercado de trabalho, que contribuirão desta forma no processo de formação dos acadêmicos.

São integrados de forma transversal conhecimentos, atitudes e competências relativas à educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena, educação ambiental e sustentabilidade e entendimento das políticas relacionadas aos direitos humanos, constando também as abordagens referentes aos princípios de diversidade humana e inclusão, a diversidade cultural, religiosa, identidade de gênero, necessidades especiais, orientação sexual, socioeconômica, socioeconômica, política, ambiental e cultural.

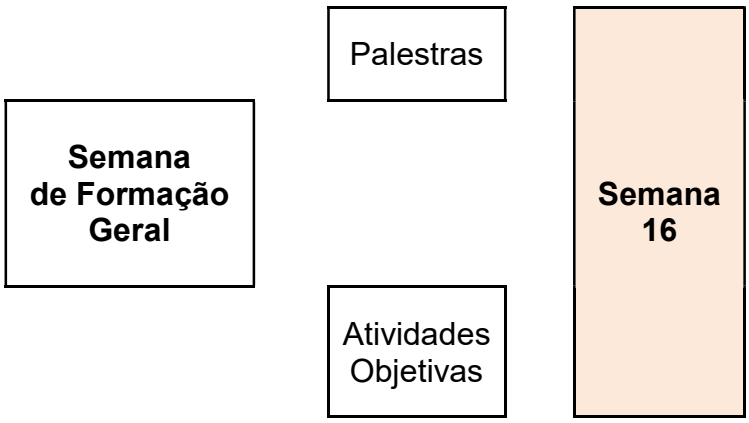


Figura 6

Conforme apresentado na figura 5, a Semana de Formação Geral oferece, além das palestras, atividades objetivas, conforme descrita abaixo:

a. ***Palestra gravada***: apresentadas por palestrantes convidados, especialistas e atuantes nas áreas propostas das mesmas. Estas palestras terão duração de 1 hora e ficarão disponíveis no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem;
b. As ***Atividades Objetivas*** têm por objetivo viabilizar a aprendizagem significativa dos conteúdos trabalhados na semana. Serão 5 questões objetivas e de múltipla escolha, com caráter avaliativo.

4.1.4 COMPOSIÇÃO DE NOTAS

A Figura 6 apresenta a composição de notas do modelo pedagógico da EESAP. Será aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento superior ou igual a 07 (sete), correspondente à soma das notas dos componentes que a integram; mediante exame final o aluno que, tendo obtido nota final superior ou igual a 05 (cinco) correspondente à média aritmética, sem arredondamento, entre a nota obtida na disciplina e a nota de exame final.

DISCIPLINA	Atividade Objetiva	Fórum	Atividade Objetiva
	1	1	1

	Formação Geral	Integração/ Nivelamento	Prova
	1		6

Total	10

Figura 7

O aluno reprovado por não ter alcançado as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeitando-se na repetência, às exigências estabelecidas nos atos normativos da Faculdade. É promovido ao semestre seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas do semestre letivo cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até 02 (duas) disciplinas. Para os alunos dos cursos técnicos de nível médio poderá ser admitida a progressão com dependência em mais disciplinas, nos termos do regimento da IES.

4.1.5 MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Constituem momentos de avaliação da aprendizagem:

- Participação nas atividades “on-line”, em contato com os professores especialistas e nas atividades de comunicação síncronas e assíncronas propostas no ambiente virtual;
- Execução e entrega das tarefas propostas nas diferentes etapas desde o início até o término do curso;
- Avaliação presencial de cada disciplina, desenvolvida nos polos ou na sede da instituição de forma presencial e obrigatória.

4.1.6 VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Disciplinas de 80 horas/aula

SEMANA 1		SEMANA 2		SEMANA 3		Extra	
Vídeo	1h	Vídeo	1h	Vídeo	1h		
Mat. Didático	15h	Mat. Didático	15h	Mat. Didático	15h	Prova	2h
Atv.Objetiva	2h	Forum	2h	Atv.Objetiva	2h	Formação Geral	1h

Mat.Extra/ Auto-Estudo	7h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	7h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	7h		Integraçao/ Nivelamento	2h
CH semanal	**25h**		**CH semanal**	**25 h**		**CH semanal**	**25h**		**CH**	**5h**
TOTAL 80 HORAS										

Figura 8

Disciplinas de 60 horas/aula

SEMANA 1			**SEMANA 2**			**SEMANA 3**			**Extra**	
Vídeo	1h		Vídeo	1h		Vídeo	1h			
Mat. Didático	12h		Mat. Didático	12h		Mat. Didático	12h		Prova	2h
Atv.Objetiva	2h		Forum	2h		Atv.Objetiva	2h		Formação Geral	2h
Mat.Extra/ Auto-Estudo	3h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	3h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	3h		Integraçao / Nivelamento	2h
CH semanal	**18h**		**CH semanal**	**18h**		**CH semanal**	**18h**		**CH**	**6h**
TOTAL 60 HORAS										

Figura 9

Disciplinas de 40 horas/aula

SEMANA 1			**SEMANA 2**			**SEMANA 3**			**Extra**	
Vídeo	0,5 h		Vídeo	0,5 h		Vídeo	0,5 h			
Mat. Didático	7,5 h		Mat. Didático	7,5 h		Mat. Didático	7,5 h		Prova	1h
Atv.Objetiva	1h		Forum	1h		Atv.Objetiva	1h		Formação Geral	0,5 h
Mat.Extra/ Auto-Estudo	3,5 h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	3,5 h		Mat.Extra/ Auto-Estudo	3,5 h		Integraçao/ Nivelamento	1h
CH semanal	**12, 5h**		**CH semanal**	**12, 5h**		**CH semanal**	**12, 5h**		**CH**	**2,5 h**
TOTAL 40 HORAS										

Figura 10

4.2 FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Várias formas de comunicação serão utilizadas pela Educação a Distância da EESAP visando manter cada vez mais próximos alunos, professores e tutores. O modelo pedagógico dos cursos prevê formas síncronas e assíncronas de interação entre os participantes, sendo utilizados como atividades avaliativas

os chats e fóruns. Os alunos também poderão, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), enviar mensagem aos tutores e professores com dúvidas, comentários e sugestões e serão respondidos em no máximo 24 horas. Além destas ferramentas de comunicação existentes dentro do AVA, os e-mails e telefones também serão utilizados pelos tutores e professores para entrar em contato com os alunos e vice-versa.

a. **Fórum** - Os Fóruns constituem atividades assíncronas que tem por objetivo levar o aluno a construção de um conceito que atinja desde a reflexão do tema abordado até a concepção do conhecimento adquirido, pautado principalmente na aplicação dos conceitos na prática . Na atividade de fórum, os alunos tem a oportunidade debater com os demais colegas sobre o tema em questão e contribuir significativamente com seu conhecimento.
b. **Chat** – O chat tem uma função interessante dentro do modelo. Ele possibilita uma avaliação que na sala de aula não é possível desenvolver, pois há a leitura de uma mensagem e após esta, há a construção de uma ideia que a mesma deverá ser formulada e transmitida via web aos demais colegas do grupo e ao tutor. Há na simultaneidade a interpretação da mensagem proposta por este colega, até a construção de um outro conhecimento por parte de outro colega e assim sucessivamente.
c. **Mensagens** – as mensagens são uma possiblidade de interação entre alunos, tutores e professores dentro do AVA. Todos os participantes de determinado curso/disciplina podem escolher a quem quer enviar uma mensagem. Os tutores e professores terão um prazo de no máximo 24 horas para responder aos alunos.
d. **0800** – a EESAP se compromete a disponibilizar/contratar um serviço de telefonia (0800), para servir de canal direto e gratuito entre aluno/IES.

4.3 MATERIAL DIDÁTICO

Os alunos terão acesso ao manual do aluno que, além das informações sobre o curso, com apresentação, histórico, objetivos, perfil do egresso, contam informações sobre sua estrutura: tutoria, aula, metodologia de avaliação, instrumentos de avaliação, além dos critérios de avaliação e exame final, do trabalho de conclusão de curso, das visitas às empresas, escolas e instituições da comunidade, das orientações práticas para o estudo individual e para a ampliação cultural.

Os alunos de todos os cursos receberão por meio da plataforma virtual também os livros-textos de cada disciplina escritos pelos professores que fazem a exposição das aulas ou por estudiosos do assunto em estudo nacionalmente reconhecidos. O material didático, além de ser o complemento da aula, torna-se um meio efetivo de levar o aluno a questionar, a investigar, a refletir, e a reconstruir conhecimentos enunciados pelos professores e trabalhados, se necessário, com os tutores. Os livros serão editados e registrados na biblioteca nacional e colocados à disposição do público em livrarias de todo o país.

Para a produção dos textos, os professores autores seguem as diretrizes pedagógicas elaboradas pela instituição para a produção do material didático da Educação a distância exposta a seguir.

4.3.1 DIRETRIZES PARA A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Os cursos superiores da Educação a Distância da EESAP utilizam como material didático base de suas disciplinas, livros escritos por professores conteudistas. Cada disciplina do curso possui um livro texto elaborado especialmente para atender a ementa e objetivos da disciplina.

O Professor Conteudista tem formação na área específica da(s) sua(s) disciplina(s), tendo titulação exigida pelo MEC, ou seja, tendo mestrado e/ou doutorado. Quando especialista, este necessita ter reconhecida competência na

área, o que garante a qualidade pedagógica nos materiais impressos e/ou mídias digitais.

O material didático e de apoio para educação a distância têm características bem diferentes do material para cursos presenciais, pois é autoexplicativo, oferecendo informações claras para os alunos, sem necessidade de intérpretes. Não se trata de um material informativo simples, a par da informação básica necessária, ocorrem situações-problema que instigam o participante a encontrar caminhos que lhe permitam avançar no assunto, buscar informações e construir conhecimento.

Os materiais utilizados apresentam recursos diversos, utiliza soluções adequadas de linguagem dialógica, visual, auditiva ou gráfica, que serve à criação de condições para uma boa aprendizagem e um desenvolvimento mais integral de hábitos de estudo, de melhoria nas habilidades de leitura e de desenvolvimento de comportamentos de iniciativa, entre outros.

O processo de produção dos materiais da Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano possui algumas etapas e é operacionalizado por uma **equipe multidisciplinar**:

a. A **coordenação** pedagógica, juntamente com o NDE, define os conteúdos que serão produzidos com base nas disciplinas de cada curso;
b. Os **designers educacionais** elaboram uma proposta de layout para este material e com base nisso, um manual é confeccionado para orientar os conteudistas;
c. É feito uma seleção de **conteudistas** para a produção dos materiais;
d. Após selecionados os conteudistas passam por um processo de orientação;
e. A escrita é acompanhada diariamente pelos designers educacionais;
f. Após escrito o material passa por revisão de gramática e normas, que é feita por profissionais **revisores**;
g. O material passa então para o processo de design editorial, cujos responsáveis são os **diagramadores**;
h. Após finalizada a produção, o material passa por uma revisão feita pela coordenação e é enviado ao conteudista para aprovação do “produto final”.

A equipe multidisciplinar mencionada anteriormente é formada por:

- **Conteudistas** são professores especialistas, mestres e doutores que escrevem os materiais que serão utilizados como base em cada disciplina dos cursos;
- **Designers educacionais** participam da elaboração do projeto dos materiais e, junto ao conteudista, direciona a produção do conteúdo, para garantir que essas particularidades sejam atendidas corretamente, conforme os parâmetros de qualidade estabelecidos;
- **Revisores** são profissionais formados em Letras e fazem toda revisão no que diz respeito à gramática e normas da ABNT;
- **Diagramadores** fazem toda a parte de design editorial, passando por criação de identidade visual, ilustrações de gráficos, infográficos, tabelas, etc; até a diagramação que pode ser feita em PDF ou em HTML5.

Para chegar em uma vídeoaula de excelência, a EESAP fez várias aquisições de equipamentos, visando sempre a melhoria e atualização constante. Para a captação dos vídeos, contamos com 1 Câmera Canon T7i e 1 iPhone 11 4K, para a iluminação contamos com 4 Softbox, 4 Bastões de LED RGB e 1 LED RGB, já para a captação do áudio da melhor forma dispomos de 2 Microfone de lapena Boya, 1 Microfone Rode VideoMicro e 2 Gravadores de voz Sony. Também investimos em um estabilizador de imagem Gymbal Osmo DJI 3, já para a facilidade do professor, contamos com 1 Teleprompter com tablet lenovo, 1 TV 32" Phillips, 1 quadros e 2 Passadores de slides.

Na ilha de edição contamos com uma máquina potente para edição: Um Desktop Dell Xps 8940 Intel I7-10700 com 20Gb de RAM, 512Gb de SST, com uma placa de vídeo Nvidea RTG 3060 8GB, com um monitor UltraWide LG 15" e um headphone profissional Phillips. Para edição utilizamos várias ferramentas tanto no pré como no pós gravação, além ferramentas contratadas para manter a qualidade do material, tais como, Kapwing Pro para editar vídeo online, Vimeo que é uma plataforma de hospedagem e compartilhamento de vídeo. Pacote Adobe - Para edição de vídeos (Premiere e After Effects) e RenderFlorest - Pro para criação de vídeos animados.

Uma vez que o material didático está finalizado, o mesmo é encaminhado para gráfica terceirizada a fim de que sejam disponibilizadas versões impressas

para as bibliotecas da sede e dos polos. Os alunos terão acesso a todo o material através do Ambiente Virtual de Aprendizagem no formato HTML e PDF. No polo serão disponibilizadas exemplares para consulta.

4.4 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O ambiente Virtual de Aprendizagem da EESAP permitirá aos professores especialistas e tutores, entre outros recursos:

- Criar tópicos;
- Estimular a formação de equipes de trabalho;
- Disponibilizar material didático complementar;
- Participar de fóruns de discussão e chats com os alunos.
- Os alunos poderão:
- Consultar textos, visitar os *links* (endereços de outros *sites*) e seguir as orientações disponibilizadas pelos professores;
- Se comunicar e interagir com a coordenação, com os professores e com os tutores por meio do correio eletrônico (e-mail), de sessões de bate-papo (*chat*) e de fóruns de discussões;
- Agendar sessões de bate-papo orientadas pelo tutor;
- Desenvolver atitudes de questionamento, reflexão, argumentação e contra-argumentação;
- Os tutores a presenciais e a distância podem criar novos fóruns de discussão, atendendo as características e necessidades de seus alunos; podem criar outros fóruns de discussão que sejam de interesse dos alunos distribuídos nos diversos polos e trabalhar com as visões diferenciadas que cada região pode vir a manifestar.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem passar por avaliação periódica, conforme trabalho desempenhado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e por meio do retorno contínuo do aluno através do fale conosco, ouvidoria e contato direto com a gestão do curso. Essa avaliação considera, em primeiro plano, as questões pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento das atividades do curso com vistas ao perfil formativo que desejamos alcançar. Em paralelo, a equipe de Tecnologia da Informação também realizará avaliações periódicas a fim de detectar a necessidade de correção de falhas eventualmente

apresentadas pela plataforma ou para incrementar novas funcionalidades que amplifiquem a usabilidade do sistema. Dessa forma, os resultados dessa dupla análise levarão à efetiva melhoria do AVA.

4.5 ORGANIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O corpo docente que atuará na modalidade à distância da EESAP será constituído por professores que exercem atividades de ensino, extensão e administrativas na Instituição ou contratados e prestadores de serviço especificamente para integrar o projeto de EAD.

Este corpo docente deve buscar, a cada dia, a sua capacitação e atualização, integrando a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e objetivos da IES e as especificações da modalidade a distância.

Os professores aprendem ao mesmo tempo em que os estudantes e atualizam continuamente tanto seus saberes 'disciplinares' como suas competências pedagógicas. A principal função do professor não pode mais ser uma difusão dos conhecimentos, que agora é feita de forma mais eficaz por outros meios. Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento.

Mas para isso, devem estar conscientes que "o essencial se encontrarem um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede" devendo também ficar entendido que:

> [...] a teleducação não dispensa o professor, embora agregue a seu perfil outras exigências cruciais, como saber lidar com materiais didáticos produzidos com meios eletrônicos, trabalhar em ambientes diferente daqueles formais da escola ou da universidade, avaliação. (DEMO, 1998, p. 30)

Assim, visando atender todas as diretrizes estabelecidas para a formação e desenvolvimento do aluno a estrutura de docentes da EESAP, para a modalidade a distância será composta por três categorias de professores:

- Tutor

- Professor Conteudista
- Professor Titular

A seguir será descrita a função de cada um dos professores que compõem a equipe de docentes da EESAP que contará com uma equipe de professores em seu quadro docente que exercem diversas atividades, além de desempenharem as funções de Professores.

Estas atividades vão desde a elaboração das atividades, formulação de provas, acompanhamento aos alunos nas atividades, correção de provas, atividades presenciais e virtuais, bem como, a participação no colegiado curso, participação na semana de Formação Geral e, ainda, alguns dos professores têm a participação no Núcleo Estruturante.

4.5.1 PROFESSOR CONTEUDISTA

O Professor Conteudista tem formação na área específica da(s) sua(s) disciplina(s), tendo titulação exigida pelo MEC, ou seja, tendo mestrado e/ou doutorado. Quando especialista, este necessita ter reconhecida competência na área, o que garante a qualidade pedagógica nos materiais impressos e/ou mídias. São atribuições do Professor Conteudista:

- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas Coordenadorias Tecnológica e de Ensino;
- Elaborar Plano e Guia didático da disciplina;
- Elaborar material impresso e on-line;
- Planejar trabalhos de avaliação a distância e presencial;
- Participar das reuniões agendadas pela Diretoria e Coordenadores de Curso;
- Propor leituras e atividades auxiliares de estudo para tutores e alunos;
- Orientar tutores e tutores no desenvolvimento da disciplina;
- Acompanhar o desenvolvimento dos Objetos de Aprendizagem.

4.5.2 PROFESSOR TITULAR

A EaD da EESAP possuirá, também, o Professor Titular que é o responsável por transmitir o conteúdo aos alunos de todos os polos, sendo eles,

muitas vezes, os próprios professores conteudistas. São atribuições do Professor Titular:

- Ministrar/gravar a aula a ser transmitida aos alunos.
- Elaborar roteiro para aula a ser transmitida;
- Elaborar material de apoio da aula;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pelas coordenadorias Pedagógica e Tecnológica e demais atividades quando necessário;
- Planejar trabalhos de avaliação à distância e presencial.

4.5.3 TUTORIA PRESENCIAL E A DISTANCIA

Segundo a ANATED - Associação nacional de Tutores de EaD, a partir do momento em que os tutores são identificados como parte integrante de uma equipe multidisciplinar, e que não se insere apenas no contexto de instituições credenciadas pelo MEC, mas, também, em instituições, empresas, que ofertam cursos livres, preparatórios, corporativos ou de qualquer outra natureza, isso proporciona uma dimensão muito maior do que simplesmente discutir quem ocupa esta função por direito, mas sim, como e de que forma a ocupa.

Primeiramente se faz importante entender a originalidade da atividade de tutoria, nos moldes em que a praticamos hoje no país e de como poderá ser planejada. Sabemos que alocar um professor em uma atividade de tutoria é insuficiente para atender a todas as expectativas de uma equipe multidisciplinar e tão pouco a satisfazer as necessidades do aluno.

Nesse caso a proximidade desprende-se de ser ou não um professor, mas une-se ao fato de cada qual no seu saber profissional servir de elo para conectar o discente ao conteúdo. Passamos então a considerar a tutoria como sendo a metacapacidade capaz de organizar as experiências anteriores e o conhecimento intelectual pertinente ao curso. E é justamente por esse motivo que o foco se volta para a aptidão em exercer a tutoria; é habilitar e desenvolver os profissionais, independente de que área estejamos a tratar; a adquirir novas habilidades e competências, conscientes de que estarão exercendo uma prática educacional diferenciada, seja ela no âmbito educacional, ou não.

O exercer a tutoria é praticar outra linguagem, cujo instrumentos, recursos e os procedimentos metodológicos são diferentes. A relação tutor-aluno-professor deixa de ser presencial, direta e imediata para se dar de forma não presencial, indireta e mediata. A postura no acompanhamento da aprendizagem, a orientação, a avaliação e o atendimento às necessidades individuais tornam-se mais amplas e complexas, posto que tutor à sua conveniência pode (re)modelar sua ação de um para todos e de todos para todos.

A ação tutorial é singular por permitir a construção de um vínculo e um diálogo diferenciado, na medida em que elementos como a observação, hipótese, equilíbrio e a sensibilização são empregados sem enxergar do outro lado os gestos, o brilho-opacidade do olhar, o sorriso maroto, o choro do aprendiz. Ao contrário, são vistos, revistos e interpretados pelo estado de espírito que se extrai da escrita e da motivação pelas atividades propostas. Muitas vezes o aluno não consegue expressar por meio da linguagem escrita o que realmente deseja, tornando a função do tutor ainda mais responsável e difícil.

Portanto, para ingressar na atividade de tutoria, a EESAP exige que o candidato a tutor tenha, pelo menos, pós-graduação latu senso na área do curso que pretende atuar, sabendo que, de modo geral, a função do tutor é orientar e motivar cada aluno cursista. Além de ser o facilitador da aprendizagem, ainda é competência do tutor acompanhar juntamente com o professor conteudista, todas as atividades pedagógicas a ele impostas.

Nesta perspectiva, existem cinco dimensões fundamentais para a realização da tutoria na educação à distância:

- **A dimensão comunicativa** - é um dos elementos fundamentais do desenho instrucional de cursos de Educação a Distância. Ela está presente no curso na atuação dos coordenadores, dos docentes e dos tutores; no desenho do material didático e na escolha das mídias para a distribuição do curso;
- **A dimensão da acolhida e do acompanhamento** - o tutor recebe o aluno e acolhe-o, estando atento para a *freqüência* do aluno no curso e no cumprimento de suas tarefas;

- **A dimensão de docência** - o tutor esclarece as dúvidas, responde aos questionamentos, indica outras leituras e outras fontes de conhecimento;
- **A dimensão de orientação** - o tutor orienta os alunos que necessitam desenvolver hábitos e estratégias de estudo e de investigação, guia-os para encontrarem soluções para alguns problemas de aprendizagem;
- **A dimensão de avaliação** - o tutor acompanha e dá *feedback* para que o aluno continue seu curso com bom aproveitamento.

4.5.3.1 TUTORIA A DISTANCIA

A Tutoria a distância é responsável por preparar, orientar e atender os tutores dos polos e responder aos alunos que eventualmente entrem em contato em busca de esclarecimentos.

Cabe à tutoria a distância manter atualizado o cadastro e o arquivo de documentação dos tutores presenciais, dar parecer sobre o perfil e, em conjunto com a Diretoria Acadêmica, aprovar as contratações dos tutores presenciais, bem como, acompanhar o processo de avaliação dos alunos, a entrega dos trabalhos, além do encaminhamento e solução dos problemas pedagógicos enfrentados pelos polos.

Ao tutor à distância compete:

- Organizar a classe virtual, informando o calendário e os objetivos do curso, expondo ao aluno a expectativa esperada em relação à interação dele com o curso, promovendo contato inicial com a turma, bem como estimulando o aluno a interagir uns com os outros, gerando um senso de comunidade social;
- Interpretar o material visual e multimídia, quando o aluno tiver dúvidas, melhorando, assim, o andamento do curso;
- Incentivar a fazer perguntas, avaliar respostas, relacionar comentários, coordenar as discussões, sintetizar seus pontos principais e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento;
- Acompanhar os comentários lançados no fórum de cada disciplina, participar, incentivar os alunos, motivá-los e avaliá-los;

- Orientar o acadêmico em suas atividades, fazendo o intercâmbio da aprendizagem e proporcionando um atendimento individual e personalizado por meio do AVA e/ou telefone;
- Dar feedback constante e rápido ao aluno, enfatizar ao aluno a real importância que a formação tem para sua vida pessoal e profissional. Também cabe a ele expor ao acadêmico as habilidades de estudo autônomo e a compreender as relações do estudo com seus interesses particulares e profissionais;
- Identificar as capacidades e limitações dos alunos, atentando-se às dificuldades deles e buscando reintegrá-los ao grupo, utilizando estratégias diversificadas para intervir no processo de ensino e aprendizagem, ajudando-o a progredir em seus estudos e minimizando as desistências;
- Verificar a ausência do aluno no AVA. Caso o aluno fique ausente por uma semana, deverá fazer contato imediato com o mesmo por meio de mensagens pelo Ambiente Virtual, caso não ocorra resultado, daí então por e-mail e via telefone, mostrando a importância de cada aluno na Instituição;
- Manter contato direto com o corpo docente, trazendo as informações com fontes concretas ao aluno;
- Corrigir (em parceria com outros professores) as atividades e avaliações;
- Estimular o estudante ao hábito da leitura e a busca constante do conhecimento, indicando material bibliográfico e sites, conforme orientação dos Professores Conteudistas e Titulares da disciplina, sempre procurando mostrar ao aluno a relação dos conteúdos vistos com a realidade apresentada no mercado, mantendo uma atitude reflexiva e crítica em sua prática educativa;
- Controlar o acesso de seus alunos, mostrando a ele como estudar e a importância de ficar sempre ativo em suas atividades.

4.5.3.2 TUTORIA PRESENCIAL

Os polos de apoio presencial são responsáveis pelo espaço físico e pelos equipamentos utilizados para o bom andamento da educação a distância; pelo recrutamento e acompanhamento das atividades pedagógicas dos tutores presenciais; pela aplicação da avaliação de parte dos trabalhos acadêmicos dos alunos, e aplicação das avaliações e pelo apoio aos contatos com empresas, escolas e instituições da comunidade para a realização Trabalhos de Conclusão de Curso e Estágios Supervisionados.

Para um bom desempenho no cargo, o Tutor Presencial necessita possuir um perfil específico, com habilidade e competência próprias de um cargo desta natureza.

O Tutor necessita ter um domínio técnico suficiente para atuar com naturalidade, agilidade e aptidão no ambiente que está utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA). É preciso ser um usuário dos recursos de rede, conhecer sites de busca e pesquisa, usar e-mails, participar de listas e fóruns de discussão.

O Tutor Presencial deve, ainda, ter capacidade de gerenciar equipes e administrar talentos, assim como habilidade de criar e manter o interesse do grupo pelo tema. Conhecer os sites internos e externos, qual a apostila para cada curso e as atividades e eventos relacionados ao assunto. A tutoria deve agregar valor ao curso.

Cabe ao Tutor Presencial:

- Acompanhar e orientar os alunos, inteirando-os com o ambiente de aprendizado e os demais colegas.
- Motivar o aluno a participar de todas as atividades propostas virtualmente pela Instituição de Ensino, tais como, assistir as aulas no POLO de Apoio, fazer perguntas no chat, participar dos fóruns de discussão, murais de avisos e etc.
- Organizar o local de aprendizado, ou seja, tem que organizar o material de estudo e incitar os alunos a utilizar a biblioteca e demais ambientes de aprendizado.
- Direcionar o aluno para o estágio (mercado de trabalho), quando for solicitado.
- Incentivar, buscar e orientar os alunos a um aperfeiçoamento e capacitação da sua área, além do que a instituição oferece como: Palestras, Cursos e Oficinas.

4.6 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD

A IES adota o compromisso de fazer estudo de viabilidade de implantação de polos EaD, que por sua vez se materializa nos Projetos de Polo. Este documento, complementar ao PDI, apresenta em sua estrutura a discriminação de: 1) Organização Institucional (planejamento e implantação do polo, justificativa); 2) Corpo Social (perfil do coordenador, tutores e equipe técnico-administrativa; e 3) Infraestrutura.

Considerando esses aspectos a IES possuirá, inicialmente, polos EaD nos seguintes municípios

Quadro 6: Lista de polos da Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano

ENDEREÇOS DOS POLOS - EESAP	
POLOS	**ENDEREÇO**
JOÃO PESSOA – PB	AV. EPITÁCIO PESSOA, 494, TORRE, JOÃO PESSOA- PB.
CAMPINA GRANDE - PB	RUA JOÃO FLORENTINO DE CARVALHO, Nª 117, BAIRRO JOSÉ PINHEIROS, CAMPINA GRANDE - PB
GUARABIRA – PB (sede)	RUA OTACÍLIO LIRA CABRAL, 1300, CONJUNTO CLOVIS BEZERRA, GUARABIRA, PB, CEP: 58200-000.
DONA INÊS -PB	SÍTIO LAJEDO PRETO, S/N ARÉA RURAL, DONA INÊS-PB
PATOS - PB	RUA ESCRITOR RUI BARBOSA, 61 – CENTRO, PATOS-PB.
PAULISTA - PB	RUA SEVERO JOSÉ DE ARAÚJO, NATERCIO ALVES, PAULISTA – PB.
BREJO DO CRUZ - PB	RUA PEDRO ROQUE DA SILVA, CENTRO, BREJO DO CRUZ – PB.
POMBAL - PB	RUA EPITÁCIO PESSOA, 692, CENTRO, POMBAL-PB.
BONITO DE SANTA FÉ - PB	CONUNTO CEAP, S/N CENTRO, BONITO DE SANTA FÉ- PB.
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB	RUA OSWALDO PINHEIRO, 270, CENTRO, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB.
CONDADO - PB	RUA ODILON LINHARES DE ARAÚJO, S/N, CENTRO, CONDADO-PB.
QUEIMADAS - PB	RUA OSCAR FILHO, S/N, VILA, QUEIMADAS-PB.
ITAPORANGA - PB	RUA PADRE LOURENÇO, CENTRO, ITAPORANGA-PB
BOQUEIRÃO-PB	RUA DR. JOSÉ DE OLIVEIRA PINTO, 128, BAIRRO NOVO, BOQUEIRÃO-PB
ITAPOROROCA - PB	RUA CAMPO NOVO, CENTRO, ITAPOROROCA-PB.
SÃO BENTO-PB	RUA FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, CENTRO, SÃO BENTO-PB.
PILÕES-PB	RUA NOBERTO BARACUNHY, CENTRO, PILÕES-PB.
SOUSA-PB	RUA RAIMUNDO BRAGA ROLIM, 22, CONJUNTO DOUTOR ZEZÉ, SOUSA-PB
UIRAÚNA -PB	RUA FRANCISCO LEÃO VELOSO, Nº 448, CENTRO, UIRAÚNA-PB
BOM SUCESSO- PB	RUA ANANIAS DA COSTA LIMA, S/N CENTRO, BOM SUCESSO-PB
JUAZEIRINHO-PB	RUA JOSÉ FERREIRA RAMOS, GARATINHO, JUAZEIRINHO-PB.

MARIZÓPOLIS-PB	RUA JOÃO VICENTE DE ALMEIDA, S/N, CENTRO, MARIZÓPILIS-PB
PEDREIRAS-MA	AV RIO BRANCO, 841, CENTRO, PEDREIRAS-MA.
SÃO LUIS-MA	RUA CINQUENTA E OITO, Nº 8, BEQUIMÃO, SÃO LUIS-MA
RAPOSA-MA	AV SÃO SEBASTIÃO, 60, VILA BOM VIVER, RAPOSA-MA
PICOS -PI	RUA OSVALDO CRUZ, CENTRO, PICOS-PI
FLORIANO-PI	RUA FÉLIX PACHECO, 530, CENTRO, FLORIANO-PI.
PEDRO II- PI	RUA AUTO FREIRE, 350, CRISTO REI, PEDRO II-PI.
PAULISTANA-PI	RUA SENADOR CANDIDO FERRAZ, CENTRO, PAULISTANA-PI.
PEDRO AFONSO-TO	AVENIDA JOÃO DAMASCENO DE SÁ, 746, SETOR AEROPORTO, PEDRO AFONSO-TO
ITAPIRATINS-TO	AV. BENEDITO PIRES, CENTRO, ITAPIRATINS-TO.
PETROLINA-PE	RUA ANTONIO FILHO, CENTRO, PETROLINA-PE.
TABIRA-PE	RUA CLOVIS SIQUEIRA XAVIER, CENTRO, TABIRA-PE.

Outros polos poderão ser abertos mediante estudo de viabilidade e projeto de polo a ser construído, fundamentando a decisão dos órgãos colegiados da IES.

5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A evolução tecnológica aplicada à educação deve ser um fator presente em todo o planejamento acadêmico, já que apropriar-se das novas tecnologias é um meio excelente para o desenvolvimento pedagógico em geral. Um recurso é um meio de todo o tipo que permite responder a uma necessidade ou conseguir aquilo que se pretende. A tecnologia, por sua vez, faz referência às teorias e às técnicas que possibilitam o aproveitamento prático do conhecimento científico.

Um recurso tecnológico é, portanto um meio que se vale da tecnologia para cumprir com o seu propósito. Os recursos tecnológicos podem ser tangíveis (como um computador, uma impressora ou outra máquina) ou intangíveis (um sistema, uma aplicação virtual). Na EaD e presencial utilizamos o Educasystem como Ambiente Virtual de Aprendizagem, por possibilitar interação entre docentes, discentes, corpo técnico administrativo e gestão acadêmica. Importante ressaltar que o Educasytem é um sistema educacional de produção própria da IES, que faz todo diferencial na resolução de problemas, no processo

de atualização rápido e dinâmico e em especial pelo fato de integrar todos os perfis institucionais em um só ambiente, quais sejam, o acadêmico, o administrativo e o financeiro.

Os recursos oferecidos pelas novas tecnologias, como internet e redes de comunicação, evidenciam a necessidade de estabelecimento de vínculos entre os conteúdos das disciplinas, as diversas aprendizagens no âmbito da instituição e a realidade cotidiana. As inovações tecnológicas ocorrem de maneira constante, levando em conta as novidades que o mercado disponibiliza para todos os segmentos da humanidade, sejam eles educacionais, sociais ou de mercado de trabalho, e são adaptadas para auxiliar a prática pedagógica.

No meio acadêmico, os recursos tecnológicos tornaram-se imprescindíveis para alunos e professores, pois através deles é possível a ampliação de pesquisas e da comunicação. Os cursos da EESAP contam em sua proposta pedagógica com as tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de interatividade para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem. Todas as atividades, aulas, matriculas, rematrículas, cancelamentos, pedidos online, emissão de documentação acadêmica, disciplinas, chats, programa de nivelamento, bibliotecas, laboratórios virtuais e outros, ocorrem via Educasystem que integra todos os itens necessários ao desenvolvimento acadêmico-administrativo-financeiro.

Estão previstas para uso de docentes e alunos e-mail, hipertexto; banco de dados; redes comunicacionais, dentre outras. As formas de utilização são definidas pelos docentes nos planos de ensino, para o desenvolvimento de suas atividades visando a configurar uma nova atuação de professores e alunos em ambientes virtuais.

De acordo com Moran (2014) os avanços tecnológicos trazem para a escola a possibilidade de integrar os valores fundamentais, a visão de cidadão e mundo que queremos construir, as metodologias mais ativas, centradas no aluno com a flexibilidade, mobilidade e ubiquidade do digital.

A Faculdade já possui instalados recursos via software como o sistema de controle do registro acadêmico, integrado aos demais sistemas da Instituição como Tesouraria e Biblioteca, com todos os seus serviços automatizados, podendo ser acessados pelo sistema acadêmico. Também estão instalados os

recursos de multimídia nas salas de aula, para apoio ao desenvolvimento das aulas, internet, wi-fi disponível em todos os ambientes.

A Faculdade possui uma política de investimentos em infraestrutura física e tecnológica para proporcionar o apoio necessário a docentes, alunos e colaboradores no desempenho de suas responsabilidades. Em consonância com seu Projeto Pedagógico Institucional, a Instituição garante o uso de seus laboratórios como uma das formas de possibilitar a interação entre teoria e prática. Para tal, permite a utilização dos laboratórios de informática em horário integral e mantém permanentemente à disposição um técnico para dar suporte aos usuários e garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.

Para acompanhar esse processo, impõe-se às instituições educacionais a disponibilização aos seus alunos de recursos sempre atualizados de informática, que serão importantes auxiliares para o ensino-aprendizagem. A informatização igualmente é de extrema importância para a organização, o acompanhamento e o controle dos serviços administrativos e acadêmicos de uma instituição de ensino.

Para a efetivação da proposta desta IES, o papel dos recursos informáticos ganha em relevância, pois deverão ser dominados pelos alunos também como instrumental pedagógico, como uma ferramenta de trabalho, da qual o profissional professor não pode prescindir. Com essa visão, a Instituição disponibiliza laboratórios de informática à disposição dos alunos e implanta gradativamente sistemas informatizados que deem suporte aos serviços administrativos e acadêmicos.

A seguir listamos ações tomadas para a implantação e funcionamento de nossa política de informatização: Criação de uma cultura de informática, disponibilizando constante apoio e orientação aos usuários; Manter uma política de uso de laboratórios, de forma a atender com eficácia tanto às atividades curriculares, como às outras demandas da comunidade acadêmica; Formular sistemas informatizados de acompanhamento e controle acadêmico discente e docente; Implantação de sistema informatizado na Biblioteca e na Secretaria Financeira; Interligar em rede todas as áreas da Instituição, agilizando a troca de informações; Capacitar docentes e técnicos-administrativos para uso dos sistemas; Modernizar constantemente o parque computacional, por meio de

novas aquisições ou de \"upgrade\" constante do hardware; Manter o acervo de softwares atualizado.

6 POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atualmente a sociedade passa por um período de fortes pressões, adequações e mudanças em praticamente todas as suas esferas. O que exige não só velocidade na aquisição de informações, mas também qualidade das informações. Diante da multiplicidade dessas informações e da rapidez das transformações, o ensino tradicional e de estrutura rígida das instituições de ensino superior, muitas vezes não cumprem o papel esperado. A flexibilização curricular é uma estratégia que proporciona o alcance de melhores resultados, pois pode minimizar uma visão fechada das estruturas curriculares que não contemplam a abertura para outros processos de aprendizagem diferentes da sala de aula.

As atividades complementares são um conjunto de atividades, realizadas durante o período de realização dos cursos, consistindo em mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelos alunos no decorrer de sua vida acadêmica. A seleção dos temas que compõe o quadro curricular das atividades complementares é feita observando-se a relevância dos mesmos para a atuação profissional do aluno. As Atividades Complementares devem ser devidamente comprovadas com certificados ou equivalente e, em conjunto, devem formar uma determinada carga horária estabelecida no currículo do curso.

São consideradas atividades complementares: disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso da EESAP; exercícios de monitoria nas disciplinas do curso; estágios não obrigatórios; trabalhos voluntários em projetos de dimensão social, promovidos ou não pela EESAP; cursos e projetos de extensão, congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica promovidos pela EESAP ou por outras instituições; apresentação de trabalhos em eventos científicos; publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais; participação em Programa de Iniciação

Científica; atividades de representação discente junto aos órgãos colegiados da EESAP, bem como membro de diretoria de Centros Acadêmicos; atividades artístico-culturais como participação em grupo de dança, coral, teatro e outros; produções técnico-científicas, elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos e outros; cursos realizados na modalidade a distância; outras atividades em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos de cada Curso e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, cabendo ao colegiado do curso analisar a pertinência da atividade da atividade desenvolvida e o computo da respectiva carga horária.

6.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1° As Atividades Complementares de Aprofundamento (AC's) são atividades acadêmicas, culturais e científicas desenvolvidas pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO (EESAP).

Art. 2º As AC's são desenvolvidas pelos estudantes a partir do ingresso na EESAP e objetivam:
I - Articular teoria e prática, complementando os saberes e práticas necessárias à formação dos graduandos;
II - Incentivar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico-reflexivo dos graduandos.

Art. 3º A carga-horária das AC's obedecem ao disposto no Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, em consonância com as determinações do Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para cada curso.
Parágrafo único – O cumprimento da carga-horária das AC's constitui-se requisito indispensável para a integralização curricular.

Art. 4º As AC's serão realizadas sob a forma de práticas curriculares de ensino, pesquisa e extensão, podendo ser desenvolvidas pela metodologia presencial ou não presencial, desde que comprovadas por atestado da instituição promotora, conforme Anexo A.

Art. 5º São consideradas AC's:
I - Disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso da EESAP;
II - Exercícios de monitoria nas disciplinas do curso;
III - Realização de estágios não obrigatórios;
IV - Trabalhos voluntários em projetos de dimensão social, promovidos ou não pela EESAP;
V - Realização de cursos e projetos de extensão, congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica promovidos pela EESAP ou por outras instituições;
VI - Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
VII - Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais;

VIII - Participação em Programa de Iniciação Científica;
IX - Atividades de representação discente junto aos órgãos colegiados da EESAP, bem como membro de diretoria de Centros Acadêmicos;
X - Atividades artístico-culturais como participação em grupo de dança, coral, teatro e outros;
XI - Produções técnico-científicas, elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos e outros;
XII - Cursos realizados na modalidade a distância;
XIII - Outras atividades em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos de cada Curso e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, cabendo ao colegiado do curso analisar a pertinência da atividade da atividade desenvolvida e o computo da respectiva carga horária.

Art. 6º A integralização da carga-horária das AC's deve respeitar os limites expressos no Anexo A desta resolução para cada tipo de atividade.

Art. 7º As Coordenações de Curso são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das AC's.

Art. 8º No período apropriado, definido na grade curricular de cada curso de graduação, o aluno deverá preencher a ficha de avaliação (Anexo B), para que a Coordenação do respectivo curso valide o cumprimento da carga-horária.

Art. 9º A ficha de avaliação, devidamente assinada pelo Coordenador, e os documentos apresentados pelo discente devem ser encaminhados pela Coordenação de Curso para a Secretaria Acadêmica para arquivamento junto ao prontuário do aluno.

Art. 10º Os discentes ingressos nos cursos de graduação através de transferência podem ter suas AC's realizadas na Instituição de origem validadas, desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido, e que estejam de acordo com esta resolução.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino e Extensão (CONSE), que poderá baixar normas complementares.

ANEXO A
QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nº	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTOS EXIGIDOS
1	Disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso da EESAP	Carga horária da disciplina	90 horas	Declaração ou certificado de aprovação na disciplina e plano de curso
2	Exercícios de monitoria	Carga horária da disciplina	120 horas	Certificado de Participação
3	Estágio não obrigatório.	60 horas/semestre	120 horas	Declaração da Instituição

4	Trabalhos voluntários	Carga horária da atividade	60 horas	Declaração de participação
5	Participação em congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica	Participante: 30 horas por atividade	80 horas	Certificado de participação
		Ministrante: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
		Organização: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
6	Participação em curso de extensão	Participante: 40 horas por curso	80 horas	Certificado de participação
7		Ministrante: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
8	Apresentação de trabalhos em eventos científicos	20 horas/apresentação	120 horas	Certificado de apresentação
9	Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais	Resumo: 20 horas/publicação	80 horas	Cópia do material publicado
		Texto completo: 40 horas/publicação	120 horas	
10	Participação em Programa de Iniciação Científica	60 horas/semestre	120 horas	Certificado de participação
11	Atividades de representação discente junto aos órgãos colegiado da EESAP, bem como membro de diretoria de Centros Acadêmicos	15 horas/semestre	30 horas	Declaração da Secretaria Acadêmica e/ou da Direção do Centro Acadêmico
12	Atividades artístico-culturais como participação em grupo de dança, coral, teatro e outros.	20 horas/semestre	40 horas	Declaração de participação
13	Produções técnico-científicas, elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos e outros	30 horas/produção	90 horas	Cópia do material produzido
14	Cursos realizados na modalidade a distância	Carga horária do curso	80 horas	Certificado de participação

ANEXO B
FICHA DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ESTUDANTE:			
MATRÍCULA:		**INGRESSO:**	
TIPO DE ATIVIDADE	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**C/H DA ATIVIDADE**	**C/H ADQUIRIDA**
CARGA HORÁRIA CUMPRIDA			

TIPOS DE ATIVIDADES	
1. Disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou outro curso do ISESJT 2. Monitoria 3. Estágio não obrigatório 4. Trabalho voluntário 5. Curso de Extensão 6. Participação em eventos 7. Apresentação de trabalho	8. Publicação de trabalho 9. Iniciação Científica 10. Representação discente 11. Atividade artístico-cultural 12. Produção técnico-científica 13. Curso a distância 14. Outras atividades aprovadas pelo Colegiado
OBS: ANEXAR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE CADA ATIVIDADE	
DATA: ____ / ____ / _____. _____ _____ ALUNO(A)	ATESTO QUE O ALUNO CUMPRIU AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE APROFUNDAMENTO. DATA: ____ / ____ / _____. _____ _____ COORDENADOR(A)

7. MODELO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Os currículos dos cursos da EESAP são organizados de acordo com uma estrutura modular ou semestral. Os alunos têm a oportunidade de relacionar teoria e prática ao longo de um conjunto dos módulos/semestres do curso, em um movimento da prática para a teoria e desta novamente para a prática em um contínuo de interações.

Na programação dos conteúdos, tomam-se por base os princípios da relação entre teoria e prática, da interdisciplinaridade e da organicidade de gestão pedagógica. A relação teoria e prática compreende a teoria como expressão das ações práticas, ou seja, a teoria é decorrente da análise e explicitação das ações humanas realizadas na prática. Esse princípio incorpora-se na composição das disciplinas teóricas e práticas nas atividades propostas.

A interdisciplinaridade ocorre pelo agrupamento de disciplinas afins e pela abordagem dessas disciplinas em cada módulo, além de contar com eventos acadêmicos que possibilitam o ensino interdisciplinar e o estabelecimento do tema gerador pelo CONSE que direciona as ações e as discussões em sala de aula proporcionando uma reflexão crítico-reflexiva sobre o contexto do curso. A organicidade favorece a flexibilização na gestão pedagógica do curso ao permitir o agrupamento de turmas, desde que respeitado o momento de organização curricular na realização do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso. Cada módulo ou semestre procura integrar conhecimentos de

fundamentos, conteúdos específicos e suas metodologias e prática profissional de forma articulada.

7.1. PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Cada aluno tem uma complexidade cognitiva (complexidade de processamento de informações), características motivacionais, valores e orientação sensorial diferentes, assim como seu ritmo próprio de aprendizagem, nível de prontidão e interesses diferentes. Dessa forma, o docente deve ter em mente essas questões no ato de transmitir o conhecimento.

O que se pretende é desenvolver na instituição um modelo de currículo personalizado, onde o comportamento (aprendizagem) seja visto como uma associação determinada pelo tipo de aluno e pelo ambiente (metodologias de ensino). Mas para sua efetivação, o aluno precisa ser envolvido no planejamento e na implementação das estratégias instrucionais desse currículo, a fim de torná-lo mais motivador e facilitador do desenvolvimento das habilidades necessárias para a solução de problemas e tomadas de decisão.

Este tipo de currículo deverá se nortear por teorias como as de Piaget[9], Kohlberg[10] e Vigotsky[11], por meio de uma abordagem desenvolvimentista. Os pressupostos que se seguem resumem essa abordagem curricular:

Pressuposto 1 – DOCENTE MEDIADOR: O aluno é ativo procurador de estímulos e não apenas um respondedor da estimulação do ambiente. Por essa razão, o papel do professor deve ser visto como o de mediador do desenvolvimento das capacidades do aluno para pensar e agir responsavelmente.

Os professores devem entender que são mediadores do processo de desenvolvimento da capacidade dos alunos para pensar e agir de forma responsável. Devem, também, saber que seu papel na sala de aula é o de estrategista e técnico da aprendizagem, utilizando comportamentos verbais e

[9] Jean Piaget (1896-1980) renomado psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil.
[10] Lawrence Kohlberg, psicólogo e filósofo americano. Dedicou-se a estudar o desenvolvimento moral do ser humano, retomando e aperfeiçoando o modelo piagetiano.
[11] Lev S. Vygotsky , professor e pesquisador, dedicou-se aos campos da pedagogia e psicologia.

não verbais, no desempenho de quase todas as ações descritíveis do ato de ensinar. Devem estudar o que seus alunos dizem e fazem enquanto estão aprendendo, tendo, dessa forma, condições para predizer, diagnosticar e adaptar o seu ensino à compreensão e ao progresso do aluno na aprendizagem, avaliando a qualidade do seu raciocínio e as suas reações emocionais em cada situação e momento.

Pressuposto 2 – DISCENTE PARTICIPATIVO: A identificação dos objetivos pelo aluno é um fator importante da sua motivação para a aprendizagem, e o sucesso ou fracasso do aluno determina a maneira pela qual ele estabelece seus objetivos futuros.

O aluno deve ter liberdade para investigar e dirigir sua própria aprendizagem, tendo permissão para fazer estudos independentes, para selecionar suas tarefas nos projetos de grupo, e deve ser estimulado a se envolver na seleção dos procedimentos das atividades instrucionais. Entretanto, o aluno também precisa de orientação, direcionamento, ajuda e feedback, a fim de confirmar a aprendizagem correta e corrigir conceitos errôneos adquiridos.

O processo educacional é uma série de experiências de aprendizagem, que visam atingir objetivos educacionais cuidadosamente selecionados. Conseqüentemente, a seleção dos objetivos educacionais é o fator determinante na construção do currículo. Os objetivos são derivados das considerações: (a) da natureza do aluno, (b) do contexto social no qual a escola está inserida, e (c) do conteúdo a ser ensinado.

É preciso, também, saber “onde” os alunos estão para que se possa ajudá-los a desenvolver todo o seu potencial. No entanto, é preciso saber como selecionar o conteúdo, pois adquirir um conhecimento ou habilidade não é a mesma coisa que adquirir outro, e alguns conhecimentos ou habilidades servem mais do que outros a determinados fins. Além disso, cada coisa a ser aprendida tem seu tempo ótimo de aprendizagem.

Pressuposto 3 – RELACIONAMENTO INTERPESSOAL: O aluno precisa sentir que professores e colegas lhe dão suporte afetivo, que o apreciam, que o encorajam a desenvolver suas potencialidades positivas e a se tornar um

ser humano melhor, ou seja, ele precisa ser estimulado a formar um autoconceito positivo.

Em essência, o professor se torna o “outro” significante na vida do aluno. Ele desempenha um importante papel na “imagem” que o aluno tem de si mesmo, na maneira como ele se vê, e tal visão está diretamente relacionada com o nível de sucesso acadêmico realizado.

A implicação dessas idéias para o currículo está diretamente relacionada ao tipo e nível de dificuldade das experiências que devem ser proporcionadas ao aluno. Elas devem ser apresentadas num contexto de desafio e a consecução de cada objetivo deve ser uma oportunidade de reforço para a imagem que o aluno tem de si mesmo, bem como para o desenvolvimento máximo de seu potencial.

Para que isso aconteça, os interesses, preocupações, problemas e necessidades dos alunos devem ser usados como base para a instrução. Nesse sentido, o aluno deve ser ajudado a identificar suas necessidades, a esclarecer seus valores, a estabelecer seus próprios objetivos e a se responsabilizar pela sua aprendizagem e comportamento na sala-de-aula.

Dessa maneira, emerge um currículo pautado pelos interesses, preocupações e objetivos dos alunos, que serão encorajados a participar da formulação de questões importantes e no desenvolvimento das respostas.

Pressuposto 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Maior ênfase deve ser colocada em como as coisas são ensinadas ou aprendidas, do que no que é ensinado ou aprendido.

A instituição deve dar grande atenção ao desenvolvimento de habilidades intelectuais direcionadas para a solução de problemas, o que leva à necessidade de orientar o aluno quanto à organização do seu conhecimento e ao uso dos processos criativos do pensamento.

A organização do conhecimento é única para cada indivíduo. Embora os mesmos dados, informações, fatos e conceitos sejam fornecidos igualmente, a maneira como cada um compreende e transforma a informação é única. O conhecimento novo não é simplesmente incorporado ao antigo, ele o transforma.

Cada vez mais, torna-se improvável que a aprendizagem de alguém num estágio determinado de sua vida, seja completamente adequada a um estágio posterior. Por esta razão, as habilidades de aprendizagem devem ser desenvolvidas durante toda a vida do indivíduo - é preciso aprender a aprender, antes de tudo.

Essas considerações têm importantes implicações para a formulação das estratégias de ensino. O conceito de pensar como um processo essencialmente ativo, no sentido de que se aprende apenas “fazendo”, coloca o ensino numa perspectiva diferente. O currículo passa a dar uma ênfase especial à abordagem ativa da aprendizagem e grande atenção é dedicada ao processo e não ao conteúdo.

Pressuposto 5 – ÊNFASE NO APRENDIZADO: A ênfase deve ser colocada no processo e na habilidade de aprender. Todos os professores devem enfatizar o processo de ensino - como as coisas são aprendidas -, e evitar a memorização de fatos e as avaliações baseadas em perguntas fechadas, para as quais só há uma alternativa correta. O importante é ajudar o aluno a aprender e a usar a avaliação como um elemento de tomada de decisão para o planejamento das sucessivas etapas de sua aprendizagem.

Pressuposto 6 – CURRÍCULO ADEQUADO: O currículo (componentes curriculares e atividades complementares) deve ser centrado em problemas da região, reais e emergentes, que sejam significativos para os alunos e que satisfaçam as suas necessidades.

Pressuposto 7 – AVALIAÇÃO CONTINUADA: A avaliação da aprendizagem deve ser encarada como elemento de tomada de decisão para o planejamento das sucessivas etapas de avaliação. Ela deve ser utilizada como uma ferramenta de informação, cujo objetivo é aumentar a eficiência da aprendizagem do aluno. No momento em que a avaliação fornece indícios de que há dificuldades para se alcançar alguns objetivos, a reciclagem do processo pode indicar as áreas problemáticas e também orientar a implementação de estratégias para a recuperação do aluno, evitando, dessa forma, ansiedade e

frustração. Um certo nível de discrepância e ambigüidade é necessário para garantir a aprendizagem, mas a avaliação não deve constituir-se num instrumento de ameaça e julgamento da incapacidade do aluno.

Observados os pressupostos acima, os componentes curriculares, inseridos no projeto pedagógico, compõem-se das disciplinas e suas respectivas ementas, especificando os tópicos genéricos que orientam a aplicação do conteúdo programático pelos docentes. Cada disciplina contém ainda 4 bibliografias básicas e 5 complementares a serem utilizadas, coerentes com o acervo que será oferecido pela biblioteca. A bibliografia básica e complementar é essencialmente virtual. A grade curricular contempla ainda o aproveitamento de formação adicional do discente, sendo considerados os cursos extracurriculares.

Na composiçao curricular dos seus cursos, a EESAP procura atingir o seguintes objetivos:

- Desenvolver em seus alunos as habilidades e competências para que se tornem aptos a ingressarem no competitivo mercado de trabalho, tendo em vista os contextos regional e nacional.
- Desenvolver sólida formação teórica nas áreas de conhecimento especificas de cada curso, bem como a compreensão da relação entre os determinantes sócio-econômico-culturais e a prática profissional;
- Promover a integração das dimensões teórico-práticas;
- Propiciar o desenvolvimento, nos discentes, de uma visão generalista e integradora, que permita conhecer e identificar tendências do mundo moderno;
- Oportunizar ao discente a visão globalizada do mercado de trabalho, focando as especificidades de sua área;
- Propiciar o trabalho coletivo e interdisciplinar, gerando novas formas de produção e construção do saber;
- Formar um profissional reflexivo;
- Disseminar valores éticos, humanos e de responsabilidade social, em todas as práticas propostas durante o curso;
- Formar para a diversidade cultural;
- Formar profissionais que fomentem a cidadania e o respeito mútuo;

- Formar um profissional politécnico, flexível e capaz de tomar decisões;
- Formar para a autonomia.

Para a realização dos objetivos citados, três eixos de formação teórica são contemplados: **básico, profissional e complementar,** salvo quando as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação indicarem a estruturação curricular a partir de outros eixos. Os aspectos da prática, transversais a esses eixos, se consolidam por meio do uso de laboratórios e programas especialmente gerados para o atendimento dos propósitos da formação necessária aos alunos.

O **eixo de formação básica** constitui-se de atividades e disciplinas fundamentais que objetivam iniciar o aluno em uma formação diversificada, voltada para a sua área de atuação, capacitando-o para o desenvolvimento do currículo do curso.

O **eixo de formação profissional** refere-se às disciplinas que vão inserir o aluno no campo específico de atuação. São aquelas que se referem exclusivamente à prática profissional, fundamentando a visão necessária sobre sua área de atuação. Como exemplo têm-se as disciplinas específicas das habilitações em Administração, onde cada especialidade, seja Marketing, Recursos Humanos, etc., possui suas disciplinas próprias de formação.

O **eixo de formação complementar** refere-se a atividades como palestras, seminários, cursos de aperfeiçoamento e demais eventos que venham a enriquecer o currículo do educando.

Os currículos dos cursos e seus respectivos projetos pedagógicos são revisados periodicamente, de forma a se atualizarem com as exigências profissionais do contexto, com o perfil do egresso e ao atendimento da demandas da sociedade e do mercado. Para essa revisão periódica, também são ouvidos docentes e discentes, que se manifestam pelo Colegiado de Curso, por reuniões com representantes de turma e pesquisas específicas realizadas internamente.

Consciente da necessidade do avanço e da socialização do conhecimento, a IES prioriza em seu projeto educacional a integração do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, num caminho de mão-dupla, posto que, se a

academia, ao se comprometer com as necessidades sociais, tem muito a contribuir, também tem muito a aprender com a comunidade.

O projeto pedagógico de cada curso é construído a partir do perfil do egresso, evidenciado por meio de pesquisas e de dados estatísticos qualitativos e quantitativos do mercado de trabalho. Esse perfil desdobra-se em um conjunto de competências e habilidades necessárias às profissões, orientando a construção da estrutura curricular de forma que estas atendam tais competências e habilidades desde o primeiro até o último semestre.

Para se operacionalizar o projeto pedagógico, exige-se que o professor ministrante da disciplina elabore um plano de ensino que contemple: a ementa proposta pelo projeto pedagógico; as habilidades e competências a serem atingidas; o conteúdo programático a ser desenvolvido no semestre; a metodologia de avaliação dos conteúdos a serem ministrados; os procedimentos e técnicas didático-pedagógicas a serem utilizados pelo docente; o planejamento detalhado das aulas para o semestre.

A elaboração dos currículos deverá observar as necessidades de cada curso, tendo em vista a futura atuação dos seus egressos no mercado de trabalho. Assim, deve ser flexível para absorver inovações, mas suficientemente rígido para delinear o perfil do aluno que se deseja formar. O currículo deve proporcionar, por meio de práticas pedagógicas, atividades e conteúdos, contribuição efetiva para o desenvolvimento da capacidade profissional do aluno, dentro de uma perspectiva profissional, cidadã, ética e responsável.

Em virtude das diferenças existentes entre os cursos ofertados pela IES, vale ressaltar que os cursos superiores de tecnologia são desenvolvidos para atender a necessidades específicas das demandas do mercado de trabalho. As graduações contemplam disciplinas de natureza científica, humanística e de formação específica, com ênfase especial nos processos tecnológicos e no desenvolvimento de práticas profissionais sintonizadas com o mercado de trabalho, o que justifica suas especificidades em relação ao bacharelado. Sua organização é em módulos, com cursos que duram de dois a três anos. Isso confere uma vantagem competitiva ao aluno em relação ao tempo investido na integralização total do curso, e exige uma dinamicidade diferente, com as

relações práticas e atuais muito mais presentes e ativas no corpo de todas as suas disciplinas.

O objeto das diretrizes curriculares da instituição é permitir que os currículos propostos possam construir o perfil acadêmico e profissional dos alunos, com competências e habilidades dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação, pertinentes e compatíveis com as referências nacionais de qualidade e eficiência.

7.2. MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Os alunos da EESAP tem acesso a flexibilização curricular tendo em vista os seguintes pressupostos, a serem adotados em cada curso conforme o respectivo PPC:

- Oferecimento de percentual da carga horária dos cursos presenciais na modalidade à distância. Essa prerrogativa pode ser utilizada, desde que seja prevista nos Projetos Pedagógicos, acompanhada por um planejamento específico das atividades à distância a serem desenvolvidas na disciplina, através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.
- Disponibilidade obrigatória de página na internet para toda disciplina com carga horária à distância.
- Oferecimento de disciplinas optativas como integrantes da matriz curricular do curso, que deve apresentar um rol de disciplinas que poderão ser oferecidas por professores efetivos, bem como a quantidade mínima de alunos matriculados para a oferta.
- Oferecimento de conteúdos complementares, que podem ser trabalhados por meio de projetos de ensino ou de Atividades Complementares, desde que especificado no projeto e executado no decorrer do curso, por professores efetivos.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Durante o curso os alunos da educação presencial, desenvolvem as atividades programadas por meio de aulas, pesquisas e visitas às empresas, escolas e instituições da comunidade, entre outras. Para sistematizar os resultados da aprendizagem, os alunos realizam trabalhos chamados atividades supervisionadas que também constituem instrumentos de avaliação formativa. A esses instrumentos acrescenta-se a avaliação individual presencial realizada por meio de prova discursiva e objetiva e avaliação qualitativa do aluno.

A avaliação e seus aspectos norteadores mostram-se como um desafio para os cursos de graduação, pois o estudante é considerado como um futuro profissional que atuará, ou já atua, nos diversos espaços sociais.

A questão de *como avaliar,* muitas vezes é colocada entre o *medir X avaliar*, pois numa prática não muito distante, acreditava-se que a mensuração e a nota fossem a expressão quantitativa do resultado do processo de aprendizagem, desprezando-se os aspectos qualitativos.

No caminhar da história educacional passou-se a dar maior consideração à avaliação como dimensão importante do processo pedagógico, uma vez que essa se realiza por meio de uma concepção que define os papéis dos professores e dos alunos, conforme a intencionalidade de determinado projeto educativo.

No Brasil, as discussões e pesquisas sobre avaliação iniciaram-se com maior ênfase a partir de 1930. Por volta de 1970, as avaliações realizadas nas instituições educativas, na maioria dos casos, evidenciavam testes padronizados, sendo que estes deveriam ser eficientes, neutros e objetivos, pautados numa concepção técnica e racional, fruto do pensamento pedagógico fortemente arraigado na época. Nessa lógica, uma das principais funções da avaliação estaria em classificar os alunos.

Com a superação do papel da avaliação como instrumento quantitativo, por meio de críticas ao modelo estabelecido, hoje discute-se não apenas seus aspectos metodológicos, mas toda a multiplicidade e complexidade que essa traz, bem como a sua importância enquanto possibilidade social de permanência ou não dos alunos nos sistemas de ensino, e dessa forma, maior ênfase é dada aos aspectos qualitativos.

Assim, a discussão deve ser intensificada quando, em nossos cursos, trabalha-se com futuros profissionais em processo de formação, onde a dimensão da avaliação deve ser entendida como parte do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de levantar aspectos a serem superados, possibilitando as mudanças necessárias e mostrando seu caráter transformador.

Conhecer os sujeitos reais envolvidos e cultivar a intencionalidade dos cursos como formador de futuros profissionais, configura-se como a base da perspectiva da avaliação como processo que se pretende assumir na instituição. É por meio da avaliação processual que o aluno toma consciência do seu processo de aprendizagem, assumindo esse processo em seu aspecto individual, mas ao mesmo tempo coletivo e social, pois que esse envolve a todos na construção do conhecimento.

Outra dimensão a ser observada é à compreensão do *erro* no processo de avaliação como parte da construção do caminho percorrido pelo estudante, não como instrumento para classificar o aluno, como nos moldes tradicionais. Sendo assim, o *erro* integra o processo, é mais um momento da aprendizagem tal qual o *acerto*.

Dessa forma, ao tomar essa postura no ato avaliativo, não se procurará punir os mais fracos e menos capazes, mas mostrar os caminhos e as necessidades do aluno como sujeito. Assumindo a responsabilidade pela sua aprendizagem, o aluno desencadeará o esforço necessário para o aprimoramento da sua formação, junto ao professor formador, construindo por meio da análise crítica, a dimensão social deste momento de aprender e conhecer.

Comprometida com o contexto social nacional, uma instituição de ensino superior, mas que também atua no ensino técnico de nível médio, deve perceber a avaliação da aprendizagem como *processual* e *transformadora*, respeitando os sujeitos reais (professores e alunos) envolvidos neste processo, bem como as concepções de homem, sociedade, educação, escola, explicitadas neste projeto.

Para tanto, a prática da avaliação processual formativa torna necessário compreender alguns conceitos explicitados, os quais refletem a intencionalidade da avaliação no momento em que se realiza o processo educativo:

- **Avaliação prognostica:** neste conceito, a avaliação antecede a ação de formação e faz um diagnóstico do aluno, identificando características e peculiaridades dos aprendizes, tendo como função ajustar, reciprocamente, aprendiz e plano de estudo;
- **Avaliação cumulativa:** acontece depois da ação, tendo a função de verificar se os objetivos visados pelo plano de formação foram realizados. Por meio dela faz-se um balanço e verifica-se o quanto o aluno aprendeu ao final do curso;
- **Avaliação formativa:** deve estar no centro da ação de formação, pois tem como função contribuir para a regulação da atividade de ensino, levantando informações necessárias e úteis enquanto o processo efetiva-se.

Assim, ressalta-se que no processo avaliativo é necessário considerar aspectos cumulativos e prognósticos, mesmo quando este procura estar no centro da ação educativa, ou seja, ser formativa. Portanto, o objetivo maior em realizar uma avaliação formativa é contribuir para que a relação forma e conteúdo estejam coerentes com as características e necessidades dos alunos no momento em que a ação educativa acontece.

Outra questão importante sobre a avaliação refere-se à sua dimensão transformadora, no tocante a formação de seus alunos como futuros profissionais, críticos e reflexivos diante das práticas de ensino de sua instituição. Neste sentido, para reconhecer a avaliação como emancipatória, como geradora da construção de uma autonomia intelectual e de análise global dos aspectos educacionais na prática dos cursos, exige-se uma análise da realidade, tendo a possibilidade de tomada de decisão e de intervenção, com a tentativa de superar os problemas encontrados.

A construção de uma práxis avaliativa processual e transformadora desafia os professores a repensarem no coletivo do curso alguns aspectos que se fazem importantes e necessários, quando as demandas do cotidiano contagiam os docentes pela simples negação, e esquecem-se, por alguns momentos, da necessidade de superação das práticas tradicionais de avaliação. São estas características:

- Que a forma da avaliação apresente-se como processual, superando seu caráter classificatório e que sua função esteja em produzir aprendizagens;

- Que o conteúdo da avaliação favoreça o raciocínio e a compreensão, interagindo com conhecimentos que o aluno já tenha adquirido;
- Que a intencionalidade da avaliação esteja centrada na intervenção para a mudança e não apenas na constatação de dados e necessidades;
- Que o vínculo pedagógico esteja presente na significação dos conteúdos a serem estudados, como na escolha de metodologias mais participativas.

Para tanto, a preocupação com a avaliação processual e transformadora nos Cursos da EESAP aponta para um compromisso maior, a responsabilidade de buscar a qualidade do trabalho pedagógico, tendo em vista que se pretende formar futuros profissionais, coerentes e comprometidos com o social.

8.1. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos e instrumentos de avaliação apresentam-se como condições concretas para a efetivação das concepções acima colocadas. Suas diretrizes têm como vertente uma concepção de ensino-aprendizagem centrada no estudante. A definição do perfil do aluno que se quer formar, com determinadas características como senso crítico, criatividade, pró-atividade, espírito empreendedor e adaptabilidade a uma sociedade em processo de mudanças contínuas e radicais, pressupõe uma concepção de aprendizagem que aponta para uma forma de avaliação com os seguintes pressupostos básicos:

- O aluno é o sujeito do ato de aprender e, portanto, sujeito da própria avaliação, cujo processo encontra nele a sua razão de ser; é sua a conquista do conhecimento, a qual deve ser objeto de perscrutação e de estímulo;
- O professor é o mediador na relação que se estabelece entre o aluno e o conhecimento e, como tal, deve constituir-se como orientador do aluno no processo de despertá-lo para a consciência de suas potencialidades e da melhor forma de desenvolvê-las;
- A avaliação deve constituir-se sobretudo numa forma de acompanhar e verificar como o aluno está construindo o conhecimento, com objetivo de realimentar o processo ensino-aprendizagem;

- A avaliação somente alcança seu objetivo se ensejar uma reflexão conjunta entre aluno e professor sobre os avanços obtidos e as dificuldades a serem vencidas;
- Deve-se avaliar conteúdos significativos e contextualizados e não uma soma de informações memorizadas de modo isolado e fragmentado;
- As avaliações devem contemplar questões abertas, situações problemas que permitam averiguar o desenvolvimento do raciocínio crítico, da capacidade de interpretação, de argumentação, enfim, das estruturas cognitivas do estudante;
- O professor deve encarar os erros e as dúvidas dos alunos como oportunidades para instigá-los à procura por respostas e ao aprender mais.

Dessa maneira, estabelecemos como instrumentos de avaliação: Atividades práticas; Trabalhos de pesquisa; Estudos de caso; Simulações; Projetos; Situações-problema; Elaboração de portfolios e relatórios de atividades; Provas escritas; Provas orais; Seminários; Resenhas e artigos; outros instrumentos que o professor julgar pertinentes. Alguns aspectos da avaliação a serem observadas nas diversas disciplinas são:

- A avaliação pode acontecer em diferentes momentos, respeitando o plano de trabalho da disciplina;
- Atividades avaliativas poderão acontecer de forma interdisciplinar, quando uma ou mais disciplinas planejam um trabalho em comum, respeitando as especificidades de cada uma delas;
- Avaliar o aluno em diferentes oportunidades, respeitando suas necessidades, contribuindo assim para sua melhor aprendizagem;
- Possibilitar ao aluno uma avaliação individual;
- Privilegiar questões dissertativas, dando ao aluno a possibilidade de realização de síntese dos conhecimentos trabalhados;
- Diversificar as formas de realização das avaliações, conforme a metodologia de ensino, sendo esta mais participativa e ao mesmo tempo reflexiva;
- Realizar momentos de avaliações em grupos e/ou em duplas, possibilitando a troca de conhecimentos e informações entre os alunos;
- inserir a avaliação ao processo de aprendizagem construído pelo aluno.

No que se refere às Disciplinas de Estágio e ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, existem orientações específicas para cada um deles, não desvinculadas das concepções de avaliação aqui explicitadas.

8.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de aprendizagem dar-se-á considerando os seguintes critérios:

- Pertinência, clareza e precisão do conhecimento expresso no texto;
- Consistência e coerência dos conceitos apresentados;
- Pertinência da relação teoria e pratica, nos exemplos citados ao longo do texto;
- Criatividade e adequação de inter-relações estabelecidas;
- Sistematização do texto com correção gramatical na construção da frase, da ortografia e pontuação.
- Uso adequado das normas de produção de texto científico;
- Cumprimento do prazo de entrega das atividades.

8.3. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é proposta na Faculdade como um procedimento no qual devem ser estabelecidos critérios para se detectar os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os estudantes adquiriram, que objetivos do ensino atingiram em um determinado ponto do percurso e que dificuldades apresentam em relação a outros.

Assim, o professor deve estar sintonizado com as propostas e políticas definidas para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, o que facilitará a busca de meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver as dificuldades. Da mesma forma, os alunos devem se apropriar dos mecanismos que os levem a identificar claramente as suas próprias dificuldades e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço.

O planejamento da avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve pressupor a identificação do que se pretende atingir (os objetivos de aprendizagem), o processo de chegar até lá (os métodos, meios e materiais) e,

consequentemente, a maneira de saber se conseguiu, ou não, o pretendido (tipos e instrumentos de avaliação).

No processo de avaliação definido para os cursos de graduação, em coerência com a proposta pedagógica estão previstas formas avaliativas que percorrem todo o processo de ensino-aprendizagem, congregando diversas etapas como, avaliação diagnóstica, processos de nivelamento, acompanhamento dos docentes durante o percurso, por meio da realização de atividades constantes do planejamento de ensino, bem como as avaliações somativas realizadas bimestralmente com o objetivo de sistematizar o processo, detectando-se o desempenho dos alunos perante os conhecimentos desenvolvidos.

A regulamentação do rendimento acadêmico está contida do Regimento da EESAP, que prevê a realização por disciplina ou módulos. O aproveitamento escolar em cada disciplina será representado pelo conjunto de avaliação cognitiva e atividades formativas, com atribuições de conceitos definidos pelos conselhos de curso e aprovados pelo conselho superior.

A Avaliação dos cursos da EESAP é composta de atividades que semanalmente os alunos são submetidos. Estas atividades juntamente com as provas presenciais obrigatórias compõe a Nota do aluno. O registro da avaliação ocorre conforme definido no regimento da IES, em seu Capítulo V – Da Avaliação de desempenho acadêmico:

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Seção I
Da frequência

Art. 68. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas realizadas na instituição constitui-se em obrigação e direito do aluno.
§ 1º A presença é permitida apenas aos alunos devidamente matriculados.
§ 2º O controle diário da presença é de responsabilidade do professor.
§ 3º Para aprovação é exigido um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de presença em qualquer disciplina.
§ 4º A frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas implica na reprovação, devendo o aluno cursar novamente a disciplina.

§ 5º Os alunos enquadrados nos casos previstos nos decretos 1.044/1969, 715/69, 6.202/1975, 85.587/80, 10.861/2004 e Lei nº. 9.394/96, deverão formalizar sua situação por escrito e encaminhar, juntamente com os comprovantes, para a Coordenação de Curso. O Coordenador do Curso avaliará a legalidade da solicitação e, em caso de deferimento, autorizará os professores de cada disciplina a estipularem outras atividades didáticas em substituição às ausências do aluno.
§ 6º O atraso notável e frequente e as saídas antecipadas levam à perda da presença.
§ 7º No caso dos cursos técnicos de nível médio, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas para aprovação se aplica ao total de horas letivas do conjunto das disciplinas do semestre.

Seção II
Da avaliação

Art. 69. A avaliação da aprendizagem e do desempenho acadêmico é feita por disciplina, sob a responsabilidade do professor, devendo o mesmo utilizar no mínimo duas avaliações por período.
§ 1º As avaliações terão suas notas aferidas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, admitida a primeira casa decimal.
§ 2º As avaliações serão realizadas de forma oral e ou escrita, conforme a natureza da disciplina e o plano de curso elaborado pelo docente.
§ 3º As avaliações orais terão uma duração mínima de 10 (dez) e máxima de 15 (quinze) minutos.
§ 4º As avaliações escritas serão feitas em papel próprio fornecido pela secretaria.
§ 5º As avaliações escritas serão apresentadas aos alunos para que tenham a possibilidade de verificar seus erros e acertos.

Seção III
Da aprovação ou reprovação e da dependência

Art. 70. O aluno que alcançar média igual ou superior a 7 (sete) estará aprovado na respectiva disciplina.

Art. 71. O aluno que alcançar média inferior a 7 (sete) e igual ou superior a 4 (quatro) deverá fazer exame final com o conteúdo da disciplina indicado pelo docente, em data estabelecida pela secretaria.
Parágrafo único. Após o exame final, será realizada uma média aritmética simples entre a nota do exame final e a média semestral anteriormente obtida, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 72. O aluno que não alcançar média igual ou superior a 4 (quatro) estará automaticamente em dependência na respectiva disciplina.

Art. 73. O aluno que ficar em dependência em 3 (três) ou mais disciplinas estará impedido de avançar no semestre curricular do curso, até que tenha cursado as disciplinas reprovadas anteriormente.
Parágrafo único. O disposto no caput poderá ser flexibilizado aos alunos dos cursos técnicos de nível médio, tenda em vista a dinâmica da oferta curricular.

Art. 74. O aluno, que ficar em dependência em até 2 (duas) disciplinas, poderá matricular-se através de requerimento junto a Secretaria e mediante o pagamento da referida disciplina, no período sucessivo nas disciplinas de dependência(s) conforme oferta da mesma. No caso de falta de vagas a IES poderá abrir novas turmas, bem como oferecer disciplinas em horários de contra turno ou finais de semana conforme a necessidade.
Parágrafo único. Aos alunos que tiverem dependências em até 2 (duas) disciplinas do último período, será oferecida a possibilidade de cursar a disciplina em período curricular especial, conforme calendário estabelecido pela Secretaria Acadêmica, antes da solenidade de formatura oficial.

Art. 75. O aluno que faltar às avaliações durante o semestre letivo terá direito a uma segunda chamada, de cada unidade curricular, desde que encaminhe requerimento à Coordenação do Curso, acompanhando de documento comprobatório, justificando a ausência em até 48 (quarenta e oito) horas após a primeira chamada.
Parágrafo único. Para fazer a avaliação de segunda chamada o aluno deverá pagar uma taxa por cada disciplina, cujo valor será estabelecido pela Diretoria Geral e devidamente comunicado pela Secretaria Acadêmica.

Art. 76. O aluno poderá solicitar a revisão da avaliação, mediante requerimento protocolado junto a Secretaria Acadêmica da IES, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação do resultado oficial, acompanhado de uma adequada justificativa por escrito. A referida revisão será realizada em data e horário estabelecido pela secretaria da IES, sendo a mesma concedida única e exclusivamente ao aluno interessado.
§ 1º No ato da revisão, estará presente o professor da disciplina e ou seu representante, bem como o Coordenador de Curso.
§ 2º Em última instância a revisão poderá contar com a presença do Diretor Acadêmico.

8.4. CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

Na avaliação somatória, a aferição do resultado será feita por disciplina. Para aprovação por média, o aluno deverá obter um percentual de no mínimo

75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e será considerado aprovado em cada disciplina o aluno que tiver obtido a nota mínima 7 (sete). Ressalta-se que para os cursos técnicos de nível médio, o percentual de frequência leva em consideração o total de horas letivas do semestre.

O aluno que não obtiver essa média, porém tenha pelo menos média 4 (quatro), poderá realizar exame final. Se no exame final, o aluno obtiver aproveitamento igual ou superior a 5 (cinco) estará aprovado. Se não obtiver média 5 (cinco) ficará em dependência que será cumprida preferencialmente nos períodos de recesso escolar. O aluno que obtiver média semestral inferior a 4 (quatro), estará automaticamente reprovado sem direito a prestar exame final.

8.5. EXAME FINAL

O exame final será realizado antes do início do próximo modulo/semestre letivo, conforme previsão no calendário letivo. Recomenda-se que esta avaliação seja realizada no formato de prova individual composta por 8 (oito) questões de objetivas e 2 (duas) discursivas, aferindo a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas. No entanto, o professor pode adotar um instrumento de avaliação diferente, no âmbito de sua autonomia pedagógica. O aluno poderá solicitar orientação da aprendizagem aos tutores e/ou professores do curso nas semanas que antecedem a realização do exame final. Realizado o exame, será aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco). A média será a soma da nota de disciplina mais a nota de exame final, dividido por 2. O cálculo da média final obedecerá a fórmula:

MD + NEF = média final

MD = Média da Disciplina
NEF = Nota do Exame Final

8.6. DEPENDÊNCIA NAS DISCIPLINAS

O aluno reprovado em 3 (três) disciplinas não poderá matricular-se no semestre seguinte, sem antes cursar em regime de dependência as disciplinas em que foi reprovado. Os períodos para cumprimento das dependências serão previstos no calendário acadêmico. No caso específicos dos cursos técnicos de nível médio, poderá ser permitido um número maior de disciplinas a serem cursadas em regime de dependência, conforme aponta o regimento da IES.

8.7. CUMPRIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS

O aluno poderá cursar em regime de dependência as disciplinas em que não obtiver rendimento suficiente, ou seja, média menor que 5 (cinco) no exame final. O período para cursar a disciplina em dependência está previsto em calendário letivo. Para ser aprovado, o aluno deverá obter média de aprovação igual ou superior a 7 (sete) na média de cada uma das disciplinas. O aluno não poderá concluir o curso se não estiver aprovado em todas as disciplinas. O aluno poderá cursar, paralelamente às disciplinas regulares do módulo/semestre, até duas disciplinas de dependência em regime de tutoria, orientados pelo professor ou pelo tutor em horários diferentes das aulas regulares.

8.8. PROVA DE SEGUNDA CHAMADA

Caso o aluno falte a alguma avaliação deve requerer, por meio de protocolo junto à Secretaria Acadêmica, a realização da prova em segunda chamada (reposição), dentro de um prazo máximo de 5 dias após a realização da avaliação. As datas de realização das provas de segunda chamada serão marcadas no calendário acadêmico pelas coordenações dos cursos em conjunta com a Secretaria acadêmica. Não haverá segunda chamada para exames finais.

8.9. REVISÃO DE PROVAS

Todo aluno regularmente matriculado terá direito de vista às provas escritas, devidamente corrigidas pelos professores ministrantes, a fim de esclarecer tanto questões de conteúdo quanto as relativas às formas de

avaliação e correção. É assegurado aos alunos o direito à revisão do resultado das avaliações, por meio de requerimento firmado e protocolado na Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de cinco (5) dias após a divulgação dos resultados da respectiva avaliação.

Considerando os procedimentos de revisão das avaliações, são estabelecidos os seguintes critérios:

1. Revisão das provas
   - Podem ocorrer diretamente com o professor, em sala de aula, no momento em que o aluno receber a prova com a nota, não havendo necessidade de protocolos na Secretaria Acadêmica;
   - Caso essa revisão não chegue a um consenso, o aluno deverá dirigir-se ao coordenador do curso, que dará subsídios ao aluno, mediando a situação junto ao professor ou orientando o procedimento de revisão formal protocolada na secretaria acadêmica.

2. Revisão de Exames finais
   - O aluno deverá dirigir-se à Secretaria Acadêmica para protocolar a solicitação, indicando a disciplina e o professor, e recolher uma taxa para sua realização;
   - A partir daí. a secretaria buscará no arquivo a prova do aluno, fará uma cópia e montará um processo que será encaminhado ao coordenador;
   - O coordenador entrará em contato com o professor e marcará um horário para a revisão;
   - Havendo consenso, o processo será devolvido para a Secretaria Acadêmica, com o deferimento informando a decisão;
   - Caso a decisão não satisfaça ao aluno, ele ainda poderá recorrer à Diretoria Acadêmica.

8.10. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO TRABALHO E OUTROS MEIOS

O aluno que tenha realizado estudos em outros estabelecimentos de ensino poderá requerer na Coordenação de Curso, nos prazos previstos no Calendário Acadêmico, aproveitamento de disciplinas, desde que haja identidade ou equivalência quanto aos temas e carga horária das disciplinas.

Somente será concedido o aproveitamento de disciplinas a estudos realizados em cursos devidamente reconhecidos, quando concluídos esses estudos. O aluno deverá frequentar as aulas da disciplina, enquanto aguarda o despacho de seu pedido de aproveitamento. O aproveitamento de estudos levará em consideração o nível do curso, a regularidade da instituição de origem e o período em que o componente curricular foi cursado. Solicitações e aproveitamento de estudos que ultrapassem dez anos não serão deferidos, já que, é um período significativo para alterações de conteúdos e direcionamentos do ensino.

No tocante aos cursos técnicos de nível médio, ressalta-se que a IES atende ao estabelecido no art. 41 da LDB que diz: “O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. Dessa forma, a EESAP formará uma comissão de pelos menos 3 (três) professores para avaliar os conhecimentos prévios dos alunos que solicitarem, mediante solicitação fundamentada, podendo a comissão aplicar provas e outros instrumentos que se fizerem necessários para atestar que o solicitante de fato possui os conhecimentos referentes ao componente curricular. Em caso de comprovação, será concedida a dispensa de cursar o referido componente curricular ao solicitante.

9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC procura consolidar o conhecimento acumulado pelo aluno durante o curso, na forma de monografia, artigo, dentre outras possibilidades, a ser defendido perante uma banca de professores qualificados para tal ou mediante avaliação escrita, conforme a metodologia adotada em cada projeto pedagógico de curso. Constitui, portanto, pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel, nos cursos de graduação presenciais e a distância da EESAP.

O objetivo dos TCCs é demonstrar a competência do aluno em sistematizar o conhecimento em sua área de atuação, elaborando um projeto que integrará a teoria da sala de aula com a prática adquirida no mercado profissional e também com a realidade social na qual o aluno se insere. Por meio

do seu projeto, o aluno estará demonstrando sua competência, utilizando toda uma metodologia apropriada para identificar as variáveis e correlacioná-las.

Todo o processo é acompanhado por professores orientadores. Em princípio, todos os docentes do curso estão aptos a orientar os alunos nos TCCs, após a definição das suas respectivas áreas de atuação. Cabe ao orientador acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento do trabalho do aluno, inclusive na composição do TCC – elaborados segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que somente será submetida à Banca examinadora após sua recomendação. O trabalho dos alunos também é acompanhado pelos professores orientadores de classe, de forma sistemática e contínua, considerando a avaliação dos orientadores específicos.

A avaliação da monografia pela banca será feita considerando três eixos principais: conteúdo, metodologia e apresentação. A metodologia deverá seguir as normas da EESAP e conter introdução, desenvolvimento, conclusão, referência bibliográfica e procedimentos de confecção. A apresentação do trabalho será pública e deverá ser feita perante uma banca examinadora contendo três professores, após ter sido previamente aprovada com média geral ou superior a 7 (sete), obtida durante os dois semestres avaliados pelo professor orientador de TCC, conforme critérios e cronogramas apresentados. Em caso de média maior ou igual a 5 (cinco) e menor que 7 (sete) caberá reapresentação do trabalho.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso são disponibilizados na biblioteca da instituição, e no site para consulta dos interessados. Quando o projeto do curso exigir a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, todos os alunos deverão fazê-lo.

A elaboração do TCC seguirá as normas regimentais e demais instruções, observando:

- Os procedimentos científico-metodológicos no seu encaminhamento;
- A coerência entre seus elementos constitutivos;
- A sistematização teórico-prática;
- O estudo de um tema específico.

O TCC deverá conter:

- Introdução – definição do tema; contextualização e delimitação do problema; justificativa e objetivos.
- Desenvolvimento – fundamentação teórica do trabalho que envolve a explicação, discussão e a demonstração objetiva e concisa da pesquisa;
- Conclusão – síntese dos resultados obtidos e sugestão de possíveis aprofundamentos do tema de estudo.

10. POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Seguindo o modelo dos cursos de graduação, os cursos de especialização ofertados pela EESAP terão uma estrutura modular. São trabalhados módulos que compreendem de 60 a 150 horas, dependendo da proposta pedagógica de cada curso.

Esta organização procura refletir o entendimento de que os saberes específicos derivam seu sentido de um contexto mais amplo, balizado pelos fundamentos epistemológicos e pelas práticas sociais, de forma que cursos simultâneos possam partilhar um mesmo núcleo introdutório.

Em cada núcleo, o conteúdo é distribuído por módulos constituídos por um conjunto de disciplinas. Os módulos constituem-se numa organização dos conteúdos a serem estudados de forma interdisciplinar pelos alunos. A composição dos módulos é feita de forma que os conteúdos de cada uma sejam independentes, abolindo a condição de pré-requisito. Essa estruturação dos campos temáticos permite que sejam admitidos novos alunos a cada início de módulo, respeitadas as especificidades de cada área e de cada curso.

Na nossa Instituição a determinação de promover a qualificação de seu corpo docente, com a finalidade de melhorar a qualidade das atividades de ensino e extensão. Dentro do projeto acadêmico de nossa IES, a pós-graduação será o resultado do princípio integrador dos diversos níveis educacionais e representa o vértice dos estudos, constituindo-se num sistema especial de cursos que se propõem a atender as exigências mercadológicas, de investigação científica e de capacitação docente.

A partir dessa formulação, nossa IES estabeleceu estratégias capazes de assegurar a melhoria da qualidade de seus programas de pós-graduação, a saber:

- Promover cursos de especialização vinculados às linhas de extensão e ensino da Instituição, objetivando preparar massa crítica para futuros cursos stricto sensu;
- Compor corpo docente interno e permanente dos cursos de especialização, que atue, também, na graduação;
- Estimular a publicação da produção científica de estudantes e professores dos cursos de especialização;
- Promover eventos acadêmicos para discutir a pós-graduação na IES;
- Fortalecer a pós-graduação "lato-sensu", identificando áreas preferenciais para implantação de novos cursos de pós-graduação que representem alternativas inovadoras, aproveitamento das potencialidades e afirmação da identidade da IES;
- Fazer da pós-graduação instrumento revitalizante na melhoria da graduação e da extensão na instituição;
- Melhorar as condições de infraestrutura e apoio necessários ao desenvolvimento da pós-graduação.

10.1. REPRESENTAÇÕES

A organização administrativa das atividades de Pós-Graduação *lato sensu* presencial da EESAP, segue o modelo organizacional da IES com previsão de atuação na educação presencial e a distância e se concentram na região norte e nordeste do país. A gestão operacional e logística será executada em parceria com representantes locais, quando for o caso, nos mesmos espaços onde funcionarão os cursos a distância e em outros locais específicos para a pós-graduação *lato sensu*. O limite de abrangência geográfica de cada representante será definido no contrato de parceria. Com isso, a EESAP, por meio de seus representantes poderá:

- Conhecer as regiões do país sob os aspectos educacionais e culturais, atendendo as demandas e necessidades da população já graduada;
- Colaborar com a inserção da institucional de modo a fixar a marca EESAP junto a potenciais discentes;

- Promover abertura de turmas de pós-graduação respeitando sempre as exigências legais, proferidas pelo Ministério da Educação;
- Acompanhar os cursos em andamento, oferecendo suporte aos docentes e discentes, bem como dando respaldo às necessidades burocráticas e logísticas para o andamento dos cursos;
- Monitorar o discente fora do ambiente de sala de aula para atender eventuais necessidades complementares;
- Fortalecer os vínculos entre os discentes e a instituição.

10.2. AULAS E MATERIAL DE APOIO

A dinâmica das aulas dos cursos presenciais ou EAD de pós-graduação organiza-se em módulos disciplinares. Esta sistematização prevê utilização do portal do aluno e da Ambiente Virtual de aprendizagem da EESAP para a disponibilização do material didático e dos serviços institucionais para os alunos, sendo o conteúdo de cada disciplina e o material didático dos professores disponibilizado previamente à realização do módulo. Todo o material de aula será disponibilizado no AVA com a antecedência necessária para os alunos tomarem conhecimento, fazerem as leituras e resolverem os exercícios que poderão ser solicitados previamente pelos professores.

Alguns cursos poderão ter material didático na forma de livro. Tal recurso é uma opção complementar aos demais materiais de apoio, mas a meta da instituição é que isso seja o padrão para todas as disciplinas. As aulas são proferidas presencialmente e/ou a distância, com o uso dos vários recursos didáticos. Poderão ser expositiva e dialogada, com utilização de recursos tecnológicos, bem como distribuição de textos e roteiros. Pode-se ainda fazer uso de outros métodos participativos, como discussão, debates, dramatização ou visitas técnicas. No caso dos cursos a distância, o currículo segue a estrutura modular e as aulas serão ministradas como nos cursos de graduação.

10.3. PERFIL DO CORPO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO

O corpo docente dos cursos de especialização da EESAP será formado por profissionais titulados e com experiência de mercado atendendo aos

dispositivos legais que estabelecem as normas de funcionamento da pós-graduação *lato sensu* no Brasil.

Será constituído um banco de dados online, para cadastramento de professores, através do site no item trabalhe conosco. O docente cadastrado poderá ser convidado para seleção, onde deverá participar de uma prova didática sendo avaliado por uma banca. A instituição também utiliza da indicação da comunidade acadêmica para convidar docentes para participar da seleção, seguindo o mesmo perfil dos docentes que se cadastram no banco de dados do site da faculdade.

10.4. NORMAS DE INGRESSO DISCENTE

As normas de ingresso são regimentais e a matrícula é o ato pelo qual o aluno formaliza seu ingresso no curso e vinculação à instituição. De natureza bilateral, gera direitos e deveres entre as partes e a aceitação, pelo matriculado, das condições legais e demais disposições da instituição proponente.

Serão certificados em nível de extensão os alunos que não concluírem o curso por reprovação, desistência ou não apresentação de documentos. Será feita, após a entrega pelo candidato e a análise pela instituição dos seguintes documentos:

- Curriculum Vitae;
- Apresentação do diploma de Nível Superior;
- Carteira de Identidade (RG) e CPF/CIC;
- Assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

10.5. DURAÇÃO DO CURSO

Os cursos de especialização possuem o mínimo de seis meses e no máximo de 02 (dois) anos de duração, variando o tempo conforme o projeto pedagógico, sendo necessária a integralização mínima da carga horária de 360 horas.

10.6. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

Segue as normas regimentais da Instituição e caso o aluno necessite ou deseje interromper sua participação na pós-graduação, deverá solicitar o cancelamento em requerimento próprio obtido através do monitor ou representante local ou mesmo na sede da instituição.

10.7. FREQÜÊNCIA

Segue as normas legais e regimentais da Instituição. Para ser aprovado no curso, o aluno deverá obter um nível mínimo de frequência de 75% por módulo, não excedendo aos 25% de faltas.

10.8. FORMAS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

A educação tem na avaliação uma maneira de aferir como os alunos vêm se apropriando do conhecimento. Avaliar exige acompanhar o crescimento do educando, utilizando para isso vários instrumentos de diagnóstico, que resultam no conceito como reflexo de todo o desenrolar de uma construção do pensamento científico. Desta maneira, a avaliação assume um caráter mais construtivo do que instrutivo de aprendizado.

Imbuídos dessa premissa e sob essa orientação, é que os professores da pós-graduação utilizam seus instrumentos avaliativos e, para tanto, cada módulo e cada docente tem um processo singular, considerando diferentes características e especificidades. Assim, a avaliação fica sob a responsabilidade das coordenações, seguirá as diretrizes institucionais e os instrumentos serão elaborados pelos professores de cada disciplina.

A avaliação ocorrerá através de trabalho que pode ser individual ou em equipes de até três alunos, sem perder de vista os seguintes aspectos:

- A participação do aluno nas atividades propostas pelos docentes: seminários, debates, discussão em grupo;
- A percepção, pelos professores, do aproveitamento individual do aluno;

- A qualidade na elaboração e no cumprimento dos prazos para entrega dos trabalhos escritos propostos durante as atividades individual e/ou em grupo.

As notas atribuídas pelos professores devem variar de 0,0 (zero) a 10 (dez) e serão considerados aprovados aqueles alunos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete). Aqueles alunos que não atingirem o conceito mínimo farão uma prova de exame e não atingindo a nota mínima para aprovação terão a oportunidade assistir novamente as aulas e refazer todo o processo avaliativo da disciplina, com acompanhamento das coordenações pedagógicas e dos docentes.

11. APLICAÇÃO DE PERCENTUAL EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS

A EESAP tem como proposta construir, a partir das possibilidades de interação entre o ensino presencial e a distância, um método didático-pedagógico que utilize simultaneamente ferramentas atualmente restritas a cada uma das duas modalidades. Apoia-se esta proposta na possibilidade da otimização dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a melhoria do ensino na instituição.

Como ponto de partida e servindo como norteadora deste esforço, a portaria nº 1.117, de 06 de dezembro de 2019, publicada pelo MEC, por meio do parágrafo 1º do artigo 1º afirma:

> Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior --IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.
>
> Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos cursos de Medicina.
>
> Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
>
> § 1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indicar as metodologias a serem utilizadas, no

> momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.
>
> § 2º A introdução de carga horária a distância em cursos presenciais fica condicionada à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação Superior, definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, quando houver.
>
> § 3º As atividades extracurriculares que utilizarem metodologias EaD serão consideradas para fins de cômputo do limite de 40% de que trata o caput.
>
> § 4º Os processos de pedidos de autorização de cursos ofertados por IES não credenciada para EaD, em que houver previsão de introdução de carga horária a distância, não serão dispensados de avaliação externa in loco.
>
> § 5º As universidades e os centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, devem registrar o percentual de oferta de carga horária a distância no momento da informação de criação de seus cursos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC.
>
> § 6º A introdução opcional de carga horária na modalidade de EaD prevista no caput não desobriga a IES do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em cada curso de graduação..

Dessa forma, o conceito de ensino semipresencial fica bastante identificado com o conceito de ensino à distância, o que dá ao projeto pedagógico dos cursos, flexibilidade na escolha de um modelo a ser utilizado, a partir de duas possibilidades:

1. **Disciplina oferecida integralmente:** neste caso, a disciplina, conforme a sua área de conhecimento, deve prever que seus conteúdos sejam aplicados mediante a metodologia de ensino-aprendizagem da EAD na sua totalidade. O professor ou professores, responsáveis pela elaboração do respectivo plano de ensino, deverão estar familiarizados com as tecnologias de ensino à distância.
2. **Disciplina oferecida parcialmente:** nesta aplicação, o professor ou professores, deverão descrever o conteúdo a ser ministrado na modalidade presencial, da forma como acontece nos dias de hoje,

> porém adicionando os conteúdos básicos ou complementares que serão administrados pela modalidade semipresencial para complementar a carga horária da disciplina. Tais atividades serão aplicadas em horário complementar ao presencial, em forma assíncrona ou síncrona.

Um aspecto importante a ser observado é quanto à metodologia de avaliação. Ainda que os conteúdos sejam ministrados na modalidade semipresencial, as avaliações deverão ser inevitavelmente presenciais. Assim, o professor deverá incluir no plano de ensino, no aspecto de avaliação, a obrigatoriedade da presencialidade.

Quanto aos professores, estes deverão estar capacitados para a aplicação das tecnologias na modalidade semipresencial, sendo esta capacitação oferecida pela IES na forma de cursos de atualização ou oficinas periódicas.

A instituição poderá estipular formas diferenciadas de remuneração das disciplinas ministradas nesta modalidade, seja integral (equivalente à proposta modular utilizada na EAD) ou parcial (de forma proporcional à aplicação da carga horária), de forma a incentivar os professores a buscarem melhor desempenho na modalidade híbrida presencial e semipresencial.

A IES deverá dispor ainda de corpo tutorial para atender as demandas dessas disciplinas. Tais atividades também estão previstas na legislação e podem fazer parte das metodologias e tecnologias da referida modalidade. A observância está na definição clara da carga horária para os momentos presenciais e os momentos à distância.

12. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas décadas, avanços significativos impulsionaram para a democratização da sociedade inspirados, em grande parte, pelos movimentos de direitos humanos, os quais destacam a urgência da construção de espaços sociais que acolham, respeitem e convivam com a diversidade.

Nesta perspectiva, todos os segmentos da sociedade tornam-se corresponsáveis pelo processo de inclusão social, creditando-se ao sistema

educacional as ações mais efetivas para garantir a democratização da educação.

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e com os postulados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade (1994).

A partir daí, inúmeras legislações foram aprovadas visando assegurar o acesso e permanência de alunos com deficiência ao sistema regular de ensino, entre elas, destacam-se a Constituição Federativa da República, de 1988, a Lei n.º 8.069, de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, a Resolução n.º 02, de 2001, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Além destas, a EESAP ainda norteia o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais a partir da seguinte legislação:

- Constituição da República Federativa do Brasil, com atenção especial aos artigos 205, 206 e 208;
- ABNT NBR 9050/2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Lei N° 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.;
- Decreto N° 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.;
- Decreto N° 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto N° 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

- Portaria N° 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei N° 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990..

Hoje, uma educação respaldada pelos avanços científicos e pelas transformações sociais, remete a uma reconceitualização da Educação Especial, não mais considerada um sistema paralelo, mas parte integrante do sistema educacional, uma vez que se trata de uma "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos Pessoa com necessidades especiais" (Art. 58, Lei n.º 9394/96).

Essa modalidade constitui-se como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir serviços educacionais adotados para os alunos que apresentam necessidades especiais, tendo em vista o processo de inclusão no contexto educativo.

Cabe ressaltar que uma política inclusiva refere-se ao respeito e atendimento das necessidades especiais, não só das pessoas com deficiências, mas também a todas as outras diversidades que aparecem cotidianamente nos diferentes contextos sociais. Assim, alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, emocionais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente ou temporário, que resultem em dificuldades ou impedimentos no desenvolvimento do seu processo ensino-aprendizagem. Estão incluídas nesta classificação os superdotados e as pessoas com comportamento típico.

A preocupação fundamental no trabalho dentro das IES, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, é no sentido de adequar condições pedagógicas, físicas, de informação e comunicação, para que eles possam efetivamente ser os autores do seu processo de construção de aprendizagem.

A EESAP preocupa-se em atender a todos os seus alunos, a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que possam apresentar,

procurando disponibilizar as devidas condições físicas, de informação e comunicação, que lhes permitam um efetivo aproveitamento do conteúdo programático dos cursos que desejam frequentar.

As instalações físicas são adaptadas para de acordo com a NBR 9050 para atender todos os tipos de necessidades especiais apresentadas pelos alunos, incluindo interprete de libras e material em braile. Existem, ainda, os cursos de libras aberto a comunidade em geral e as disciplinas de libras previstas nos currículos dos cursos ofertados pela EESAP.

12.1 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

A EESAP atende ao Decreto 5773/2006 e à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõem sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, se comprometendo a possuir em seus quadros um intérprete de LIBRAS e um especialista em Braile, sempre que houver demanda de atendimento. Trabalhará com prova ampliada para as visões subnormais. Em relação às instalações físicas já existentes e as novas que serão construídas, conforme determina a NBR 9050/2004, possuem rampas com inclinação adequada, portas largas, elevadores, banheiros adaptados, carteiras especiais, sinalização nos pisos e corredores, lugares demarcados nas salas de aulas, cadeiras de rodas para locomoção interna, DOS VOX, JAWS.

Em relação ao seu plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, com respeito a alunos Pessoa com deficiência física as instalações físicas atendem também aos seguintes requisitos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;

- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

12.1.1 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA VISUAL

Para os alunos com **deficiência visual** as ações da EESAP serão sempre no sentido de promover a sua acessibilidade de comunicação e informação. O material didático impresso em tinta, no papel, será convertido para mídia magnética, de modo que o aluno possa acessá-lo mediante computador com síntese de voz (software leitor de tela). Os coordenadores de cursos, professores e tutores serão capacitados para o atendimento educacional especial para alunos com deficiência visual, atuando como ledores escribas nas avaliações e auxiliando-os no que for necessário.

A capacitação dos docentes visa prepará-los para ministrarem aulas que ofereçam acessibilidade de comunicação e informação aos alunos com deficiência visual. Nos computadores dos laboratórios de informática das unidades serão instalados o software Dos Vox, para utilização dos alunos com deficiência visual, assim como o software NVDA.

A EESAP assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

12.1.2 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA AUDITIVA

Quanto a alunos com **deficiência auditiva**, a EESAP disponibilizará tradutores intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para todas as aulas dos cursos em que houver aluno surdo, tanto na modalidade presencial quanto a distância.

Nos cursos da EAD, sendo os cursos transmitidos via televisão, o intérprete de Libras Língua Brasileira de Sinais será disponibilizado na tela das aulas, no espaço denominado janela para intérprete de Libras, conforme previsto em lei, no decreto 5626/2005.

A EESAP assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:

- Manter em seu quadro profissional pelo menos um interprete credenciado e propiciar mais intérpretes de LIBRAS, sempre que necessário, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística da pessoa com deficiência auditiva.

Além dos itens acima, a EESAP utiliza o software VLIBRAS em suas máquinas para a tradução em LIBRAS disponível para toda comunidade acadêmica.

13 POLÍTICA DE NORMATIZAÇÃO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR DA EESAP - (LEI 11.788/2008)

As atividades de Prática Profissional estão asseguradas nos cursos propostos pela Faculdade, seja através do oferecimento de Estágio Supervisionado ou Atividades Complementares (conforme exposto em seção específica), ou através dos convênios que serão firmados, como forma de assegurar a qualidade de seus cursos e da formação de seus futuros egressos.

A Faculdade designa professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas na atuação de prática profissional, como também destina espaço físico, de acordo com a especificidade de seus cursos.

Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao profissional do novo milênio. A possibilidade de frequentar cursos, seminários e outros eventos viabilizam a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento, cuja importância é evidente quando se deseja fazer uma leitura profissional não só no contexto global, mas, sobretudo, no contexto social. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento no tempo de conclusão do curso.

O Estágio integra o processo de ensinar e aprender, ao articular teoria e prática, uma forma de interação entre as Instituições de Ensino e as Organizações. As atividades de estágio são de cunho eminentemente prático, que visa dar ao aluno competências próprias para o exercício da atividade profissional e à contextualização curricular, simulando questões de natureza prática ou atuando em questões específicas e reais em instituições, escolas, escritórios, empresas e órgãos público e privado. (Lei 11.788/2008)

13.1 OBJETIVO DO ESTÁGIO

O estágio tem por objetivo oportunizar situações de aprendizagem em campo para a complementação da preparação profissional do aluno, atendendo ao critério de compatibilidade com a natureza e os objetivos do Projeto Pedagógico de cada curso:

1. Aperfeiçoar a formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho;
2. Estabelecer um canal retro-alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvidas pela Instituição, comunidade e empresas;
3. Oportunizar ao aluno a vivência de situações concretas de vida e de trabalho que lhe possibilitem a integração dos conhecimentos teóricos e práticos.

13.2 MODALIDADE DE ESTAGIO

1. Curricular (Obrigatório), cursado como disciplina e com exigência de matrícula;
2. Extracurricular (Não Obrigatório), quando realizado voluntariamente pelo aluno, em horário compatível com a grade horária do Curso.

Em ambos os casos é necessário que tenha sido firmado um Instrumento Legal entre a Instituição de Ensino e a Unidade Concedente, resguardadas a cobertura de seguro de acidentes pessoais e a lavratura de Termo de Compromisso de Estágio.

13.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado objetiva oportunizar situações de aprendizagem em campo para a complementação da preparação profissional do aluno, atendendo ao critério de compatibilidade com a natureza e objetivos do Projeto Político Pedagógico do curso.

O estágio curricular supervisionado será oferecido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, de caráter obrigatório, de modo a consolidar previamente os desempenhos profissionais desejados, seguindo as peculiaridades de cada curso de graduação.

A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado é definida em cada curso no seu projeto pedagógico e em conformidade com as diretrizes curriculares.

A identificação dos locais de estágio deve ter como premissa a riqueza de oportunidades possíveis a serem oferecidas ao discente nos campos de estágio, de modo a que o mesmo possa se familiarizar com diferentes níveis de atuação em sua área de formação.

Diferencia-se o estágio curricular da prática da disciplina que, em muitos cursos, ocorre ao longo dos semestres. O estágio curricular supervisionado é uma disciplina específica, em geral, colocada na matriz curricular ao final do curso e que se caracteriza especialmente por atividades práticas. Pressupõe o

acompanhamento e a supervisão de docentes do curso, bem como a efetiva participação dos profissionais atuantes no campo de estágio.

Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à medida que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que, ele próprio, reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos em que revelar equívocos ou insegurança de domínio e da própria reprogramação da prática. Assegurando-se lhe, nessa reorientação e reprogramação teórico-prática, o direito subjetivo ao padrão de qualidade, que se revelará no exercício profissional, já no âmbito das instituições sociais.

Por meio do estágio, procura-se desenvolver e aperfeiçoar as competências, com base nos conhecimentos adquiridos, atitudes e habilidades desenvolvidas. É um espaço para colocar o aluno, futuro profissional, em situações reais de trabalho em sua área de atuação, o que lhe propiciará a integração entre a teoria aprendida e a prática executada no mundo do trabalho. O encaminhamento para os estágios é realizado por meios de órgãos especialmente criados para tal finalidade.

Durante o estágio curricular supervisionado o aluno desempenha atividades relacionadas com a execução de trabalhos práticos, nos quais sejam aplicados conhecimentos e técnicas relacionadas ao campo de atuação do aluno. É realizado em estreita correlação com a formação acadêmica, visando complementar e fundamentar o aprendizado teórico adquirido na sala de aula.

O estágio supervisionado enriquece a formação acadêmica do aluno, pois propicia uma vivência profissional que se realiza por meio do contato com outros profissionais da área e da experiência obtida pela sua participação na “vida” de uma empresa.

Para efetiva realização do programa de estágio, a instituição seguirá as determinações no Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, da lei 9493/96, e da Lei n 11.788, de 25 de setembro de 2008, garantindo-se ao aluno estagiário todos os benéficos da lei, sem, no entanto, gerar vínculo empregatício com a instituição ou com a unidade concedente do campo de estágio.

Constituem-se objetivos da realização do estágio curricular supervisionado:

1. Integrar o processo de ensino-aprendizagem;
2. Contribuir para a formação de um profissional que detenha um conhecimento amplo, profundo e articulado da realidade organizacional;
3. Oferecer uma oportunidade para o estudante elaborar uma reflexão fundamentada na área de seu maior interesse pessoal, profissional e/ou acadêmico por meio de exercício investigatório;
4. Instrumentalizar o estudante para a atitude do “aprender a aprender” de forma que, em etapas posteriores a sua graduação, sinta-se capaz de elaborar diagnósticos, planos de melhoria, programas de avaliação, interpretações compatíveis com a realidade organizacional;
5. Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
6. Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais.

A atividade realiza-se sob a supervisão de um professor designado para tal, que acompanha todo o processo, e que tem como atribuições:

1. Coordenar os estágios dos estudantes, procurando realizar encontros com os mesmos a fim de verificar o cumprimento das atividades pelos estagiários;
2. Acompanhar a evolução do aluno quanto ao desenvolvimento do estágio;
3. Atender os estudantes que buscam esclarecimentos quanto à elaboração dos relatórios de estágio;
4. Avaliar o plano de ação e os relatórios de estágio;
5. Orientar os alunos quanto ao regulamento e os procedimentos relativos ao estágio.

Ao final do estágio curricular o aluno receberá declaração de realização do mesmo, sendo que sua não-realização impedirá a obtenção do título de graduado.

A frequência é obrigatória e deve ser igual ou superior a 75% do conjunto das horas previstas no campo de estágio e nos encontros presenciais. O aluno que tiver presença inferior a 75% deverá repor em atividades de estágio as horas faltantes.

A EESAP mantém uma rede de convênios com espaços públicos e privados para acesso dos alunos aos mais diversos ambientes de práticas de estágios curriculares. Destaca-se entre outros serviços públicos, a interação com o Sistema Único de Saúde – SUS que admite em suas estruturas de serviços alunos de todos os cursos ofertados pela EESAP, e não só alunos dos cursos da área de saúde.

13.4 ESTÁGIO EXTRACURRICULAR

Os alunos dos cursos da Instituição podem realizar estágio extracurricular conforme determinação das diretrizes curriculares do Projeto Pedagógico de cada Curso. Estes estágios são entendidos como atividade curricular porém, não obrigatória, que se constitui em experiência acadêmico-profissional e oportuniza a relação dinâmica entre teoria e prática.

13.5 DIRETRIZES BÁSICAS

1. O Estágio deverá ter fundamentalmente o caráter pedagógico a ser respeitado pelas partes conveniadas e pelo aluno que deseja aprender com a prática.
2. Uma vez chegado a um acordo, este é formalizado num Termo de Convênio. Se a
3. Empresa optar por administrar seu programa de estágio, o Termo de Convênio será firmado direto com a Instituição de Ensino sem nenhum ônus para a Empresa.
4. Caso a Empresa opte em utilizar os serviços de um Agente de Integração, este deverá ter o Termo de Convênio com a Instituição de Ensino.

5. Uma vez formalizado o Termo de Convênio, a Empresa poderá proceder ao recrutamento, seleção e admissão do estagiário conforme legislação em vigor.
6. A contratação do estagiário é formalizada através do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o estagiário e a Empresa concedente do estágio e a Instituição de Ensino ao qual pertence o estagiário.
7. O desenvolvimento do estágio firmar-se-á conforme ficou acertado entre as partes e legalmente amparado.
8. Nenhum estágio poderá ser iniciado sem a devida cobertura de seguro contra acidentes pessoais, prevista na legislação em vigor.
9. Nenhum estágio poderá ser iniciado sem ter o contrato de estágio devidamente acordado entre as partes.

13.6 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR

1. O estágio extracurricular pode ser realizado por alunos regularmente matriculados desde que não cause prejuízo à integralização de seus currículos plenos.
2. Fica a cargo da Coordenação do Curso, a possibilidade do deferimento referente à substituição do estágio curricular não obrigatório pelo estagio obrigatório.
3. Fica a critério da Coordenação do curso avaliar e aprovar as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante durante o estágio a ser realizado.
4. As atividades previstas para o estágio não obrigatório deverão estar relacionadas a um conjunto básico de disciplinas que garanta a especificidade do curso.
5. Para a realização do estágio não obrigatório, faz-se necessário a existência de um instrumento jurídico de instrumento público ou privado onde estarão acordadas as condições para a realização do estágio.

13.7 NORMATIZAÇAO DO ESTÁGIO CURRICULAR

1. O estágio previsto em currículo é uma atividade que exige prévia matrícula e respeito aos pré-requisitos estabelecidos nos currículos plenos em vigor.
2. Havendo condições por parte da Unidade Concedente para receber o estagiário, esta designará um supervisor que acompanhará o aluno no decorrer do estágio.
3. Para a realização do estágio curricular, faz-se necessário a existência de um instrumento jurídico de instrumento público ou privado onde estarão acordadas as condições para a realização do estágio.
4. O aluno, juntamente com o seu professor orientador, deverá elaborar o plano de estágio;
5. Compete à Coordenação do curso analisar as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante. Após parecer favorável, compete a Coordenação do Curso providenciar a assinatura no Termo de Compromisso.
6. As atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, bem como todas as condições de estágio devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo aluno, unidade concedente, e pelo coordenador do curso.

13.8 CAMPO DE ESTÁGIO

Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de Administração Pública, as Instituições de Ensino e Profissionais liberais de nível superior devidamente registrado em seus conselhos respectivos, desde que apresentem condições para:

a) Planejamento e execução conjuntos das atividades de estágio;
b) Aprofundamentos dos conhecimentos teórico-práticos e campo específico de trabalho;
c) Vivencia efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional;
d) Garantia de segurança e conforto aos estagiários de acordo com os requisitos técnicos mínimos da SST - Segurança e Saúde do Trabalho.

e) Lavratura do termo de compromisso de estágio, conforme legislação vigente.
f) Anuência e acatamento às normas disciplinadoras dos estágios da Instituição de Ensino.

13.9 DURAÇÃO DO ESTÁGIO

O Estágio não obrigatório tem duração máxima de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado na mesma Unidade Concedente, por igual período, desde que seja de consenso das partes envolvidas.

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiários com deficiência.

Quando houver prorrogação do período de estágio, será exigido um termo aditivo ao Termo de Compromisso original, bem como um novo plano de estágio, devidamente aprovado pelos órgãos competentes.

13.10 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

A carga horária a ser cumprida para a realização do estágio não obrigatório será definida de comum acordo entre o estagiário, a Unidade Concedente e a Instituição de Ensino devendo, não ultrapassar 30 horas semanais (6 horas diárias).

1. O horário de realização de estágio dever compatível com o horário de aulas.
2. Se a Instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagens periódicas ou finais, nos períodos de avaliação a carga horária de estágio será reduzida pelo menos a metade, segundo acordado no termo de compromissos, para garantir o bom desempenho do estudante. (Lei 11.788/08)

13.11 LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O ESTÁGIO NA EESAP

As atividades de estágio desenvolvida pelos cursos da Instituição obedecem a seguinte legislação:

a) A Lei 9394/96- LDB – Art.82 – “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei Federal sobre a matéria” (redação dada pela lei 11.788 de 2008);
b) A Lei de 11.788 25 de setembro de 2008

13.12 PLANO COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

De acordo com a legislação vigente o estagiário deverá obrigatoriamente estar segurado contra acidentes pessoais.

14 CORPO DISCENTE

O conhecimento deve constituir-se num dos objetivos fundamentais da educação, muito embora a vida afetiva dos alunos e o desenvolvimento da sua capacidade de decisão e de ação não possam ser esquecidos.

A preocupação da instituição deve ser a de ajudar o aluno a perceber a relevância do conhecimento para a formação dos valores pessoais e sociais. Deverá, ainda, procurar alargar as perspectivas sociais do indivíduo, promovendo seu desenvolvimento moral e cultural e aumentando seu senso de responsabilidade e compromisso com a sociedade. Também deve promover sua flexibilidade no trato com as mudanças e ambigüidades na construção do conhecimento e a aceitação e reflexão sobre as críticas recebidas. Esses são alguns dos elementos a serem inseridos na experiência acadêmica dos alunos, tornando-os profissionais responsáveis e capazes de promover mudanças, sem o medo de assumir os riscos necessários.

Implícita nessas idéias está a crença de que o objetivo da IES é o de criar condições para o desenvolvimento do potencial humano de cada aluno e de que a eficácia das estratégias instrucionais poderá ser avaliada na base do “quão bem” os alunos estarão preparados para viver “integralmente e com sucesso”.

Dessa forma, o aluno precisa estar envolvido no processo de aprendizagem e consciente das etapas de desenvolvimento do seu currículo, desde os estágios de planejamento até a implementação das estratégias e da avaliação do trabalho realizados.

14.1 FORMAS DE ACESSO

O ingresso nos cursos graduação da EESAP serão feitos mediante processo seletivo, divulgado em edital, observada a legislação em vigor. Será coordenado por uma Comissão de Processo Seletivo e poderá ser realizado em vários períodos do ano, sempre no início de cada semestre / módulo dos cursos.

A política de Ingresso e Seleção efetuada leva em consideração o disposto no Regimento Geral da EESAP, as Portarias Ministeriais que autorizem os cursos, a Lei Nº. 9.394/96 de 20/12/1996, a Portaria Nº 1120 de 16/07/1999, a Portaria Nº 391/2002 de 13/02/2002, a Portaria Nº 2402 de 09/11/2001, o Parecer CES Nº 98/1999 e demais dispositivos legais complementares.

O período de inscrições será previamente estabelecido em calendário institucional e divulgado para a comunidade, sendo que as inscrições podem ser realizadas via Internet, pelo teleatendimento, ou na Secretaria Acadêmica da instituição, cada qual possuindo peculiaridades próprias que devem ser observadas pelos candidatos.

A forma de ingresso na EESAP acontece por: processo seletivo, ENEM, PROUNI, FIES, transferência e diplomados, no caso de alunos ingressantes nos cursos de graduação. Para os alunos ingressantes nos cursos técnicos de nível médio, dispensa-se a aplicação de processo seletivo, sendo permitida a matrícula aos interessados que preencham os requisitos até o limite de vagas oferecidas.

14.1.1 PROCESSO SELETIVO

A prova do processo seletivo se constitui de dois tipos de questões: uma discursiva (redação em língua portuguesa sobre tema da atualidade) e questões objetivas organizadas em sistema de múltipla escolha, com 30 questões, que se

dividem entre Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A EESAP, mediante solicitação do candidato no ato da inscrição, considerará a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no seu concurso vestibular. Ele poderá optar por ser dispensado de realizar a prova - neste caso a nota do ENEM será seu escore - ou também realizar a prova e seu escore será a maior nota.

Os Pessoa com necessidades especiais serão atendidos conforme a especificidade de cada caso, obedecidas às normas do Processo Seletivo, sendo que os mesmos devem caracterizar sua condição no Requerimento de Inscrição.

As questões da prova do Concurso Vestibular são elaboradas com base nos conteúdos pertinentes à base nacional comum dos currículos do Ensino Médio, organizada em áreas de conhecimento, explicitadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB/CNE nº 3/98), a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A prova constará dos seguintes tipos de questões:

a) Discursiva: redação (1 questão);
b) Objetivas: serão organizadas pelo sistema de múltipla escolha com 30 (trinta) questões.

Quadro 7: Distribuição de questões e valores da prova de vestibular

Prova	Nº de questões	Valor
Língua portuguesa	10	20
Língua Estrangeira Moderna (Inglês ou Espanhol)	4	8
Matemática	6	12
História, Geografia e Atualidades	10	20
Subtotal	**30**	**60**
Redação (eliminatória)	1	40
Total	**31**	**100**

Prova Objetiva

Esta prova será organizada com questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas e apenas uma resposta correta. Cada questão equivale a

2 pontos (dois pontos), totalizando, na prova objetiva, 60 pontos. A Prova Objetiva será eliminatória, devendo o candidato obter nota diferente de zero no conjunto total das questões objetivas.

Prova Discursiva

Além das questões de múltipla escolha será solicitada a produção de um texto em língua portuguesa culta. São sugeridos dois temas para o desenvolvimento e o candidato deverá selecionar somente um deles para redigir um texto em que expresse sua posição em relação ao problema proposto.

São avaliadas nesta produção de texto: coerência, coesão, capacidade de síntese e criatividade sobre um tema, capacidade do candidato de organizar e articular um texto adequadamente; sintetizar informações; confrontar opiniões e pontos de vista; dar opiniões; usar elementos coesivos; usar vocabulário e sintaxe adequados ao gênero do discurso.

A Prova Discursiva será eliminatória, sendo que a redação totaliza 40 (quarenta) pontos. A graduação será de 00 (zero) a 40(quarenta) pontos. O candidato deve obter no mínimo 10 (dez) pontos (inclusive) na prova de redação para ser classificado.

Será considerado aprovado no Vestibular o candidato que:

1. Obtiver pontuação igual ou maior que 10 (dez) na Redação;
2. Obtiver resultado diferente de zero no conjunto das questões objetivas.

A classificação dos candidatos dar-se-á pela ordem decrescente do total de pontos obtidos no conjunto das provas realizadas. A Nota Final do Processo Seletivo que prevalecerá na classificação será a de pontuação maior, entre a obtida no Processo Seletivo ou no ENEM, conforme a opção do candidato.

No caso dos candidatos que fizerem sua opção por utilizar somente a prova do ENEM, serão classificados juntamente com os candidatos que optarem por realizar a prova do vestibular da Instituição. Havendo candidatos ocupando a mesma classificação, o desempate será feito pelo maior número de pontos da prova de redação. Persistindo o empate, será classificado o candidato com mais idade.

Será desclassificado o candidato que incorrer nas seguintes situações:

1. Deixar de comparecer à prova do Vestibular (salvo se optou por utilizar a nota do ENEM);
2. Não obtiver no mínimo 10 (dez) pontos na prova de redação;
3. Obter nota igual a zero no conjunto total das questões objetivas;
4. Não preencher corretamente o Cartão-Resposta e/ou a Folha de Redação Definitiva;
5. Utilizar meios ilícitos para a realização da prova do Vestibular.

Perderá direito à vaga o candidato que incorrer nas seguintes situações:

1. Não efetuar o registro acadêmico na data estipulada;
2. Não efetuar o pagamento da 1ª parcela da semestralidade na data estipulada;
3. Não apresentar toda a documentação necessária no prazo estipulado para a matrícula condicional junto à Secretaria Acadêmica;
4. Não tiver sua documentação aprovada pela Secretaria Acadêmica da Instituição.

14.1.2 ENEM

A EESAP adota ainda os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento de avaliação para ingresso nos cursos de graduação. A nota do ENEM poderá ser utilizada pelo ingressante em substituição à prova do processo seletivo da IES, nos termos da Portaria INEP N.º 436, de 05 de setembro de 2014.

14.1.3 MATRÍCULA

Para efetivar a matrícula serão divulgados os dias e os horários para cada curso, assim como toda a documentação necessária e os procedimentos para a realização da mesma. O não cumprimento dos procedimentos poderá incorrer na perda da vaga.

14.1.4 REGIME ACADÊMICO ESPECIAL

Por solicitação das unidades acadêmicas, e desde que não contrários aos Projetos Pedagógicos estabelecidos para seus cursos, poderão ser autorizados pelo Conselho de Ensino e Extensão, na estrita observância da legislação em vigor, regimes acadêmicos especiais, submetendo-os ao disposto nas Normas Gerais de Registro e Controle Acadêmico.

Entende-se por regime acadêmico especial a complementação de estudos por Pessoa com diploma de curso superior, alunos eventualmente aceitos para cursarem disciplinas isoladas, cursos sequenciais, e outras modalidades de estudos superiores que venham a ser criadas por lei e que não impliquem em curso de graduação plena.

Também por meio de Pessoa com diploma de Curso Superior, obtido em instituição de Ensino Superior reconhecido ou autorizado, e Pessoa com diploma obtido no estrangeiro, poderão solicitar ingresso na EESAP**,** independente do processo de seleção, atendidos os cálculos de vagas remanescentes para cada um dos cursos. Para todos os efeitos, os alunos vinculados a regimes acadêmicos especiais submetem-se às mesmas normas e dispositivos do corpo discente em geral.

14.1.5 TRANSFERÊNCIA E DIPLOMADOS

Serão aceitas transferências de alunos de outros cursos, desde que devidamente reconhecidos ou autorizados nas formas da lei, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou, quando não houver, para curso afim, e de acordo com o cálculo de vagas remanescentes para cada um dos cursos, feito anualmente pela Secretaria Acadêmica e homologado pelo CONSE.

Todo o processo deverá ser protocolado na Secretaria Acadêmica, de acordo com os dispositivos legais e normas baixadas pelo Conselho de Ensino e Extensão, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico na forma do Regimento Geral da EESAP. Os casos de transferências *ex officio*, na forma

da lei, dar-se-ão independente de vaga para o mesmo curso ou para curso afim, desde que o curso de origem seja devidamente reconhecido ou autorizado.

Para os ingressados por meio de Processo Seletivo realizado na EESAP será permitida a transferência entre cursos ou turnos, obedecidos os dispositivos legais que regem o processo.

Também será aceito o ingresso de alunos que já possuem diplomas de nível superior, possibilitando o acesso a uma segunda formação em menor tempo, conforme a análise de cada caso.

14.2 POLÍTICA DE ATENDIMENDO AO DISCENTE

A IES tem como política assegurar o atendimento individualizado do aluno pelo seu Coordenador de Curso. Assim sendo, desde o início e durante todo o curso, o Coordenador de Curso orienta os seus alunos quanto aos objetivos do Curso, perfil do profissional a ser formado, mercado de trabalho, estágios etc. Além disso, o aluno conta com programas de nivelamento, apoio pedagógico e financeiro, de maneira que sua permanência na IES seja assegurada, bem como a qualidade do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido no percurso formativo do corpo discente.

Para a implantação efetiva de sua proposta de ensino, a EESAP, procurará atender aos discentes por meio de política sistemática de acompanhamento, favorecendo sua permanência na IES e uma formação adequada aos padrões exigidos pela profissão e pelo mundo do trabalho, assim como um acompanhamento aos egressos. A seguir, apresentamos as estratégias adotadas.

14.2.1 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Correntemente, o aluno ingressante que chega à IES com algumas deficiências em sua formação escolar na Educação Básica, a IES busca ajudar o aluno a sanar algumas dessas deficiências oferecendo atividades relacionadas à formação básica. O intuito é o de apoiar o aluno para superação dessas dificuldades iniciais e prepara-lo para acompanhar as aulas do curso superior

que frequenta.

O objetivo do Programa de Nivelamento é oferecer mecanismos pedagógicos que possibilitem superar dificuldades acadêmicas oriundas da Educação Básica dos ingressantes na IES, retomando conceitos, conteúdos, métodos e procedimentos necessários para o acompanhamento das atividades do ensino superior.

A metodologia utilizada prevê a intensificação de atividades de nivelamento no início do semestre e oferecidas sistematicamente no decorrer do mesmo em horários alternativos, atendendo a grandes e pequenos grupos, de acordo com o nível de dificuldades apresentadas pelos acadêmicos. As turmas de nivelamento deverão ser formadas com um número mínimo de 20 e máximo de 40 acadêmicos, com encontros semanais de 02 horas-aula. As atividades serão oferecidas na forma de oficinas, a partir de pesquisa feita com os acadêmicos e professores que darão suporte às aprendizagens específicas da formação profissional na educação.

Além da metodologia citada, a EESAP possui disponível ao aluno, no seu sistema acadêmico, conteúdos da matemática, português e informática, no formato EAD, para que o aluno acesse a qualquer hora e sempre que achar necessário. O professor também pode indicar ao aluno que ele verifique a necessidade do nivelamento que o mesmo acesso os cursos para facilitar o seu processo de ensino-aprendizagem no curso superior.

14.2.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

O processo de escolarização no ensino superior é exaustivo, pois demanda uma diversidade de habilidades e competências a serem utilizadas e construídas pelos alunos. Dessa forma, faz-se necessário que a IES crie uma estratégia de apoio psicopedagógico para atender as múltiplas necessidades do seu corpo discente.

Os estudantes muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico de ordem pedagógica e psicológica, sobretudo por que advêm de diferentes situações educativas e sociais. Para tanto, a IES prevê a

implantação do Núcleo de Apoio ao Discente (NAD), que se propõe a estar atento a estas questões e a atuar nesta área, procurando examinar e orientar os alunos em seus eventuais tropeços no trabalho de aprendizagem. Sob uma perspectiva mais preventiva, os alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente são convidados a comparecer, onde estará à disposição deles a possibilidade de terem acompanhamento profissional para revisão da metodologia de estudo ou para a investigação de outras dificuldades que eventualmente possam estar presentes.

Com esta mesma ótica preventiva são entrevistados todos os alunos que solicitam trancamento ou cancelamento de matrícula. Também são realizadas orientações profissionais e para o desenvolvimento de postura ético-humanística na tarefa educacional. Deste modo, os estudantes se adaptam à sua nova situação através de estratégias, de direcionamento e defesas psicodinâmicas, comportamentais e afetivas.

Aos alunos ingressantes é realizado atendimento especial para adaptação ao novo espaço físico e à nova turma de colegas, aquisição e domínio da linguagem acadêmica, incorporação de atitudes e valores próprios à carreira escolhida a fim de eliminar as dificuldades e estabelecer novos vínculos. Na primeira semana do período letivo são programadas visitas ao Campus para conhecer a infraestrutura física; apresentação pela direção e coordenação das Normas Gerais e o Corpo Docente do Curso; aula inaugural proferida por uma figura de renome da área técnica e leitura detalhada do Manual do Aluno.

O NAD será um órgão pedagógico de assistência ao acadêmico. Formado por uma equipe multidisciplinar, o NAD terá, por principal finalidade, acompanhar os acadêmicos ao longo da graduação e posterior a ela, assistindo-os em dúvidas, dificuldades e necessidades de orientação psicopedagógica.

São objetivos do NAD:

- Relacionar os alunos com dificuldades acadêmicas e interpessoais (incluindo alunos com necessidades educacionais especiais) que interfiram na aprendizagem.
- Desenvolver propostas de apoio psicopedagógico aos alunos com dificuldades acadêmicas e interpessoais (incluindo alunos com

necessidades educacionais especiais) que interfiram na aprendizagem.

- Elaborar projetos que ofereçam acolhimento aos novos acadêmicos viabilizando a melhor integração ao meio universitário.
- Promover ações científicas e culturais a fim de contribuir para o clima universitário e integração entre alunos, docentes e funcionários.
- Incluir os acadêmicos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências tais como físicas, visuais e auditivas, através de ações específicas em coerência com nosso Plano de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.
- Promover a integração e participação dos acadêmicos nas atividades extracurriculares ofertadas pelos Programas de Extensão.
- Traçar estratégias que permitam que se acompanhe os acadêmicos egressos dos cursos de graduação para a inserção no mundo do trabalho, ampliando o vínculo para sua relação com a Instituição.

Integrando a atuação do NAD, a EESAP dispõe do Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP. Considerando a necessidade de propiciar orientação e acompanhamento psicopedagógico e psicológico aos estudantes no processo de aprender a aprender, a Faculdade criou o Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, que busca atender aos discentes em suas dificuldades emocionais e psicopedagógicas e colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências dos estudantes, por meio do melhoramento do seu desempenho acadêmico e da aquisição do bem estar pessoal e social.

O Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, é constituído por um conjunto de princípios e diretrizes que o nortearão na perspectiva de inclusão, do aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, o trabalho dos docentes e funcionários.

O Núcleo constitui um espaço por excelência de contato e debate, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o profissional promoverá a orientação de acordo com a

necessidade do usuário e ou realizar os encaminhamentos para resolução de problemas dessa ordem.

O estudante que chega ao ensino universitário traz consigo sua história pessoal, suas experiências e sua forma de se relacionar socialmente e encontra um novo espaço, onde necessita de indicações sobre como se orientar na vida universitária, que terá como resultado a sua vida profissional. É necessário estreitar as relações e a comunicação entre alunos e faculdade.

O Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP é composto por um Psicólogo e um Pedagogo.

São objetivos do NUAPP:

- Promover e desenvolver uma política de assistência psicológica e psicopedagógica, na perspectiva de inclusão, fundamentada nos princípios da diversidade, da solidariedade, da justiça social, buscando o convívio harmônico, saudável e produtivo entre os discentes desta Faculdade;

- Melhorar o processo ensino-aprendizagem de forma a atender os discentes em suas necessidades individuais e coletivas, emocionais e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais, com o intuito de fortalecer o discente e o espaço universitário;

- Desenvolver ações que incentivem os discentes à continuidade e permanência no ensino superior;

- Colaborar/assessorar os coordenadores de curso na programação de palestras e cursos, buscando o desenvolvimento biopsicossocial dos discentes;

- Trabalhar temas transversais em sala de aula, buscando refletir sobre o mercado de trabalho;

- Assessorar docentes na elaboração de estratégias que atendam as necessidades dos discentes;

- Desenvolver/aplicar, anualmente, aos ingressantes, questionário buscando conhecer o perfil dos discentes. Estes dados facilitarão atividades a serem desenvolvidas;

- Colaborar em programas de formação de professores;

- Encaminhar o discente a um profissional especializado, quando necessário;

- Orientar acadêmicos dos últimos termos sobre elaboração de currículo, entrevistas, participação de trabalho em grupo, dentre outros;

- Incentivar a Formação Continuada dos docentes;

- Estimular a integração das dimensões ensino-pesquisa-extensão nos cursos de graduação;

- Participar com os demais membros da comunidade acadêmica, e em consonância com os Núcleos Docentes Estruturantes, de encontros de discussão, grupos de estudos e outros;

- Contribuir com a CPA nos processos avaliativos institucionais referentes às funções didático-pedagógicas

O atendimento do NUAPP é feito por agendamento que parte do próprio aluno ou em condições excepcionais quando indicado por terceiros.

14.2.3 MONITORIA

A monitoria constitui-se em importante apoio realizado a partir da interação do corpo docente com o corpo discente, garantindo um trabalho de fortalecimento dos temas e conteúdos trabalhados em diversas disciplinas, sobretudo para alunos que trazem maiores dificuldades com a leitura e compreensão dos conteúdos de forte peso teórico. Professores e alunos, preferencialmente, de períodos mais avançados, acompanharão o desenvolvimento das disciplinas de semestres anteriores a fim de ampliar a reflexão e contribuir para o rompimento de limites existentes no que tange a aprendizagem.

Além disso, a EESAP tem como princípio fomentar a organização de grupos de estudo no interior de cada turma. Nesse sentido, o aluno monitor assume papel preponderante como iniciador deste tipo de organização como princípio e estímulo na formação da solidariedade na produção do conhecimento e no rompimento de barreiras necessárias para sua realização.

O Programa de Monitoria, é também uma forma prover mecanismos para a realização de uma recuperação. O aluno monitor pode atuar no sentido de auxiliar os alunos nas dificuldades de aprendizagens e, assim, permitir o alcance de resultados positivos no andamento das disciplinas.

Para participar do Programa de Monitoria o aluno deve atender aos seguintes requisitos: aprovação em seleção na disciplina objeto da monitoria; ter cursado o mínimo de 1 período letivo com aproveitamento; ter cursado a disciplina para cuja monitoria está concorrendo; não ter sido reprovado na disciplina a que concorre e não ter disciplina pendente no bloco anterior ao que concorre; ter disponibilidade de horário para o exercício das atividades propostas.

O desenvolvimento das atividades de monitoria é importante no processo de formação do estudante à medida que valoriza seu desempenho acadêmico, estimula o senso de responsabilidade e o caráter educativo. A monitoria visa estimular o estudante a ir além de auxiliar o docente nas atividades disciplinares, funcionando como uma ponte entre os alunos e disciplina, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

14.2.4 CENTRO DE INTEGRAÇÃO INSTITUIÇÃO-EMPRESA (CIIE)

O Centro de Integração Instituição-Empresa (CIIE) trata-se de um projeto de extensão da IES, criado para possibilitar parcerias entre a instituição e organizações do setor público, privado e do terceiro setor com o objetivo de abrir posto de estágio remunerado não-obrigatório para os alunos dos cursos da instituição a partir do quinto semestre letivo.

O CIIE tem como objetivo principal a prestação de serviço burocrático administrativo, cadastramento de estudantes, pré-seleção e triagem, convocação e encaminhamento dos estudantes da IES às empresas previamente visitadas pelo Coordenador do CIIE, com a constante preocupação de cumprir os preceitos legais o disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O projeto atenderá aos alunos dos diferentes cursos da IES, efetivamente matriculados, como procedimento didático-pedagógico regulamentado por legislação específica. O CIIE fará acompanhamento in loco dos alunos em

estágio, contando com o apoio dos professores e Coordenadores de cada um dos Cursos que o aluno esteja vinculado. Acompanhará também as ações de elaboração dos planos de estágio e da orientação do pessoal indicado pelas empresas envolvidas que devem apresentar formação compatível para orientação do acadêmico in loco, se necessário.

As atividades desenvolvidas pelo estagiário via Estágio extracurricular, será remunerado com Bolsa auxílio para o estudante, sob a responsabilidade da organização conveniada.

14.2.5 BOLSAS ACADÊMICAS

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas é compromisso da Mantenedora conceder bolsas de estudo para seus alunos, usando a porcentagem de 5% (cinco por cento) de sua receita e outros recursos, cuja captação será buscada junto a empresas, fundações e outras entidades, públicas e privadas.

A bolsa prevê dispensa do pagamento das mensalidades, e cada caso será analisado por uma comissão constituída pelo Diretor Financeiro, Coordenador de Curso e um representante do corpo docente e outro do corpo discente.

14.2.6 BOLSAS PARA FUNCIONÁRIOS

Todos os funcionários da IES, quando matriculados como alunos, têm percentual de desconto nas mensalidades, seja em curso de graduação ou pós-graduação.

14.2.7 BOLSAS-CONVÊNIO

Prevemos a oferta de bolsas parciais em convênio com instituições locais e regionais.

14.2.8 PROUNI E FIES

A IES, resguardada suas limitações financeiras, pretende ofertar em seus cursos bolsas e financiamentos através dos programas ProUni e FIES, beneficiando os alunos que se enquadram na legislação específica de cada programa.

Quanto ao PROUNI, uma vez que a oferta de bolsas seja instituída, será instituída o COLAPS para que esta realize os trabalhos de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa Universidade para Todos – Prouni na IES.

14.2.9 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS, TÉCNICOS E ARTÍSTICOS

A IES realiza eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas. Realiza feiras científicas, eventos culturais, entre outros que surgirão em conformidade com o envolvimento da IES com a comunidade e suas demandas. Todos os eventos estão apresentados no calendário acadêmico e nos planos de ação dos coordenadores, quando se trata de ações específicas dos cursos.

14.2.10 APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÃO DISCENTE

Os discentes poderão divulgar suas produções através das publicações e informativos a serem disseminados. Quanto aos eventos, os alunos, mediante requerimento, poderão ter suas solicitações atendidas, dependendo da pertinência e condições financeiras em conformidade com o planejamento econômico-financeiro da IES.

14.2.11 APOIO E INCENTIVO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

O corpo discente da Instituição tem como órgão de representação estudantil o Diretório Acadêmico. A IES disponibilizará uma sala para o

funcionamento do Diretório Acadêmico.

14.3 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A proposta da EESAP, considerando sua proposta de aperfeiçoamento continuado e permanente, não poderia deixar de contemplar um plano de acompanhamento dos egressos. Isso porque é a partir da avaliação dos egressos que se pode ter a dimensão dos resultados práticos de seus cursos, constando o seu grau de intervenção na realidade social e profissional que atende. A partir dessa avaliação, o curso poderá analisar a necessidade de alteração e/ou atualização das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas.

O Plano de acompanhamento de egressos será feito através de um cadastro informatizado dos alunos, com atualização periódica e acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas do egresso. Esse acompanhado é feito pelo NAD.

O Plano de acompanhamento, a ser discutido pela IES, preverá consultas periódicas aos egressos, a fim de investigar a aplicabilidade concreta dos conhecimentos adquiridos no curso. Com esse *feedback*, o Colegiado do curso e o Núcleo Docente Estruturante poderá reordenar sua proposta didático-pedagógica aos novos desafios enfrentados pelos egressos.

O procedimento de acompanhamento da trajetória de seus ex-alunos será desenvolvido de forma que a IES verifique a realidade ocupacional dos egressos, de modo que poderá ajustar-se às necessidades do mercado e da sociedade como um todo. Assim sendo, a EESAP prevê o acompanhamento do percurso dos seus ex-alunos através dos seguintes instrumentos:

- Realização de seminários com ex-alunos a cada dois anos;
- Oferecimento de descontos a ex-alunos para cursos de pós-graduação lato sensu;
- Controle dos resultados de concursos públicos em todas as esferas da federação;
- Contato por e-mail com troca de informações sobre a situação social e profissional.

Os egressos deverão ser pesquisados para a observação dos seguintes indicadores:

- Verificação do percentual de egressos que obtiveram aprovação em concursos públicos em diferentes níveis;
- Verificação do nível de satisfação, importância social e política que o egresso alcança na cidadania/região;
- Relação entre formação técnica e crítica, as consequências profissionais e sociais;
- Envolvimento dos profissionais com as atividades de extensão da IES ou de outra instituição de ensino superior, ONGs etc.;
- Grau de continuidade na formação, através da realização de Cursos de Atualização, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

14.3.1 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA VOLTADOS PARA O EGRESSO

A educação continuada é fundamental para o aprimoramento dos conhecimentos, do desempenho profissional e para que o egresso permaneça sintonizado com as mudanças de sua área.

Eixos

- A IES pretende promover uma educação continuada integrada com as outras instâncias da IES e comprometida com a (re) qualificação de egressos.

Objetivos

- Proporcionar oportunidades de aprimoramento profissional aos egressos, através do aprendizado de conceitos, estratégias educacionais e de empreendedorismo;
- Desenvolver as atividades de Educação Continuada;
- Promover a indissociabilidade entre ensino e extensão, integração que deverá perpassar as atividades de Educação Continuada aos egressos.

14.4 RELAÇÕES DA IES COM O SETOR PÚBLICO, O SETOR PRODUTIVO E O MERCADO DE TRABALHO

Nosso objetivo é firmar convênios com entidades sociais e instituições

Regionais, com a finalidade de promover intercâmbio de experiências nas áreas científicas, técnica, cultural e social.

III – EXPANSÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA IES

1 CURSOS DE GRADUAÇÃO EXISTENTES

A seguir, apresentamos a lista de cursos atualmente existentes na IES, com a indicação do ato autorizativo, modalidade e número de vagas anuais.

PORTARIA	CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	N.º DE VAGAS ANUAIS
D.O.U 793 de 26/07/2017	Bacharelado em Administração	PRESENCIAL	50
D.O.U 793 de 26/07/2017	Bacharelado em Educação Física	PRESENCIAL	50
D.O.U 793 de 26/07/2017	Bacharelado em Enfermagem	PRESENCIAL	50
D.O.U 903 de 24/12/2018	Bacharelado em Psicologia	PRESENCIAL	100
D.O.U 125 de 20/03/2019	Bacharelado em Direito	PRESENCIAL	100
D.O.U 209 de 29/04/2019	Bacharelado em Ciências Contábeis	PRESENCIAL	100
D.O.U 209 de 29/04/2019	Bacharelado em Engenharia Civil	PRESENCIAL	75
D.O.U 243 de 29/05/2019	Bacharelado em Farmácia	PRESENCIAL	100
D.O.U 428 de 10/09/2019	Bacharelado em Nutrição	PRESENCIAL	50
DOU 2010 de 30/12/ 2021	Bacharelado em Fisioterapia	PRESENCIAL	100
DOU 2012 de 30/12/ 2021	Bacharelado em Odontologia	PRESENCIAL	80

2 EXPANSÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO

Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
Fisioterapia	2022	100	-
Odontologia	2022	100	
Design de Interiores	2024	50	
Arquitetura e Urbanismo	2024	50	
Serviço Social	2023	-	500
Ciências Contábeis	2024		500
Administração	2024	-	500
Educação física	2024	-	500
Direito	2024		1000
Psicologia	2024		1000

3 EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2023		500
Sistemas para Internet	2023		500

4 EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA – PRESENCIAL E EAD

Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
Licenciatura Pedagogia	2023		1500
Licenciatura Matemática	2024	-	500
Licenciatura Letras	2024		500
Licenciatura História	2024		500

5 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

Nº	Cursos	Previsão de início	Nº de vagas previstas	
			Presencial	EAD
1	Engenharia de Segurança do Trabalho	2023	50	300
2	Gestão da Qualidade e Segurança do Trabalho	2023	50	300
3	Atendimento Educacional Especializado	2023	50	300
4	Biblioteconomia e Gestão de Bibliotecas Escolares	2023	50	300
5	Dermoestetética e Cosmetodologia	2023	50	300
6	Docência do Ensino Superior	2023	50	300
7	Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar	2023	50	300
8	Educação Ambiental	2023	50	300
9	Educação Ambiental e Saúde Pública	2023	50	300
10	Educação Especial e Inclusiva	2023	50	300
11	Educação Infantil	2023	50	300
12	Enfermagem em Nefrologia	2023	50	300
13	Enfermagem em Oncologia	2023	50	300
14	Enfermagem em Urgência e Emergência	2023	50	300
15	Gestão Ambiental	2023	50	300
16		2023	50	300
17	Gestão de Pessoas	2023	50	300
18	Gestão de Projetos Sociais: elaboração e captação de recursos	2023	50	300
19	História da Paraíba	2023	50	300
20	MBA em Gestão de Recursos Humanos	2023	50	300
21	Direito Imobiliário	2024	50	300
22	Orçamento Público e Planejamento Tributário	2024	50	300
23	Políticas Públicas e Intervenção Social	2024	50	300

24	Psicopedagogia Institucional e Gestão Escolar	2024	50	300
25	Sistemas de Gestão da Qualidade e Segurança no Trabalho	2024	50	300

6 CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
Técnico em Edificações – Subsequente	2023	40	-
Técnico em Segurança do Trabalho - Subsequente	2023	35	-

1 INFRAESTRUTURA

A IES possui atualmente uma infraestrutura para oferecer, em parceria com outras Instituições, variados serviços Educacionais – ensino presencial e a distância, com cursos técnicos, bacharelados, licenciaturas, e pós-graduação - e também os subsídios necessários para iniciar seu processo de expansão como IES credenciada.

Entre os anos de 2022 a 2026 está prevista a criação de novos cursos de graduação, a serem implantados gradualmente, sendo que tal processo exigirá uma sensível reformulação estrutural, em todos os níveis, visando possibilitar a satisfação das demandas que deverão surgir com o aumento do corpo docente, discente e técnico-administrativo. Uma das consequências é a contínua ampliação da infraestrutura física e tecnológica, com aumento no número de salas de aula, laboratórios, setores administrativos, e na quantidade de equipamentos essenciais para a execução das atividades educacionais e administrativas, como por exemplo, informática – computadores, softwares, redes, etc, que já vem ocorrendo desde a implantação da EESAP, em 2017.

A expansão da estrutura física vem ocorrendo semestre a semestre considerando-se a abertura de novos cursos e o consequente aumento do número de vagas a serem oferecidas. Dessa forma, todo o planejamento orçamentário da IES orienta-se por essa previsão, levando-se em conta as despesas, receitas e investimentos a serem feitos durante os próximos 05 anos, a contar de 2022. As planilhas ao longo do texto procurarão demonstrar o planejamento que a IES espera cumprir.

Inicialmente, os investimentos que estão planejados para a ampliação dos serviços em cada modalidade de ensino e os respectivos cursos a serem oferecidos. Também serão detalhadas as previsões com as Despesas Operacionais para as modalidades de ensino, as receitas e os parâmetros utilizados para o orçamento de receitas de despesas.

Com base em todos esses dados, a IES espera demonstrar a consistência do seu planejamento orçamentário para os anos de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional, já contando inclusive com ampliação da estrutura desejada.

Neste a IES inaugurou sua ampliação e concretizou a mudança de sede passando a reunir todas as atividades acadêmicas em um único endereço, já que antes funcionava em duas estruturas com endereços diferentes. Atualmente a EESAP conta com seguinte estrutura:

Quadro 13: Infraestrutura da Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano – EESAP.

EESAP	
AMBIENTES	**QUANTIDADE**
Biblioteca	01
Coordenação	11
CPA	01
NDE	01
Diretoria	02
Espaço Multifuncional	01
Laboratório de Anatomia	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório Multidisciplinar em Saúde I	01
Laboratório Multidisciplinar em Saúde II	01
Laboratório de Desenho	01
Laboratório de Química e Física	01
Laboratório de Práticas Odontológicas	01
Laboratório de Avaliação e Movimento	01
Mecanografia	01
Área de Convivência	01
Recepção	01
Sala Coletiva dos professores	01
Sala dos professores Tempo Integral	01
Salas de aula	25
Sanitários para alunos	22 cabines
Sanitários para docentes	02
Secretaria	01
Tesouraria	01
NUAPP	01
CEAP	01
Sala de Atendimento ao aluno	03

1.1 SALAS DE AULA

As salas de aula serão disponibilizadas de acordo com as necessidades dos cursos. São arejadas e bem iluminadas e contaram com todo mobiliário necessário, de forma a oferecer conforto para alunos e professores durante as aulas. São diferenciadas de acordo com a característica do curso, existindo salas apropriadas para aulas teóricas e práticas. Contam com equipamentos de multimídia como caixa de som, câmera, Datashow ou TV e computador.

1.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E COORDENAÇÕES DE CURSOS

Para a realização das atividades administrativas todos os setores estão equipados com mobiliário (mesas, cadeiras, arquivos, armários, etc) e equipamentos (informática, telefonia, material de escritório, etc) de acordo com suas necessidades. As Coordenações de Cursos acompanham a localização dos cursos por campi, possuindo toda a infraestrutura necessária para respaldar os coordenadores na execução de suas tarefas. Os espaços ocupados são definidos conforme a necessidade de cada setor.

1.3 SECRETARIA ACADÊMICA

O setor de Registro e Controle Acadêmico compõe-se de uma Secretária Geral e os auxiliares e será responsável e pelos cursos presenciais, a Distância e de Pós-Graduação.

O Setor de Registro e Controle Acadêmico é uma instância de apoio responsável pelos processos de normatização, recebimento, análise, processamento e distribuição das informações e dados sobre a vida acadêmica dos alunos, desde o seu ingresso na instituição até a colação de grau, expedição e registro do diploma, o que inclui, também, zelar pelo controle dos registros acadêmicos de modo a garantir a segurança, preservação, lançamento e correção no trato dos documentos escolares, bem como acompanhar a legislação vigente.

1.4 ÁREAS DE CONVIVÊNCIA

Conta com áreas dedicadas à convivência da sua comunidade acadêmica, que se trata da praça de alimentação e os espaços livres com bancos estrategicamente instalados para maior conforto. A IES também disponibiliza espaços estruturais para a constituição dos Centros Acadêmicos, com todo o suporte necessário para que os alunos executem suas atividades.

1.5 SALAS PARA DOCENTES

Cada unidade disporá de amplas salas para os professores - em média 60m^2 cada - todas equipadas para a realização de algumas atividades docentes. Possui mobiliário e equipamentos adequados como computadores exclusivos, impressoras, aparelhos de telefone e fax. Os professores serão assessorados por secretárias que viabilizam serviços essenciais como digitação e outros.

Os professores também contarão com ambientes adequados dentro das unidades, para as atividades de orientações e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

1.6 AUDITÓRIOS

Auditório para a realização de eventos diversos, equipados com toda a infraestrutura de comunicação e mídia, os quais comportarão aproximadamente 250 pessoas cada um.

1.7 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A infraestrutura tecnológica contará com laboratórios de informática, para os alunos realizarem as atividades acadêmicas. Cada aluno possuirá um *login* e uma senha, que lhe garantirá acesso tanto à rede do laboratório quanto à Internet. Ficarão abertos de segunda a sábado, das 9h às 22h00. Entretanto, como muitas aulas serão ministradas nestes laboratórios, eles estarão disponíveis integralmente apenas no período diurno. Para o período noturno será

feito um agendamento semestral e os horários disponíveis para uso livre estarão fixados nas portas para informação da comunidade acadêmica.

Em cada turno haverá no mínimo um técnico no laboratório, responsável pelo controle e pelo bom funcionamento da rede instalada, bem como pela manutenção da ordem e adequação das condições ambientais necessárias. Os docentes podem fazer uso do conjunto dos equipamentos instalados nos laboratórios da Instituição, além dos computadores exclusivos na sala dos professores.

1.7.1 CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Instituição trabalhará com manutenção preventiva dos equipamentos, visando antecipar eventuais problemas que possam vir a acontecer, existindo verificação diária das máquinas pelo do corpo técnico da Faculdade. Essa manutenção é realizada interna ou externamente, considerando a vigência do prazo de garantia ou a necessidade de envio do equipamento para oficinas previamente cadastradas e homologadas pela Instituição.

A atualização tecnológica dos *softwares* se faz por meio da aquisição de novos lançamentos, pela observação das tendências do mercado, e também pela atualização, por meio de contratos de parceria com empresas de softwares. Antes do início de cada período letivo, é feito um levantamento junto às coordenações de curso e aos professores, procurando identificar suas necessidades para o ensino. Com a aquisição de novos produtos, é feita a adequação do *hardware* por meio da substituição dos equipamentos ou da atualização (*upgrades*) dos mesmos.

1.8 BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO

Seus serviços já estão disponíveis para professores, alunos e funcionários, que podem fazer consultas e empréstimos de obras – livros, periódicos e audiovisuais. A comunidade também pode consultar o acervo já existente. De forma a ampliar as possibilidades de acesso à informação, a

biblioteca já mantém convênio com outras bibliotecas – pertencentes a instituições universitárias públicas ou privadas – e também integra o programa de Comutação Bibliográfica – COMUT do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

A Biblioteca conta também com acervo de obras digitais, em várias áreas do conhecimento, para consulta e impressão.

1.8.1 ACERVO COM O TOTAL DE TÍTULOS E EXEMPLARES

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente por indicação dos coordenadores e professores ou por solicitação de dirigentes e alunos em razão de novas edições ou para atualização dos temas estudados, além da aquisição sistemática de publicações destinadas a subsidiarem os projetos de extensão desenvolvidos pela IES nas diversas áreas do conhecimento humano.

ANO		N° de Títulos	N° de Exemplares	N° de Periódicos
Atual	2015	2304	2880	40
Expansão	2016	3072	3840	45
Expansão	2017	3840	4800	50
Expansão	2018	4608	5760	55
Expansão	2019	4800	5856	60
Expansão	2020	3800	5856	60

1.8.2 BASES DE DADOS E PERIÓDICOS

A biblioteca também disponibiliza o acesso, aos seus alunos e professores, a Bases de Dados de diversas áreas do conhecimento, como a SCIELO e o SICON.

Quadro 14: Base de Dados utilizadas na EESAP

Identificação	Área de Conhecimento

SCIELO Abrange: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Aplicadas; Engenharia; Linguística, Letras e Artes	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros
SICON – Sistema de Informações do Congresso Nacional	Direito
INDEXPSI	Psicologia
Portal da CAPES	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros
Banco de teses e dissertações da USP	Várias áreas do conhecimento
LILACS	Literatura Latina Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Literatura internacional nas áreas médicas e da saúde

Nota: apenas o Portal da CAPES possui acesso para docentes, técnicos e alunos com restrições.

A grande maioria das bibliotecas usa o modelo desenvolvido pelo norte-americano G. Edward Evans no processo de desenvolvimento de coleções, o qual utiliza o estudo da comunidade a ser servida como subsidio para o atendimento de outras partes do processo, sendo composto por política de seleção, avaliação e descarte de materiais bibliográficos.

Considerando que uma biblioteca deve atender tanto a comunidade acadêmica quanto a de pesquisadores, deve possuir uma coleção de livros com grande tendência ao crescimento, para que ambos tenham acesso a todos os pontos de vista importantes e necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, deve-se prestigiar a seleção, a avaliação e o descarte da coleção para otimização do acervo. É prioridade máxima nortear o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos por ela oferecidos.

A EESAP oferece aos seus alunos acesso a um conjunto de periódicos eletrônicos, por meio de página em seu sítio eletrônico, os quais são referências nacionais e internacionais em sua respectiva área de atuação. Dessa forma, a instituição contribui para a qualidade da formação de seu corpo docente e discente por meio da disponibilização de informações atualizadas na área dos seus cursos de graduação.

1.8.3 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

Para atender o curso proposto o acervo da biblioteca conta com livros relacionados no programa das disciplinas ministradas. O acervo atende aos programas das disciplinas na proporção recomendada no instrumento de avaliação de cursos de graduação no tocante a bibliografia básica e complementar indicada.

Para que a Biblioteca mantenha um acervo que atenda as necessidades dos professores e alunos, a instituição adotará um processo de explansao atualização do acervo, no qual participam os professores, os alunos e a bibliotecária. As solicitações serão encaminhadas para a Diretoria Acadêmica, que providenciará a compra de todo o material indicado na bibliografia básica e complementar dos cursos. Outros materiais indicados pelos professores serão adquiridos no início de cada semestre letivo. Todos os finais de semestre serão realizados inventários do acervo e os materiais que se extraviem serão repostos antes do início de cada novo semestre.

A IES usa o modelo desenvolvido pelo norte-americano G. Edward Evans no processo de arquivamento de coleções, tomando como referência um estudo da comunidade a ser servida para estruturar sua política de seleção, avaliação e descarte de materiais bibliográficos.

Neste sentido, a biblioteca deverá atender tanto a comunidade acadêmica interna quanto aos pesquisadores da comunidade externa, possuindo uma coleção de materiais bibliográficos liberados para acesso de ambos, sendo prioridade máxima nortear o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos oferecidos pela EESAP.

Para atender a necessidade de investimento em biblioteca, a IES tem previsão orçamentária do seu orçamento anual para compra de materiais bibliográficos. Respeitando, cabe as bibliotecárias, aos coordenadores, professores e alunos a indicação das compras que devem ser priorizadas. Caso esse percentual não seja suficiente, a mantenedora providenciará verba complementar.

1.8.4 INFORMATIZAÇÃO E CONSULTA AO ACERVO

Todo acervo existente está catalogado segundo as normas técnicas e organizado em estantes de dupla face, em locais bem iluminados e ventilados. Os alunos, mediante *login* e senha fornecida pela IES, poderão ter acesso aos serviços da biblioteca de qualquer lugar onde estejam.

Para catalogação do acervo foi feito uma a assinatura do *software PERGAMUM* (sistema de automação de bibliotecas) desenvolvido pela Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para ser utilizado em computadores que possuam acesso à Internet. Toda base de dados está disponibilizada aos usuários para consulta e utilização. Além da consulta, outras operações estão disponibilizadas pela Internet aos usuários, tais como: reserva e renovação de livros e monografias, reservas de materiais bibliográficos e de multimídia.

A Biblioteca oferece os seguintes serviços: empréstimo domiciliar; serviço de comutação bibliográfica – COMUT; visitas orientadas; disseminação seletiva da informação; treinamento de usuários e normalização de documentos. O acervo é constituído de obras de referência, livros didáticos e de literatura nacional e estrangeira, teses, monografias, periódicos, fitas vídeos e CD-rom.

Os livros são classificados de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), 20 ed., versão espanhol. A representação descritiva é feita de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.ed. (AACR2) e para notação do autor utiliza-se a Cutter- Sanborn Table.

A armazenagem do acervo se dá por tipo de documento, ou seja: Livros: em estantes de aço pelo número de classificação; Periódicos: em estantes de aço por ordem alfabética de título (letra por letra) independente da área de conhecimento; Teses, Dissertações e Monografias: em estantes de aço por número de classificação; Multimeios: em armário apropriado para armazenamento deste tipo de material.

A recuperação da informação se dá por meio de catálogos de autor, título, assunto e série nos terminais de computador, instalados na Biblioteca e em toda a rede integrada da instituição.

1.8.5 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O horário de funcionamento é: durante o período letivo, de segunda a sexta das 09h00h às 21h00h e nos sábados: 8:00h às 14:00h; durante as férias, de segunda a sexta das 09:00h ao 12h00 e 14h00 às 19:00h.

1.8.6 BIBLIOTECÁRIA E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A organização administrativa interna da Biblioteca reflete e integra os vários recursos materiais, humanos, financeiros e técnicos que são coordenados de modo a cumprir seus objetivos. A estrutura organizacional, suas competências e atribuições são relatados no Regimento Interno e no Regulamento dos Serviços de Empréstimo.

A Biblioteca é dirigida por uma bibliotecária a quem cabe a conduçao do planejamento, da aquisição e da administração técnica do acervo, do intercâmbio, da comutação e do acesso eletrônico *on line* com outros acervos e fontes de informações, do treinamento do usuário, do treinamento e coordenação do pessoal e a articulação dos departamentos e dursos da Faculdade. A bibliotecária conta com a ajuda dos auxiliares para a execuçao das tarefas.

Quadro 15: Identificação do Perfil da Bibliotecária

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
DAYSE DE FRANÇA BARBOSA	Curso Superior – Biblioteconomia	Bibliotecária

1.8.7 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA

A IES mantém contrato com empresa especializada em segurança que garante vigilância 24h por dia. A entrada nos prédios será feita mediante passagem em catraca eletrônica ou identificação ao recepcionista. Existirá uma brigada de incêndio treinada, sinalização clara para saídas de emergência e

equipamentos adequados. Haverá também uma CIPA constituída e periodicamente treinada. Para manutenção predial contamos com prestadoras de serviços especializadas, além de contar pessoal próprio.

1.8.8 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA DISPONÍVEL

A Biblioteca ocupa uma área de aproximadamente 150 m2, subdivididos em:

- recepção/guarda volumes;
- balcão de atendimento (empréstimo/devolução);
- serviço de referência;
- biblioteca virtual com consulta via Internet;
- cabines para estudos individual e para grupos;
- acervo (livros/periódicos e multimeios);
- instalações técnico-administrativas; e

Os usuários têm acesso direto ao acervo e a estrutura física conta com 16 baias e mais 2 salas para estudos, que podem ser utilizadas para estudos em grupos ou individuais. As salas são isoladas acusticamente e têm boa iluminação e ventilação.

1.8.9 BIBLIOTECA DOS POLOS

Cada polo presencial contará com uma biblioteca organizada segundo as diretrizes da Biblioteca da sede, informatizada, e aberta ao público no mesmo horário de funcionamento do polo. O acervo fica sob responsabilidade do Responsável Técnico de cada polo, sendo facultado ao aluno a consulta *in loco* ou o empréstimo quando solicitado.

1.8.10 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS

Quadro 16: Equipamentos previstos paras as biblioteca dos polos EESAP.

Espaços	Mobiliário e Equipamentos	Quantidade
Acervo	*Estantes dupla face	12
	*Estantes simples	3
	Expositor	1
Consulta local	Mesas retangulares com 6 lugares	2
	Mesas redondas com 4 cadeiras	5
	Computador com acesso a rede	1
Empréstimo domiciliar	Balcão de empréstimo	1
	Computador com acesso a rede	1
	Impressora Bematech	1
Estudo individual	Cabines (Baias) de 1 m² com 1 cadeira	6
Pesquisa on-line	Cabines (Baias) de 1 m² com 1 cadeira	3
	Computador com acesso a Internet	3
Estudo em grupo	Sala com aproximadamente 5,20 m²	2
	Mesa retangular com 6 cadeira	2

1.8.11 BIBLIOTECA VIRTUAL

As Bibliotecas Virtuais disponibilizam acesso às informações de interesse acadêmico para os alunos. Para implantação dessa Biblioteca adota-se o conceito extraído do *Thesaurus*, publicado pela *American Society for Information Science* (ASIS), em 1998, ou seja:

- Bibliotecas digitais “são bibliotecas cujos conteúdos estão originariamente em forma eletrônica e são acessados local ou remotamente por meio de redes de comunicação”;
- Bibliotecas virtuais são “sistemas nos quais os recursos de informação são distribuídos via rede, independentemente de sua localização física num determinado local”.

Seu acervo concentrar-se-á nas áreas dos cursos oferecidos, possuirá obras de referência geral e especializada, como dicionários e enciclopédias. O acervo estará em constante atualização.

As Bibliotecas Virtuais também são constituída de indicações de *sites* que contém informações relacionadas aos cursos ministrados na Instituição. Além disso, permitirá acessar os *links* de outras bibliotecas virtuais que

disponibilizem seus conteúdos on line. A Biblioteca virtual terá como componentes prioritários:

- Acervo com a literatura básica dos cursos;
- Infraestrutura eletrônica (conectividade da biblioteca como fator essencial;
- Acesso remoto aos documentos;
- Equipe treinada.

A EESAP disponibiliza as bibliotecas virtuais Pearson, Minha Biblioteca e Saraiva para docentes e discentes.

1.9 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A EESAP dispõe de uma gama variada de equipamentos de suporte para as atividades educacionais. Contará com um corpo de funcionários técnicos que cuidam da sua conservação e instalação. Os professores farão a solicitação do material a ser utilizado e os técnicos cuidam da instalação nas salas de aula ou nos auditórios. Entre os equipamentos disponíveis estão: Aparelhos de TV, Aparelhos de DVD, , Data-show, Projetor de Slides, Telas para projeção, e Caixas Amplificadoras, estúdio, câmaras etc.

2 INFRA-ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para a realização da Educação a Distância, a EESAP utilizar-se-á de uma infraestrutura desenvolvida especialmente para possibilitar a execução das atividades acadêmicas. Essa estrutura divide-se em duas partes complementares, a infraestrutura da sede, onde são desenvolvidas as atividades administrativas e pedagógicas e a infraestrutura dos polos de apoio presencial, onde são atendidos os alunos.

2.1 ESTRUTURA DA SEDE

A infraestrutura da sede contará com salas, estúdios de filmagem, Rádio Web, plataforma de e-learning, um setor especializado no desenvolvimento de tecnologias educacionais e de Gestão, Editora especializada na produção de material didático para a EAD, setores de Logística, Distribuição de Material Didático, recebimentos e envios de documentos e toda parte administrativa e financeira e Tutoria - responsável pelo acompanhamento dos tutores a distância.

2.2 ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DA TUTORIA

O sistema de tutoria funcionará tendo por base a utilização de um suporte tecnológico de informação, o qual possibilita a interação da tutoria a distância com a tutoria presencial, com os alunos, professores e coordenadores numa única e extensa rede de comunicação. Essa estrutura será constituída por:

- Ambiente virtual de aprendizagem;
- Linhas telefônicas;
- Equipamentos para exibição de vídeo-aulas nos polos;

2.3 ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA EAD

A estrutura tecnológica a ser ofertada contará com computadores de última geração, em laboratórios interligados em uma rede. Os usuários poderão contar com suporte virtual disponível 24 horas por dia. O acesso a este suporte tecnológico pode ser efetuado a partir de qualquer computador remoto que tenha acesso a internet.

Outros elementos da estrutura tecnológica são os estúdios a partir dos quais é transmitido o sinal.

2.4 SUPORTE TECNOLÓGICO

Para oferecer o suporte tecnológico necessário, a EESAP optou pela montagem da seguinte estrutura:

- Instalação de um provedor interno e um endereço de suporte a partir do qual será possível acessar as informações sobre a instituição, seus cursos e atividades;

- Um provedor interno para área administrativa;
- Todos estes provedores e laboratórios interligados por rede de alta velocidade e atendidos por equipamentos de última geração;
- Laboratórios de informática com no mínimo 30 computadores cada um, com softwares mais comuns no mercado e acesso à rede mundial de comunicação em todos os laboratórios e na biblioteca;
- Estabelecimento de um provedor para as atividades de suporte didático-pedagógico nas atividades presenciais e para os cursos a serem ofertados na modalidade da educação a distância, atendidos no endereço do site da EESAP;
- Sistema de atendimento telefônico DDG (0800) para facilitar a comunicação dos alunos dos cursos ofertados na modalidade EAD;
- Infraestrutura tecnológica com equipamentos necessários para a transmissão de sinal de alta qualidade via internet e estúdio para gravação das aulas visando atender às atividades executadas nos cursos oferecidos na modalidade EAD.

Esta estrutura possibilita a oferta de cursos na área técnica, cursos na área tecnológica, cursos de bacharelados, licenciaturas e Pós-Graduação, utilizando a modalidade bimodal, com aulas presenciais ofertadas em uma estrutura de polos distribuídas por todo o Brasil com apoio da tutoria presencial e atividades não presenciais, com o apoio da tutoria a distância e do ambiente virtual de aprendizagem, orientando as atividades executadas pelo aluno distante.

A EESAP dispõe de equipamentos distribuídos na seguinte configuração:

- ✓ Equipamentos desktops/notebooks administrativos.
  - Todos os equipamentos que compõem a rede utilizam recursos computacionais que possibilitam o trabalho dos colaboradores. Em caso de defeito disponibilizamos de suporte, de forma que seja efetuado o backup dos arquivos e disponibilizando outra máquina.
- ✓ Equipamentos desktops/notebooks de laboratório e biblioteca.
  - A faculdade possui vários laboratórios que contam com equipamentos configurados para os sistemas operacionais e softwares comuns a disponibilidade de utilização em todos os

equipamentos, dispondo de equipamentos de backup para troca e reposição em caso de falhas.

- ✓ Equipamentos servidores externos.
  - Todos os servidores foram contratados com alta disponibilidade e redundância dos equipamentos contratados sendo a orquestração e administração dos serviços realizados pelo fornecedor, garantidos através do SLA do contrato.
- ✓ Firewall de segurança.
  - Sistema de Firewall do Windows implementado em alta redundância configurado com um link de conexão a internet que servem os ambientes internos da faculdade para disponibilidade dos serviços e acessos.

2.4.1. ACORDO COM FORNECEDORES DE SERVIDORES (CLOUD) EXTERNOS SERVIÇOS INCLUSOS EM CONTRATO:

1.1.1. Instalação dos servidores propostos

1.1.2. Disponibilidade

1.1.3. Suporte ao cliente em relação aos serviços contratados:

1.1.4. Gestão de segurança

1.1.5. Monitoramento do hardware de virtualização;

1.1.6. Monitoramento de Rede, CPU, Disco, Memória e outros;

1.1.7. Disponibilidade de espaço FTP para backups;

1.1.8. Replicação de toda infraestrutura virtualizada em ambiente remoto;

1.1.9. Retenção de backups diários por 7 dias;

1.1.10. Retenção de backups mensais por 2 meses;

SLA (SERVICE LEVEL AGREEMENT – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS OU GARANTIA DE DESEMPENHO DE SERVIÇO)

- Servidor Principal (Amazon) 99.99%
- Servidor Adicional (Locaweb) 99.5%
- Servidor Adicional 2 (OVH) 99.9%
- Hospedagem de sites Dedicada (Locaweb) 99.5%
- Hospedagem de sites Compatilhada (Locaweb) 99.5%

2.5 INFRA-ESTRUTURA MÍNIMA DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Os polos de apoio presencial estarão espalhados nas diversas regiões do país. Serão implantados em parcerias estabelecidas entre a EESAP e instituições de ensino local. Sede e polos estarão interligados por uma rede estrutural de tecnologia de informação e os polos estarão equipados com uma estrutura mínima para funcionamento conforme apresentado abaixo.

Quadro 17: Infraestrutura mínima dos polos EESAP.

ESPAÇO	QUANTIDADE
Coordenação	01
Secretaria	01
Biblioteca	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório Didático Específico	01
Salas de aula	02

Eventualmente e de acordo com as especificidades de cada local, os polos poderão ter uma estrutura física diferente. No entanto, sempre será observado o padrão de qualidade exigido pelo MEC para o funcionamento adequados dos polos de educação a distância.

Os polos contarão ainda como mobiliário tais como: mesas, cadeiras para escritórios, carteiras universitários, equipamentos de wi-fi, impressoras, computadores, armários, scanners, arquivos de aço, estante e demais equipamentos necessários ao bom funcionamento no polo e adequados aos padrões exigidos pelo MEC.

2.6 RECURSOS HUMANOS DO POLO

Os polos contarão com uma equipe de trabalho sendo, no mínimo, formada pelos ocupantes dos seguintes cargos: Coordenador de polo, Chefe de Secretaria de polo, Tutor presencial, Responsável Técnico. Outros profissionais poderão ser contratados conforme a necessidade do polo, de modo que a

demanda de alunos sempre seja atendida da melhor maneira possível, com praticidade e agilidade no fluxo das solicitações.

3. EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.

O desenvolvimento da EESAP, com a implantação gradativa de suas áreas de atuação, implicará necessariamente na expansão de sua infraestrutura, pois esta deverá adequar-se ao aumento gradual do número de professores, alunos e funcionários que passarão a existir com a implantação dos novos cursos – presenciais e EAD - e suas respectivas necessidades educacionais e administrativas.

A expansão se dará tanto nos aspectos estruturais – número de salas de aula, laboratórios, setores administrativos, etc –, quanto na quantidade de equipamentos essenciais para a execução das atividades educacionais e administrativas, como por exemplo, informática.

3.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES

A expansão da estrutura física está planejada considerando-se a abertura de novos cursos, o aumento do número de alunos nos cursos existentes e as inovações tecnológicas. Está planejada a criação de laboratórios de informática, a construção de estúdios de TV, a criação da plataforma de *e-learning*, a construção de estrutura física com salas de aula e espaços administrativos, e demais setores necessários ao funcionamento da IES.

3.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Para o período de vigência do novo PDI, 2022 – 2026, estão previstas reestruturações na configuração da IES, a qual pretende expandir a oferta dos seus serviços educacionais. Tal expansão deverá ser seguida de perto pela reestruturação do seu quadro de pessoal – docente e técnico-administrativos – o qual deverá acompanhar o ritmo de crescimento da IES. A expansão do

quadro de docentes procurará orientar-se pelas Diretrizes do Ministério da Educação, que estabelece um mínimo de mestres e doutores na composição do corpo docente das IES.

Outra característica do planejamento da expansão do quadro de docentes é o gradual aumento no número de profissionais com dedicação parcial e integral à instituição. Isso se deve à preocupação da IES em aumentar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos ao corpo discente. É preciso notar que a IES não apenas orienta-se no sentido da contratação de efetivos qualificados, mas também investe na qualificação do corpo docente, com seus programas de aperfeiçoamento, anteriormente já descritos no PDI.

Obedecendo ao mesmo ritmo de crescimento, o quadro de pessoal técnico-administrativo também deverá aumentar. IES pretende ampliar o número de aumentar o número de pessoal técnico administrativo de acordo com a gradual implantação das novas estruturas de ensino e o correspondente aumento do número de setores administrativos. Para tal pretende-se privilegiar a contratação de pessoal mais qualificado, por isso está previsto maior crescimento na faixa de contratações de nível superior,

Quadro 18: Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Especialista	**Hor/Par/Int**	**15%**	**10%**	**5%**	**5%**	**5%**
Mestre	**Parc/Int**	**65%**	**70%**	**70%**	**70%**	**70%**
Doutor	**Parc/Int**	**20%**	**20%**	**25%**	**25%**	**25%**

Quadro 19: Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ensino Médio	8h diárias	90%	70%	50%	30%	20%
Graduação	8h diárias	10%	30%	50%	70%	80%

Quadro 20: Cronograma de Expansão de Tutores

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V

Especialista	**Hor/Par/Int**	**65%**	**70%**	**70%**	**70%**	**70%**
Mestre	**Parc/Int**	**20%**	**20%**	**25%**	**25%**	**25%**
Doutor	**Parc/Int**	**15%**	**10%**	**5%**	**5%**	**5%**

3.3 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os aspectos financeiro-orçamentários do ESSAP, projetados até 2026, compreendem:

- Número total de vagas oferecidas
- Previsão de receita por unidade de ensino
- Previsão total de receitas
- Necessidades de investimentos em tecnologia e infraestrutura
- Resultado operacional
- Despesas operacionais

O planejamento financeiro da IES leva em conta a participação da comunidade acadêmica, através das representações de seus segmentos nos órgãos colegiados, bem como através dos resultados da Comissão Própria de Avaliação. Os relatórios da CPA, nesse sentido, são peça chave para a organização financeira da IES, pois permite que se percebam quais áreas merecem maior atenção. O planejamento exposto na tabela acima é, portanto, uma previsão que deve ser revisada anualmente.

3.4 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A estratégia de gestão econômico-financeira prevê receitas oriundas de:

- Mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos cobrados dos alunos;
- Renda da atividade industrial, agropecuária e da prestação de serviços;
- Subvenções, auxílios, contribuições, doações e verbas atribuídas por entidades públicas ou privadas, por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

- Rendas de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

A principal fonte de receita é a cobrança de mensalidades.

1 AUTOAVALIAÇÃO E DESEMPENHO INSTITUCIONAL

O planejamento da Avaliação Institucional revela o comprometimento da Instituição com a qualidade de suas ações, e enfocando a avaliação como uma de suas prioridades, a EESAP viabilizará e norteará o aperfeiçoamento e o acompanhamento de suas ações de gestão acadêmica e administrativa.

Sendo assim, a implementação de um processo avaliativo rotineiro, sistêmico e participativo é um grande desafio, principalmente quando se tem como principal objetivo o compartilhamento do conhecimento acerca da realidade, buscando transformá-la para benefício da comunidade acadêmica, conhecendo seus pontos fracos e fortes de forma a subsidiar a elaboração do planejamento institucional. Esse processo permitirá o desenvolvimento de uma cultura avaliativa e garantirá aos gestores a efetiva implementação de mudanças que contribuam para a melhoria contínua da qualidade do ensino e da gestão da instituição.

A necessidade de assegurar padrões de qualidade é um imperativo para todas as instituições, e a gestão acadêmica e administrativa deve estar apoiada “num planejamento acadêmico e numa avaliação global, que objetive ao final de todo o processo subsídios para a tentativa de atingir metas já estabelecidas” NAVAJAS (1998, p.23).

Assim como no processo avaliativo a elaboração de um PDI se constitui uma ferramenta importante para uma Instituição, pois faculta-lhe a oportunidade de refletir sobre seus pontos fortes e fracos e identificar suas ameaças e oportunidades. O envolvimento de toda comunidade acadêmica (corpo docente, discente e técnico-administrativo) tanto na elaboração do PDI quanto no seu processo avaliativo permitirá alcançar a maturidade gerencial desejada e a oferta de serviços educacionais de qualidade.

Um programa de avaliação deve ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, assim como uma ferramenta para o planejamento e gestão. A avaliação, desse modo, se coloca como um processo

permanente do conhecimento da realidade interna e externa que abrange as atividades da IES, em comparação com suas finalidades e objetivos a serem atingidos, assim como a missão e visão. Desta forma, é necessário que se sistematize um processo avaliativo que observe, acompanhe e interprete o desenvolvimento institucional.

Com esse entendimento, a EESAP tem trabalhado no sentido de implementar um Programa de Avaliação Institucional, o qual busca envolver aspectos do processo ensino-aprendizagem, na modalidade presencial e à distância, assim como do processo de gestão acadêmica e administrativa, enquanto funções essenciais de uma Instituição de Ensino Superior.

1. 1 PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e reestruturado conforme nota técnica n°14/2014. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, elaboramos o Projeto de Auto Avaliação Institucional da ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO – EESAP.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, elaboramos o Projeto de Auto Avaliação Institucional da ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO – EESAP.

De acordo com a referida Lei, em seu parágrafo primeiro, estabelece que o SINAES tem por finalidade “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade sociais das instituições de educação superior”.

Conforme o Artigo 2º, da mesma Lei, compete ao SINAES assegurar:
“I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições da educação superior e seus cursos;
II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
IV – a participação dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil por meio de suas representações.”

Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentadas pela Portaria Ministerial n° 2.051, de 19 de julho de 2004, foram constituídas no âmbito de cada Instituição de Educação Superior, com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP.

Por meio da CPA, deve se desenvolver uma experiência de avaliação que permita a construção de uma ampla visão da complexidade da Instituição, e servir de base para a melhoria contínua das ações administrativas e acadêmicas.

A avaliação das instituições de educação superior no âmbito do SINAES tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento da comunidade acadêmica, em especial quando conta com a participação efetiva de tal comunidade e, ainda, constrói uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão e sua finalidade acadêmica e social.

Para a avaliação das instituições são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto avaliação e a avaliação externa in loco, conforme Portaria MEC n° 2.051, de 19 de julho de 2004. Estes instrumentos devem contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior.

PERÍODO DE MANDATO DA CPA

O mandato dos membros da CPA será de três anos, sendo permitida a recondução. Não será permitida, em um mesmo ano, a renovação de mais de dois terços dos membros da CPA.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS
OS OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito á sua identidade e diversidade, bem como pela realização de auto avaliação e de avaliação externa.

Para esta Instituição, este projeto de auto avaliação tem como objetivos:

1. Despertar a comunidade acadêmica da Instituição para a relevância da avaliação institucional como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;
2. Promover a participação da comunidade acadêmica no processo de tomada de decisão, visando à consolidação da gestão democrática;

3. Criar um banco de dados das atividades complementares de ensino, extensão, gestão e das atividades sociais desenvolvidas pela Instituição;
4. Implantar processo contínuo de avaliação em todos os setores, de forma democrática e flexível, com a participação de todos os sujeitos envolvidos;
5. Subsidiar as políticas de desenvolvimento de recursos humanos e acadêmicos;
6. Propor alternativas para a melhoria do desempenho institucional, baseadas nos resultados detectados no processo de avaliação interna.

MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO

O processo de avaliação institucional surge para atender às exigências da sociedade do conhecimento, marcado pelo surgimento de novas tecnologias aplicadas ao planejamento da gestão institucional.

A avaliação institucional constitui um processo de aferição das ações desenvolvidas por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, na busca da correção e do aperfeiçoamento dessas ações e do autoconhecimento institucional, objetivando a promoção da qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis.

Conscientes da importância da auto avaliação para o crescimento institucional e da necessidade desse processo como prática educativa dentro de qualquer sistema de ensino que necessita da participação de todos os segmentos, as instituições utilizam este instrumento como elemento sinalizador do desempenho que expressa a eficácia social de suas atividades e a eficiência de seu funcionamento para responder ao mercado extremamente competitivo, exigente e interativo.

Nesse sentido, avaliar, de acordo com a concepção de planejamento previamente elaborado, significa detectar as distorções entre o planejado e o que está sendo executado para corrigi-las, adequando a Instituição às demandas da sociedade.

Considerando-se a educação um bem público, ou seja, o maior “patrimônio” de um país, seus benefícios devem atingir toda a sociedade e por isto deve ser avaliada em termos de resultado de suas atividades voltadas para a sociedade, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. É urgente a necessidade de se estabelecer, no sistema educacional, formas criteriosas de avaliação para que se possa responder às demandas da sociedade. Assim, a avaliação institucional se constitui numa ferramenta valiosa para demonstrar o que é e o que faz a Instituição, permitindo buscar novos caminhos e realizar mudanças internas para alcançar resultados significativos. Assim, a lógica que orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, rompe com a verticalidade hierárquica da estrutura universitária propondo a lógica das interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividades-meio das Instituições, através do enfoque das atividades a serem avaliadas em suas especificidades, e sua globalidade, tendo como referência, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A auto avaliação deverá constituir-se num processo realizado de forma participativa pela comunidade acadêmica (gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos) e conduzida pela Comissão Própria de avaliação. Estes autores devem avaliar as dimensões institucionais definidas na Lei n° 10.861 de 14 de abril de 2004. Na avaliação destas dimensões serão utilizados alguns métodos e técnicas tais como questionários, entrevistas, observações, levantamentos, estudos, reuniões, realização de fóruns entre outros. Os métodos e técnicas terão como foco as dimensões, os recursos, os instrumentos, o processo, os resultados, a cobrança pela melhoria e as deliberações do órgão gestor.

Além destes indicadores é importante trabalhar com categorias intelectuais relativas à qualidade educativa, à eficácia social, à cidadania, à qualidade das relações interpessoais, das hierarquias e estruturas institucionais.

A avaliação externa é realizada por comissões de planejamento e gestão da educação superior designada pelo INEP, segundo diretrizes do CONAES. A comissão analisa as informações e resultados da auto avaliação, as propostas e as práticas desenvolvidas.

A relação entre a avaliação interna e externa é a de complementação. Esta coerência é um importante instrumento crítico e organizador das ações da Instituição e do MEC. A integração destas avaliações busca produzir um processo de discussão e reflexão sobre os temas para a manutenção e desenvolvimento da educação superior, seja no âmbito político, pedagógico, científico e, sobretudo, de responsabilidade social. Em resumo, o processo de avaliação institucional constitui-se numa ação flexível em permanente construção que permite o redimensionamento do Programa de Avaliação Interna participar do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Conclui-se, portanto, que o principal objetivo da Avaliação Institucional é promover a realização autônoma do projeto institucional de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua missão com responsabilidade social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Art. 10 da Portaria Ministerial n° 2.051 de 19 de abril de 2004 regulamenta que o processo de auto avaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, que, conforme o Art. 11 da Lei n° 10.861/2004, assumirá a responsabilidade pela "condução dos processos de avaliação internos da Instituição de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP". A auto avaliação prevê a participação e envolvimento da comunidade acadêmica, com o apoio da alta administração da Instituição e com disponibilização de informações e dados confiáveis.

A coleta, processamento, estudo, a retroalimentação e a manutenção de dados e informações devem ser realizados mediante a utilização de instrumentos combinados, conforme as necessidades, situações específicas, focos e aprofundamento exigidos pela dinâmica da Instituição.

A metodologia utilizada contempla em forma de avaliação interna ou auto avaliação, assim denominada por ser o momento em que a própria comunidade se posiciona a partir das informações coletadas e sistematizadas pela CPA. Desse modo, trata-se de um momento importante para que a comunidade acadêmica reflita sobre o resultado das atividades desenvolvidas, tendo possibilidade de conhecer e analisar criticamente a Instituição em sua totalidade, sugerindo alternativas corretivas, tendo em vista a questão da qualidade acadêmica. O ponto principal das discussões repousa na possibilidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e seus programas estruturantes com o que vem de fato realizando.

Este programa de auto avaliação deve ser desenvolvido com a participação dos segmentos, docentes, técnico-administrativos, estudantes, dirigentes e representantes da sociedade sob a coordenação da CPA.

Um programa de auto avaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos.

O programa de auto avaliação é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, considerando os três núcleos: básico e comum; temas optativos; e outro de documentação, dados e indicadores.

A metodologia proposta orientará o processo quanto às decisões, técnicas e métodos, de forma flexível, para, diante de situações concretas, assumir novos formatos, adotar atos mais vinculados às situações em pauta. Além de gerar a participação da comunidade a partir da abertura de espaços para sugestões e avaliações espontâneas para a avaliação interna.

DESCRIÇÃO

Comissão Própria de Avaliação – CPA: Responsável pela condução e coordenação dos processos de auto avaliação, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP, nos quais são verificados as dimensões do SINAES, para verificar se estão de acordo com as normas exigidas pelo MEC e também com a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

Objetivo:

Desenvolver um constante processo de avaliação institucional de maneira sistemática, envolvendo o ensino, a extensão, a estruturação organizacional e a gestão administrativa e política da Instituição.

As atividades de planejamento e levantamento das necessidades devem ser processadas segundo alguns padrões de funcionamento:

1. Serão promovidas reuniões com a Direção Geral, Direção Acadêmica, Membros da CPA e, em algumas ocasiões, deverão estar presentes Coordenadores de Cursos (ensino), Extensão e Pós-Graduação, membros de outros órgãos colegiados e pessoal técnico-administrativo. No entanto, essas reuniões podem ser compostas de acordo com a configuração das necessidades de cada período ou processo de auto avaliação;
2. Nas Reuniões a CPA deve informar como se dá a implementação do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, reforçando este contexto sempre que necessário, a fim de transmitir informações sobre o delineamento dos trabalhos e desenvolver as técnicas de desenvolvimento do processo avaliativo;
3. A CPA deve solicitar à direção, às coordenações, aos colegiados e aos setores técnicos-administrativos, informações em relação às ações desenvolvidas nas respectivas unidades, com o propósito de auxiliar na construção das etapas referentes às dimensões institucionais que reflitam a responsabilidade social, política de pessoal, comunicação com a sociedade, política de atendimento ao estudante, sistemática de planejamento e avaliação dos processos, sustentabilidade financeira, dentre outros;
4. Cada unidade participativa deverá suprir a CPA de materiais e informações constantemente, a fim de que a dinâmica do processo seja concretizada para definir as ações internas da CPA;
5. A CPA deverá solicitar, sempre que necessário, informações a cada setor da Instituição. Após a recepção das contribuições encaminhadas por cada setor, devem ser concretizadas a sistematização dos resultados por meio de análises e discussões e interpretações dos dados gerando relatórios que são encaminhados à Direção Geral;
6. Por sua vez as esferas administrativas da Instituição complementam o processo quando a CPA encaminha, baseado nas suas diretrizes, a necessidade dos acertos.

PROCEDIMENTOS E AÇÕES CONSEQUENTES PREVISTAS TENDO EM VISTA OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A conclusão dos trabalhos se dá com a divulgação pública dos resultados e possíveis providências, por meio de reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e com um balanço crítico do processo em preparação para a visita da comissão externa de avaliação que será procedida por uma visita in loco.

Documentos a serem disponibilizados para as Comissões Externas de Avaliação pela CPA:

1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

2. Diretrizes de Funcionamento da CPA;
3. Relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação, produzidos segundo orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;
4. Dados gerais e específicos da Instituição constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;
5. Dados sobre o desempenho dos estudantes no ENADE, disponíveis no momentos da avaliação;
6. Relatórios de avaliação dos cursos de graduação da Instituição, produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;
7. Dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;
8. Relatórios da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;
9. Relatório do conceito da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da Instituição, quando for o caso;
10. Documentos sobre o credenciamento e o ultimo recredenciamento da Instituição;
11. Outros documentos julgados pertinentes.

ETAPAS DO PROCESO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de auto avaliação, objeto deste projeto, será desenvolvido em cinco etapas:

ETAPA 1 - SENSIBILIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O objetivo desta etapa é planejar a auto avaliação, de forma que todo processo seja previamente estudado e descrito com o máximo de detalhes, tendo como fundamento dos trabalhos as diretrizes e orientações gerais para a auto avaliação das Instituições formuladas pelo CONAES e os documentos básicos e oficiais da Instituição, cujo conteúdo contem sua missão, suas finalidades e objetivos.

Para tanto, devem ser realizados atividades paralelas, a fim de promover o processo e envolver a comunidade acadêmica, por meio da implementação de roteiros de reuniões e seminários.

Ações previstas para esta etapa:

1. Constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA;
2. Capacitação da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
3. Planejamento das ações pelos membros da CPA e reuniões mensais para acompanhar o desenvolvimento do projeto;
4. Planejamento da auto avaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologias, recursos e cronograma;
5. Sensibilização da comunidade acadêmica;
6. Apresentação do projeto de Auto Avaliação da Instituição à comunidade acadêmica através do site/portal da Instituição;
7. Reuniões com professores em geral;
8. Reuniões com alunos dos cursos de graduação;
9. Reuniões com os Coordenadores de cursos de graduação;
10. Reuniões com os funcionários técnico-administrativos;

Divulgação:

1. No site/portal da Instituição.

ETAPA 2 - DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de auto avaliação, articulando todos os autores envolvidos, bem como os recursos a serem disponibilizados, com o intuito de que as ações transcorram com o máximo de envolvimento da comunidade acadêmica.

Ações previstas para esta etapa:

2. Levantamento dos documentos oficiais que definem as políticas e prioridades da Instituição;
3. Levantamento dos Atos Normativos da Instituição;
4. Organização dos dados estatísticos referentes ao último ano, em tabelas e gráficos de forma a visualização do desempenho da Instituição, neste período;
5. Estudo dos documentos oficiais identificando valores, concepções e sua coerência com o PDI:
6. Avaliação da docência, compreendendo auto avaliação do estudante, auto avaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e das condições de ensino que integra a dimensão ensino-aprendizagem;
7. Elaboração de relatórios parciais, tendo a Dimensão Ensino como eixo articulador das demais dimensões já citadas na justificativa;
8. Sistematização dos dados quantitativos e da análise dos documentos em um relatório parcial que servirá de base ao processo de auto avaliação a ser desenvolvido através de Seminários, Reuniões e Oficinas de trabalho.

ETAPA 3 - AUTOAVALIAÇÃO

Nesta etapa deve ser desenvolvida a abordagem quantitativa e qualitativa. Aplicação dos questionários, oficinas e seminários, cujo ponto central é o debate em grupo, para a coleta de percepções, expectativas e desejos da comunidade universitária a respeito do papel e futuro da Instituição. Contempla as percepções dos sujeitos envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade.

Os sujeitos envolvidos neste processo são: corpo diretor, docentes, alunos, e servidores da Instituição. São convidados representantes de diversos setores da sociedade tais como: jornalistas, empresários, políticos e representantes de categorias profissionais.

Cada participante deve conhecer os indicadores de desempenho da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e um roteiro que irá orientar as discussões, contendo as dimensões relacionadas no art. 3º da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O CICLO AVALIATIVO

Os instrumentos de avaliação são constituídos para a aplicação em toda a comunidade acadêmica, de acordo com as necessidades de informação. Os dados e informações obtidos devem gerar uma grande quantidade desses instrumentos os quais deverão ser adequadamente estudados, compreendidos, aplicados e discutidos com o objetivo de melhoria contínua.

A fim de consolidar o processo avaliativo todos os dados e informações colhidas geram um relatório parcial. O trâmite de tal relatório é a apreciação da Direção Geral, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos, setores Técnicos administrativos para que ao analisarem seus respectivos resultados processem as devidas providências ou deliberações no intuito de que o relatório final comtemple a relação de "início, meio e fim". Isto é: A coleta de dados necessários; Suas análises e suas discussões; Identificação de problemas; Encaminhamento para os órgãos responsáveis; Suas deliberações e a divulgação do ciclo avaliativo denominado de Procedimentos e Ações Consequentes Previstas Tendo em Vista os Resultados da Avaliação.

ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL DE AUTO- AVALIAÇÃO

Após a adequada integração das informações geradas no processo de avaliação, o objetivo desta etapa é buscar a integração de melhoria da qualidade nas estruturas práticas acadêmicas e administrativas da Instituição.

Ações previstas para esta etapa:

1. Organização dos resultados analisados pela comunidade acadêmica;
2. Elaboração do relatório Parcial para sua entrega aos setores interessados;
3. Descrição do processo de auto avaliação, sua metodologia, procedimentos e quem participou;
4. Resultados da auto avaliação, analisando cada dimensão e suas inter-relações, destacando os pontos fortes e os pontos fracos;
5. Elaboração dos procedimentos e ações consequentes previstas tendo em vista os resultados da avaliação;
6. Planejamento da aplicação dos resultados visando o saneamento das deficiências identificadas.

ETAPA 5 - PROPOSIÇÕES E MEDIDAS PARA CORREÇÃO DE RUMOS DA INSTITUIÇÃO

Fórum de Avaliação

1. Apresentação e discussão com a comunidade acadêmica através de um seminário com a presença da Diretora Geral;
2. Aprovação das Proposições de Políticas Institucionais e medidas para aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
3. Encaminhamento do relatório dos resultados da auto avaliação da Instituição ao MEC;
4. Publicação dos resultados da auto avaliação.

Divulgação dos Resultados

A divulgação dos resultados da auto avaliação deverá contemplar, primeiramente, a praticidade e simplicidade, considerando que inúmeros segmentos terão acesso às informações. Portanto, deverão ser disponibilizadas de forma acessível e compreensível para os destinatários.

Utilização dos Resultados

Os autores do processo avaliativo, a fim de consolidar o processo, deverão deliberar ações de curto, médio e longo prazo. Este planejamento deve ter o suporte de um conjunto de metas que comporão os objetivos propostos na adequação de suas responsabilidades.

4 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PERANTE AS 10 (DEZ) DIMENSÕES DO SINAES

DIMENSÕES DO SINAES

1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
2. Política para ensino, pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades;
3. Responsabilidade Social da Instituição, considera especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, artística e do patrimônio cultural;
4. Comunicação com a Sociedade;
5. Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e Avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação Institucional;
9. Políticas de Atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

DIMENSÕES PASSA A SER 5 DIMENSÕES

Após a nota técnica n°14/2014 as 10 dimensões foram agrupadas assim formando 5 eixos.

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física

Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação.	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as Dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla: (7) Infraestrutura Física

MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Objetivos:

A CPA, por meio de seus instrumentos, deve avaliar a efetividade da missão de formar cidadãos e profissionais competentes e compromissados com o desenvolvimento regional, contemplando sua importância e a inserção das graduações oferecidas, a capacitação dos professores, a atuação dos egressos no mercado, o desenvolvimento da mão de obra e toda assistência na conjuntura social.

Ações:

Todas as ações desenvolvidas nesta dimensão dizem respeito à coerência dos atos administrativos e pedagógicos com os interesses explicitados no PDI. Discute-se a articulação do PDI com as práticas institucionais e para isso a CPA deve manter sua verificação constante junto aos setores responsáveis da Instituição. Os instrumentos de avaliação são discutidos qualitativamente numa análise quanto à estrutura dos cursos e sua concepção pedagógica, desde a estrutura dos projetos pedagógicos até a relação docente/discente para as atribuições do ensino aprendizado. A fim de tornar tal avaliação mais completa, todas as ações devem ser explicitadas por meio de estratégias a serem seguidas. Isso tudo, portanto, concebe informações para a manutenção ou desenvolvimento contínuo do Plano de Desenvolvimento Institucional.

POLÍTICA PARA ENSINO, PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.

Objetivos:

Mensurar as políticas de formação acadêmico-científico, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento e de articulação interna, que favorece o ensino e o desenvolvimento de projetos de extensão.

Ações:

O instrumento utilizado pela CPA, para avaliar tal dimensão, deve procurar perceber, na Instituição, a interação entre a política de ensino utilizada em sala de aula ou laboratórios (adequação do PPC, didática docente, critérios de avaliação, desempenho do discente, controle acadêmico e registro de atividades) com o

questionamento que norteia a principal função do ensino superior. Partindo do princípio complementar entre ensino e extensão, o instrumento questiona também sua aplicabilidade no meio acadêmico, sua comunicação entre os envolvidos e sua extensão, no intuito de complementar o ensino, além de dar visibilidade à comunidade na execução de projetos desenvolvidos pelos cursos. O instrumento deve prevê também a análise dos incentivos por parte da Instituição, para tais atividades, sua articulação com as escolas de ensino médio, a execução de um calendário para encontros pedagógicos, a atualização dos conteúdos programáticos das disciplinas, a atualização profissional dos docentes e técnicos-administrativos.

Para os programas de pós-graduação devem ser analisado as políticas institucionais utilizadas no processo de planejamento, criação, expansão e manutenção dos programas. Além da discussão sobre a dedicação à formação de profissionais a partir da qualidade mínima exigida neste processo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Objetivos:

Avaliar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social da região, ao estímulo e ao emprenho na defesa do meio ambiente, na preservação da memória cultural, no incentivo à produção artística e à preservação do patrimônio cultural.

Ações:

A CPA deve ter sua participação efetiva junto a todas as coordenações de curso e, neste caso a avaliação acontece como um processo de acompanhamento, no qual as coordenações tem liberdade e autonomia para levar à sociedade todos os projetos que incluam atividades com responsabilidade social. O calendário fica a critério de cada colegiado ou coordenação, mas sua execução é constantemente exigida pela direção e a CPA deverá analisar os relatórios de execução de cada atividade como documento descritivo das ações de responsabilidade social, seus objetivos e resultados alcançados. Isso deve reforçar a principal característica da Instituição: o relacionamento com a sociedade através de atividades, projetos e eventos para a inclusão social, desenvolvimento econômico, meio ambiente entre outros.

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Objetivos:

Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e a sociedade, de tal modo que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

Ações:

O acompanhamento do processo de comunicação social, por parte da CPA deve ser feito através de campanhas de conscientização desde a observação do informativo acadêmico (instrumento mais simples de comunicação interna), normatização da biblioteca, atualização do site/portal e de suas publicações, calendário de eventos até a relação da comunidade acadêmica junto aos documentos oficiais (Regimento Geral, PDI/PPI e PPCs). A CPA deve contemplar também uma análise contínua das relações existentes entre os setores estratégicos da Instituição e os setores de execução. Acompanhar as reuniões semanais entre a Direção Acadêmica e as coordenações, as reuniões entre coordenações e colegiados e as reuniões com a Diretoria Geral. O objetivo de tais reuniões é preservar o fluxo de comunicação uniforme entre as órgãos da Instituição, a fim de manter sua cultura organizacional e sua filosofia.

POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Objetivos:

Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho do capital humano atuante na Instituição.

Ações:

A CPA deve realizar o acompanhamento das políticas de pessoal, por meio de instrumentos que analisam o desempenho funcional pela auto avaliação dos mesmos e por meio da comunidade acadêmica, que analisa a qualidade dos serviços prestados. O instrumento deve contemplar aspectos sobre a qualidade do atendimento; o envolvimento e comprometimento com a Instituição; relação interpessoal; qualificação; apresentação pessoal (fardamento, higiene, etc.); relação com a comunidade acadêmica; políticas de incentivo; ambiente (físico) de trabalho; atribuições e responsabilidades, além de monitorar o funcionamento do plano de cargos e salários, seja para os docentes ou técnico-administrativos.

Com os resultados deverão ser elaborados programas de qualificação profissional por meio de planos de desenvolvimento de pessoal, capacitação ou treinamentos específicos, feitos pela própria Instituição (utilizando docentes) ou por meio de convênios com outras Instituições.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E A REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Objetivos:

Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão Institucional.

Ações:

Todas as ações, projetos e deliberações das coordenações e seus colegiados devem ser acompanhados constantemente por membros da CPA em suas reuniões.

O Regimento Geral é um documento formal e aplicável em todas as decisões. Este processo permite que a organização e gestão institucional tenham sua autonomia, porém sob um monitoramento constante, a fim de evitar falhas de comunicação e, consequentemente, na execução.

O procedimento eficaz para a análise das execuções dos referenciais de poder e autonomia dos colegiados, núcleos de docentes estruturantes, coordenações e todas as relações entre as esferas administrativas e acadêmicas é a efetivação de um instrumento regular da presença da CPA em reuniões de colegiado, reuniões ordinárias a fim de definir propostas de desenvolvimento ou aprimoramento das relações internas e participação democrática dos órgãos colegiados para uma gestão de seus interesses e dos interesses da comunidade acadêmica desde seu PPC até a relação com a alta administração institucional.

INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Objetivos:

Analisar a infraestrutura física e tecnológica da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção de disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição, tendo em vista a definição de processos de redimensionamento.

Ações:

A CPA deve analisar as instalações da Instituição por meio de um instrumento próprio. Este instrumento tem como objetivo analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento aos Pessoa com necessidades especiais, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

A avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente à Instituição. Os resultados visam adequar a infraestrutura da Instituição em função de suas atividades de ensino e extensão, conservação e limpeza, iluminação, acústica, ventilação e vislumbrarão, além de um melhoramento contínuo, o planejamento de novos espaços, para atender tais necessidades e deficiências.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivos:

Analisar o planejamento e a avaliação como instrumentos interligados, e sua inclusão no processo de gestão da educação superior. Esta dimensão consiste na confluência da avaliação como processo que questiona o presente para articular o futuro Institucional a partir da sistematização dados.

Ações:

Baseados no fato de que o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, foi elaborado o Projeto de Auto Avaliação Institucional desta Instituição. Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

A CPA deve proporcionar tal relacionamento institucional, transformar a coleta de dados em informações adequadas, levá-las às suas instâncias de responsabilidades, propor ações e cobrar deliberações para que o processo de auto avaliação não seja finito, ou seja, para que ele se mantenha constante e próximo de toda comunidade acadêmica que pretende participar do processo.

Um plano estratégico deve ser contemplado desde as intenções do Regimento Geral, PDI, PPI, PPCs e interesses do corpo diretor, docentes, discentes e técnicos administrativos. Para comungar tais interesses, deve ser exposto, a todos, um fórum de discussão ou reuniões ordinárias com representantes destes interesses, para que as informações tomem formatos qualitativos com metas propostas para a busca de um objetivo comum.

Por meio das diretrizes da CPA pode-se observar a estruturação dos direitos e deveres daqueles que participam do processo avaliativo. Desde a aquisição de dados, a transformação em informações, a qualificação destas informações, as ações propostas, o encaminhamento aos setores responsáveis, a busca pela resposta imediata das deliberações, o cumprimento de prazos e o reinício do processo.

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Objetivos:

Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil, com o propósito de adequação e melhoria desta prática na Instituição.

Ações:

A CPA deve participar das decisões institucionais, com o caráter de assessoria, para tanto acompanhar todas as ações de atendimento aos estudantes, sejam ingresso, efetivos ou egressos. Aspectos como políticas de acesso, seleção ou permanência; políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágio e monitoria), Iniciação científica, Extensão, avaliação institucional. Aspectos de análises de dados sobre evasão ou abandono, relação entre professor e estudante e estudante e Instituição como um todo.

A CPA deve também acompanhar o funcionamento do Núcleo de Apoio Psicológico, além de convênios firmados para as potenciais parcerias de estágios. Ao egresso criar mecanismos de verificação de inserção profissional. Como acompanhamento continuado, a Instituição propõe a atuação ou manutenção do discente junto às instituições conveniadas, para lhes garantir no mercado de trabalho. A proposta de criação do núcleo de pós-graduação, como mecanismo de educação continuada deve dar continuidade ao acompanhamento do egresso, sobretudo, participante contínuo das atividades oferecidas pela Instituição. Para a Instituição e sua Comissão Própria de Avaliação, é importante monitorar seus egressos e manter-se à disposição dos mesmos.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Objetivos:

Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão, a eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários no cumprimento das metas e prioridades estabelecidas.

Ações:

A CPA deve participar de reuniões com a diretoria para delinear os procedimentos a serem adotados e as informações pertinentes à dimensão enfocada, preparando a organização e a distribuição das tarefas sempre com base nas exigências e necessidades da comunidade acadêmica quando se referem a utilização de recursos financeiros sejam na atividade de ensino e extensão.

POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos internos servem como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas, tanto para a gestão própria da Instituição como para as políticas públicas de educação superior.

Dessa forma a CPA apresenta o documento final de avaliação para as análises dos resultados e sugestões, estabelecimento de metas, encaminhamento à direção e procedimentos necessários.

As informações que o processo de avaliação disponibiliza conduzem o planejamento das ações destinadas à superação dos aspectos negativos detectados e ao fortalecimento do objetivo. Desta maneira os autores do processo priorizam ações de curto e médio prazo, estabelecendo, de modo compartilhado, etapas para alcançar desde as metas mais simples às mais complexas.

Quando o processo de avaliação é definido para neutralizar os pontos negativos e enfatizar os pontos positivos, a Instituição percebe maiores oportunidades de enriquecer suas ações pedagógicas, pois isso permite não só o autoconhecimento da institucional e o balizamento para a avaliação externa prevista pelo SINAES, mas também as diretrizes para os novos objetivos e a criação de novas políticas de qualidade Na política de utilização dos resultados das avaliações, a Instituição pretende a busca permanente da melhoria e renovações constantes, articuladas a um conjunto de aspectos básicos da competência da Instituição, construindo e consolidando fortemente o sistema de avaliação da Instituição.

A RELAÇÃO COM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

POLÍTICA DE ENSINO

A Instituição reúne sua equipe de dirigentes (diretoria e coordenadoria de cursos) e os professores inicialmente selecionados para implantar os cursos de graduação pleiteados no seu PDI e definiu as diretrizes pedagógicas básicas, que servirão de bússola para as diretrizes de cada curso, em seu projeto pedagógico próprio. Os cursos de graduação devem ser implementados com base nas seguintes diretrizes gerais:

1. Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;
2. Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;
3. Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;
4. O educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;

5. Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;
6. Integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares;
7. Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da Instituição, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O Programa de Avaliação Institucional é baseado no Manual de Avaliação Institucional editado pelo INEP. Esta opção visa a facilitar que possíveis incorreções no processo de auto avaliação e/ou nas avaliações promovidas pelo INEP sejam detectadas com a maior brevidade possível, podendo, com isso, serem também prontamente diagnosticadas e sanadas. Os parâmetros serão estabelecidos pelo colegiado superior da Instituição, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários).

Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Instituição. A CPA desenvolverá suas atividades com apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos.

A CPA deverá especialmente:

1. Implantar e alimentar um banco de dados institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto avaliação.
2. Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
3. Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de credenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o atingimento das metas pretendidas.
4. Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como o ENADE, os resultados das Avaliações das Condições de Oferta (SERES) e das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação.

Serão avaliados, periodicamente:

1. Organização institucional: funcionamento efetivo da estrutura administrativa, da estrutura acadêmica, dos órgãos colegiados e das coordenações de curso;
2. Graduação: ensino e atividades complementares ao ensino (atendimento a alunos, visitas a empresas, estágios, monografias, trabalhos de conclusão de disciplinas ou de curso, etc.), interdisciplinaridade, projetos integrados, etc.;
3. Pós-graduação: cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (se oferecidos) e sua integração com as práticas investigativas e com a graduação;

4. Extensão: tipos de atividades (cursos, projetos assistenciais, prestação de serviços, assistência técnica), participação de docentes e discentes, público-alvo;
5. Corpo discente: assistência ao estudante, política estudantil, diretórios e acompanhamento de egressos;
6. Corpo docente: formação, regime de trabalho, tempo de trabalho na Instituição, produção pedagógica, científica, intelectual, técnica, cultural e artística, atividades de gestão e atividades acadêmicas desenvolvidas (ensino ou práticas de investigação, extensão);
7. Instalações: salas de aula, salas especiais, laboratórios, instalações administrativas e para as coordenações de cursos, salas de reuniões, salas para docentes (inclusive gabinetes de estudo), auditórios ou salas de conferência, acesso para Pessoa com necessidades especiais, instalações sanitárias, condições de salubridade (iluminação, ventilação, acústica), condições de conservação e limpeza, equipamentos adequados e suficientes (audiovisuais, multimídia, laboratórios de informática, outros);
8. Biblioteca: instalações físicas (para o acervo, para estudo individual, para trabalho de grupo), horário de funcionamento, pessoal técnico e de apoio, serviço de consulta e de empréstimos, acervo (livros, periódicos, vídeos, mídias digitais, etc.), acesso ao acervo, às bases de dados, à Internet, política de aquisição e de expansão, informatização;
9. Laboratórios: quantidade e qualidade (condições físicas, equipamentos, software, material de consumo, lâminas, vidrarias, reagentes) e sua efetiva utilização pelos professores e alunos, pessoal técnico suficiente e com formação adequada;
10. Pessoal técnico-administrativo: adequado, em número e em qualificação, à atividade administrativa e acadêmica da Instituição;
11. Egressos: cadastramento e acompanhamento dos egressos, a partir da diplomação da primeira turma da Instituição; remessa periódica de questionários sobre atividades profissionais, participação em programas de educação continuada, participação no processo de avaliação externa da Instituição.

DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

PESQUISA SOCIOCULTURAL

Justificativa:

A partir da necessidade de analisar o perfil e estabelecer a realidade dos estudantes da Instituição a implementação da pesquisa sociocultural no processo de auto avaliação se faz presente e contínua.

Objetivos:

Obter uma visão geral dos acadêmicos em diversos momentos de sua formação, confrontar os objetivos gerais da Instituição, sua missão e suas metas às condições dos estudantes.

Metodologia:

Os questionários podem ser aplicados junto ao processo seletivo e no momento das matrículas e rematrículas compondo um banco de dados para a secretaria acadêmica e diretoria acadêmica.

Resultados:

Os resultados que irão orientar a formação do perfil discente da Instituição são compostos por dados que geram representações quantitativas e qualitativas acerca do cruzamento de tais informações.

PESQUISA DO EGRESSO

Justificativa:

Na intenção de evoluir no seu processo ensino-aprendizagem, o acompanhamento dos egressos da Instituição é importante instrumento para proporcionar informações de melhorias e inovações, visto que, a formação profissional se adéqua as realidades e necessidades do mercado.

Objetivos:

Buscar o progresso das competências da Instituição, mantendo um canal de comunicação aberto com os egressos, na intenção de criar fontes de informações sobre o ambiente externo, suas oportunidades e ameaças, a fim de fortalecer as habilidades da Instituição.

Metodologia:

O processo de avaliação por meio dos egressos da Instituição ainda é um processo facilitado, pois, pelo fato de ser jovem, a Instituição não possui alunos matriculados e/ou formados.

Resultados:

Os resultados colhidos permitem que suas análises (quantitativa e qualitativa) amplie o relacionamento entre a Instituição e o egresso, como um importante instrumento de melhoria dos serviços prestados pela Instituição de Ensino Superior.

PESQUISA DISCENTE PELO DOCENTE

Justificativa:

Este instrumento se justifica pela necessidade de avaliação do perfil do estudante, analisado a partir da visão do docente, a fim de comparação de dados com a avaliação sociocultural e a aferição de conhecimentos mensais dentro de sala de aula.

Objetivos:

Gerar dados sobre o comportamento dos discentes, suas forças e deficiências; seu aproveitamento e rendimento. Analisar de maneira particular e grupal a relação discente e projetos pedagógicos, vocação e inserção no mercado, discutindo qual o papel da Instituição nesta abordagem.

Metodologia:

Este processo avaliativo acontece com a periodicidade semestral, no qual os docentes se deparam com discussões pertinentes acerca de seus alunos, suas turmas e respectivos rendimentos, traçando, portanto este perfil no que a Instituição denomina de encontro pedagógico.

Resultados:

Os resultados, exclusivamente, quantitativos expressão o perfil analisado pelos docentes, dos discentes que se encontram em contato semanalmente. Tais resultados influenciam pontualmente na evolução da estrutura pedagógica da Instituição.

PESQUISA DOCENTE PELO DISCENTE

Justificativa:

A avaliação do docente por meio das informações colhidas no meio discente se justifica pela necessidade de envolver a comunidade acadêmica na análise do desempenho dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Expondo sua visão crítica e impessoal de tais profissionais e sua prestação de serviço.

Objetivos:

Reconhecer, a partir da visão discente, o trabalho desenvolvido pelos docentes no seu ambiente. Dar voz ao corpo principal da Instituição e analisar a partir daí suas necessidades e especificidades no que se refere ao aproveitamento da metodologia aplicada, resultados e rendimentos mediante processos de aferição do conhecimento utilizada pelo docente, verificar a relação de compromisso entre discente / docente e Instituição.

Metodologia:

A metodologia utilizada para avaliar o corpo docente por meio do ponto de vista discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

Resultados:

Os resultados são discutidos entre a coordenação de curso e cada docente individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o professor passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua didática, comportamento e/ou metodologias de ensino.

PESQUISA SOBRE O COORDENADOR DE CURSO

Justificativa:

O coordenador é o gestor imediato dos procedimentos rotineiros do curso. Além de responsável pelo planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso. Por estes motivos sua avaliação é cautelosa e de suma importância para o andamento perfeito do curso.

Objetivos:

Adequar as atividades do coordenador aos objetivos e missão do projeto pedagógico do curso a partir dos resultados obtidos nos instrumentos avaliativos. Identificar sua liderança perante o corpo docente e discente. Analisar o relacionamento e comprometimento do coordenador com suas atribuições.

Metodologia:

A metodologia utilizada para avaliar o coordenador por meio do ponto de vista docente e discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

Resultados:

Os resultados são difundidos pela direção acadêmica a cada coordenador individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o coordenador passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua liderança, comportamento e/ou gestão.

PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA

Justificativa:

O sucesso do processo ensino-aprendizagem depende também do ambiente físico em que discentes, docentes, colaboradores estão inseridos. Para tornar este ambiente agradável e condizente com os objetivos de um melhor processo didático, a CPA da Instituição realiza, entre seus instrumentos, a avaliação de tal ambiente a fim de torná-lo capaz de satisfazer todas as suas necessidades inerentes.

Objetivos:

Analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento aos Pessoa com deficiência, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

Metodologia:

Aplicação de um questionário a todos os alunos, professores e colaboradores da Instituição, analisando como estrutura física desde a entrada, limpeza, manutenção do prédio e a necessidade de sua ampliação.

Resultados:

A auto avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente a Instituição. Tais resultados podem apontar para a necessidade de novos campus, afim atender necessidades e deficiências.

PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA PEDAGÓGICA

Justificativa:

A Instituição possui claramente expostos seus objetivos e metas no que se refere ao gerenciamento de suas atividades de ensino. O procedimento de auto avaliação da estrutura pedagógica se justifica pela necessidade de analisar se tais objetivo e metas institucionais estão sendo efetivados na rotina de todos os setores acadêmicos envolvidos no processo estrutural de ensino-aprendizagem.

Objetivos:

Analisar a interação entre ensino, pesquisa e extensão; incentivo à participação de alunos em projetos de extensão; articulação com as escolas de ensino fundamental e médio; a existência de um calendário de realização de reuniões e/ou encontros pedagógicos; a atualização sistemática dos conteúdos programáticos das disciplinas; e uma política de atualização profissional do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Metodologia:

São aplicados questionários aos alunos, professores, coordenadores e diretores, abordando pontos que possam cumprir com os objetivos específicos de maneira quantitativa e qualitativa.

Resultados:

Os resultados expressados nos instrumentos mostram as necessidades de aperfeiçoamento contínuo nos procedimentos e estratégias criadas pelo projeto pedagógico da Instituição.

PESQUISA SOBRE COLABORADORES

Justificativa:

Tal instrumento de avaliação é motivado pela intenção de melhoria na prestação de serviços oferecidos pela Instituição aos seus discentes e docentes na busca da excelência.

Objetivos:

Analisar o nível de satisfação e a qualidade do atendimento dos colaboradores da Instituição, assim como avaliar o nível de envolvimento e comprometimento dos colaboradores; o setor em que os colaboradores são mais atuantes e os menos atuantes; quais aspectos os colaboradores da Instituição devem melhorar; e atendimento da Direção acadêmica.

Metodologia:

São aplicados questionários aos alunos e professores abordando pontos que possam analisar a qualidade dos serviços prestados com abordagens quantitativas e qualitativas.

Resultados:

Os resultados alcançados com os instrumentos de avaliação dos colaboradores são analisados pela Administração da Instituição que, por sua vez, cria estratégias para melhoramento, capacitações e/ou correções das ações executadas na prestação dos serviços.

PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA DOS CURSOS

Justificativa:

Para o bom andamento dos cursos oferecidos pela Instituição são necessárias estruturas de funcionamento que envolvem aspectos acadêmicos e físicos, por isso a necessidade de avaliar quais critérios a Instituição leva em consideração para a efetividade de tais pontos e a visão dos envolvidos no processo.

Objetivos:

Avaliar se o curso atende as demandas do mercado de Picos e região; se as disciplinas têm contribuído para: Formação técnica, Formação cidadã, Compreensão crítica da sociedade e Acesso ao conhecimento científico atualizado. Se a matriz curricular proporciona a formação do perfil profissional proposto pelo curso, se as disciplinas fazem articulação com projetos/atividades de extensão, se as disciplinas fazem articulação com as demais disciplinas do Curso e a avaliação quanto à estrutura física da IES para os respectivos cursos, além de Laboratórios, Biblioteca, Salas de aula e Recursos áudios-visuais.

Metodologia:

O questionário de avaliação é aplicado aos professores, coordenadores e diretores e compreende resultados que podem ser utilizados pelas coordenações e diretorias, além da Diretoria Geral da Instituição na intenção de buscar continuamente melhorias nos aspectos que são bases de sustentação dos cursos. A metodologia aplicada busca também levantamentos qualitativos.

Resultados:

Os resultados são analisados pelos órgãos da Instituição e serão comparados a avaliações futuras, na constatação do processo evolutivo deste instrumento.

PESQUISA SOBRE A BIBLIOTECA

Justificativa:

Na intenção de aperfeiçoar tanto a prestação de serviços como a estrutura da biblioteca, tal instrumento se justifica pela necessidade de proporcionar à toda comunidade da Instituição um acervo atualizado e variado concomitante com atendimento especializado e organizado, aliado a uma estrutura física capaz de atender as necessidades e proporcionar um ambiente agradável para a assimilação do conhecimento.

Objetivos:

Avaliar se a atual estrutura física da biblioteca atende as necessidades da Instituição; a manutenção e atualização dos materiais utilizados na biblioteca; a limpeza da biblioteca; se a biblioteca da Instituição possui estrutura para atendimento aos alunos Pessoa com deficiência física; se o horário de funcionamento da biblioteca da Instituição atende às necessidades dos alunos; avaliar as normas internas da biblioteca; avaliar a atualização dos títulos; avaliar a quantidade de títulos por alunos; avaliar os colaboradores responsáveis pela biblioteca.

Metodologia:

O questionamento avaliativo é realizado no ambiente da biblioteca a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à biblioteca. Os frequentadores podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e estrutura da biblioteca.

Resultados:

Os resultados são analisados juntamente com as coordenações de cursos a fim de desenvolver melhorias e atualizações dos títulos e juntamente coma a direção administrativa com trabalhar por melhorias na estrutura física e atendimento aos usuários.

PESQUISA SOBRE OS LABORATÓRIOS

Justificativa:

Os cursos ofertados pela Instituição requerem laboratórios para a execução das práticas e estudos. A Instituição oferece estrutura suficiente para essa execução. Na intenção de estudar melhorias e manutenção da qualidade de estudos nesses ambientes a avaliação dos laboratórios se faz necessária, importante e necessariamente contínua.

Objetivos:

A avaliação dos laboratórios analisa se a atual estrutura dos laboratórios atende as necessidades da Instituição; observa a manutenção e atualização dos materiais utilizados nos laboratórios, a limpeza dos laboratórios, o horário de funcionamento, as necessidades específicas dos cursos, quando aplicável; avalia as normas internas dos laboratórios; e os colaboradores responsáveis.

Metodologia:
O questionário é realizado no ambiente dos laboratórios a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à estrutura e instrumentos. Os frequentadores também podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e manutenção dos laboratórios.

Resultados:
A análise dos resultados é feita por uma comissão responsável pela manutenção e atualização dos laboratórios, aliadas ao estudo dos interesses e necessidades das coordenações dos cursos, a fim de desenvolver melhorias e atualizações constantes, resultados estes que são levadas a direção administrativa para decisões de compras e aquisições de materiais. Além da observação da estrutura física e atendimento aos usuários.

AUTO AVALIAÇÃO DOCENTE

Justificativa:
O docente é peça importante no processo de ensino-aprendizagem, além de mediador e regulador dos instrumentos pedagógicos da Instituição. A sua auto avaliação se justifica pela necessidade de analisar o nível de conscientização de suas atividades e metodologias dentro do ambiente didático e servir como parâmetro da avaliação de docentes pelos discentes.

Objetivos:
O objetivo básico desta avaliação é a autoanálise do docente em relação a apresentação de Plano de Curso da disciplina no início do período letivo; Esclarecimento do significado e a importância da disciplina para o curso; como evidencia domínio do conteúdo da disciplina que ministra; se demonstra clareza, organização e sequência lógica nos conteúdos ministrados; se faz uso de linguagem acessível aos alunos para melhorar a compreensão do conteúdo; se dinamiza a aula, promovendo atividades que estimulam a participação dos alunos (por exemplo: expressão oral, escrita, gráfica); se orienta com clareza os trabalhos solicitados; se estabelece a relação teoria e prática, respeitadas as especificidades da disciplina; se relaciona os conhecimentos da disciplina aos do curso e à formação profissional; se incentiva a autonomia intelectual dos alunos; se cumpre o programa da disciplina conforme o estabelecido no Plano de Curso; se estabelece um bom relacionamento acadêmico com os alunos; se trabalha com respeito, eventuais limitações ou insucessos do aluno; se é pontual no início e término do período das aulas que ministra; se é assíduo às aulas; se estabelece, de forma clara, os critérios de avaliação da disciplina; se utiliza práticas avaliativas que valorizam a reflexão e a solução de problemas mais do que a memorização de dados e fatos; se utiliza instrumentos de avaliação compatíveis com os objetivos e os conteúdos ministrados; se faz análise dos resultados da avaliação (revisão automática) como oportunidade da aprendizagem e de retomada dos conteúdos.

Metodologia:
O questionário é entregue a cada docente e este instrumento necessita de colaboração qualitativa e quantitativa.

Resultados:

Os resultados são restritos a cada coordenação de curso e à direção acadêmica da Instituição.

PESQUISA DA INSTITUIÇÃO PELO COLABORADOR

Justificativa:

O colaborador faz parte do processo administrativo das instituições e responsável pela eficiência e eficácia das ações. Por estes motivos, tal personagem técnico-operacional precisa se sentir aceito, reconhecido e satisfeito com o ambiente de trabalho que está inserido. Tal avaliação se justifica na intenção de tornar mais agradável o ambiente de trabalho para estes colaboradores a fim de refletir na prestação de serviços ao público da Instituição.

Objetivos:

A avaliação da Instituição pelos colaboradores tem como objetivos a auto avaliação de tais colaboradores no que se refere a qualidade do seu atendimento na Instituição; e o nível de envolvimento e comprometimento na Instituição. No aspecto Instituição, quais aspectos da Instituição devem melhorar; as políticas de incentivos por parte da Direção; os programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento que a Instituição oferece; quanto às instalações físicas e ambientes de trabalho; quanto ao relacionamento com seus colegas de trabalho (clima organizacional); quanto ao relacionamento com seu superior; quanto ao relacionamento com a direção geral e/ou mantenedora; se as atribuições estão totalmente relacionadas com sua função; se realiza as ações de acordo com a missão divulgada.

Metodologia:

O questionário é entregue aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos e estes levantarão os aspectos de satisfação profissional nos parâmetros quantitativos e qualitativos.

Resultados:

Os resultados são analisados pela administração da Instituição juntamente com os chefes de setores e mantenedora, a fim de usar tais resultados na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

FÓRUM DE AUTO AVALIAÇÃO

Justificativa:

O Fórum de Avaliação da Instituição é um evento que reúne todos os principais envolvidos no processo de avaliação assim como representantes de todas as classes acadêmicas da Instituição. Líderes de turma, chefes de setores, representantes dos docentes, diretores, membros da CPA e membros da sociedade civil. Tal evento se justifica pela necessidade de tornar públicas as ações da comissão própria de avaliação da Instituição e a confecção de um plano estratégico para a melhoria da Instituição.

Objetivos:

Analisar os resultados das avaliações realizadas pela CPA e traçar, a partir daí, as ações e as estratégias como fontes de um plano de ação a ser efetivado pela direção Geral.

Metodologia:

O Fórum de Avaliação da Instituição tem como metodologia a reunião de todos os envolvidos com as avaliações da Instituição. Posteriormente os participantes são divididos em grupos responsáveis pela analises de determinadas avaliações. Tais

grupos são responsáveis por traçarem as ações a serem realizadas de acordo com os resultados e a forma de pô-las em prática através da formulação das estratégias.

Resultados:

Os resultados são expressos em documento de compromisso com a Direção Geral e Mantenedora.

5.1 INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO AO ENSINO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Qualidade do(s) curso(s) em que leciona;					
2.	Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) em que atua;					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do(s) cursos(s) em que atua;					
4.	Clareza em relação às melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas suas aulas;					
5.	Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;					
6.	Mecanismos adotados no curso para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;					
7.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;					
8.	Criatividade demonstrada no desempenho das atividades de ensino (enquanto docente);					
9.	Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas em que atua;					
10.	Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas em que atua;					
11.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do curso em que atua;					
12.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;					
13.	Dedicação acadêmica dos alunos do curso em que atua;					
14.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;					
15.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso de graduação;					
16.	Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso de graduação;					
17.	Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso;					
18.	Oportunidades de treinamento e inserção no mercado de trabalho, oferecidas pelo(s) curso(s) em que atua;					
19.	Relação entre o número de alunos que ingressam e concluem o curso a cada ano;					
20.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua;					
21.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;					
22.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;					
23.	Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso;					
24.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;					
25.	Satisfação em relação ao regime de oferta do curso da EESAP;					
26.	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;					
27	Condições dos alunos para a dedicação ao curso;					
28.	Tempo dedicado ao planejamento e avaliação constantes do andamento das disciplinas;					
29.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;					
30.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões de colegiados de curso e sua relação com as atividades de ensino;					

31.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões de colegiado de curso;					
32.	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;					
33.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos em que atua;					
34.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;					
35.	Satisfação em relação à implantação de novos cursos de graduação na EESAP;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da EESAP;					
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da EESAP;					
3.	Formas de comunicação/informação visual (murais, cartazes, etc.);					
4.	Fluxo e circulação de informação no interior da EESAP;					
5.	Comunicados e informes sobre eventos internos da EESAP;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos externos da EESAP;					
7.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
8.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
9.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores;					
10.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;					
11.	Tecnologia da Informação e Comunicação – Sistema Acadêmico - EducaSystem					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO A EXTENSÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na EESAP;					
2.	Cooperação entre os docentes para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação de alunos de graduação no desenvolvimento das atividades de extensão;					
4.	Participação dos funcionários da EESAP no desenvolvimento de projetos e atividades de extensão;					
5.	Participação em projetos coletivos e/ou grupos com atividades de extensão;					
6.	Acesso a fontes de financiamento à extensão universitária;					
7.	Participação em eventos de extensão, com apresentação de trabalhos;					
8.	Divulgação das atividades de extensão realizadas;					
9.	Valorização da extensão no ambiente da EESAP;					
10.	Formas de aprovação e acompanhamento dos projetos de extensão da EESAP;					
11.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na EESAP para a sociedade;					
12.	Eventos de extensão promovidos pela EESAP;					
13.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na EESAP;					
14.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos de graduação nas atividades de extensão;					
15.	Relação da extensão com as atividades de ensino na EESAP;					
16.	Conhecimento dos objetivos institucionais em relação à extensão;					

17.	Produção intelectual gerada por ações de extensão;					
18.	Recursos financeiros dispendidos pela EESAP em ações de extensão;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Relacionamento entre os professores da EESAP;					
2.	Relacionamento com os funcionários da EESAP;					
3.	Relacionamento com os estudantes da EESAP;					
4.	Ética nas discussões e relações internas da EESAP;					
5.	Satisfação com as atividades que desenvolve;					
6.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;					
7.	Valorização enquanto profissional da EESAP;					
8.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na EESAP;					
9.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais (salas de aula, salas de docentes, etc.);					
10.	Condições da estrutura física (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);					
11.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de extensão;					
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;					
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;					
15.	Salário em relação à função exercida;					
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;					
17.	Salário em relação às despesas básicas;					
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.					
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;					
20.	Adequação do tipo de convivência interna da EESAP para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					
21.	Plano de Carreira dos docentes da EESAP					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Políticas da EESAP para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na EESAP;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da EESAP com as preocupações e demandas da sociedade regional;					
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da EESAP;					
7.	Imagem interna da EESAP;					
8.	Imagem da EESAP na sociedade;					
9.	Imagem da EESAP no meio universitário;					

10.	Nível de satisfação em fazer parte da EESAP					
11.	Contribuição da EESAP para o desenvolvimento local e regional;					
12.	Funcionamento administrativo da EESAP					
13.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EESAP;					
14.	Mecanismos de tomada de decisões da EESAP;					
15.	Funcionamento dos Conselhos Superiores da EESAP					
16.	Funcionamento do Colegiado de Curso do qual participa;					
17.	Objetivos institucionais da EESAP a médio e longo prazos;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO AO ENSINO A partir de sua experiência pessoal na EESAP indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Qualidade do curso que realiza;					
2.	Estrutura curricular (de disciplinas) do curso;					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do curso que realiza;					
4.	Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos professores;					
5.	Metodologia para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas aulas;					
6.	Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;					
7.	Mecanismos adotados no curso para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;					
8.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;					
9.	Criatividade demonstrada pelos docentes no desempenho das atividades de ensino;					
10.	Inovação realizada a cada ano pelos docentes nas disciplinas que cursa;					
11.	Notas obtidas nas disciplinas em relação à aprendizagem alcançada;					
12.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do curso;					
13.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;					
14.	Seriedade acadêmica dos alunos do curso;					
15.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;					
16.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso;					
17.	Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso;					
18.	Qualificação manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso;					
19.	Oportunidade de treinamento e inserção no mercado de trabalho oferecidas pelo curso;					
20.	Número de alunos que concluem o curso a cada ano;					
21.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso;					
22.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;					
23.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;					
24.	Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso;					
25.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;					
26	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;					
27.	Condições dos alunos para a dedicação ao curso de graduação;					
28	Tempo dedicado ao estudo das disciplinas que cursa;					
29.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;					
30.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões de colegiados de curso e sua relação com as atividades de ensino;					
31.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões;					

32.	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;					
33.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação do curso de graduação que realiza;					
34.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;					
35.	Satisfação em relação ao curso que está realizando;					
36.	Limpeza e estado de conservação da sala de aula;					
37.	Pontualidade e assiduidade dos docentes nas aulas;					
38.	Conhecimento demonstrado pelos docentes nas matérias que lecionam;					
39.	Dinâmica das aulas para manter a atenção dos alunos;					
40.	Organização na exposição de conteúdos pelos docentes.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A EXTENSÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na EESAP;					
2.	Cooperação entre os docentes e alunos para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação de alunos no desenvolvimento das atividades de extensão;					
4.	Participação em projetos coletivos e/ou grupos com atividades de extensão;					
5.	Participação em eventos de extensão em geral;					
6.	Divulgação das atividades de extensão realizadas na EESAP;					
7.	Valorização da extensão no ambiente universitário da EESAP;					
8.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na EESAP para a sociedade;					
9.	Eventos de extensão promovidos pela EESAP;					
10.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na EESAP;					
11.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos de graduação nas atividades de extensão;					
12.	Relação da extensão com as atividades de ensino na EESAP;					
13.	Conhecimento dos objetivos institucionais da extensão na EESAP.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da EESAP;					
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da EESAP;					
3.	Conhecimento das discussões e decisões nas reuniões do Colegiado do curso que freqüenta;					
4.	Formas de comunicação/informação visual (murais, cartazes, etc.);					
5.	Fluxo e circulação de informação no interior da EESAP;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos internos à EESAP;					
7.	Comunicados e informes sobre eventos externos à EESAP;					

8.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
9.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
10.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;					
11.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores					
12.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;					
13.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos;					
14.	Localização de documentos arquivados;					
15.	Tecnologia da Informação e Comunicação – Sistema Acadêmico - EducaSystem					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Políticas da EESAP para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na EESAP;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da EESAP com as preocupações e demandas da sociedade regional;					
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da EESAP;					
7.	Imagem interna da EESAP;					
8.	Imagem da EESAP na sociedade;					
9.	Imagem da EESAP no meio universitário;					
10.	Nível de satisfação em fazer parte da EESAP;					
11.	Contribuição da EESAP para o desenvolvimento local e regional;					
12.	Funcionamento administrativo da EESAP;					
13.	Conhecimento sobre os Cursos da EESAP;					
14.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EESAP;					
15.	Conhecimento dos cargos e funções existentes na EESAP;					
16.	Mecanismos de tomada de decisões na EESAP;					
17.	Funcionamento dos Conselhos Superiores da EESAP					
18.	Funcionamento do Colegiado de Curso do qual participa;					
19.	Objetivos institucionais da EESAP a médio e longo prazos;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO AO AMBIENTE E RELAÇÕES HUMANAS A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI
1.	Relacionamento entre os alunos do curso;					
2.	Relacionamento com os funcionários;					
3.	Relacionamento com os professores do curso;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à EESAP;					
6.	Satisfação com o curso que realiza;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade entre os alunos;					
8.	Valorização enquanto membro da comunidade acadêmica da EESAP;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na EESAP;					
10.	Amizade e convivência social com os colegas de outros cursos;					
11.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades de formação (salas de aula, biblioteca etc.);					
12.	Condições de estrutura física do campus (limpeza, segurança, aparência estética etc.);					
13.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;					
14.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades complementares de formação (estágio etc.);					
15.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários etc.;					
16.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de aprendizagem;					
17.	Adequação do ambiente de ensino para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;					
18.	Adequação do tipo de convivência interna da EESAP para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		TS	S	NS	I	TI
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da EESAP;					
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da EESAP;					
3.	Formas de comunicação/informação visual n(murais, cartazes, etc.);					
4.	Fluxo e circulação de informação no interior da EESAP;					
5.	Comunicados e informes sobre eventos internos à EESAP;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos externos à EESAP;					
7.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
8.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
9.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;					
10.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da EESAP;					
11.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas.					
12.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos;					
13.	Localização de documentos arquivados;					
14.	Tecnologia da Informação e Comunicação – Sistema Acadêmico - EducaSystem					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOSA TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Relacionamento entre os funcionários da EESAP					
2.	Relacionamento com os professores da EESAP;					
3.	Relacionamento com os estudantes;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à EESAP;					
6.	Satisfação com as atividades que desenvolve;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;					
8.	Valorização enquanto profissional na EESAP;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na EESAP;					
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais;					
11.	Condições da estrutura física (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais;					
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;					
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;					
15.	Salário em relação à função exercida;					
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;					
17.	Salário em relação às despesas básicas;					
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.					
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho profissional;					
20.	Adequação do tipo de convivência interna da EESAP para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					
21.	Satisfação em relação ao Plano de Cargos e Salários.					

TS - Totalmente Satisfatório(a)
S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas
I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Políticas da EESAP para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na EESAP;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na EESAP;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da EESAP com as preocupações e demandas da sociedade;					
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da EESAP;					
7.	Imagem interna da EESAP;					
8.	Imagem da EESAP na sociedade;					
9.	Imagem da EESAP no meio universitário;					
10.	Nível de satisfação em fazer parte da EESAP;					
11.	Contribuição da EESAP para o desenvolvimento local e regional;					

12.	Clareza sobre o funcionamento administrativo da EESAP;					
13.	Conhecimento sobre os Cursos da EESAP;					
14.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da EESAP;					
15.	Conhecimento dos cargos e funções existentes na EESAP;					
16.	Satisfação com os mecanismos de tomada de decisões na EESAP;					
17.	Satisfação com o funcionamento dos Conselhos Superiores da EESAP;					
18.	Objetivos institucionais da EESAP a médio e longo prazos;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A EXTENSÃO A partir de sua experiência pessoal na EESAP, indique o grau de satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:		**TS**	**S**	**NS**	**I**	**TI**
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na EESAP;					
2.	Cooperação entre os docentes e funcionários para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação dos funcionários da EESAP no desenvolvimento dos projetos e atividades de extensão;					
4.	Participação em grupos com atividades comunitárias e de extensão;					
5.	Divulgação das atividades de extensão realizadas na EESAP;					
6.	Valorização da extensão no ambiente universitário da EESAP;					
7.	Valorização da participação de funcionários nos projetos de extensão;					
8.	Formas de aprovação e acompanhamento dos projetos de extensão na EESAP;					
9.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na EESAP para a sociedade;					
10.	Eventos de extensão promovidos pela EESAP;					
11.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na EESAP;					
12.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de funcionários nas atividades de extensão;					
13.	Relação da extensão com as atividades de ensino na EESAP;					
14.	Objetivos institucionais da extensão na EESAP.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)
NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)
TI - Totalmente Insatisfatório(a)

AVALIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO POLO

PARTE 1 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO POLO

Ambiente Físico
Ambiente da sala de aula (iluminação, mobiliários, climatização):
❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

Conservação/manutenção do ambiente físico:
❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

Espaço para estudo, leitura e desenvolvimento de atividades individuais/grupo:
❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

Adequação do horário de funcionamento: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

Biblioteca

Possui biblioteca: ❑ Sim ❑ Não

Os títulos disponíveis no acervo têm atendido às indicações bibliográficas dos professores
❑ Sempre ❑ Na maior parte das vezes ❑ Em boa parte das vezes ❑ Algumas Vezes

O número de exemplares disponíveis tem atendido às indicações bibliográficas dos professores
❑ Sempre ❑ Na maior parte das vezes ❑ Em boa parte das vezes ❑ Algumas Vezes

Recursos tecnológicos e equipamentos

Quantidade de computadores compatível com o número de usuários:
❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Qualidade dos computadores disponíveis para uso: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

Velocidade da rede (internet): ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Aparelho de TV: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Aparelho de VHS/DVD: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Multimídia: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Linha telefônica: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim ❑ Não possui

Adequação e facilidade de uso do Sistema Único: ❑ Excelente ❑ Ótimo ❑ Bom ❑ Regular ❑ Ruim

AVALIAÇÃO DA TUTORIA PRESENCIAL E A DISTANCIA PELOS ALUNOS

ATUAÇÃO DA TUTORIA CENTRAL	CONCEITO (1 a 10)
Disponibilidade para atendimento	
Fornecimento adequado de informações e/ou orientação	
Retorno e/ou solução dos questionamentos	
ATUAÇÃO DO TUTOR LOCAL	**CONCEITO (1 a 10)**
Costuma tirar dúvidas dos alunos sobre os conceitos e conteúdos do material pedagógico	
Assessora na organização do seu currículo (objetivos, recursos e atividades)	
Comunica os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, as etapas e o calendário de atividades a serem cumpridos	
Utiliza os diferentes meios de comunicação para facilitar a aprendizagem	
Viabiliza a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, dentre outros para desenvolvimento de sua aprendizagem	
Organiza visita à escolas, ambiente de leitura, objetivando melhorar a aprendizagem	
Disponibiliza os trabalhos propostos pelos professores	
Esclarece e responde aos questionamentos sobre as questões passadas pelos professores	
Estimula a analisar os problemas e raciocinar criticamente	
Indica outras leituras bem como outras fontes de conhecimento	
Permite a autonomia para seleção de questões a serem discutidas	
Incentiva e reconhece as contribuições dos alunos	
Incentiva discussões, debates e criações coletivas	
Cria ambiente criativo, de confiança e solidariedade	
Estimula o interesse pelas atividades, discutindo suas expectativas	
Valoriza o estudo e a experiência de cada aluno	
Assíduo ao local de realização dos encontros e das aulas	
Comunica com clareza a agenda de encontros, prazos para entrega de trabalhos, e outros	
Desenvolve e promove a comunicação dentro do grupo	
Dá retorno sobre acertos e oportunidades de melhoria	
Trata o aluno com respeito e cordialidade	
Soluciona problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem	

AVALIAÇÃO DOS MÓDULOS DOS CURSOS – EAD

MÓDULOS	**Conceito (1 a 10)**
Sua compreensão dos conteúdos	
Sua participação nas atividades propostas	
Compatibilidade entre as avaliações e os conteúdos trabalhados	
Compatibilidade entre bibliografia e os conteúdos trabalhados	
As atividades estão bem programadas e ajudam no aprendizado	
Material Pedagógico (livro-texto) da disciplina _____:	
Aspectos visuais	
Organização dos conteúdos	
Adequação das atividades propostas em relação aos objetivos da disciplina	
Clareza da linguagem utilizada	
Desempenho do docente da disciplina _____:	
Clareza e objetividade na exposição dos conteúdos	
Apresentação das aulas com dinamismo	
Disponibilidade para atendimento e esclarecimento dos questionamentos	
Interação com os alunos nos momentos presenciais	
Familiaridade com a tecnologia	
Seu desempenho na disciplina _____:	
Comprometimento com a realização de atividades de aprendizagem (exercícios etc.)	
Participação nas avaliações e nas atividades propostas	
Estudo, em grupo ou individual, para consolidar conteúdos da disciplina	
Espaço para comentários e sugestões:	

AUTOAVALIAÇÃO DO TUTOR PRESENCIAL	
ATUAÇÃO DA TUTORIA CENTRAL	**CONCEITO (1 a 10)**
Disponibilidade para atendimento	
Fornecimento adequado de informações e/ou orientação	
Retorno e/ou solução dos questionamentos	
CONDIÇÕES DE TRABALHO	
Ambiente físico das salas (espaço, limpeza, mobiliários, climatização)	
Recursos tecnológicos/equipamentos disponíveis para uso (computadores, tv,multimídia,etc)	
Funcionalidades e adequação dos Sistemas de Informática	
Adequação da carga horária à quantidade de alunos atendidos	
SUA ATUAÇÃO	**CONCEITO (1 a 10)**
Costuma tirar dúvidas dos alunos sobre os conceitos e conteúdos do material pedagógico	
Assessora na organização do seu currículo (objetivos, recursos e atividades)	
Comunica os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, as etapas e o calendário de atividades a serem cumpridos	
Utiliza os diferentes meios de comunicação para facilitar a aprendizagem	
Viabiliza a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, dentre outros para desenvolvimento de sua aprendizagem	
Organiza visita à escolas, ambiente de leitura, objetivando melhorar a aprendizagem	
Disponibiliza os trabalhos propostos pelos professores	
Esclarece e responde aos questionamentos sobre as questões passadas pelos professores	
Estimula a analisar os problemas e raciocinar criticamente	
Indica outras leituras bem como outras fontes de conhecimento	
Permite a autonomia para seleção de questões a serem discutidas	
Incentiva e reconhece as contribuições dos alunos	
Incentiva discussões, debates e criações coletivas	
Cria ambiente criativo, de confiança e solidariedade	
Estimula o interesse pelas atividades, discutindo suas expectativas	
Valoriza o estudo e a experiência de cada aluno	
Assíduo ao local de realização dos encontros e das teleaulas	
Comunica com clareza a agenda de encontros, prazos para entrega de trabalhos, e outros	
Desenvolve e promove a comunicação dentro do grupo	
Dá retorno sobre acertos e oportunidades de melhoria	

Trata o aluno com respeito e cordialidade	
Soluciona problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem	

Espaço para comentários e sugestões:

Está disposto a participar de cursos de formação/apoio didático-pedagógico de curta duração?
☐ Sim ☐ Não
Se sim, qual o melhor período:
☐ sábados pela manhã ☐ sábados à tarde ☐ recesso de janeiro/fevereiro ☐ recesso de julho

Qual sua principal fonte de informação? (indique as três principais, por ordem de importância)
☐ Televisão ☐ Rádio ☐ Jornais ☐ Revistas ☐ Internet

Em média quantos livros você tem lido ao ano nos últimos 2 anos?
☐ 1 a 3 ☐ 4 a 7 ☐ 8 a 12 ☐ 12 a 18 ☐ 18 a 20 ☐ mais de 20

Em que área se concentra a maior parte desses livros:
☐ literatura técnica da área de atuação ☐ literatura técnica de outras áreas
☐ literatura de ficção ☐ literatura de não ficção ☐ auto-ajuda ☐ outros

Considerando sua experiência pessoal na IES, indique seu grau de satisfação em relação aos quesitos propostos a seguir, considerando:
1-Muito Insatisfeito 2-Insatisfeito 3-Não sabe ou tem dúvidas 4-Satisfeito 5-Muito satisfeito

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	**CONCEITO**
Segurança e estabilidade na instituição	
Respaldo institucional para o desenvolvimento de seu trabalho	
Níveis salariais	
Motivação para realizar o seu trabalho	
Possibilidade de aumentar atuação profissional nas instituições	
Respeito/reconhecimento demonstrado pela instituição com o profissional doce	
Posição da IES no mercado	
AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO	**CONCEITO**
Disciplina e comprometimento discente	

FACULDADE

EESAP